

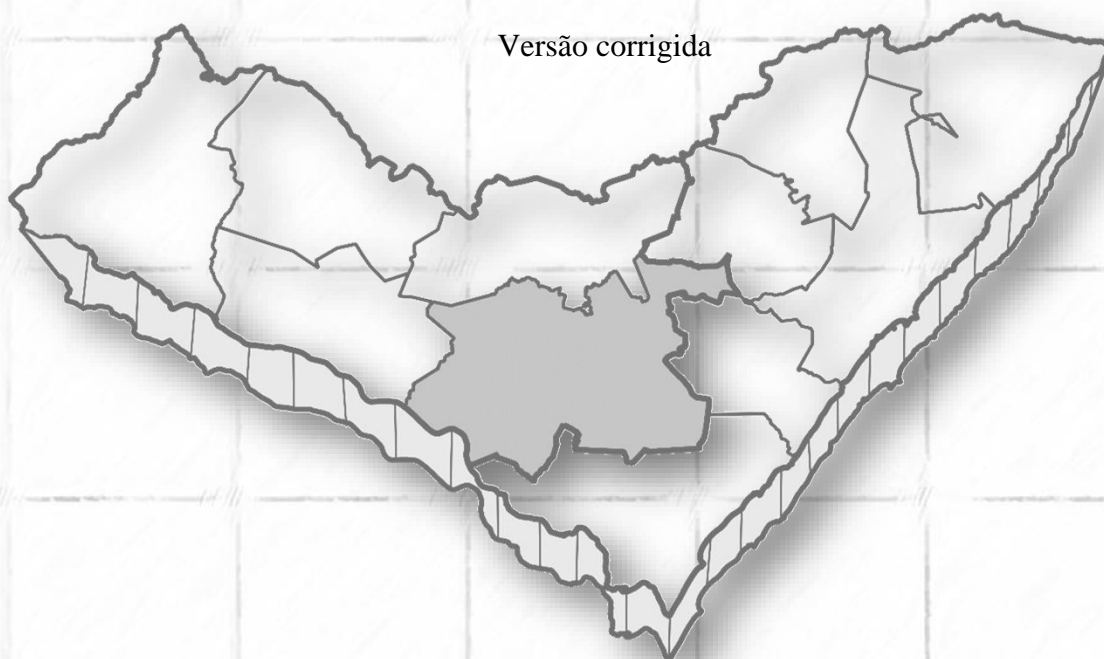


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CLEVISSON JOSÉ DA SILVA

**OS USOS DO TERRITÓRIO NO SETOR PRODUTIVO:
POR UMA INDUSTRIALIZAÇÃO LOCAL DO ESTADO DE ALAGOAS**

Versão corrigida



Maceió - AL
2021

CLEVISSON JOSÉ DA SILVA

**OS USOS DO TERRITÓRIO NO SETOR PRODUTIVO:
POR UMA INDUSTRIALIZAÇÃO LOCAL DO ESTADO DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço Geográfico

Orientador: Prof. Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho

Coorientador: Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

SCIENTIA AD SAPIENTIAM

Maceió - AL

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Assumo por inteiro todos os erros contidos na presente versão. São de minha total responsabilidade.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S586u Silva, Clevisson José da.

Os usos do território no setor produtivo: por uma industrialização local do Estado de Alagoas / Clevisson José da Silva. – 2021.

190 f. : il., figs., graf. e tabs. color.

Orientador: Antonio Alfredo Teles de Carvalho.

Coorientador: Cícero Péricles de Oliveira Carvalho.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 170-179.

Apêndices: f. 181-184.

Anexos: f. 186-190.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Uso do território – Arapiraca(AL). 3. Industrialização. 4. Grupos empresariais locais. 5. Atacadista distribuidor. I. Título.

CDU: 911.375.62: 65 (813.5)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO FINAL

Em sessão pública, no dia 01 de março de 2021, às 10h, deu-se início à Defesa de Dissertação Final do Programa de Pós-Graduação em Geografia, com área de concentração em Organização do Espaço Geográfico, do aluno CLEVISSON JOSÉ DA SILVA, orientando do Prof. Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho, intitulada: OS USOS DO TERRITÓRIO NO SETOR PRODUTIVO: POR UMA INDUSTRIALIZAÇÃO LOCAL DO ESTADO DE ALAGOAS, como requisito à obtenção do título de MESTRE. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes docentes: Prof. Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho (PPGG/UFAL), presidente da banca, Profa. Dra. Luciane Maranha de Oliveira Marisco (PPGG/UFAL), titular interna, Prof. Dr. Fábio Guedes Gomes (FEAC/UFAL), titular externo, além do Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho (PPGG/UFAL), coorientador. A defesa constituiu de uma apresentação oral de 40 (quarenta) minutos, seguida de inquirições para cada um dos examinadores e das respostas, e foi assistida pelas pessoas que se fizeram presentes. Ao final, a Banca Examinadora reuniu-se reservadamente e decidiu em atribuir ao conteúdo do trabalho e à defesa a menção: APROVADO, com base no Art. 63 do Regimento Interno do Curso. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a defesa, sendo a presente ata assinada pelos componentes da Banca Examinadora.

Maceió - AL, 01 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho
Presidente – Orientador

Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho
Coorientador

Profa. Dra. Luciane Maranha de Oliveira Marisco
Examinadora Interna Titular

Prof. Dr. Fábio Guedes Gomes (FEAC/UFAL)
Examinador Externo Titular

*À minha família, base de amor e esperança...
Aos mestres, fontes inesgotáveis de sabedoria...
Ao povo brasileiro, exemplo de bravura e alegria...*

É dedicado este trabalho!

AGRADECIMENTOS

“O tempo muito me ensinou: ensinou a amar a vida, não desistir de lutar, renascer na derrota, renunciar às palavras e pensamentos negativos, acreditar nos valores humanos, e a ser otimista. Aprendi que mais vale tentar do que recuar... Antes acreditar do que duvidar, que o que vale na vida, não é o ponto de partida e sim a nossa caminhada”

Cora Coralina

O momento nostálgico de escrita destas palavras de agradecimento, envolto de lembranças, alegrias e esperanças, representa uma das principais fases da escrita desta dissertação. É em verdade uma das partes menos científicas do trabalho, mas de grande importância por representar um espaço de externalização da gratidão àqueles que estiveram comigo ao longo da caminhada de sua construção, alguns contribuindo diretamente para sua realização, outros que igualmente colaboraram com suas presenças, dando-me atenção, incentivo, amor e carinho.

Ainda que a tarefa de pesquisar represente uma caminhada árdua e solitária, a construção de um trabalho científico é além de uma construção pessoal um feito coletivo. De forma especial, a feitura desta dissertação teve contribuições que dificilmente podem ser mensuradas, sem as quais a conclusão da mesma, da forma que se apresenta, jamais seria possível. Na verdade, trata-se de trabalho iniciado bem antes do ingresso na pós-graduação, ainda no período de graduação, em dois anos de Iniciação Científica como bolsista PIBIC/FAPEAL (2017-2018) no Núcleo de Estudos Josué de Castro da Universidade Estadual de Alagoas e, posteriormente desdobrado em uma pesquisa mais ampla, apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso na mesma instituição, sob o título *Uso do território e industrialização em Alagoas: a capilaridade da Indústria Alimentícia Popular*, em 2019. Constituindo assim, as bases que norteiam este trabalho agora apresentado.

Agradeço primeiramente e sempre à *Deus*, pai todo poderoso, pelas inúmeras bênçãos recebidas, pela saúde e força de cada dia, tornando possível a conclusão de mais essa etapa e dando-me equilíbrio mental e espiritual nos momentos difíceis dessa trajetória até aqui.

À minha mãe querida, *Clemilda Maria da Silva*, pelo amor, atenção e carinho de sempre, pela paciência e pelo apoio nos momentos difíceis dessa caminhada, pelas lutas diárias para me possibilitar o privilégio de estudar. Nada disso seria possível sem sua presença em minha vida!

À meu pai, **Genilzo José da Silva**, pelo apoio e ensinamentos, pela atenção e presença de sempre, contribuindo decisivamente para conclusão de mais essa etapa.

Aos meus amados irmãos, **Zenaide Maria da Silva** e **David José da Silva**, pelo companheirismo de sempre, pela presença impecável em todos os momentos de minha vida, tornando-a mais feliz e abençoada.

Ao meu sobrinho amado, **Arthur Felipe Leonor da Silva**, símbolo da presença divina em minha vida, motivo de meus melhores sorrisos, presença essencial que sempre me anima, me dá esperança e me traz paz.

Aos meus avós, **Francisco Luiz da Silva**, **Deusdete Maria da Silva** e **Floraci Alexandre da Silva** pelos ensinamentos de vida e pelos exemplos de simplicidade e bondade.

Aos demais membros de minha **Família**, dezenas de tios, tias, primos, primas e agregados, pelo apoio e pelas palavras de incentivo.

Aos amigos **Ana Paula Teodoro dos Santos**, **Dênis Carlos da Silva**, **Paul Clívilan Santos Firmino**, **Tairan Barbosa de Oliveira**, **Leonardo Sena do Carmo**, **Diego Rodrigues da Silva**, e **Geyse Keilla da Silva Oliveira**, pelos ricos momentos de aprendizado, pela amizade construída e respectivas participações na construção desse trabalho.

Ao querido **Sidinei dos Santos Silva**, amigo sempre presente, por ser um símbolo de vitória em minha vida e exemplo a ser seguido. Grande Sid, obrigado!

À minha querida amiga, **Dayane Regis Santos**, pela presença e apoio de sempre em vários momentos dessa caminhada.

Ao grande amigo, **Luã Karll de Oliveira**, sempre presente em minha vida com muita atenção e companheirismo, pessoa de muita bondade a quem sou sempre grato pela bela amizade que construímos. Luã, meu filho! Muito obrigado! (risos).

Um agradecimento especial ao amigo, companheiro do dia a dia, **Pedro Henrique Nunes Silva**, pela amizade verdadeira que construímos desde a graduação, pela presença e disposição em ajudar sempre que necessário.

Agradeço de forma muito carinhosa à **Rafael Bispo de Souza**, uma das pessoas mais especiais que tenho o privilégio de conviver, um irmão que ganhei da vida e que seguirá sempre na minha família. Um ser humano que além de uma irretocável conduta ética, possui um coração imenso, sempre atencioso e colaborativo em tudo, sempre! Muito obrigado Rafinha!

Aos *Colegas do Mestrado* (turma 2019), pelas parcerias e discussões sempre profícuas, contribuindo significativamente com a realização da pesquisa e construção do trabalho.

À minha amiga tão querida *Mariângela Pacheco da Silva*, pela presença e carinho de sempre, ajudando decisivamente em momentos tão difíceis dessa trajetória, obrigado pela linda amizade construída.

À *Ana Caroline de Oliveira Pedroso*, amiga sempre presente ao longo dessa caminhada, contribuindo positivamente com a construção desse trabalho a partir de discussões sempre proveitosas. Além de uma forte amizade que construímos.

Aos amigos e colegas de mestrado, *Dario Rosalvo Correia de Souza* e *Geovane Alves da Silva*, pelas parcerias estabelecidas ao longo do curso e pela amizade cultivada.

Agradeço imensamente ao amigo *Pedro Henrique Santos Barros de Araújo*, pela amizade de sempre e pela elaboração cartográfica deste trabalho. Amigo atencioso, paciente e sempre prestativo nos momentos necessários.

Aos amigos *José Anderson Farias da Silva Bomfim* e *Lívia Danielle Rodrigues do Nascimento*, pela grande amizade construída, pelos encontros sempre divertidos na UFAL, que sempre ajudaram a minimizar a exaustão diária.

Aos colegas *Paulo Virgílio Medeiros dos Santos*, *Cléber da Silva Melo* e *Gabriela de Freitas Cavalcante*, pelos diálogos sempre proveitosos e pela amizade cultivada ao longo desses últimos anos.

À *Alison Alves Silvério* e *Juarez Cavalcante Ferreira*, também alunos do mestrado e que sempre estiveram abertos para o diálogo, contribuindo direta e indiretamente para conclusão desse trabalho.

Ao *Professor Fábio Guedes Gomes*, pelas críticas e sugestões realizadas no Exame de Qualificação, importantes para a consecução da pesquisa.

Aos Professores *Kleython de Araújo Monteiro* e *Melchior Carlos do Nascimento*, agradeço pelas contribuições a partir dos debates realizados em Seminários de Dissertação.

À querida *Professora Ana Paula Lopes da Silva*, pela competência e atenção de sempre no cumprimento das burocracias junto à Comissão de Bolsas. Além de sua presença sempre bem humorada, aberta para momentos de diálogos que tanto me ensinaram.

À *Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)*, em nome dos professores do curso de Geografia do Campus I, serei sempre grato pelas vivências e formação de base.

À *Universidade Federal de Alagoas (UFAL)*, pela oportunidade de continuar meus estudos através da pós-graduação.

Aos *Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/IGDEMA/UFAL)*, pelos ensinamentos e inúmeras discussões que possibilitaram o amadurecimento da pesquisa.

Ao *Laboratório de Geografia Econômica e Planejamento Territorial (LAGEP/UNEAL)*, pela possibilidade de ampliar minha visão de mundo através da pesquisa.

Ao eterno *Núcleo de Estudos Josué de Castro (NEJC/UNEAL)* serei sempre grato, pela transformação que promoveu em minha vida.

À *Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA)*, em nome dos senhores Hέλvio Braga Vilas Boas e Francisco Braga Soares, pela boa recepção no trabalho de campo, concessão de entrevistas e fornecimento de informações e materiais importantes para a pesquisa.

Agradeço também aos diversos *Representantes das Empresas* pesquisadas em Arapiraca, pela atenção e prestação das informações solicitadas, participando voluntariamente das entrevistas.

Ao querido *Washington Narciso Gonçalves Gaia*, secretário do curso de mestrado, profissional excepcional, de competência imensurável, sempre disponível e prestativo para ajudar em tudo que necessário. Muito obrigado pelo exemplo de profissionalismo!

Agradeço de maneira muito especial ao *Professor Dhiego Antonio de Medeiros*, amigo de irretocável conduta ética e profissional, a quem serei sempre grato pela confiança, pelos ensinamentos e pela presença impecável de sempre. Com participação decisiva na realização da pesquisa e na construção desse trabalho, me acompanhando durante todo o período do mestrado. Sem suas contribuições esse trabalho não seria possível, obrigado por tudo!

Com muita alegria e emoção agradeço ao *Professor Antonio Alfredo Teles de Carvalho*, orientador e amigo de longa data, serei sempre grato por ter mudado os rumos de minha vida, representando um dos principais responsáveis pela pessoa e pelo profissional que sou hoje. Agradeço imensamente pela verdade, pela bondade e pelo carinho presentes em nossa amizade. Também pela seriedade, pela presença e maestria que me conduziu na realização da pesquisa e feitura desta dissertação. Registre-se ainda meu enorme agradecimento pela acolhida em sua casa ao longo desses dois anos de mestrado, dando-me as condições necessárias para estudar em Maceió. Ao mestre o meu muito obrigado!

Ao ***Professor Cícero Péricles de Oliveira Carvalho***, coorientador da pesquisa, meu muito obrigado pelo privilégio de contar com sua presença na realização desse trabalho. Por tudo o que representa na minha formação acadêmica e intelectual, serei sempre grato pela oportunidade de diálogo e pelas imensas contribuições. É um “luxo” receber suas orientações!

Gratidão aos ***Grandes Mestres***, Milton Santos, Ariano Suassuna, Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, Graciliano Ramos e tantos outros pelos ensinamentos deixados em seus escritos. E ainda aos grandes nomes vivos da geografia brasileira, como Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Roberto Lobato Corrêa, Armen Mamigonian, Zeny Rosendahl, Maria Auxiliadora da Silva, Mónica Arroyo, Maria Adélia de Souza, Márcio Cataia, Fábio Contel e Maria Laura Silveira, apenas para citar poucos, alguns que já tive o privilégio de conhecer pessoalmente, outros conhecidos através de seus escritos. Nomes que muito contribuem com meu processo de formação profissional e intelectual.

Aos ***Governos Populares no Brasil***, pela abertura de novas oportunidades na educação, permitindo ao filho do pobre o ingresso no ensino superior. Também sou fruto dessas oportunidades no ensino público.

Um agradecimento a todos os ***Profissionais da Educação***, em especial aos professores que com bravura e resistência contribuíram decisivamente com a minha trajetória e com a de milhões de brasileiros todos os dias.

À ***Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL)***, pela bolsa de mestrado concedida a realização da pesquisa.

Ao ***Povo Brasileiro***, por financiarem meus estudos desde sempre.

À ***Alagoas***, minha terra amada! Que jamais foi ou será daqueles que tentam nos aviltar!

Aqueles que contribuíram direta e indiretamente, e que por algum lapso de memória eu tenha esquecido de mencionar, agradeço igualmente.

Por fim, registre-se dois obstáculos na realização da pesquisa que resulta na presente dissertação: primeiro, até em protesto, o momento político vivido no Brasil nos últimos anos, que muito dificulta e por vezes impossibilita a pesquisa científica no país; e segundo, o momento de pandemia da COVID-19 que o mundo atravessa, dificultando o acesso a dados e informações importantes. Mas também se acrescente a alegria da chegada das vacinas nos momentos finais de escrita desse trabalho, viva a ciência! Tão injustamente atacada nesses tempos sombrios.

“...devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições”

Milton Santos

RESUMO

SILVA, Clevisson José da. **Os usos do território no setor produtivo**: por uma industrialização local do estado de Alagoas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

A inquestionável capacidade de transformação da industrialização tem emanado inúmeros estudos em diferentes escalas no âmbito das ciências humanas e sociais. Entretanto, no caso do estado de Alagoas, com frequência são trabalhos voltados à análise dos grandes empreendimentos localizados na sua parte litorânea. E, mais, analisados na perspectiva das antigas políticas de desenvolvimento adotadas no Brasil, geralmente sob a ótica de uma supervalorização das indústrias externas em detrimento das atividades internas. Trilhando por outro caminho, pensando no desenvolvimento territorial a partir da coordenação do Estado em relação as forças produtivas que o território alagoano já dispõe internamente, o presente estudo tem por objetivo central entender os usos do território empreendidos pelas indústrias locais na Região Geográfica Imediata de Arapiraca. Para tanto, buscou-se analisar a organização econômica do estado de Alagoas, a gênese das indústrias locais dessa região, sua organização a partir das estratégias de capilaridade, bem como reconhecer os sistemas de ações que permitem as indústrias locais usarem o território alagoano e nordestino, e averiguar o ativismo estatal no fortalecimento dessas atividades. A metodologia compreendeu a tríade que constitui a pesquisa em Geografia: pesquisa bibliográfica, referente ao tema investigado; pesquisa documental, visando a aquisição de documentos históricos e de conteúdos normativos, além de dados secundários publicados por instituições oficiais; e pesquisa de campo, que possibilitou a aquisição de dados primários, o conhecimento da área estudada e a absorção do conhecimento da realidade, com a aplicação da teoria aliada a métodos consistentes de análise. Os resultados obtidos revelaram que baseadas na pequena produção mercantil, as indústrias locais tiveram um papel fundamental no crescimento da Região Geográfica Imediata de Arapiraca. Sendo assim, em grande parte, responsáveis pela sua dinâmica atual, representando atividades que usando o território de uma maneira diferenciada, a partir da utilização de sistemas de ações bem articulados, constituem um forte potencial no processo de desenvolvimento territorial da referida região. E dessa forma, possibilitando importantes transformações nas bases produtivas baseadas nas iniciativas locais, sobretudo no contexto do latifúndio alagoano ainda marcado pela dependência do setor agroindustrial.

Palavras-chave: Território usado. Indústria local. Região Geográfica Imediata de Arapiraca. Desenvolvimento territorial. Grupos empresariais locais. Atacadistas distribuidores.

ABSTRACT

SILVA, Clevisson José da. **The uses of territory in the productive sector:** for a local industrialization in the state of Alagoas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

The unquestionable capacity for transforming industrialization has emanated innumerable studies at different scales within the scope of the human and social sciences. However, in the case of the state of Alagoas, they are often works aimed at analyzing the large enterprises located in the coastal part. And, more, analyzed from the perspective of the old development policies adopted in Brazil, generally under the tonic of an overvaluation of external industries to the detriment of internal activities. Taking another path, thinking about territorial development based on the coordination of the State in relation to the productive forces that the Alagoas territory already has internally, the present study has the central objective of understanding the uses of the territory undertaken by the local industries in the Immediate Geographic Region of Arapiraca. To this end, we sought to analyze the economic organization of the state of Alagoas, the genesis of local industries in that region, their organization based on capillarity strategies, as well as to recognize the action systems that allow local industries to use Alagoas and Northeastern territory, and investigate state activism in strengthening these activities. The methodology comprised the triad that constitutes research in Geography: bibliographic research, referring to the investigated theme; documentary and data research, aiming at the acquisition of historical documents and normative content, in addition to secondary data published by official institutions; and field research, which enabled the acquisition of primary data, the knowledge of the studied area and the absorption of knowledge of reality, with the application of the theory combined with consistent methods of analysis. The results obtained revealed that, based on small commercial production, local industries played a fundamental role in the growth of the Immediate Geographic Region of Arapiraca. Thus, in large part, responsible for its current dynamics, representing activities that using the territory in a differentiated way, from the use of well-articulated action systems, constitute a strong potential in the territorial development process of that region. And in this way, enabling important transformations in the productive bases based on local initiatives, especially in the context of the Alagoas latifundio still marked by the dependence of the agroindustrial sector.

Keywords: Territory used. Local industry. Immediate Geographic Region of Arapiraca. Territorial development. Local business groups. Distributor wholesalers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Perspectivas teóricas da investigação.....	33
Figura 2 - Recortes da investigação.....	34
Figura 3 - Classificação do IBGE para hierarquização dos centros urbanos.....	76
Figura 4 - Mapa estratégico da FIEA (2019-2022)	97
Figura 5 - Casa da Indústria Napoleão Barbosa (frente).....	97
Figura 6 - Casa da Indústria Napoleão Barbosa (lateral).....	97
Figura 7 - Plantação de fumo na Região Geográfica Imediata de Arapiraca (Taquarana/AL)	105
Figura 8 - Projeto Cinturão Verde: estufa de mudas de hortaliças (Arapiraca/AL) ...	108
Figura 9 - Arapiraca Garden Shopping.....	109
Figura 10 - Surgimento das indústrias locais na Região Geográfica Imediata de Arapiraca.....	129
Figura 11 - Os usos do território pelas indústrias locais.....	134
Figura 12 - A formação dos grupos empresariais locais.....	139
Figura 13 - Instalações do Grupo Andrade Distribuidor em Arapiraca/AL.....	143
Figura 14 - Organização do funcionamento do Grupo Vieira.....	145
Figura 15 - Organização do funcionamento do Grupo Popular.....	148
Figura 16 - Organização do funcionamento do Grupo Zezinho Galdino.....	150
Figura 17 - Organização do funcionamento do Grupo Coringa.....	153
Figura 18 - Organização do funcionamento do Grupo SPessoa.....	155
Figura 19 - Organização do funcionamento do Grupo Asa Branca.....	157
Figura 20 - Organização do funcionamento do Grupo Imprima.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alagoas: estrutura fundiária (1975-2006)	55
Tabela 2 - Alagoas: caracterização da indústria de acordo com o porte (2018)	66
Tabela 3 - Nordeste: ranking por empresas industriais e PIB industrial.....	68
Tabela 4 - Espaços industriais no estado de Alagoas.....	98
Tabela 5 - Alagoas: maiores empresas atacadistas distribuidoras.....	142
Tabela 6 - Empresas do Grupo Vieira.....	144
Tabela 7 - Empresas do Grupo Popular.....	147
Tabela 8 - Empresas do Grupo Zezinho Galdino.....	149
Tabela 9 - Empresas do Grupo Coringa.....	151
Tabela 10 - Empresas do Grupo SPessoa.....	154
Tabela 11 - Empresas do Grupo Asa Branca.....	156
Tabela 12 - Empresas do Grupo Imprima.....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Alagoas: evolução das indústrias têxteis.....	50
Quadro 2 - Alagoas: primeiras fases da indústria de transformação.....	53
Quadro 3 - Alagoas: sindicatos patronais da indústria.....	67
Quadro 4 - Incentivos praticados pela SUDENE.....	88
Quadro 5 - Demonstração de financiamentos dos bancos públicos para a indústria....	90
Quadro 6 - Incentivos praticados pelo PRODESIN.....	91
Quadro 7 - Linhas de crédito operadas pela Desenvolve – Agência de Fomento de Alagoas.....	93
Quadro 8 - Incentivos praticados pela Prefeitura Municipal de Maceió.....	94
Quadro 9 - Incentivos praticados pela Prefeitura Municipal de Arapiraca.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Território alagoano: evolução do número de engenhos (1639-1905)	47
Gráfico 2 - Alagoas: histórico produtivo da cana-de-açúcar (2000-2019)	60
Gráfico 3 - Alagoas: evolução do número total de Micro e Pequenas Empresas (2007-2015)	63
Gráfico 4 - Concentração industrial na Região Geográfica Imediata de Maceió.....	82
Gráfico 5 - Concentração industrial na Região Geográfica Imediata de Arapiraca.....	85
Gráfico 6 - Alagoas: número de empresas incentivadas pela SUDENE (2004-2019)....	89
Gráfico 7 - Alagoas: número de empresas incentivadas pelo PRODESIN (2015-2019)	92
Gráfico 8 - Taxa de urbanização por município da Região Geográfica Imediata de Arapiraca.....	102
Gráfico 9 - População estimada por município da Região Geográfica Imediata de Arapiraca.....	103
Gráfico 10 - Principais atividades industriais da Região Geográfica Imediata de Arapiraca.....	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Alagoas: divisão em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017)	38
Mapa 2 - Localização da área de estudo.....	42
Mapa 3 - Alagoas: malha rodoviária (2013)	75
Mapa 4 - Alagoas: regiões de influência das cidades (2018)	77
Mapa 5 - Alagoas: concentração de empresas industriais por Região Geográfica Imediata (2020)	81
Mapa 6 - Alagoas: concentração de empresas industriais por municípios (2020).....	85
Mapa 7 - Região Geográfica Imediata de Arapiraca: indústrias por município.....	116
Mapa 8 - Alagoas: capilaridade das empresas atacadistas distribuidoras.....	141

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABAD	Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados
ACADEAL	Associação do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado de Alagoas
AL	Alagoas
APL	Arrojo Produtivo Local
ARSAL	Agência Reguladora de Servios Públicos do Estado de Alagoas
BA	Bahia
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Servios Turísticos
CEF	Caixa Econômica Federal
CESMAC	Centro de Estudo Superior de Maceió
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONEDS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social
CPQP	Cadeia Produtiva da Química e do Plástico
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema nico de Saúde
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FERA	Faculdade de Ensino Regional Alternativa
FIEA	Federação das Indústrias do Estado de Alagoas
FNE	Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste
GO	Goiás

IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESC	Instituto de Ensino Superior Santa Cecilia
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
INCOFORTE	Indústria e Comércio de Fumo Extra Forte
INCOFUSBOM	Indústria e Comércio de Fumo Super Bom
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
MDF	Medium Density Fiberboard
ME	Micro Empresa
MEI	Micro Empreendedor Individual
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
NIA	Núcleo Industrial de Arapiraca
PCA	Polo Cloroquímico de Alagoas
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PRODESIN	Programa de Desenvolvimento Integrado
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RFB	Receita Federal do Brasil
RGIA	Região Geográfica Imediata de Arapiraca
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDETUR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
SEMPTUR	Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SICONGEL	Sindicato das Indústrias Alimentares de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Sucos e Concentrados, Doces e Conservas do Estado de Alagoas
SICONN	Sistema Integrado de Comunicação Novo Nordeste
SILEAL	Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Alagoas
SIMAGRAL	Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Mármore e Granito do Estado de Alagoas
SINDAÇÚCAR	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas
SINDAGUA	Sindicato das Indústrias de Engarrafamento de Água Mineral do Estado de Alagoas
SINDCACHAÇA	Sindicato das Indústrias de Cachaça, Cerveja, bebidas destiladas e bebidas fermentadas do Estado de Alagoas
SINDENERGIA	Sindicato das Indústrias de Energia do Estado de Alagoas
SINDICER	Sindicato da Indústria de Produtos Cerâmicos do Estado de Alagoas
SINDIPAN	Sindicato da Indústria de Panificação, Confeitaria, Bolos, Bolachas, Biscoitos e Massas Alimentícias do Estado de Alagoas
SINDIVEST	Sindicato da Indústria do Vestuário do Estado de Alagoas
SINDMEC	Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Alagoas
SINDMINERAL	Sindicato das Indústrias de Extração Mineral do Estado de Alagoas
SINDMOVEIS	Sindicato da Indústria de Marcenaria, Móveis e Esquadrias do Estado de Alagoas
SINDUSCAL	Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de Alagoas
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas
SINGAL	Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Alagoas

SINPERAL	Sindicato das Indústrias Químicas, Petroquímicas e de Resinas Sintéticas do Estado de Alagoas
SINPLAST	Sindicato das Indústrias de Plásticos e Tintas do Estado de Alagoas
SINPROCIM	Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Alagoas
SINTORMOC	Sindicato da Indústria do Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TLF	Taxa de Localização e Funcionamento
TRANSPLAS	Indústria Transformadora de Resíduos Plásticos
TSU	Taxa de Serviços Urbanos
UF	Unidade Federativa
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
UNICA	União da Indústria de Cana-de-açúcar
UNIFIL	Centro Universitário Filadélfia
UNINASSAU	Centro Universitário Maurício de Nassau
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIRB	Universidade Regional da Bahia
UNISA	Universidade Santo Amaro
UNIT	Centro Universitário Tiradentes
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	22
PRIMEIRA SEÇÃO – Um caminho metodológico	28
▪ Do projeto de pesquisa à construção da dissertação.....	29
▪ Região Geográfica Imediata de Arapiraca: o recorte espacial em questão.....	36
SEGUNDA SEÇÃO – Gênese e evolução da atividade industrial em Alagoas: a formação histórica como um caminho de operacionalização do método	43
▪ A formação territorial e econômica: organização e reorganização do espaço alagoano.....	44
▪ Novas dinâmicas territoriais: as transformações da economia alagoana no início do século XXI.....	58
TERCEIRA SEÇÃO – A organização espacial da indústria e o ativismo estatal em Alagoas	70
▪ Densidade e rarefação: a concentração industrial e as influências da hierarquia urbana no território alagoano.....	71
▪ Estado, capital e condições normativas: as políticas de incentivos governamentais no estado de Alagoas.....	87
QUARTA SEÇÃO – A atividade industrial na Região Geográfica Imediata de Arapiraca	101
▪ O município de Arapiraca e sua centralidade econômica no território alagoano.....	102
▪ Iniciativas locais: os setores industriais de maior expressão econômica.....	114
QUINTA SEÇÃO – Usos do território e indústrias locais na Região Geográfica Imediata de Arapiraca	127
▪ Para além das verticalidades: as indústrias locais como expressão das horizontalidades no território.....	128
▪ Novas organizações no setor produtivo: os grupos empresariais locais.....	138
Considerações Finais	162
Referências	169
Apêndices	180
Anexos	185

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A capacidade de analisar e explicar a realidade a partir de uma interpretação crítica do espaço e de suas dinâmicas é um dos maiores atributos da geografia. Ciência do presente que recorrendo ao passado possui a aptidão de fazer projeções do futuro. Sobretudo, a partir da corrente crítica, a geografia tem mantido uma extensa agenda de pesquisa, alcançando resultados positivos na complexa tarefa de pensar o mundo atual, promovendo, inclusive, a inserção de diversos temas, não tradicionalmente geográficos, como também de interesse dos geógrafos.

No período atual, entendido por Santos ([1994] 2008) como meio técnico-científico informacional, o modo capitalista de produção tem mostrado as suas perversidades com maior incidência, concentrando riquezas em uma pequena minoria da população e expandindo a pobreza à grande massa, aumentando ainda mais as *desigualdades socioespaciais*. No entanto, conforme os ensinamentos de Santos ([2000] 2015) uma outra globalização é possível, baseada na consciência da solidariedade e da cidadania. Um mundo melhor, mais justo, mais humano.

Afinal, a gestão dos recursos dos territórios não se dá apenas pelos grandes agentes hegemônicos globais, mas também pelos agentes locais, que envoltos de políticas locais, desempenham papel de importância nesse processo (BENKO; PECQUEUR, 2001). No entanto, o uso do território como recurso tem possibilitado ainda mais a supervalorização das questões econômicas em detrimento das questões sociais, motivo pelo qual a análise da realidade espacial¹ tem se mostrado cada vez mais essencial à compreensão da organização e da dinâmica dos territórios (MÉNDEZ, 1997).

Seguindo os caminhos de método de Santos ([1996] 2014), é preciso entender o espaço geográfico como objeto de estudo da geografia, compreendendo-o como instância social e não meramente como palco das ações humanas. Nesse contexto, a organização do espaço se configura como de interesse central do geógrafo, tornando possível, a partir de sua análise, a apreensão da totalidade das complexas relações sociais espacialmente estabelecidas ao longo do tempo; sendo para tanto, de essencial necessidade a compreensão da dialética estabelecida entre as categorias fundamentais de análise do espaço: estrutura, processo, função e forma (SANTOS, [1985] 2014).

¹ De acordo com Méndez (1997, p. 2), “cualquier análisis de una realidad espacial, ya se trate de un área metropolitana, una región, un país, una comarca rural o un sistema de ciudades, exige incorporar la acción ejercida por múltiples factores, que actúan de forma interactiva, reforzándose o compensándose mutuamente. Junto a la influencia de las condiciones naturales o ecológicas, las herencias derivadas de un pasado que aún se hace presente en ocasiones, el volumen y características de la población, el sistema de relaciones sociales, las pautas culturales dominantes, o la organización político-institucional serán las principales razones explicativas de su situación actual, que han dado origen a otras tantas ramas de estudio especializadas”

Com efeito, as questões econômicas se evidenciam como determinantes à configuração dos territórios e, portanto, são essenciais à compreensão da organização espacial. Daí o processo de industrialização representar um dos mais tradicionais temas de análise das ciências humanas e sociais no Brasil, sobretudo por sua capacidade de oferecer mudanças significativas aos territórios, tendo sido introduzido na agenda de pesquisa geográfica com a tese de Elina de Oliveira Santos, intitulada *A industrialização de Sorocaba: bases geográficas* em 1951 na Universidade de São Paulo (USP) sob a orientação do Professor João Dias da Silveira.

Nesse sentido, foi importante revisitar o processo de industrialização brasileiro. Conforme percebeu-se, um tema de grande interesse científico, que vem motivando intelectuais que visam entender sua gênese e seu processo de desenvolvimento, sobretudo pelas ciências humanas e sociais, onde encontra-se inúmeras teorias que buscam explicar a indústria no Brasil.

Dentre elas destacam-se aquelas que alcançaram maior aceitação no meio acadêmico. A título de informação cita-se: a *Teoria dos Choques Adversos*, mormente representada pelos estudos de Tavares (2000) e Furtado (2007) e que defende um processo de industrialização a partir da substituição de importações; A *Teoria da Industrialização pela Expansão das Exportações*, defendida por Dean (1971), Peláez (1972) e Nicol (1974) que estabelece uma relação direta entre a expansão das exportações e a industrialização; A *Teoria do Capitalismo Tardio*, discutida por Cano (1975), Silva (1976), Silva ([1976] 1986) e Mello ([1982] 1991), que considera o processo como fortemente atrelado à economia cafeeira e assim defende que o desenvolvimento da industrialização deve ser entendido como capitalista e que o capital industrial brasileiro tem origem na acumulação gerada pelo café; e ainda a *Teoria da Industrialização Promovida pelo Governo*, a qual Versiani, F. e Versiani, M. (1977) representam certamente o maior aporte teórico, oferecendo uma interpretação onde se considera que o governo participou com relevância da promoção industrial.

No âmbito da geografia, muitas contribuições foram desenvolvidas sobre o processo brasileiro de industrialização, com destaque para os programas de pós-graduação, que muito tem produzido sobre o tema. Existe na geografia brasileira um grupo de pesquisadores e intelectuais que desenvolveram estudos primorosos e que constituem autoridades teóricas nessa área do conhecimento no país. Cite-se a título de exemplo as contribuições de Mamigonian (1965, 2004), Scarlato (1981), Lencioni (1991), Arroyo (2001) e Sposito e Santos (2012). Além do estudo clássico de Geiger (1988) que destaca um vasto sistema de planejamento montado pelo Estado que garante o crescimento industrial e o desenvolvimento da urbanização. Acrescente-se ainda, o ensaio de Diniz Filho (2005) que ao explicar a atual configuração

espacial da indústria brasileira, evidencia o desenvolvimento industrial fora dos tradicionais centros urbanos. Desde já, ressalta-se que o presente estudo adota principalmente as contribuições de Mamigonian (1965, 2004) melhor detalhadas mais adiante.

Conforme abordado, o interesse pelo tema do processo de industrialização no Brasil tem resultado em estudos constantes, sendo o conhecimento atualizado e reformulado a cada novo estudo. Essa produção bibliográfica sobre o tema, aponta para um processo concentrado principalmente nas regiões mais dinâmicas do país, situação que se reflete pelo fato da grande indústria ser territorialmente concentrada nas regiões de maior densidade técnica², e, portanto, nos espaços luminosos e fluidos³, como é o caso do Sudeste e do Sul, expressando assim as desigualdades do território brasileiro, justificadas em parte pelo processo histórico de formação.

No caso do Nordeste brasileiro⁴, representado por uma indústria espacialmente desconcentrada, com atividades pontuais e localizadas, a intervenção estatal é determinante na configuração de novos padrões de instalação industrial. Com sua formação territorial relacionada sobretudo a cultura da cana-de-açúcar, a região possui fragilidades produtivas devido a um sistema de monocultura ancorado em um processo secular de latifúndio. Nesse quadro de referência, o estado de Alagoas, com grandes disparidades internas, desenvolveu sua indústria centrado na monocultura, impossibilitando a diversificação produtiva, não reduzindo suas desigualdades e não permitindo a elevação no nível de vida da sua população.

A despeito das precárias condições sociais, a economia alagoana possui alguns setores econômicos expressivos e com a apresentação de atividades potenciais em cada fração de seu território. O litoral é caracterizado sobretudo pela monocultura da cana-de-açúcar, com uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural e forte influência do poder das oligarquias⁵, além de outros setores da indústria moderna; o sertão alagoano possui a pecuária como atividade de maior expressão econômica, onde destaca-se nesse contexto a bacia leiteira, com importância decisiva na economia sertaneja; já a região agrestina possui uma economia mais diversificada, caracterizada por um forte setor de comércio e prestação de serviços, afora

² Sobre a *técnica* consultar Ortega y Gasset ([1939] 1963).

³ O território brasileiro possui uma expressiva desigualdade territorial, com condições diferenciadas em toda sua extensão, o que pode ser entendido como resultado do processo histórico de formação e das numerosas variáveis do atual período. Sobre isso ver Santos e Silveira ([2001] 2016, p. 259).

⁴ São muitas as percepções equivocadas do Nordeste brasileiro, as quais o considera como um território sem potencialidades produtivas. Na verdade, como aborda Mamigonian (2009, p. 49) “o Nordeste é a região mais estudada e talvez mais mal interpretada do Brasil”.

⁵ Ao estudar essas oligarquias Tenório ([1997] 2009, p. 109) destaca: “Na verdade, a estrutura de poder, os mesmos grupos, as mesmas famílias continuam a ter domínio das decisões governamentais e o acesso privilegiado aos eventuais detentores de poder”.

a emergência de um setor de indústrias locais, emanado de uma *reprodução do capital* da atividade fumageira e da feira livre na região de Arapiraca.

Os dados da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA)⁶ demonstram que o parque industrial alagoano possui na capital do estado o maior quantitativo de atividades, representada a grosso modo por indústrias nacionais e regionais que buscam territórios dotados de infraestrutura básica à garantia de seus interesses particulares. Já o município de Arapiraca/AL possui o segundo maior quantitativo industrial, mas com destaque a um tipo de indústria de caráter local.

Observa-se, assim, que a organização da economia alagoana é distinta em cada recanto de seu território. Chama a atenção as particularidades da Região Geográfica Imediata de Arapiraca (RGIA)⁷ com a sua expressiva e diferenciada organização, bem como a sua importância para a economia regional, com indústrias que representam uma possibilidade à diversificação produtiva na economia local e ao fortalecimento de novas frentes produtivas no território estadual. Portanto, analisar a atuação dessas atividades, mostra-se como uma necessidade, haja vista as dificuldades econômicas do estado e o papel positivo dessas indústrias para a economia local. Assim, as indústrias locais emergem como um tema a ser investigado à luz dos usos do território no período atual.

O presente trabalho está organizado em cinco seções que versam sobre o tema apresentado no título: *Os usos do território no setor produtivo: por uma industrialização local do estado de Alagoas*, na busca da elucidação do processo investigado e no alcance dos objetivos propostos. Na primeira seção, intitulada *Um caminho metodológico* apresenta-se os direcionamentos metodológicos da investigação, no intuito de possibilitar ao leitor a compreensão tanto dos princípios norteadores da investigação quanto do seu processo de construção. Para tanto, aborda uma discussão das lacunas em que o trabalho pretende contribuir, os pressupostos da investigação, objetivos, procedimentos de execução, fundamentação teórica, justificativa, hipóteses de trabalho, apresentação e justificativa do recorte espacial da pesquisa.

A segunda seção, intitulada *Gênese e evolução da atividade industrial em Alagoas: a formação histórica como um caminho de operacionalização do método*, realiza uma discussão da origem e do desenvolvimento da atividade industrial em Alagoas, considerando as principais

⁶ Dados adquiridos no Zoneamento Industrial em Alagoas – 2014, disponível em: <http://www.fiea.org.br/zoneamento-industrial-em-alagoas>.

⁷ A RGIA – recorte espacial da investigação – é explicada no item 1.2, mas desde já se destaca que se refere a um recorte do território alagoano com dezessete municípios do interior, proposto pelo IBGE na nova divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas publicada em 2017.

fases econômicas da indústria no estado e as atividades produtivas de maior expressão. Para tanto, buscou-se desenvolver uma discussão ancorada na formação histórica como meio de apreensão das dinâmicas espaciais, considerando a relação espaço-tempo em sua complexidade.

A terceira seção, intitulada *A organização espacial da indústria e o ativismo estatal em Alagoas*, busca discutir os principais elementos que configuram a atual organização da indústria no território alagoano. Para tanto, a consideração das influências da rede urbana e das políticas de incentivos governamentais se caracterizam como elementos importantes no processo de apreensão das dinâmicas espaciais, que ditam as regras de localização da atividade industrial no estado de Alagoas.

Na quarta seção, intitulada *A atividade industrial na Região Geográfica Imediata de Arapiraca* é realizada uma análise direta da atividade industrial na RGIA, considerando as suas especificidades, que possibilitam inclusive uma dinâmica econômica potencializada pela participação das indústrias locais. Para tanto, caminha-se por uma análise tanto da importância do município de Arapiraca para a economia alagoana, como também dos diversos setores industriais dessa região.

Já a quinta seção, intitulada *Usos do território e indústrias locais na Região Geográfica Imediata de Arapiraca*, realiza uma análise direta das indústrias locais da RGIA, promovendo uma discussão a partir dos usos do território. Desta forma, busca-se entender as especificidades das indústrias locais, verificando os usos do território por elas empreendidos, seus modos de operação e compreendendo sua verdadeira natureza. Além da identificação e análise de importantes grupos empresariais locais.

PRIMEIRA SEÇÃO

UM CAMINHO METODOLÓGICO

1.1 Do projeto de pesquisa à construção da dissertação

O estudo da organização econômica dos territórios é essencial para a compreensão da organização espacial⁸, haja vista que as singularidades das questões econômicas, concebidas como determinantes à dinâmica dos lugares, influencia diretamente a configuração dos territórios. Logo, a fluidez técnica e os novos nexos econômicos, característicos do período atual, também são possíveis graças aos usos que as empresas fazem dos territórios, modificando o espaço das cidades e o funcionamento das economias locais.

Nesse contexto, a industrialização é prática espacialmente materializada e desigualmente estabelecida, representando um processo⁹ essencial para a dinâmica territorial, sobretudo nos países subdesenvolvidos¹⁰, pois comporta importante geração de riquezas e a partir da circulação dos recursos impõe novas condições sociais aos lugares, mudanças que são possíveis graças ao poder da economia, como instância social. Logo, as atividades produtivas dos territórios com problemas econômicos são de uma importância ainda mais expressiva, pois representam também uma possibilidade de maior geração de dinâmica.

Destaque-se, que nessa perspectiva, o território, como categoria de análise geográfica, não responde por si só aos paradoxos existentes no espaço, uma vez que a ação que se sobrepõe ao espaço é que o faz território. Dessa forma, a simples noção de Estado territorial explicaria o funcionamento e as contradições espaciais, o que não ocorre, especialmente, a partir da revolução técnico-científica. O seu uso é que o faz complexo e contraditório conforme percebe-se no mundo atual. São seus diferentes usos, conectados a diversos níveis de intencionalidades, que o torna conflitante, estabelecendo diferentes territorialidades em um mesmo espaço. Caracterizando, assim, como território usado.

Torna-se possível a partir da sua compreensão, elucidar as questões referentes a ação dos agentes econômicos no território e na sociedade nele inserida. Contudo, Alagoas possui um território acometido sobretudo, pela influência de vetores externos que moldam o seu arranjo territorial. O estado possui uma fragilidade econômica e produtiva emanada da dependência de

⁸ Para Corrêa (2007, p. 67): “Produto da ação humana ao longo do tempo, a organização espacial é um reflexo social, [...]. É o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da terra”.

⁹ Destaca-se que conforme define Santos ([1985] 2014, p. 69, grifo nosso) “*Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”.

¹⁰ Para Santos (1959, p. 3), “industrialização e desenvolvimento são sinônimos sobretudo para as economias subdesenvolvidas. Assim, os fatores que impedem ou dificultam a industrialização podem, com razão, ser considerados entre os que impedem ou dificultam o desenvolvimento”.

um sistema econômico monocultor ainda com características do período colonial e controlado pelo poder das oligarquias locais, além de um “vazamento” de capital para outros estados (principalmente Pernambuco e Paraíba) com a aquisição de produtos industrializados básicos, que poderiam – com os devidos investimentos – serem produzidos internamente, evitando o elevado nível de importações interestaduais. Questões não raramente desconsideradas pela produção acadêmica sobre o tema, que com frequência, insiste em defender um desenvolvimento apenas pela instalação de empresas externas, negligenciando o que a presente investigação evidencia, a possibilidade do desenvolvimento territorial também a partir das atividades industriais internas.

Nas duas últimas décadas as atividades produtivas de menor dimensão têm se inserido com intensidade na economia alagoana. Nesse período Alagoas vive o fim do ciclo da cana-de-açúcar, com a maior crise produtiva de sua história, e as micro e pequenas empresas lançam-se no mercado regional de forma marcante, onde se destacam as indústrias locais da RGIA, não raramente articuladas ao *circuito inferior* da economia¹¹, onde encontram forma de sustentação.

Nesse contexto, evidenciar as indústrias locais como integrantes da economia alagoana mostrando-as como um potencial à diversidade produtiva e consequente melhora das condições sociais do território, mostra-se fundamental no sentido de contribuir com as políticas de planejamento territorial. Pois, do mesmo modo que a gestão dos recursos pelas empresas sofre influência dos agentes e das políticas locais, bem como da ordem capitalista global, as condições econômicas exercem importância sobre a estrutura e o dinamismo dos territórios.

Ressalva-se que muitos tem sido os estudos que se preocuparam e se preocupam em investigar o papel das indústrias na organização econômica dos lugares. Todavia, no caso alagoano, são estudos que abordam sobretudo o processo de industrialização do litoral alagoano voltado para os grandes empreendimentos, deixando lacunas em se tratando das indústrias locais da RGIA, que carece que investigação sobretudo pela necessidade de pensar uma industrialização diferente daquela empreendida a partir da instalação de indústrias externas ao território alagoano.

Neste sentido, definiu-se como *objetivo geral* desse trabalho, entender os usos do território empreendidos pelas indústrias locais na RGIA, e para seu alcance a investigação trilhou por caminhos que representam os *objetivos específicos*, a saber: 1. Analisar a organização econômica do estado de Alagoas, 2. Entender a gênese das indústrias locais da

¹¹ Sobre Circuito Inferior da Economia, ver Santos ([1975] 2008).

RGIA; 3. Conhecer e mapear as principais indústrias locais, dividindo-as por seguimentos de atuação; 4. Compreender a organização das indústrias locais a partir de suas estratégias de capilaridade; 5. Reconhecer os sistemas de ações que permitem as indústrias locais usarem o território alagoano e nordestino; e 6. Averiguar a existência do poder público no fortalecimento dessas atividades; além de contribuir com os estudos de geografia econômica e com as políticas de planejamento territorial do estado de Alagoas.

Para tanto, duas questões problema são decisivas: considerando as dificuldades do processo de industrialização de Alagoas, como o estado pode desenvolver suas forças produtivas baseando-se nas possibilidades que o território já dispõe internamente? e nesse contexto quais são os usos do território empreendidos pelas indústrias locais da RGIA?. A hipótese que norteia a investigação é de que essas indústrias locais representam agentes responsáveis pela dinâmica econômica dessa região, pois possuem uma lógica de uso do território diferente das grandes corporações, ancorando-se na utilização de sistemas de ações estrategicamente bem articulados a partir da circulação interna dos recursos, representando um grande potencial para construção de uma indústria alagoana forte e competitiva.

Para atender aos objetivos propostos, parte-se do pressuposto de que entender as atividades produtivas dos lugares consiste, sobretudo, em trilhar diversos caminhos que levam a apreensão do atual período histórico, com a compreensão da configuração do território e da organização do espaço. Nesse sentido, uma fundamentação teórico-metodológica consistente se faz necessária, no sentido de construir um sistema corrente de ideias que permita a compreensão da realidade, como aponta George ([1970] 1972) de uma *maneira geográfica*. A propósito, conforme Santos ([1996] 2014, p. 21), “cada vez que um geógrafo decide trabalhar sem se preocupar previamente com o seu objeto, é como se para ele, tudo fossem ‘dados’, e se entrega a um exercício cego sem uma explicitação dos procedimentos adotados, sem regras de consistência, adequação e pertinência”.

O presente estudo transcorre por meio de uma pesquisa analítica acerca do tema, onde o desenvolvimento científico do trabalho tende a buscar um caminho propício para a compreensão e interpretação da realidade, trilhando por uma investigação que privilegia os aspectos qualitativos, mas sem, contudo, descartar as análises quantitativas a propósito do objeto e estudo. Nesse viés, as bases científicas da investigação partem do método dialético, que permite pensar a realidade não como algo estabilizado, mas procurando identificar o processo, seus conflitos e contradições, e do paradigma materialismo histórico na busca da racionalidade materialista dialética a partir do movimento do processo histórico.

A pesquisa está centrada na concepção de *espaço geográfico* de Santos ([1996] 2014, p. 63), onde “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, e de *método geográfico* em Santos ([1985] 2014, p. 67), onde “[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é essa que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço”, além das formulações também de método desenvolvidas por George ([1970] 1972).

Portanto, toma-se como referencial norteador da investigação a concepção de *território usado*, desenvolvida por Santos (1996), Santos e Silveira ([2001] 2016) e também trabalhada em Souza ([2003] 2017), por proporcionar uma leitura do mundo coerente com o seu quadro real, marcado por paradoxos que revelam os diferentes usos do território. Assim, o território se mostra relacionado com o mundo atual, dominado pelos agentes hegemônicos que veem o território como recurso, diferente da sociedade que o tem como abrigo. Logo, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social” (SANTOS, 1996, p. 15).

Neste caminhar, considerando que a economia brasileira possui fragilidades que podem ser em partes explicadas pelo processo de formação econômica e por suas condições periféricas; e que o Brasil ainda permanece com características do sistema econômico colonial, com dificuldades de autossuficiência produtiva. No que se refere a industrialização, a pesquisa ora apresentada adota a perspectiva desenvolvida por Mamigonian (1965, 2004) a partir da valorização da pequena produção mercantil e do fortalecimento das burguesias locais.

Tal fundamentação tem se mostrado muito eficiente para pensar e analisar o desenvolvimento econômico do território alagoano, considerando-se que suas interpretações se direcionam por uma abordagem econômica de valorização das indústrias locais ao invés das indústrias externas. Elemento essencial para o efetivo desenvolvimento das forças produtivas do território. Portanto, nessa perspectiva, é possível pensar a mudança do foco nas bases econômicas visando a consolidação de um planejamento ancorado na indústria interna.

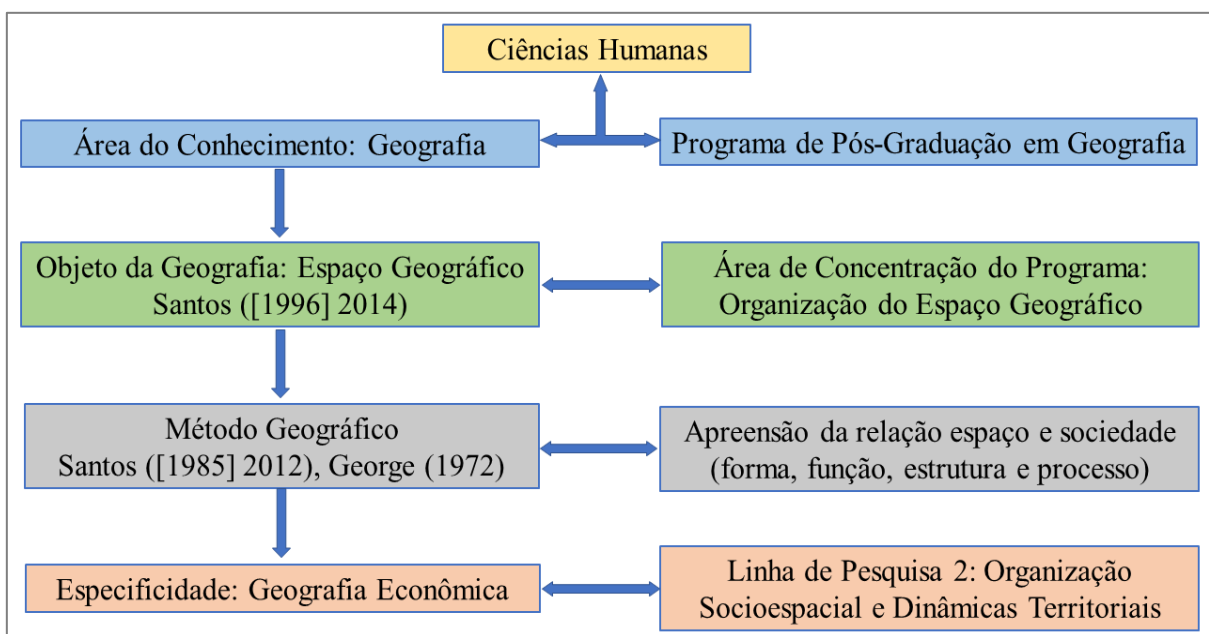
Nessa direção a participação do poder público no fortalecimento dessa indústria é necessária. Quer dizer, a ação do Estado é de extrema importância, tanto como conessor de incentivos, como também agente criador de *sistemas de engenharias* no território. Trata-se da dotação de infraestrutura aos territórios, questão essencial para maior atuação das empresas e fluidez dos lugares. A consideração da ação governamental é indispensável para estudos dessa

natureza, e no caso alagoano não seria diferente, especialmente ao considerar-se a inexistência de estudos específicos com os objetivos propostos na presente pesquisa. Contudo, estudos econômicos, históricos e territoriais do Nordeste e de Alagoas têm sido de grande valia a tais objetivos, podendo-se aqui relacionar os estudos clássicos de Freyre ([1937] 2004), Andrade ([1963] 2011), Guimarães ([1964] 1989), Lima (1965) e Guimarães Neto (1989).

Além dos autores aludidos, alguns estudos diretamente de natureza geográfica que tem abordado o tema da industrialização em Alagoas emergem como contribuições importantes. Deve-se destaque ao estudo de Moraes (2012) que busca entender a organização espacial da indústria nos estados do Ceará e Alagoas, ao estudo de Firmino (2015) que ao estudar a feira livre em Arapiraca e Itabaiana/SE discuti também o processo de industrialização no território alagoano e ao estudo de Mendes (2020) sobre a indústria de alimentos em Alagoas.

Também se priorizou o aprofundamento de uma base teórica a propósito da formação territorial e econômica de Alagoas e do Nordeste, ancorada também nas proposições de Carvalho ([1982] 2015; [2006] 2014), Gomes (2014), Medeiros (2013) e Tenório ([1997] 2009), dentre outros, que auxiliam na apreensão mais ampla e aprofunda do tema de estudo. A Figura 1 ilustra algumas das perspectivas teóricas adotadas na investigação, estando em consonância com a área de concentração do programa de pós-graduação e com a linha de pesquisa em que a pesquisa está enquadrada.

Figura 1 - Perspectivas teóricas da investigação

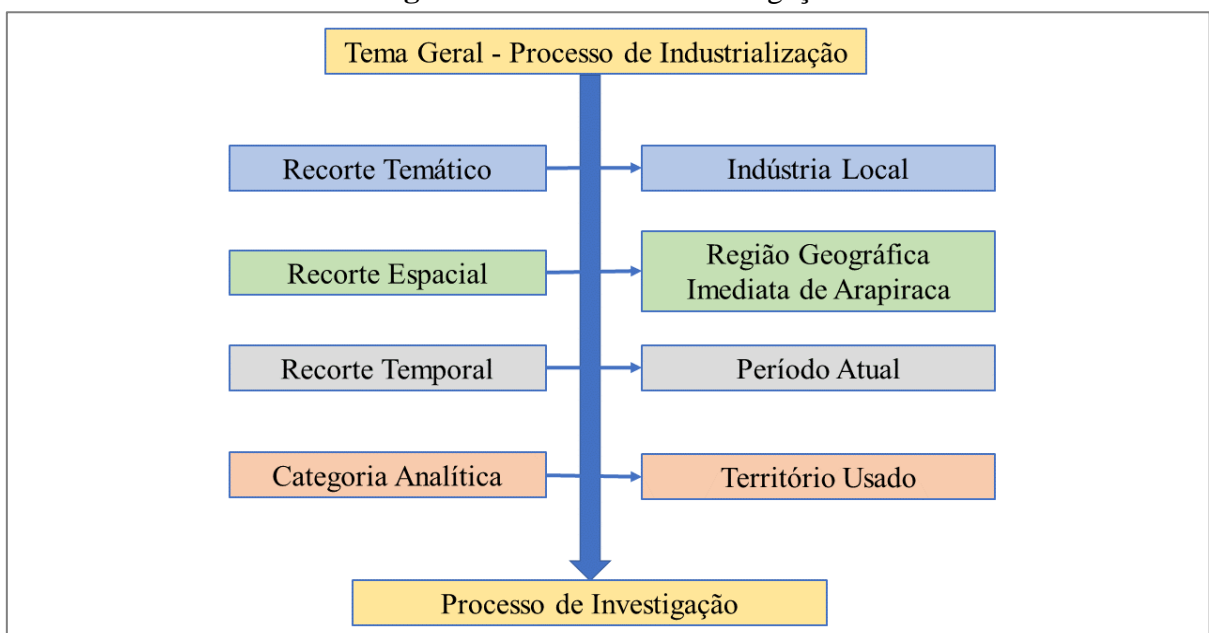


Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Visto a partir desta perspectiva e respeitando todas as etapas do processo de construção, a pesquisa obedece a uma ordem operacional de procedimentos metodológicos, subdivididos em momentos distintos que representam os três pilares metodológicos da pesquisa. A *pesquisa bibliográfica* que objetivou o aprofundamento do levantamento bibliográfico e o seu aprofundamento, revisão do material já obtido e seleção da bibliografia referente e necessária ao desenvolvimento do trabalho. *Pesquisa documental*, com levantamento e análise de documentos históricos, de conteúdos normativos, dados secundários e informações publicadas por instituições oficiais públicas e privadas, contando ainda com visitas programadas a instituições como os postos de atendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em Alagoas e a FIEA. Além da *pesquisa de campo*, que possibilitou a aquisição de dados primários, o conhecimento da área estudada e a absorção do conhecimento da realidade, com aplicação da teoria aliada a métodos consistentes de análise.

A pesquisa seguiu os seguintes procedimentos metodológicos: 1) Levantamento e revisão da produção bibliográfica sobre a temática abordada; 2) Aprofundamento do referencial teórico-metodológico; 3) Levantamento de dados junto a órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) e privados; 4) Leitura seguida de avaliação do material coletado; 5) Visitas de reconhecimento as áreas estudadas, seguido de mapeamentos; 6) Realização de entrevistas; e 7) Análise, interpretação e sistematização do material pesquisado. Convém destacar ainda os recortes naturalmente adotados pela investigação, conforme apresenta-se na Figura 2.

Figura 2 – Recortes da investigação



Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Portanto, conforme apresentado na Figura 2, a pesquisa em tela promove uma análise do processo de industrialização a partir do território usado no período atual, recorrendo ao processo de formação desde a gênese e principalmente as transformações da economia alagoana empreendidas desde o ano 2000, e para tanto definiu-se como objeto central as indústrias locais da RGIA, verificando a organização das indústrias em setores produtivos e as centralidades na rede urbana. O recorte espacial é melhor explicado no próximo item dessa seção.

Ressalta-se ainda que, entende-se por indústria local as empresas industriais que nasceram internamente no território, fruto de *reprodução do capital*¹² local, frequentemente fundadas por industriais locais a partir da iniciativa familiar e tendo um caráter de atuação local e regional. Muito dessa compreensão vem da discussão de iniciativas locais realizada por Mamigonian (1965) em seu estudo a respeito de Blumenau/SC, onde o autor discute um processo de industrialização promovido por *capitalistas sem capital*, referindo-se a industriais com espírito de iniciativa, mas sem muitos recursos. Residem aí pistas significativas à interpretação das dinâmicas que possibilitaram o surgimento das indústrias locais na RGIA. Pois, uma característica central à apreensão do processo de industrialização nessa região é a iniciativa familiar, uma vez que a maioria das empresas locais iniciaram suas atividades a partir da organização de famílias com alguma experiência comercial, consolidando, inclusive, grupos empresariais que atuam em diversos setores locais.

É importante destacar que mesmo trabalhando com um recorte geográfico específico, que possui suas especificidades haja vista contar com um histórico de migração europeia, o estudo clássico de Mamigonian (1965) oferece uma teoria explicativa das indústrias locais coerente de aplicação em qualquer recorte espacial, logicamente em observância as especificidades de cada área de estudo.

¹² Expressão utilizada por Cano (1975) para se referir aos processos de transferência de capital entre atividades econômicas distintas, sobretudo pela atuação dos bancos, agentes fundamentais que por intermediações financeiras e mecanismos de multiplicação do capital, financiam de forma direta ou indireta outras atividades econômicas, não necessariamente do mesmo tipo da fonte dos recursos.

1.2 Região Geográfica Imediata de Arapiraca: o recorte espacial em questão

O estado de Alagoas conheceu ao longo dos anos diversas regionalizações, a maioria delas propostas por órgãos governamentais oficiais, como é o caso do IBGE, que tem apresentado divisões frequentemente adotadas por diversos órgãos de planejamento do Estado¹³. Nesse contexto, o IBGE já apresentou seis propostas de regionalização: em 1942 o órgão publica a primeira regionalização em Zonas Fisiográficas; em 1960 promove revisões e publica a segunda regionalização também denominada de Zonas Fisiográficas; em 1968 publica a regionalização em Microrregiões Homogêneas; em 1976 publica a regionalização em Mesorregiões Homogêneas; já em 1990 publica a divisão em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas; e em 2017 publicou a atual regionalização, denominada de Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.

Para Alagoas, a regionalização de 1942¹⁴ dividia o estado em três zonas fisiográficas, a Zona do Litoral e Mata com 25 municípios, a Zona do Agreste com três municípios, e a Zona do Sertão com cinco municípios. A regionalização de 1960 dividia Alagoas em seis zonas fisiográficas, a Zona do Litoral, a Zona da Mata, a Zona do Baixo São Francisco, a Zona do Sertão do São Francisco, a Zona Sertaneja e a Zona Serrana. Ambas as regionalizações em zonas fisiográficas consideravam as características geográficas dominantes para definir as divisões, pautando-se de forma acentuada nos aspectos do meio físico e com predominância da noção de região natural.

Em 1968, a regionalização em Microrregiões Homogêneas¹⁵ substituiu as Zonas Fisiográficas já ultrapassadas pelas diversas mudanças sociais, estabelecendo uma nova divisão para o estado de Alagoas, baseada em nove microrregiões definidas a partir da organização do espaço produtivo e das teorias de localização dos polos de desenvolvimento, sendo definidas a Microrregião 113 composta por sete municípios, a Microrregião 114 composta por 17 municípios, a Microrregião 115 com 10 municípios, a Microrregião 116 com 19 municípios, a Microrregião 117 com nove municípios, a Microrregião 118 com 14 municípios, a Microrregião

¹³ Além disso, no caso de Alagoas propostas independentes iniciam com Espindola (1871) ao caracterizar o estado como um todo homogêneo, em seguida por Moreira e Silva (1919) que separa o estado nas faixas central ou da caatinga e oriental ou da mata, depois por Costa (1932) ao dividir o estado nas regiões marítima, mata, sertaneja e sanfranciscana, e ainda Lima (1965) que propõe uma divisão de Alagoas em seis zonas: Litoral da Mata, Mata, Agreste, Sertão, Sertão do São Francisco e Baixo São Francisco e Delta.

¹⁴ A divisão de 1942 foi a primeira regionalização oficial do IBGE, estabelecida pela Resolução nº 77 de 17 de julho de 1941 do Conselho Nacional de Geografia e utilizou a malha municipal de 1940, por isso o número total de municípios é somente de 33, apresentando inclusive alguns nomes e os limites diferentes dos atuais.

¹⁵ Vide IBGE (1968). Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas.

119 com seis municípios, a Microrregião 120 com sete municípios, e a Microrregião 121 com cinco municípios. Posteriormente, em 1976, o IBGE estabelece uma nova regionalização, criando níveis intermediários de agregado espacial denominados de Mesorregiões Homogêneas¹⁶, atribuindo ao estado de Alagoas três mesorregiões, a Mesorregião Homogênea do Sertão e Agreste Alagoano, a Mesorregião Homogênea da Mata Alagoana e a Mesorregião Homogênea de Maceió.

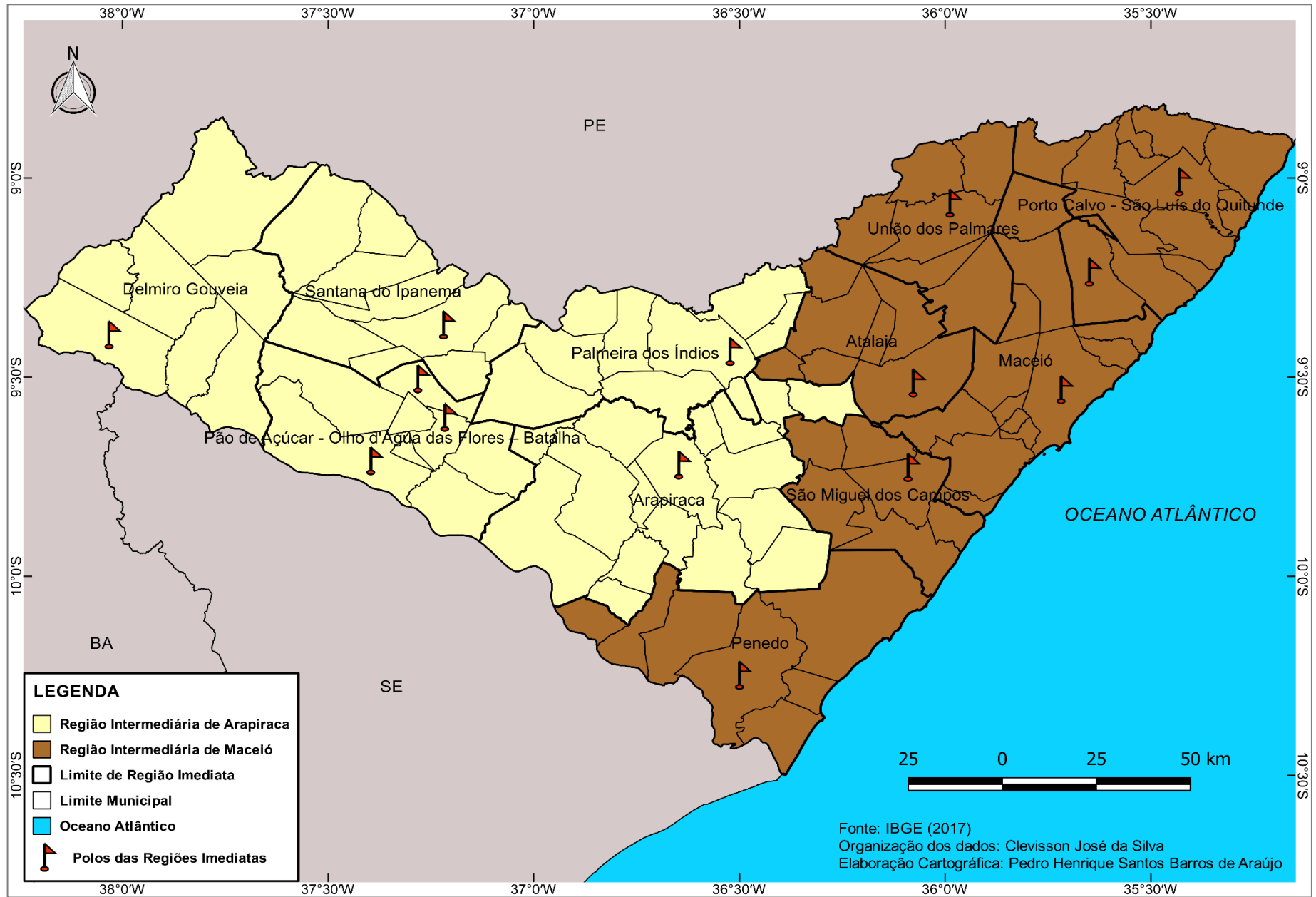
Já em 1990 é publicada a mais duradoura proposta de regionalização do Brasil até então, a divisão em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas¹⁷, com quase três décadas oficialmente em vigência, formulada a partir da definição de mesorregião com base nos processos sociais, no quadro natural e na rede de comunicação; e na definição de microrregiões definidas pelas especificidades da estrutura econômica, do quadro natural e das relações sociais, sendo as microrregiões partes integrantes das mesorregiões. No caso de Alagoas, essa regionalização dividiu o estado em três Mesorregiões Geográficas e em 13 Microrregiões Geográficas, sendo estabelecidas da seguinte forma: Mesorregião Geográfica do Leste Alagoano composta por seis Microrregiões (Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Litoral Norte Alagoano, Maceió, São Miguel dos Campos e Penedo); Mesorregião Geográfica do Agreste Alagoano composta por três Microrregiões (Palmeira dos Índios, Arapiraca e Traipu), Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano composta por quatro Microrregiões (Serrana do Sertão Alagoano, Alagoana do Sertão do São Francisco, Santana do Ipanema e Batalha).

Mais recentemente foi publicada a atual regionalização, em vigor deste 2017, denominada de Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, sendo elaborada levando em consideração os atuais processos sociais, políticos e econômicos, dividindo as unidades da federação em acordo com variáveis representativas das dinâmicas espaciais, como a configuração da rede urbana, a hierarquização dos centros urbanos, os fluxos de gestão do território e as regiões de influência das cidades. Para o caso alagoano, conforme apresentado no Mapa 1, essa regionalização divide o estado em 11 Regiões Geográficas Imediatas e em duas Regiões Geográficas Intermediárias.

¹⁶ Sobre essa divisão conhecer IBGE (1977). Sinopse estatística do Brasil.

¹⁷ Conhecer IBGE (1990). Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.

Mapa 1 – Alagoas: divisão em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017)



Conforme apresenta o Mapa 1, a divisão está organizada da seguinte maneira: Região Geográfica Intermediária de Maceió reunindo seis Regiões Geográficas Imediatas (Maceió, Porto Calvo-São Luís do Quitunde, Penedo, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Atalaia); e Região Geográfica Intermediária de Arapiraca, formada por outras cinco Regiões Geográficas Imediatas (Arapiraca, Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e Pão de Açúcar-Olho d'Água das Flores-Batalha). Logo, Maceió e Arapiraca são ao mesmo tempo polos de suas regiões imediatas e também de suas regiões intermediárias. Destaca-se que as regiões imediatas têm na rede urbana o principal elemento de referência, sendo estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, já as regiões intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as unidades da federação e as regiões imediatas (IBGE, 2017).

Nesse contexto, mesmo sendo um total de seis regionalizações já feitas pelo IBGE, é perceptível que estas podem ser resumidas em quatro principais propostas. As duas primeiras divisões (de 1942 e de 1960) podem ser entendidas juntas como uma regionalização geral em Zonas Fisiográficas, sendo aperfeiçoada na segunda edição e com apresentação de fortes embasamentos nos aspectos físicos e naturais; a terceira e a quarta divisões (de 1968 e de 1976) podem ser entendidas como complementares, propondo uma regionalização em Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas, representando um esforço de divisão baseado em um maior número de variáveis, não limitando-se apenas aos aspectos físicos; a quinta proposta (de 1990) denominada de Microrregiões e Mesorregiões Geográficas representam um avanço e um melhoramento às Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas, propondo uma divisão considerando tanto os aspectos físicos quanto as variáveis sociais e econômicas; já a regionalização atual, de Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, representa uma proposta mais sofisticada ao ponto que se embasa em variáveis de grande importância no atual período, mais representativas das dinâmicas territoriais recentes.

Conforme verifica Contel (2014), as primeiras regionalizações em Zonas Fisiográficas possuem uma ampla fundamentação no conceito de região natural, enquanto que a partir da regionalização em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas já se inicia a aplicação de conceitos do materialismo histórico. Assim, revisitando historicamente as regionalizações do IBGE em observação às próprias noções de geografia de cada período, observa-se que cada divisão representa a operacionalização dos conhecimentos

desenvolvidos naquele espaço-tempo, estando em consonância com o tipo de conhecimento geográfico que se produzia em cada período. A propósito, como aborda Contel (2014, p. 13) “cada uma delas [regionalizações] se singularizou em função do contexto histórico e institucional do IBGE, assim como por se fundamentarem em um conjunto de autores e debates que representavam os ‘paradigmas científicos’ de cada período”.

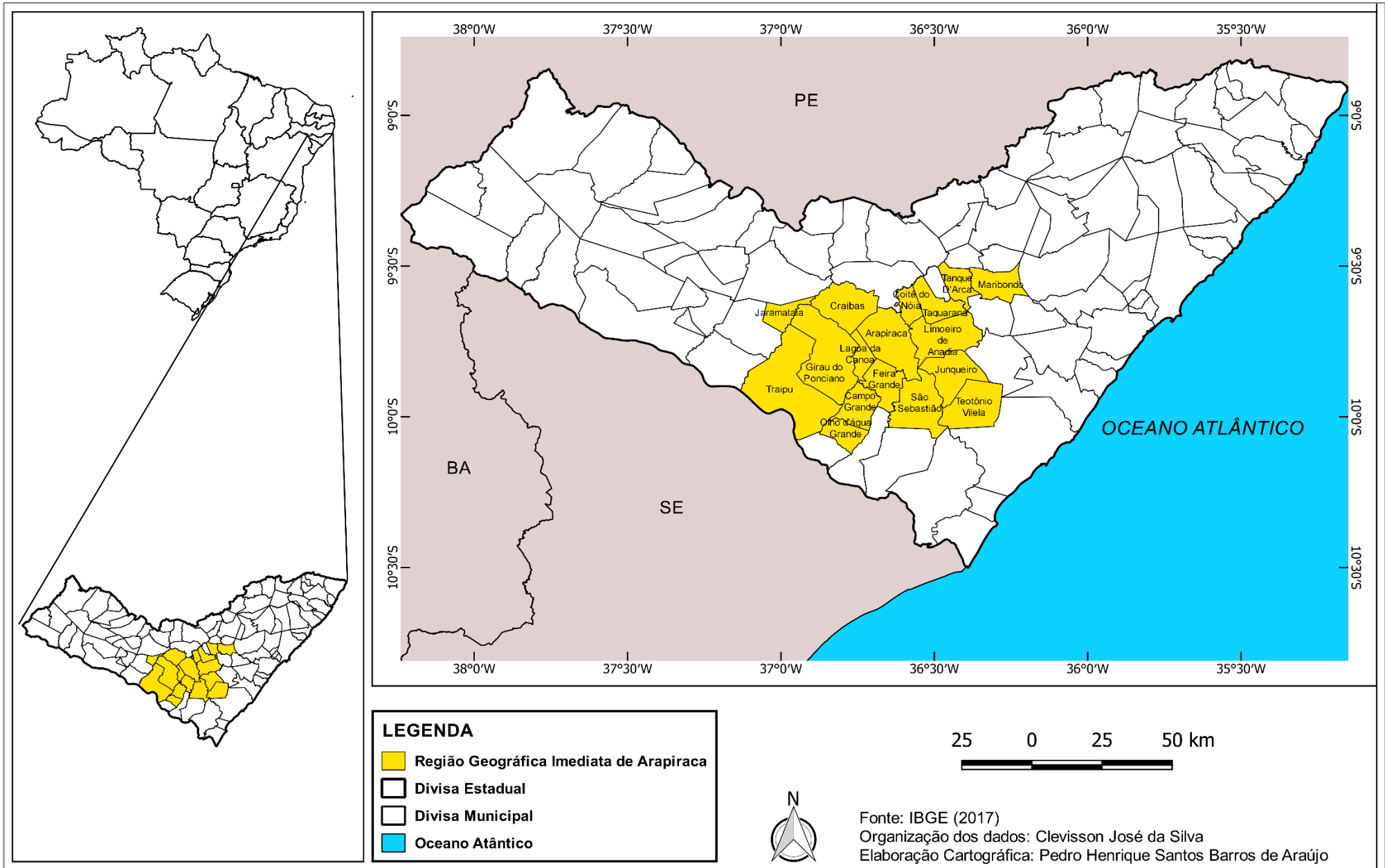
Portanto, adota-se no presente trabalho a atual proposta de regionalização do IBGE, considerando a divisão do estado de Alagoas em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, por entendê-la mais coerente com os objetivos da investigação. A propósito, as variáveis adotadas por essa divisão estão diretamente relacionadas ao processo investigado, as bases da rede urbana consideradas na proposta também oferecem pistas significativas para entender o processo de industrialização, diretamente relacionado ao de urbanização.

De forma específica, a pesquisa adota como recorte espacial a RGIA, tanto por sua coerência ao que se refere aos processos econômicos, como também por ter muito da noção de agreste, entendida como uma parte do território diferenciada por suas especificidades. Valendo destacar as proposições de Melo (1980) a respeito dos agrestes nordestinos, caracterizados no plano econômico fundamentalmente por um sistema diversificado de uso da terra, além de desempenhar funções regionais importantes graças a uma satisfatória infraestrutura de circulação. Ademais, o autor destaca seis características fundamentais do agreste: 1. Caráter transitório e intermediário entre o litoral e o sertão; 2. Contar com atividades básicas de uso dos recursos; 3. Ser dentro do Nordeste um dos espaços de mais elevada produção agrícola e pastoril; 4. Região agrária nordestina de maiores densidades populacionais; 5. Desempenho de importante função regional abastecedora; e 6. Desempenho de função regional fornecedora de força de trabalho.

Destaca-se também as concepções de Andrade ([1963] 2011), que ao destacar Alagoas com condições climáticas menos rígidas que outros estados do Nordeste, se permite utilizar o cognome popular *filé do Nordeste* para se referir ao estado, que dada suas características permite melhores condições à agricultura. Para o autor, de maneira geral “o que caracteriza o Agreste é a diversidade de paisagens que ele oferece em curtas distancias, funcionando quase como uma miniatura do Nordeste, com áreas muito secas e muito úmidas” (ANDRADE, [1963] 2011, p. 44).

Logo, conforme mostra o Mapa 2, a área de estudo é constituída por dezessete municípios: Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nória, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Jaramataia, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maribondo, Olho d'Água Grande, São Sebastião, Tanque d'Arca, Taquarana, Teotônio Vilela e Traipu. Dos quais Arapiraca representa o principal deles, sendo o polo da região imediata, ocupando posição central na hierarquia urbana, com importância decisiva na gestão do território e influenciando diretamente os demais municípios da região. Sendo importante destacar ainda que a escolha desse recorte espacial considera também a maior incidência das indústrias locais, marcadamente mais concentradas nessa região em decorrência de suas especificidades econômicas e territoriais e de suas características mais diversificadas em comparação com outras regiões do estado.

Mapa 2 – Localização da área de estudo



SEGUNDA SEÇÃO

GÊNESE E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL
EM ALAGOAS: A FORMAÇÃO HISTÓRICA COMO UM
CAMINHO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO MÉTODO

2.1 A formação territorial e econômica: organização e reorganização do espaço alagoano

Entender os processos inerentes à formação socioespacial¹⁸ representa um recurso de método coerente com a análise do território e de sua configuração. Por isso, a formação histórica, entendida como um caminho de operacionalização do método geográfico, permite a interpretação das transformações ocorridas no espaço ao longo do tempo, sendo a formação territorial e econômica essencial para compreensão da organização do espaço.

Seguindo os ensinamentos de Santos (1995, p. 698), “é sempre temerário trabalhar unicamente com o presente e somente a partir dele. Mais adequado é buscar compreender o seu processo formativo”. Daí a importância da formação histórica para a compreensão dos processos sociais, sendo a análise geográfica fortalecida pela capacidade de acompanhar e analisar a realidade a partir dos processos históricos. Ainda a este respeito, Santos (1995, p. 698) ressalta que “quando nos contentamos com o presente, e partimos dele, corremos o risco de estabelecer uma cadeia causal inadequada que pode comandar o raciocínio numa direção indesejada”.

A importância da história do território é fortalecida quando entendido que o espaço está em permanente transformação, conhecendo mudanças que impactam em constantes reorganizações, refletindo inclusive na configuração territorial de cada período histórico. A atual configuração dos territórios é resultado de estruturas sobrepostas ao longo do tempo, pois conforme Silveira (2005, p. 141) “cada momento da história pode ser reconhecido por uma dada feição do território ou, em outras palavras, pela existência de um sistema de infra-estruturas e uma dada organização da vida política, econômica e social”.

Com tais concepções, objetiva-se a compreensão da formação do espaço alagoano a partir de seus processos de ocupação e do desenvolvimento das atividades produtivas, no sentido de entender os problemas estruturais que permaneceram ao longo dos anos e persistem na atual organização do espaço. Para tanto, concepções de estudos clássicos sobre o Nordeste brasileiro e de maneira mais específica sobre o estado de Alagoas se fizeram caros ao presente estudo.

¹⁸ O conceito de formação socioespacial é oriundo de Santos (1977). Para o autor, “se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 81).

Dentre aqueles que ajudam a pensar o Nordeste, destacam-se as contribuições de estudos como: *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* de Gilberto Freyre, publicado em 1937; *O engenho de açúcar no Nordeste* de Manuel Diégues Júnior, publicado em 1952; *A terra e o homem no Nordeste* de Manuel Correia de Andrade, publicado em 1963; *Quatro séculos de latifúndio* de Alberto Passos Guimarães, publicado em 1964; *Sete palmos de terra e um caixão* de Josué de Castro, publicado em 1965; *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe* de Francisco de Oliveira, publicado em 1977; e *Os Agrestes: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos* de Mario Lacerda de Melo, publicado em 1980, entre outros.

A respeito de Alagoas, dentre os clássicos vale destacar estudos como: *Opúsculo da descrição geographica e topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à provincia das Alagoas no império do Brazil* de Antonio Joaquim de Moura, publicado em 1844; *Geographia alagoana ou descrição physica, politica e historica da provincia das Alagoas* de Thomaz do Bomfim Espíndola, publicado em 1871; *História de Alagoas* de Moreno Brandão, publicado em 1909; *História das Alagoas* de Craveiro Costa, publicado em 1928; *História da civilização das Alagoas* de Jayme de Altavila, publicado em 1933; e *O Bangüê das Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional* de Manuel Diégues Júnior, publicado em 1949.

Ainda sobre Alagoas, além dos autores aludidos, vale destacar contribuições mais recentes de autores como: Ivan Fernandes Lima com *Geografia de Alagoas* publicado em 1965; Moacir Medeiros de Sant'ana com *Contribuição à história do açúcar em Alagoas* publicado em 1970; Cicero Péricles de Carvalho com *Formação histórica de Alagoas* publicado em 1982; Douglas Apratto Tenório com *Metamorfose das oligarquias* publicado em 1997; Manuel Correia de Andrade com *Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço* publicado em 1997; Dirceu Lindoso com *Formação de Alagoas Boreal* publicado em 2000 e Luiz Sávio de Almeida com *A formação histórica de Alagoas (I): rotas de acumulação do açúcar* publicado em 2018.

Neste contexto, a discussão da formação histórica permite a interpretação dos processos sociais que resultaram nas atuais condições do espaço alagoano, contribuindo decisivamente para o entendimento do processo de industrialização desenvolvido neste território. Para tanto, a formação econômica passa a ser apreendida a partir da evolução das principais atividades

produtivas, enquanto que a formação territorial a partir das formas de ocupação que foram empreendidas, entendidas em conjunto.

Conforme aborda Carvalho ([1982] 2015, p. 12), as primeiras expressões da colonização no território do que hoje é Alagoas¹⁹ datam ainda de 1501, mas este fora abandonado por um longo período em decorrência da não descoberta de metais preciosos (itens de maior interesse dos colonizadores), sendo explorado posteriormente com a extração de pau-brasil²⁰ a partir do trabalho escravo dos povos indígenas; esta atividade extrativista se constitui como a primeira forma de exploração do território alagoano, pois “na nova colônia a faixa de mata localizada no litoral de Pernambuco à Bahia era a mais rica em pau-brasil” (CARVALHO, [1982] 2015, p. 13).

No entanto, é a partir do cultivo da cana-de-açúcar²¹ nas terras alagoanas que o processo de ocupação do território se inicia de maneira mais sistemática, ocupando de maneira intensa a área do litoral alagoano a partir da implantação de engenhos, que representaram por muito tempo a principal atividade produtiva.

O cultivo da cana-de-açúcar se constitui ao longo da história como uma monocultura de grande importância para Alagoas, representando a atividade produtiva de maior expressão econômica no estado e persistindo até os dias atuais. Verificando a importância dessa atividade para Alagoas, Diégues Júnior (1954, p. 20) esclarece que “tudo aí gira em torno da cultura da cana e do fabrico de açúcar”; e ainda Carvalho ([1982] 2015, p. 48) enfatiza que “o complexo canavieiro é um dos pilares da história alagoana por sua participação na formação do território, desde o período colonial, e por sua continuada influência nos destinos da sociedade e do Estado”.

Deste modo, “é através da economia açucareira que se expande a colonização do território alagoano” (DIÉGUES JÚNIOR, [1952] 2006, p. 49), contexto que surge os

¹⁹ Ressalta-se que conforme expõe Carvalho ([1982] 2015), antes de ser constituído como o atual estado de Alagoas, essa parte do Nordeste brasileiro era parte da capitania de Pernambuco, representando a parte sul da referida capitania, tendo sido emancipada somente em 1817.

²⁰ O interesse pelo pau-brasil dava-se sobretudo por seu uso como matéria-prima de tintura para tecidos, sendo o seu comércio realizado sobretudo por contrabandistas franceses. Destaca-se que por sua natureza extrativa essa atividade não permitia o desenvolvimento de outras atividades industriais, sendo extraída e logo exportada.

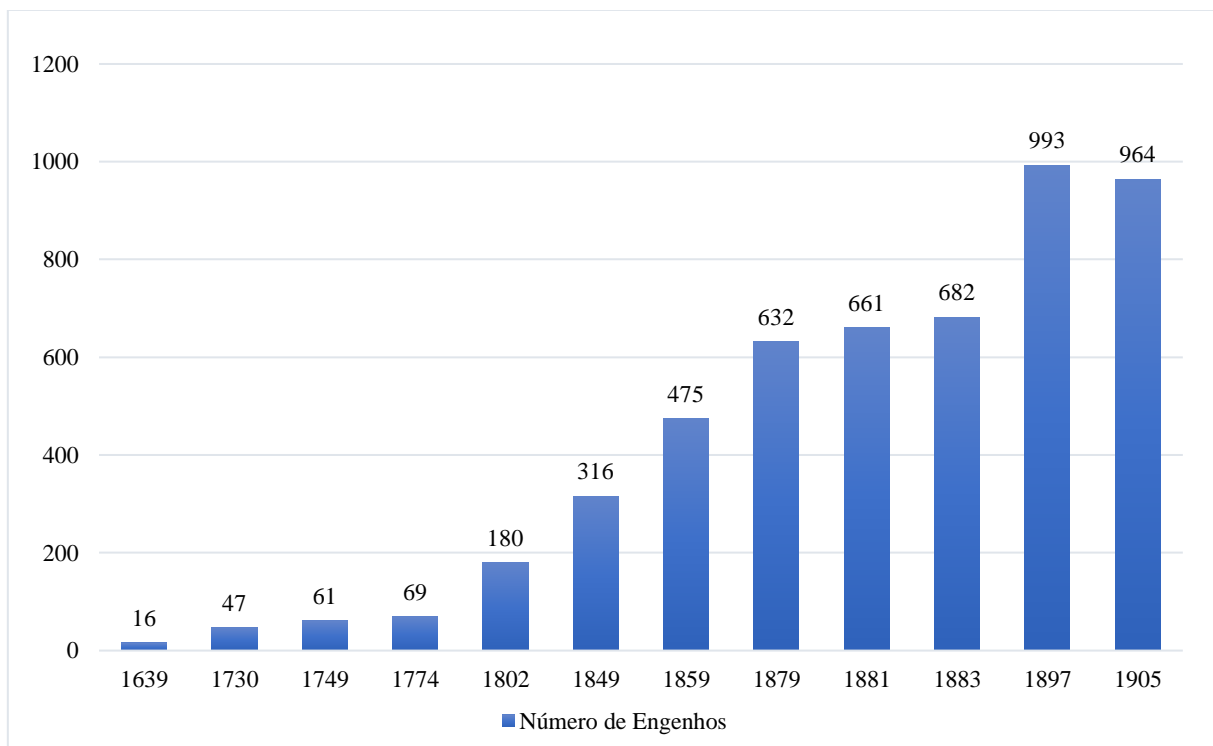
²¹ Conforme apresenta Andrade (1981, p. 14), “para implantar essa atividade agroindustrial tiveram os colonizadores de explorar a costa, desenvolver uma atividade extrativa de madeiras, sobretudo do pau-brasil, estabelecer a princípio feitorias e, posteriormente, vilas e cidades, desmatar grandes extensões e implantar engenhos de açúcar”.

engenhos²² como atividades modestas de produção de açúcar, de mel e de rapadura, usufruindo-se de processos produtivos pouco técnicos e localizando-se principalmente em proximidade aos rios, fator que facilitava o transporte da produção na época.

Destaca-se a importância dos engenhos do tipo banguê, essenciais para o início da atividade açucareira em Alagoas; estes representam o que Diégues Júnior ([1949] 2006, p. 112) considera como *um rudimentar processo de fabrico* por suas condições técnicas de produção, sendo posteriormente substituídos pelas usinas, unidades produtivas com maiores implementações técnicas.

Conforme se verifica no Gráfico 1, o cultivo da cana-de-açúcar eleva-se ao longo dos anos e a quantidade de engenhos também, produzindo açúcar que era exportado principalmente para abastecer o mercado europeu²³.

Gráfico 1 – Território alagoano: evolução do número de engenhos (1639-1905)²⁴



Fonte: Sant’ana ([1970] 2011).

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020

²² Para Guimarães ([1964]1989, p. 64), “essa unidade produtora – o engenho – foi a célula da sociedade colonial, tornando-se por muito tempo, a base econômica e social da vida brasileira. Era, como a sociedade que dêle nascera, medularmente feudal”.

²³ Para Andrade (1981, p. 14), “no caso do Nordeste o motivo econômico da ocupação foi atender à demanda de açúcar no mercado europeu, provocando portanto o desenvolvimento da atividade industrial, de fábricas, desde o século XVI”.

²⁴ Os dados apresentados receberam tratamento das informações apresentadas textualmente em Sant’ana ([1970] 2011).

Além de seu valor econômico, a monocultura da cana-de-açúcar tem sua importância elevada pela participação tanto na ocupação do território a partir da afirmação dos primeiros núcleos urbanos²⁵, como também pela participação na formação da sociedade alagoana, alcançando grande sucesso nessas terras principalmente pelas condições naturais propícias ao seu desenvolvimento. Neste contexto,

O domínio que a monocultura açucareira logo assumiu na economia alagoana, veio facilitado não só pela riqueza que a produção proporcionava, mas também pelas condições adequadas de terreno para o cultivo da cana. O solo, pela água e pelo terreno de massapé, e o clima das Alagoas permitiram o fácil desenvolvimento da cultura no território alagoano (DIÉGUES JÚNIOR, [1949] 2006, p. 116).

Além da cana-de-açúcar, outras atividades econômicas também ganharam importância ao longo da formação deste território, como é o caso da pecuária, que teve expressividade sobretudo por permitir a ocupação do interior do estado. De acordo com Carvalho ([1982] 2015, p. 12),

Nesse processo de ocupação, os lusitanos organizaram a economia da parte sul da Capitania de Pernambuco, com a distribuição das sesmarias, iniciativa que permitiu a instalação dos dois principais elementos produtivos desse período de estruturação da colônia: os primeiros engenhos de açúcar, todos localizados na faixa litorânea; e o rebanho bovino, formador das fazendas de gado que ocuparam o interior.

A pecuária²⁶ representou uma atividade decisiva na ocupação do território alagoano, permitindo inclusive a penetração do colonizador pelo vale do Rio São Francisco a partir de Penedo, fazendo-o chegar no agreste e no sertão do estado²⁷. Sua importância se entende ainda pela utilização da força animal na movimentação dos engenhos e no transporte da produção e de pessoas, além da produção de carne, couro e leite. Percebendo a importância dessa atividade, Carvalho ([1982] 2015) destaca que “a história da economia de Alagoas esteve sempre ligada às culturas agrícolas e às atividades pecuárias. Ao longo de quatro séculos, o espaço econômico alagoano foi sendo, lentamente, ocupado por diversas formas produtivas agropastoris”.

A ocupação do território alagoano ocorre pelo desenvolvimento de várias atividades produtivas, por um lado o cultivo da cana abastecia os engenhos no litoral, por outro os rebanhos

²⁵ De acordo com Carvalho (1982] 2015), os três primeiros núcleos urbanos de Alagoas foram Porto Calvo, Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro) e Penedo.

²⁶ Ao tratar da importância da criação de gado na formação territorial brasileira, Guimarães ([1964] 1989, p. 67-68) destaca que “passam então os currais [de gado] a ter enorme importância na formação econômica da sociedade brasileira, não só como força de penetração mais impetuosa como, de fato, mais positiva, por seus elementos de fixação, do que o teriam sido a caça ao índio e as aventuras dos metais preciosos”.

²⁷ Destacou Ferrari (1985, p. 39), “Alagoas insere-se entre os estados nordestinos cuja penetração para o interior partiu do litoral, em direção ao rio São Francisco”.

de gado ocupavam o interior a partir das fazendas. De fato, “o povoamento de Alagoas foi determinado pelos engenhos de açúcar que, junto às fazendas de criação de gado, formaram uma sociedade profundamente hierarquizada” (CARVALHO, [2001] 2009, p. 10). Além disso, outras atividades de menor proporção também participavam desse processo, como é o caso do fumo no interior²⁸ e da agricultura com a produção de produtos alimentares, principalmente de farinha de mandioca produzida nas tradicionais casas de farinha.

Revestido de grande importância, o cultivo de algodão também passa a integrar as atividades econômicas da formação alagoana, sendo a única atividade que se desenvolve ao ponto de competir em importância com a cana-de-açúcar, representando a segunda principal atividade econômica e alcançando junto com a cana quase que a totalidade da economia produtiva alagoana²⁹. Para Andrade ([1963] 2011, p. 158), desde “1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços”.

Nos dizeres de Oliveira (1977, p. 46), “o ‘Nordeste’ agrário não-açucareiro começará a ser redefinido completamente pela entrada em cena de outro ator: o algodão”. Desta forma, as plantações de algodão foram para Alagoas, assim como para o Nordeste, uma das principais bases produtivas. No caso alagoano, conforme expõe Lima (1965, p. 242-243) “o algodão teve também nos primórdios de nossa colonização uma atividade acentuada, facilitando o povoamento do interior alagoano, com as plantações que ajudaram as fazendas de gado a se fixarem na zona sertaneja”.

Concordando com Carvalho ([1982] 2015, p. 213) “é ampla a influência do algodão na formação regional”, inserindo na economia alagoana inclusive a possibilidade da indústria têxtil, que teve papel de grande importância para a economia estadual, tendo alcançado o número de treze fábricas no estado conforme se verifica no Quadro 1, e chegando ao ápice entre 1930 e 1950, “[...] passando a apresentar uma configuração que a colocava como polo decisivo de alternativa econômica mais progressista” (FIEA, 2018, p. 63).

²⁸ O fumo se desenvolveu nas terras alagoanas de maneira expressiva até a década de 1990, sendo cultivado na Região Fumageira de Alagoas, constituída pelos municípios de Arapiraca, Craíbas, Coité do Nóia, Campo Grande, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana.

²⁹ Para Diégues Júnior ([1949] 2006, p. 118), “o fato é que a cultura do algodão se deu amplamente nas terras alagoanas. E saliente-se a coincidência do plantio de malvacea para fins mercantis se ter verificado em terras de um engenho de açúcar; algodão e açúcar dando-se a mãos no domínio quase absoluto que tem tido na economia alagoana”.

Quadro 1 – Alagoas: evolução das indústrias têxteis

Nome	Ano	Local
Companhia União Mercantil	1863	Maceió (Fernão Velho)
Companhia Progresso Alagoano	1890	Rio Largo
Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos	1893	Rio Largo
Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos	1893	Pilar
Companhia Industrial Penedense	1898	Penedo
Companhia Pilarense de Renda e Bordados	1909	Pilar
Cotonifício M. Lobo S.A (Fábrica Alexandria)	1911	Maceió (Bom Parto)
Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel	1913	São M. dos Campos
Companhia de Fiação e Tecidos Santa Margarida	1914	Maceió (Jaraguá)
Companhia Agro Fabril Mercantil (Fábrica da Pedra)	1914	Delmiro Gouveia
Companhia Miguelense de Fiação e Tecelagem (Fábrica Vera Cruz)	1926	São Miguel dos Campos
Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas	1926	Maceió (Saúde)
Fábrica Marituba	1949	Piaçabuçu

Fonte: FIEA (2018) e Relatórios anuais das fábricas têxteis de Alagoas *Apud* Tenório e Lessa (2013).

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Como bem observam Tenório e Lessa (2013, p. 9),

No estudo da formação econômica de Alagoas o algodão surge como um produto agrícola que também se estabeleceu na base do trabalho escravo da grande propriedade, voltada para o mercado externo, que teve uma situação diferenciada ao evoluir da monocultura para a pequena e a média propriedade e do consórcio com outras atividades, como a lavoura da cana de açúcar a pecuária.

A importância da cana e do algodão caracterizaram o que Lima (1965) entende como uma tradição produtiva para Alagoas. Situação também verificada por Carvalho ([1982] 2015, p. 249) ao enfatizar que “no plano econômico Alagoas refletia a presença do algodão, ao lado do açúcar, possibilitando o surgimento de um sistema financeiro local, e a industrialização têxtil e de outros ramos que movimentavam e diversificavam a economia”.

As atividades da criação de gado e os cultivos de cana-de-açúcar e de algodão, que possibilitaram o surgimento dos engenhos e das indústrias têxteis, foram as bases de maior relevo da formação econômica das Alagoas, representando também as atividades que foram permitindo a ocupação e a formação deste território³⁰ nas configurações conhecidas nos dias atuais.

³⁰ De acordo com Carvalho ([1982] 2015, p. 22), “em 1706, concluída a expulsão dos indígenas, com a pecuária espalhada pelo agreste e sertão e a cana de açúcar dominante em trechos da zona da mata, terminava o processo de ocupação territorial”.

Para o desenvolvimento dessas atividades, os meios de transporte desempenharam um papel de grande notoriedade. Nos dizeres de Corrêa (1994, p. 97), “os meios de transportes tiveram um papel decisivo na vida urbana de Alagoas e na sua evolução [...]”. Logo, a consideração dos principais modais se constitui como essencial à melhor apreensão das dinâmicas produtivas do histórico alagoano; sendo os rios, as ferrovias e as rodovias os três de maior preponderância.

No período inicial da colonização, além do uso de carros de boi e cavalos, os rios representaram a principal base de transporte, fator que justifica a localização dos engenhos e das primeiras aglomerações em suas proximidades, permitindo o transporte de pessoas e da produção. Como bem destaca Diégues Júnior ([1949] 2006, p. 113), “cortado o território alagoano por um vasto sistema hidrográfico, é natural que a água dos rios seja meio de transporte mais fácil ao escoamento da produção”.

Proporcionando grande avanço, a chegada da ferrovia marca profundamente o território alagoano, com as novas implementações técnicas os transportes tornam-se mais rápidos, mais dinâmicos. Inclusive, de acordo com Lima (1965, p. 334) “historicamente, as estradas, que, em Alagoas, iniciaram um estímulo para as indústrias modernas, foram as ferrovias; sendo mais atuantes a partir de 1900, quando surgiram em maior número as usinas e fábricas de tecidos”.

As estradas de ferro, ou nos dizeres de Tenório ([1979] 1996) as *fitas de aço*, foram alterando as condições urbanas, as relações produtivas por onde passava e impactando o modo de vida da sociedade alagoana, fazendo surgir inclusive novos costumes. Sobre isso Corrêa (1994, p. 109) aborda que,

A vida urbana de Alagoas neste período de predominância do transporte ferroviário se desenvolve, impulsionada pelas relações mais fáceis devidas a este novo meio de transporte. Num prazo relativamente curto, de fins do século passado até a segunda guerra mundial, a rede urbana alagoana sofreu verdadeira revolução, devido à construção e ao estacionamento da ferrovia em diversos centros urbanos.

Posteriormente, são as rodovias que passam a dominar as relações dos transportes em Alagoas, alterando as relações da rede urbana, redefinindo a hierarquia das cidades e desenvolvendo as atividades produtivas de maneira mais expressiva. As rodovias atingem um alto patamar de importância e se firmam como o principal meio de transporte no estado, situação que acontece também a nível nacional e que permanece até os dias de hoje. Sobre este modal Corrêa (1994, p. 109) esclarece que,

A vida urbana em Alagoas, após a segunda guerra mundial, passaria a ser afetada por um novo meio de transporte, o rodoviário, meio este que acarretou profundas alterações, reforçando a posição hierárquica de alguns centros, reduzindo a de outros. Se, de um lado, facilitou a ampliação das relações urbanas, de outro, permitiu o entrosamento melhor da rede alagoana à nordestina comandada por Recife, reforçou as ligações da rede regional com Salvador e estabeleceu contactos diretos com os grandes centros do Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo.

Portanto, as atividades produtivas que marcaram a história econômica de Alagoas são as mesmas que proporcionaram o desenvolvimento do processo de industrialização³¹. A indústria em Alagoas é originária na atividade agroindustrial canavieira, a qual se atribui importância de primeiro grau, inicialmente com a produção de açúcar nos engenhos e posteriormente também com a produção de álcool nas usinas modernas.

Em segundo grau de importância, tem-se a atividade agroindustrial algodoeira, que permitiu a construção da indústria têxtil no estado; e ainda com um grau de menor importância para a indústria tradicional de Alagoas tem-se as atividades de menor proporção, como a produção de aguardente nas destilarias e nos alambiques, a produção de farinha de mandioca e de outros produtos alimentares, além da atividade fumageira no agreste do estado. Concordando com Lima (1965, p. 179),

Quanto ao desenvolvimento do Estado, concebemos ter sido a sua evolução industrial, começa, praticamente desde a instalação dos engenhos de açúcar e sua posterior substituição pelas usinas, este surto incrementou-se, ainda mais com o aperfeiçoamento de nossa indústria têxtil e a instalação de fábricas de produtos alimentares, além de outras menores.

Conforme apresenta o Quadro 2, Lima (1965) caracteriza a evolução da tradicional indústria de transformação em Alagoas em três fases, concebendo a primeira fase ainda no período colonial, com a instalação dos primeiros engenhos com técnicas de produção rudimentares, a segunda fase é concebida como o desenvolvimento do cultivo do algodão e do lançamento das bases da indústria têxtil, já a terceira fase é concebida como moderna em consideração aos avanços técnicos na produção açucareira e a consolidação da cana e do algodão como os dois ramos de maior influência na indústria do estado.

³¹ De acordo com Andrade (1993, p. 22), “o processo de industrialização do Nordeste iniciou-se na segunda metade do século XIX. Ele estava ligado à agricultura da cana-de-açúcar e do algodão, desenvolvendo a implantação de usinas de açúcar e de fábricas de fiação e tecelagem [...]”.

Quadro 2 - Alagoas: primeiras fases da indústria de transformação

Fase	Nome	Período	Características	Atividades
1 ^a	Tipo Colonial	1570-1857	Atividades simples, métodos primitivos, poucas técnicas	Engenhos, alambiques e casas de farinhas
2 ^a	Transição	1857-1892	Modificação de métodos produtivos	Indústria têxtil
3 ^a	Moderna	1892-1965	Novos tipos de indústrias com aperfeiçoamento das instalações	Usinas de açúcar, indústria têxtil, produtos alimentares, couros e peles

Fonte: Lima (1965).

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

O processo de desenvolvimento das bases econômicas de Alagoas é ancorado em atividades monocultoras que resultaram em uma forte concentração fundiária e de capital. Possibilitando uma grande concentração de riquezas, que segundo Carvalho ([1982] 2015) impediu o desenvolvimento do mercado interno, pois as relações sociais e políticas concebidas ao longo dos séculos travaram Alagoas.

Abordando a questão canavieira no Nordeste, Andrade ([1959] 2010, p. 130) enfatiza que “a concentração fundiária chegou a tal ponto que as usinas dispõem de terras em quantidades muito superior a sua capacidade industrial, possuindo assim amplas áreas completamente inproveitadas”. Também Guimarães ([1964] 1989, p. 69) verifica a presença das grandes propriedades no caso da pecuária, destacando que “entre os fazendeiros de gado, desde os primeiros tempos, predominavam os proprietários de extensões intermináveis de terras, que eles mesmos não podiam controlar”. Desta forma, fica claro que os latifúndios representam uma marca histórica no impedimento de crescimentos dinâmicos para o Nordeste e para Alagoas.

Essa organização econômica baseada no latifúndio, proporcionou uma maior afirmação das oligarquias, constituída por famílias tradicionais³² na estrutura do poder das Alagoas e que possibilitou sem maiores dificuldades o desenvolvimento das atividades econômicas por elas comandadas. Esse controle é facilmente possível em Alagoas, pois conforme expõe Tenório ([1997] 2009, p. 109),

Na verdade, a estrutura de poder, os mesmos grupos, as mesmas famílias continuam a ter domínio das decisões governamentais e o acesso privilegiado aos eventuais detentores de poder, e a ser consultadas e atendidas nas questões fundamentais. O patriciado rural, sobretudo o ligado ao açúcar, detém o controle do processo político.

³² Sobre alguns aspectos da estrutura de poder de Alagoas consultar o estudo de Luedemann (2019).

Em consonância, ao discutir o latifúndio brasileiro, Guimarães ([1964] 1989) considera que a persistência de um sistema agrário baseado na grande propriedade latifundiária é a justificativa pelo atraso econômico do país. Esclarecendo ainda que “apesar dos rudes golpes sofridos ao longo de sua existência de quatro séculos, o sistema latifundiário brasileiro chegou aos nossos dias com suficientes poderes para manter firmemente em suas mãos o controle de nossa economia agrária” (GUIMARÃES, [1964] 1989, p. 201).

Conforme enfatiza Oliveira (1977), a cana-de-açúcar foi para o Nordeste a base que possibilitou a formação das burguesias que controlam a economia, “este é um truísmo sobre o qual não pode haver nenhuma divergência de fundo” (OLIVEIRA, 1977, p. 59). No caso específico de Alagoas, conforme aborda Carvalho ([1982] 2015, p. 49) “a estrutura de propriedade da terra, com o conseqüente sistema de poder, criada nos três primeiros séculos de colonização, marcou para sempre o modelo econômico e social de Alagoas”.

Neste contexto,

O sistema imposto por uma minoria – as classes dominantes – sobre uma maioria dominada elabora uma série de padrões sociais que corresponde aos seus interesses e aspirações, e se utiliza dos aparelhos do Estado para fazer a atividade de repressão e legitimidade dos ideais elaborados. (ANDRADE, 1984, p. 31).

Confirmando que o latifúndio continua hegemônico em Alagoas, os dados dos censos agropecuários realizados pelo IBGE demonstram que a estrutura fundiária do estado permanece ao longo dos anos com grande concentração de terras em poucas propriedades. Conforme apresenta a Tabela 1, a série história segue um comportamento de permanência das bases fundiárias; os estabelecimentos com menos de 100 hectares são muitos em quantidade, mas ocupam pouca área do espaço alagoano, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares – e aí encontram-se os classificados como grandes propriedades – são poucos em quantidade, mas ocupam a maioria esmagadora do espaço alagoano. Representando uma situação constante de mais estabelecimentos com menos áreas e de menos estabelecimentos com mais áreas.

Tabela 1 – Alagoas: estrutura fundiária (1975-2006)

Classe de área (ha)	1975		1985		1995		2006	
	Nº Estabel.	Área (ha)	Nº Estabel.	Área (ha)	Nº Estabel.	Área (ha)	Nº Estabel.	Área (ha)
Menos de 10	90.514	247.175	117.068	270.333	92.736	220.023	95.791	226.342
De 10 a menos de 100	21.246	609.516	21.649	632.979	18.625	545.369	18.774	526.562
Total menos de 100	111.760	856.691	138.717	903.312	111.361	765.392	114.564	752.904
100 a menos de 1000	3.565	961.677	3.829	1.063.007	3.487	963.371	3.027	789.183
1000 e mais	250	466.055	225	397.445	190	413.689	200	570.487
Total mais de 100	3.815	1.427.732	4.054	1.460.452	3.677	1.377.069	3.227	1.359.670
Total	115.575	2.284.423	142.771	2.363.764	115.038	2.142.461	117.791	2.112.574

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Para se ter maior clareza dessa concentração de terras, os dados do Censo Agropecuário de 2006 apresentam que aproximadamente 64% das terras alagoanas estavam em propriedades com mais de 100 hectares, sendo aproximadamente 27% da área total do estado pertencente a propriedades com mais de 1.000 hectares; contra isso, aproximadamente 35% das terras alagoanas pertenciam a estabelecimentos com menos de 100 hectares. Isso expressa que cerca de 2,5% dos estabelecimentos concentram 65% das terras alagoanas, enquanto que os demais 92,5% dos estabelecimentos concentram apenas 35% da área total.

Neste contexto, o desenvolvimento da atividade industrial em Alagoas é marcado por condições históricas que não permitiram uma diversificação produtiva para o estado. As atividades desenvolvidas reafirmaram ao longo dos séculos uma sociedade hierarquizada, de base agrária latifundiária e dominada sobretudo pelas oligarquias da cana.

A própria monocultura canavieira, atividade decisiva na economia estadual, representa um modelo de produção de atraso econômico³³, impossibilitando o desenvolvimento do território e, conseqüentemente, da sua população. Representa tão somente uma atividade de

³³ Para Moraes (2012, p. 172), “essa superconcentração da economia alagoana em torno da cultura canavieira é extremamente prejudicial para o desenvolvimento do estado que carecendo de outras atividades produtivas fica muito suscetível as crises do específicas do setor, [...]. Além dessa fragilidade, a economia deixa muito frágil a população Alagoas por deixar essa a mercê dos ciclos canavieiro em que grande parte dessa massa fica desempregada”.

grande importância para os proprietários da cana, os usineiros, que detendo o capital extraído na produção, comandam os caminhos da economia baseando-se em seus propósitos. Com isso,

Os ciclos econômicos que ocuparam o espaço alagoano, onde a cana de açúcar, a pecuária e o algodão são os maios expressivos, sendo o primeiro de longe o mais influente, desde os primórdios da colonização no século XVI, formaram uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influenciaram as nossas vidas até hoje. (TENÓRIO, 2015, p. 5-6).

Não obstante às dificuldades internas que impossibilitaram maiores crescimentos à Alagoas, acrescenta-se ainda os fatores externos, pois o conjunto desses fatores (internos e externos) são essenciais à compreensão das dificuldades enfrentadas por este território e que refletem na sua atual configuração. Um dos fatores externos de maior relevância refere-se à localização geográfica do estado, que segundo Diégues Júnior (1954, p. 17):

A situação geográfica das Alagoas se, por um lado, facilitou a penetração e a ocupação do território, indicando as diretrizes do povoamento, atraindo os homens povoadores, por outro, constituiu um grande empecilho ao seu desenvolvimento. Isto porque, por sua posição geográfica, Alagoas se coloca sob a influência de duas grandes forças, Pernambuco e Bahia, os dois centros principais da vida colonial, que naquele tempo absorviam tudo, e conseqüentemente retiravam ao nosso território capacidade para aproveitamento de possibilidades e ampliação de seus recursos.

Deste modo, Alagoas não precisou enfrentar somente os empecilhos internos, inerentes às suas particularidades, atribuídas pelas condições produtivas e de ocupação, mas teve também que lher dá com situações de desconforto no âmbito comercial, por estar nos dizeres de Sant'na (1970, p. 21) encravada entre dois grandes centros comerciais que a comprimiam, situação que inclusive tem se refletido até os dias atuais.

Portanto, os diversos fatores históricos permitem uma melhor compreensão da atual configuração do território alagoano. As atividades produtivas que possibilitaram a formação econômica e territorial permitiram constantes transformações nas estruturas sociais, organizando e reorganizando o espaço alagoano ao longo dos séculos, ofertando com isso as bases de compreensão das dinâmicas atuais.

Importa ainda destacar que os avanços técnicos que proporcionaram o aperfeiçoamento das unidades produtivas e dos meios de transporte foram decisivos para o desenvolvimento da indústria em Alagoas, possibilitando aumentos na produção e melhorias em sua qualidade. Sobretudo, os meios de transporte, com destaque para as ferrovias e para a malha rodoviária, que impulsionaram o processo de industrialização, fazendo-o chegar inclusive nos cantos mais opacos do território.

Logo, a atual organização econômica e territorial e mais especificadamente o processo de industrialização de Alagoas é resultado das heranças historicamente estabelecidas, os ciclos econômicos dos principais elementos produtivos foram decisivos na condução do estado para sua atual organização do espaço. Por vezes possibilitando avanços consideráveis, por outras impactando as estruturas sociais ao ponto de impossibilitar o desenvolvimento territorial; em síntese, as heranças são mais negativas que mesmo positivas.

No entanto, mudando de contexto, a economia alagoana passa a conhecer algumas transformações a partir do início do século XXI, as novas dinâmicas territoriais surgidas após os anos 2000 tem apresentado novas possibilidades para o estado, essas mudanças são objeto de discussão de maneira direta no próximo item dessa seção.

2.2 Novas dinâmicas territoriais: as transformações da economia alagoana no início do século XXI

Conforme discutido no item anterior, Alagoas construiu suas condições econômicas e sociais como resultado de seus processos formativos, baseados no favorecimento de uma pequena minoria – a classe dominante, representada pelas tradicionais oligarquias – em detrimento da maioria incontestável da população alagoana. Situação que impossibilitou processos dinâmicos ao território e que se reflete em suas atuais condições de subdesenvolvimento.

De acordo com o IBGE, o estado de Alagoas possuía uma população estimada de 3.337.357 habitantes em 2019, com uma taxa de desocupação de 16,3% e um rendimento mensal domiciliar *per capita* de 731 reais no mesmo ano. No ano de 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,631 e o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) em 2017 era de 4,2 nos anos finais do ensino fundamental e de 3,5 no ensino médio.

Conforme apresenta Carvalho ([2006] 2014), o estado tem alcançado algumas mudanças em seus quadros econômico e social nos últimos anos; no entanto, ainda insuficientes para se refletir na melhora considerável das condições de vida da população. Os tradicionais problemas enfrentados por Alagoas, como a pobreza³⁴, a violência³⁵ e as altas concentrações de terras e de riquezas ainda persistem no quadro atual, não permitindo-o alcançar maiores níveis de crescimento. Ao verificar os avanços alcançados pelo estado a partir da segunda metade da década de 1990, Carvalho ([2006] 2014, p. 6) ressalta que “embora significativa, essa evolução não foi suficiente para fazê-lo saltar posições até alcançar a média nacional, ou quem sabe, a nordestina, devido ao desempenho da economia e da renda, que não obteve os mesmos índices da área social”.

Carvalho ([2006] 2014) discuti que Alagoas enfrenta serias complicações econômicas por suas impossibilidades de proporcionar dinâmicas às bases produtivas, segundo o autor, “para vencer seu atraso crônico, a economia alagoana precisa enfrentar estes três maiores problemas: ausência de um mercado interno, inexistência de polos dinâmicos e dificuldades financeiras do Estado” (p. 9).

³⁴ Para uma maior compreensão da formação das disparidades internas, evidenciadas pelas bases da construção da riqueza e da pobreza em Alagoas, consultar o estudo de Lira (2007).

³⁵ Sobre o tema da violência em Alagoas consultar Oliveira, L. K. (2017).

A insuficiência do mercado interno é explicada pela alta concentração de riquezas herdada dos processos formativos, situação que como aborda Carvalho ([2006] 2014) exclui do mercado consumidor a parte majoritária da população. A inexistência de polos dinâmicos dar-se mediante a ausência de investimentos ao longo do território, já as dificuldades financeiras do Estado são justificadas pelas contas públicas complexas que impossibilitam o crescimento.

De fato, as heranças da formação histórica alagoana impuseram ao estado profundas restrições produtivas que se refletem nas atuais disparidades internas. No entanto, no início do século XXI Alagoas apresenta consideráveis transformações nos quadros econômico e social, iniciadas a partir da segunda metade do século XX, principalmente com o relativo crescimento de sua economia nos últimos 50 anos, situação que tem alterado algumas características de sua organização econômica. De maneira mais expressiva,

Neste período recente (2000-2018), à semelhança do que aconteceu no âmbito regional, a economia alagoana, fortemente integrada e conectada ao desempenho nacional, obteve taxas positivas de crescimento na maior parte dos anos, refletindo de maneira próxima os resultados em âmbito nacional e regional. (CARVALHO, 2019, p. 1).

Nesse novo contexto, Carvalho ([2006] 2014) verifica a configuração de um novo fato na economia de Alagoas, a *federalização*, caracterizada pela injeção de capital na economia do estado a partir de políticas públicas e transferências federais, possibilitando aumento no poder de comprar da população e refletindo numa maior dinâmica da economia nos setores populares.

A federalização, ou seja, a presença decisiva do Governo federal na vida da sociedade e na economia de Alagoas, com recursos captados nas regiões mais ricas, é uma realidade muito forte e tende a crescer devido à impossibilidade de, em curto prazo, se criar um amplo conjunto de empresas e polos dinâmicos capazes de ampliar o mercado interno e resolver as limitações financeiras do Estado. (CARVALHO, [2006] 2014, p. 74)

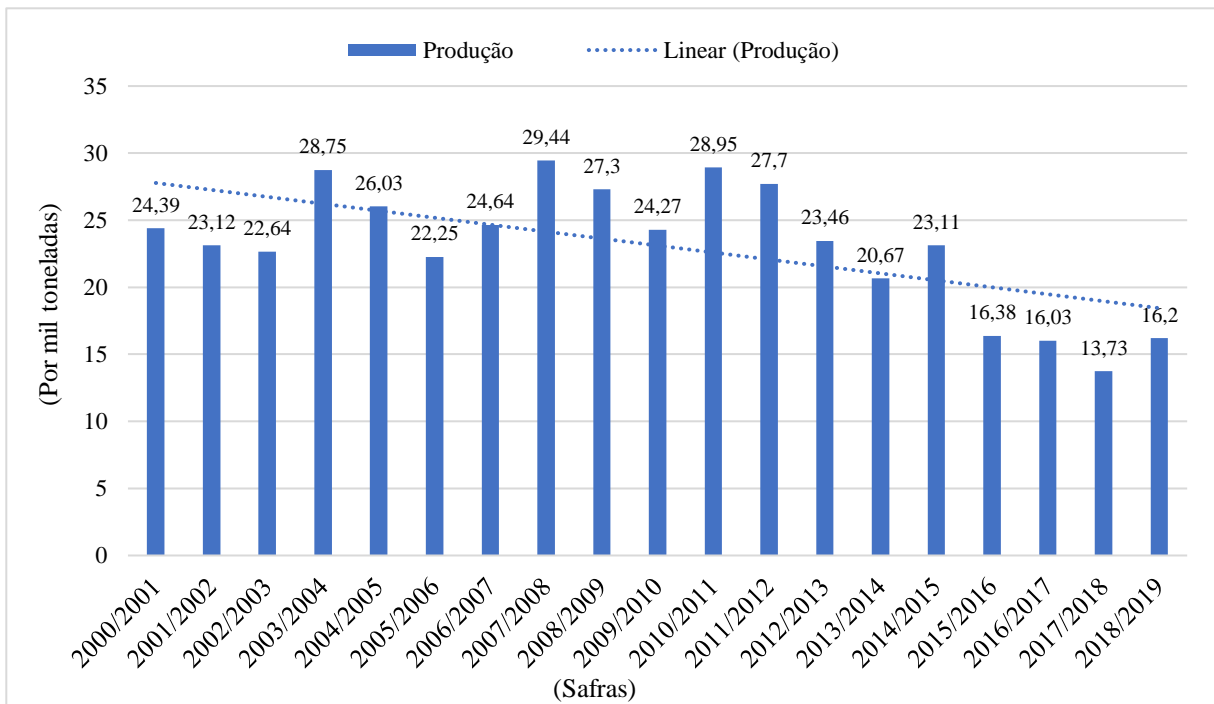
Mesmo com consideráveis mudanças em alguns setores, a economia alagoana ainda persiste com graves problemas, não alcançando os níveis de desenvolvimento das outras unidades federativas do Nordeste, muito menos alcançando os níveis médios de crescimento do país.

Para Gomes (2014, p. 46), “[...] o desempenho da economia alagoana, portanto, significa um caso típico de involução econômica ao nível de baixa produtividade do sistema econômico”, pois não alcançando os níveis dinâmicos da economia nordestina fica impossibilitado de se industrializar, de diversificar as atividades produtivas e assim de alcançar o nível de crescimento regional. O quadro atual da economia alagoana é para Gomes (2011) de *involução*

econômica relativa, explicada pela conjuntura de atraso que tem refletido em perdas gradativas em relação aos demais estados nordestinos.

Dentre as mudanças no início do século XXI, um dos fatores que mais se reveste de importância é a crise do setor sucroalcooleiro³⁶. O Gráfico 2 apresenta que o tradicional setor da cana-de-açúcar tem apresentado resultados negativos sobretudo nas cinco últimas safras, caracterizando uma forte diminuição da produção e a maior crise do setor em Alagoas.

Gráfico 2 – Alagoas: histórico produtivo da cana-de-açúcar (2000-2019)



Fonte: União da Indústria da Cana-de-açúcar (ÚNICA).

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Parafrazeando Carvalho ([2006] 2014), essa situação tem possibilitado que o setor sucroalcooleiro se transforme num *exportador de capital*, pois com a diminuição da produtividade no estado as principais usinas iniciam a realizar investimentos sobretudo em Minas Gerais e São Paulo, onde se tem verificado produtividades maiores que em Alagoas. A crise tem possibilitado a cogitação de novas culturas para ocupação dos espaços da cana-de-açúcar, propiciando a expansão da pecuária no litoral e a recente presença do eucalipto nas terras alagoanas³⁷.

³⁶ Conforme apresenta Rosário e Ferreira Júnior (2014, p. 17), “a agroindústria sucroalcooleira, até meados da década de 2000 era o setor mais dinâmico da economia alagoana, mas atualmente é o comércio e os serviços, incluindo o setor público, que vem sustentando boa parte do crescimento do PIB estadual”.

³⁷ Sobre o recente cultivo de eucalipto em Alagoas conhecer os estudos de Gurgel (2018, 2020).

O setor açucareiro persiste na economia alagoana desde o período colonial, sendo que mais recentemente, conforme apresenta Silva (2014) a realização de investimentos tem proporcionado a renovação das técnicas produtivas, situação que aumentando a produtividade e com o maior aproveitamento dos subprodutos, tem auxiliado na sustentação da atividade. A modernização é um dos principais fatores na sustentação de parte das unidades produtivas no atual contexto de crise do setor canavieiro.³⁸

É importante apreender que os investimentos em novos sistemas técnicos e informacionais no setor sucroalcooleiro é um processo recente. Historicamente, o setor não investia em tecnologia e qualificação de mão de obra, representando um setor com técnicas tradicionais, não diversificando a produção e limitando-se quase sempre na produção de açúcar e de álcool, deixando de aproveitar diversos subprodutos. Também por isso ao precisarem enfrentar uma maior competitividade no mercado nacional e internacional muitas atividades não se sustentaram, resultando no fechamento de várias usinas. Deste modo,

As usinas alagoanas são especializadas em açúcar e etanol, *commodities* que requerem grandes volumes para serem comercializadas, e devido à impossibilidade de crescimento da indústria, localmente, e a concentração produtiva na região produtora do Centro-Sul do país, vem aprofundando o impacto da crise na maioria das empresas dessa agroindústria no estado. (ROSÁRIO; FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 22)

Ressalta-se, no entanto, que a atual crise da cana-de-açúcar representa uma combinação de questões relacionadas a letargia do processo de modernização da atividade no estado, associadas as questões naturais, culminando nas percas de capacidade competitiva com os mercados de outras regiões brasileiras, conforme constatado por Gurgel (2020). Essa situação é reafirmada pela análise de Souza (2019) que ao verifica as transformações do setor sucroalcooleiro constata que a produção alagoana possui grandes dificuldades de alcançar o patamar técnico da produção de outras regiões brasileiras, principalmente do Sudeste, o que tem levado aos usineiros a empreender investimentos em outros segmentos do agronegócio, como o eucalipto e a soja, visando assim recompor os lucros.

Atualmente, outras atividades merecem destaque na economia produtiva alagoana. A pecuária que participou de maneira decisiva na ocupação e no povoamento do território

³⁸ Para Firmino e Leão (2018), “diante do processo de modernização da agroindústria canavieira é preciso atentar para modificações nas relações de trabalho e como o trabalhador do século XXI está inserido neste contexto de modernidade técnico-científica. Tem-se de um lado inserção crescente da mão-de-obra qualificada e em menor número, atrelada a um maior uso de maquinário e, de outro lado, diminuição do trabalho braçal, desqualificado e em número maior, que ocasiona deslocamento destes em busca de outras formas de trabalho, não necessariamente no campo, nem em suas cidades, buscando outros estados e regiões, forçando o processo de migração desta mão-de-obra”.

alagoano, permitindo a produção de carne, de couro e de leite; possibilitou a partir da acumulação do capital a formação da agroindústria de laticínios no estado, com participação decisiva na economia sertaneja, conforme constatado por Vasconcelos Júnior (2017). Com isso, Alagoas construiu um setor lácteo importante para a economia local, apresentando atividades industriais dinâmicas, representadas pelos diversos laticínios localizados na região da Bacia Leiteira de Alagoas³⁹ e por empresas como a Indústria Valedourado e a Indústrias Reunidas Bona Sorte, ambas com sede em Palmeira dos Índios.

O setor de química e plástico também ganhou força na economia alagoana, conforme analisa Diodato (2017), isso dar-se principalmente a partir da implantação do Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA)⁴⁰ e do conseguinte fortalecimento da Cadeia Produtiva da Química e do Plástico (CPQP), que computa 104 indústrias e gera 4.427 empregos diretos, exercendo 27 tipos de atividades econômicas. Devendo destaque para a participação da Braskem S.A, como a principal empresa no abastecimento do setor de química e plástico no estado.

A produção de cachaças artesanais é outra atividade que tem obtido espaço na organização econômica do estado de Alagoas, sendo realizada por engenhos de origem local tem sido fortalecida nos últimos anos pelo aumento quantitativo de unidades e pelo apoio estatal. Conforme analisa Oliveira (2019), as cachaças alagoanas disputam o mercado com marcas artesanais premiadas nacional e internacionalmente, devendo destaque para a Cachaça Brejo dos Bois, produzida em Junqueiro, para a Cachaça Caraçuípe produzida em Campo Alegre e para a Cachaça Gogó da Ema produzida em São Sebastião.

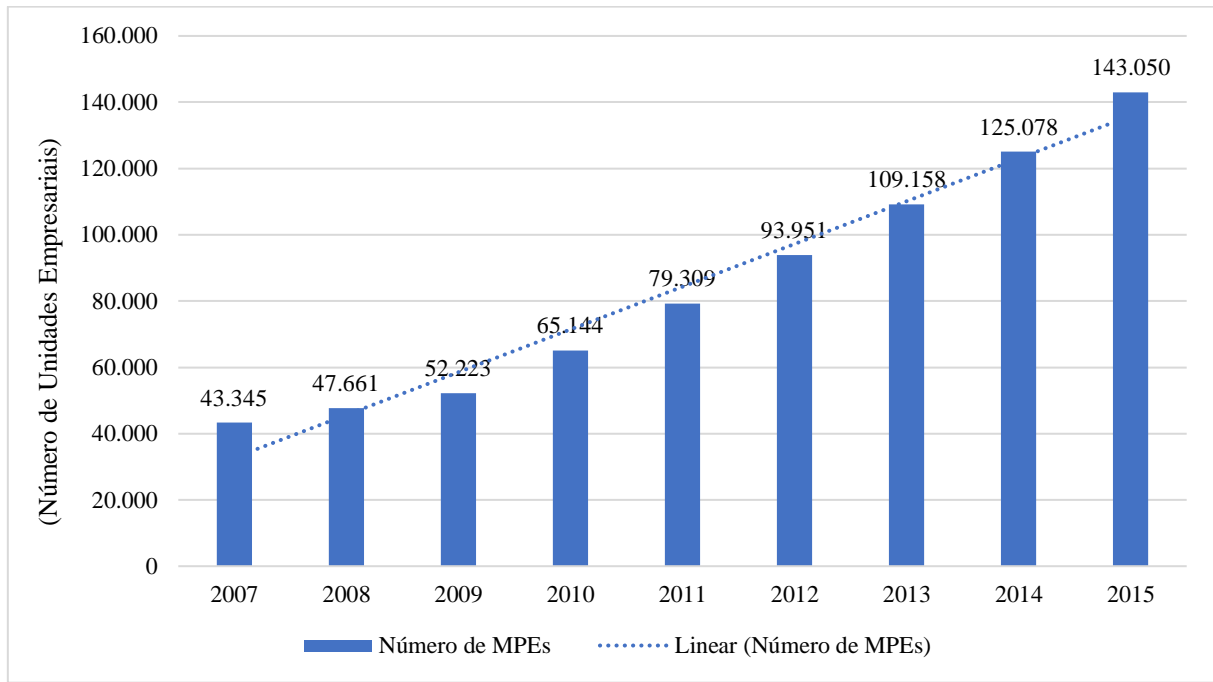
Em parâmetros gerais a economia alagoana tem apresentado comportamento dinâmico em alguns setores, inclusive com um aumento expressivo no número de micro e pequenas empresas, alcançando um crescimento de mais de 100 mil unidades de 2007 a 2015. De acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG) em estudo sobre as microempresas e empresas de pequeno porte de Alagoas publicado em 2016, o número de micro e pequenas empresas no estado aumentou de 43.345 unidades em 2007 para 143.050 unidades em 2015, o que representa um crescimento em cerca

³⁹ Cita-se: Laticínio Batalha no município de Batalha, Laticínio Amaral e Laticínio Terra Vermelha no município de Major Isidoro.

⁴⁰ De acordo com Diodato (2017, p. 15), “atualmente, o Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA) é constituído por dezessete empresas que integram da primeira à terceira geração, cada geração possui uma fase de transformação, a depender das diversas matérias-primas ou insumos petroquímicos com as quais trabalham”.

de 250% no total de unidades⁴¹. Vide no Gráfico 3 essa evolução no número de Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

Gráfico 3 – Alagoas: evolução do número total de Micro e Pequenas Empresas (2007-2015)



Fonte: Empresômetro (2016) *apud* ALAGOAS (2016).

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Carvalho (2019) analisa que a partir dos anos 2000 inicia-se em Alagoas a construção de um *dinâmico tecido de micro e pequenas empresas*⁴², localizadas nos bairros das grandes cidades e em localidades do interior. Para ele, destaca-se as MPEs industriais e de construção, “são MPE’s industriais que produzem alimentos, bebidas, confecções, móveis e serralharia, material de construção, de limpeza, objetos de decoração e muitas outras manufaturas em unidades de pequena dimensão e empresas atuantes nas áreas da construção popular” (p. 9-10).

Destaca-se que os aumentos consideráveis nos números de MPEs é reflexo das políticas de Estado para o fortalecimento desses tipos de empresas em escala nacional, representadas sobretudo pela criação do Simples Nacional e do Instituto do Micro Empreendedor Individual,

⁴¹“Além disso, é possível perceber que as micro e pequenas empresas de Alagoas estão muito mais concentradas nas mesorregiões do Agreste e do Leste Alagoano do que no Sertão, o que em boa parte é explicado pela maior densidade populacional nestas duas primeiras mesorregiões” (ALAGOAS, 2016).

⁴² De acordo com Carvalho (2019, p. 9), “a partir de 2007, o novo sistema de arrecadação de tributo, o Simples Nacional, facilitou e desburocratizou o processo de legalização das microempresas. Em 2008, entrou em vigor o estatuto do microempreendedor individual, o MEI. Estes dois instrumentos legais agem intensamente na formalização das empresas de micro e pequeno portes, facilitando seu processo de inserção na rede financeira, no acesso à formação e assistência técnica e outros ganhos empresariais”.

que possibilitaram a desburocratização do processo de formalização de empresas e a inserção destas no mercado financeiro.

Além das atividades produtivas aludidas anteriormente, outros setores econômicos também possuem suas respectivas participações na economia do estado, como o setor de comércio e serviços, responsável pela ocupação de grande parte da população alagoana. Com destaque para os serviços de distribuição comercial, representados pelos atacadistas distribuidores e para os serviços do turismo⁴³, atividade de importância tradicional e que tem aumentado sua participação principalmente a partir da expansão de sua rede hoteleira, que de acordo com o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) já chega a um total de 464 meios de hospedagem em todo estado.⁴⁴

Além das atividades formais, as informais possuem expressão decisiva na economia do estado. A informalidade ocupa uma grande massa da população alagoana, sobretudo em atividades do setor terciário da economia, que mesmo não dispondo das condições e direitos garantidos no mercado de trabalho formal, representa a principal fonte de renda para uma parcela considerável da população.

Também é digna de destaque a produção alimentar na agricultura, que mesmo com uma pequena participação representa uma atividade tradicional na economia alagoana, sobretudo com a produção de culturas voltadas ao mercado local, a exemplo da fruticultura e da horticultura, que abastece principalmente o comércio popular e garante a alimentação da população, afinal é a agricultura familiar que produz a maioria dos produtos consumidos pelas famílias brasileiras.

Conforme analisa Carvalho (2019), o estado de Alagoas tem alcançado mudanças estruturais consideráveis nos últimos anos, para o autor:

Nestas duas décadas recentes, constatam-se algumas claras tendências de mudanças na economia estadual. Na agropecuária, os dois grandes setores – cana-de-açúcar e pecuária bovina – apresentaram alterações: o sucroalcooleiro reduziu de tamanho e a pecuária ampliou sua especialização na atividade leiteira. Na área de recuo da cana, ocorre um processo de diversificação agrícola, sinalizando o futuro produtivo da zona da mata. Na área urbana, no setor industrial, a cadeia da química e do plástico vem se firmando como um

⁴³ “O Turismo Alagoano alcançou um bom desempenho nos últimos anos mediante ao trabalho de divulgação contínuo de todo o trade com a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (SETUR) e Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió (SEMPTUR). Este resultado é devido a diversos fatores como: melhoria na qualidade do destino, obras de infraestrutura turística, incremento da malha aérea e novos empreendimentos hoteleiros. Outro fator favorável para o setor foi o clima com uma temporada de verão longa e de poucas chuvas” (ALAGOAS, 2014, p. 57).

⁴⁴ Dados adquiridos em busca no portal do CADASTUR. Disponível em <https://cadastur.turismo.gov.br/>. Acesso em 07 de setembro de 2020.

segmento expressivo; por outro lado, vem acontecendo um processo de industrialização baseado nas MPE's, com um crescente número de empresas industriais e de construção. Na parte de comércio e serviços, a novidade é a consolidação do setor de turismo como alternativa econômica real e a formação de uma rede de grandes empresas atacadistas, atualmente no comando e organização do setor de comércio na área varejista. (CARVALHO, 2019, p. 8).

Na atual configuração econômica diversas atividades tem se apresentado como possibilidades à Alagoas⁴⁵, sendo verificável com maior expressão um conjunto de indústrias locais⁴⁶ com atuação em diversos setores produtivos. São indústrias que estão presentes por todo o território alagoano, mas principalmente na RGIA, com atividades ligadas a vários setores, como o de alimentos, o de bebidas, o de plásticos e embalagens, entre tantos outros, se sustentando na economia mesmo com os complexos problemas estruturais do território alagoano. São atividades produtivas que persistem às condições adversas e as relações de competitividade, sendo por isso representativas das dinâmicas dessa sociedade.

Dentre a variedade de indústrias locais, é digno de destaque o protagonismo desempenhado pelas do setor alimentício, que possui um elevado quantitativo de indústrias e uma forte atuação no mercado regional de alimentos. As indústrias alimentícias alagoanas, a exemplo da Cooperativa Pindorama⁴⁷ com sede em Coruripe, Indústrias Reunidas Coringa, Indústria Alimentícia Popular e Indústrias Camarão, ambas com sede em Arapiraca, possuem uma atuação consolidada no mercado regional, afirmando unidades industriais em outros estados e ampliando suas escalas de atuação.

O período iniciado em 2000 representa um novo panorama para a economia do estado de Alagoas, a indústria ganha maior dinâmica caracterizando o desenvolvimento de novos setores produtivos, com a participação dos industriais e do poder público⁴⁸ mobilizados a retirar

⁴⁵ Destaca-se também a produção de mel de abelha, própolis vermelha e outros derivados realizada por exemplo pela Apícola Fernão Velho localizada em Maceió e pela Apícola Zumbi dos Palmares localizada em União dos Palmares; e ainda a produção de pimenta rosa realizada por exemplo pelo projeto Aroeira em Piaçabuçu.

⁴⁶ O sentido aqui atribuído para a expressão *indústria local* coaduna com as formulações desenvolvidas no estudo de Mamigonian (1965). Logo, entende-se por indústrias locais as empresas industriais que possuem sua origem diretamente embrincadas no território alagoano, representando atividades internas sem relação com a atuação parasita das grandes corporações nacionais e internacionais, são atividades produtivas oriundas das relações econômicas internamente estabelecidas.

⁴⁷ Sobre a Cooperativa Pindorama consultar o estudo de Lima (2012).

⁴⁸ Representando um exemplo da participação positiva do poder público na economia, conforme constado por Santos (2016) acompanhando a política pública do Governo Federal de fomento aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no enfrentamento do atraso econômico nas regiões periféricas do país, a implementação da política de APLs como uma política de desenvolvimento econômico pelo Governo de Alagoas foi de grande importância para diversas atividades produtivas no estado, possibilitando geração de emprego, renda e dinâmica à economia local.

a indústria dos baixos resultados, decorrentes do período de crise configurado na economia estadual nas últimas décadas do século XX. Conforme as informações da FIEA (2018, p. 119),

O cenário que se inicia nos anos 2000 reveste-se de grande importância para a trajetória do setor industrial, observando união de esforços dos líderes dos setores produtivos, junto com o governo do Estado, para permitir recuperação econômica e financeira, crescimento e ampliação das perspectivas de negócios com aumento da oferta de empregos, diante dos problemas conjunturais e estruturais vividos na década de 1980 com grandes reflexos sobre a atividade nos anos 1990.

Atualmente, a indústria de Alagoas é representada principalmente pela de transformação, com uma maior concentração no município de Maceió e, posteriormente, no município de Arapiraca. Segundo os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI)⁴⁹, Alagoas tem um Produto Interno Bruto (PIB) industrial médio de 6 bilhões de reais, contribuindo com 12,6% do PIB de Alagoas em 2017, ocupando em 2018 uma porcentagem de 18,5% (91.453 trabalhadores) da população que possui emprego formal no estado.

As empresas industriais pertencem a diversos setores produtivos, com destaque para os cinco principais: o setor de construção representando 35,1% da indústria estadual, o setor de alimentos representando 28,3%, o setor de serviços industriais de utilidade pública com 16,3%, o setor químico com 9,2% e o setor de borracha e plástico com 3,6%. Outros 17 (dezessete) setores menos expressivos representam juntos os demais 7,6% da indústria de Alagoas.

Ainda segundo os dados da CNI, do total de empresas industriais 71% são micro empresas, 22,1% são pequenas empresas, 5,5% são médias empresas e somente 1,4% são grandes empresas, representando que a indústria alagoana é constituída sobretudo por atividades de pequenas dimensões. Vide na Tabela 2 a caracterização mais detalhada da indústria em Alagoas de acordo com o porte das unidades e a porcentagem de pessoas ocupadas por cada tipo de empresa industrial.

Tabela 2 - Alagoas: caracterização da indústria de acordo com o porte (2018)

Porte	Caracterização do porte	% indústrias	% emprego
Micro empresas	Com até 9 empregados	71,0%	7,5%
Pequenas empresas	Com 10 a 49 empregados	22,1%	15,4%
Médias empresas	Com 50 a 249 empregados	5,5%	18,7%
Grandes empresas	Com 250 ou mais empregados	1,4%	58,3%

Fonte: Confederação Nacional da Indústria.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

⁴⁹ Dados do Perfil da Indústria dos Estados do Brasil. Disponível em: <http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/al>.

A análise dos sindicatos industriais presentes em Alagoas, permite o conhecimento dos principais setores da indústria no estado, sendo possível perceber a variedade e/ou segmentação das atividades produtivas no estado. No entanto, ressalta-se que, por um lado, muitos desses setores possuem uma participação praticamente irrisória, sendo produções pequenas e localizadas, por outro lado, outros setores praticamente dominam grande parte da indústria alagoana, como é o caso do ramo de alimentos e bebidas. Vide no Quadro 3 a organização dos sindicatos patronais no ramo da indústria do estado de Alagoas.

Quadro 3 – Alagoas: sindicatos patronais da indústria

Sigla	Nome do Sindicato
SICONGEL	Sindicato das Indústrias Alimentares de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Sucos e Concentrados, Doces e Conservas do Estado de Alagoas
SILEAL	Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Alagoas
SIMAGRAL	Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Mármore e Granito do Estado de Alagoas
SINDAÇÚCAR	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas
SINDAGUA	Sindicato das Indústrias de Engarrafamento de Água Mineral do Estado de Alagoas
SINDICER	Sindicato da Indústria de Produtos Cerâmicos do Estado de Alagoas
SINDIPAN	Sindicato da Indústria de Panificação, Confeitaria, Bolos, Bolachas, Biscoitos e Massas Alimentícias do Estado de Alagoas
SINDIVEST	Sindicato da Indústria do Vestuário do Estado de Alagoas
SINDMOVEIS	Sindicato da Indústria de Marcenaria, Móveis e Esquadrias do Estado de Alagoas
SINDMEC	Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Alagoas
SINDMINERAL	Sindicato das Indústrias de Extração Mineral do Estado de Alagoas
SINDUSCAL	Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de Alagoas
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas
SINGAL	Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Alagoas
SINPERAL	Sindicato das Indústrias Químicas, Petroquímicas e de Resinas Sintéticas do Estado de Alagoas
SINPLAST	Sindicato das Indústrias de Plásticos e Tintas do Estado de Alagoas
SINPROCIM	Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Alagoas
SINTORMOC	Sindicato da Indústria do Milho, Torrefação e Moagem de Café de Maceió
SINDCACHAÇA	Sindicato das Indústrias de Cachaça, Cerveja, bebidas destiladas e bebidas fermentadas do Estado de Alagoas
SINDENERGIA	Sindicato das Indústrias de Energia do Estado de Alagoas

Fonte: FIEA – Sindicatos.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

O estado de Alagoas tem conhecido mudanças em suas estruturas produtivas, o que tem permitido avanços em sua economia. Mas, comparando as demais Unidades Federativas (UF) do Nordeste brasileiro ainda possui limitações, como um número reduzido de unidades

industriais e a pequena expressão do PIB industrial, que conforme apresentado na Tabela 3 o estado ocupa a oitava posição no *ranking* do Nordeste nessas duas variáveis.

Tabela 3 – Nordeste: ranking por empresas industriais e PIB industrial

Empresas industriais (2018)		PIB Industrial (2017)	
<i>Ranking</i>	<i>UF</i>	<i>Ranking</i>	<i>UF</i>
1°	BA	1°	BA
2°	CE	2°	PE
3°	PE	3°	CE
4°	RN	4°	MA
5°	PB	5°	RN
6°	MA	6°	PB
7°	PI	7°	SE
8°	AL	8°	AL
9°	SE	9°	PI

Fonte: Confederação Nacional da Indústria.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Mediante a situação de atraso da economia alagoana, o poder público é constantemente pressionado por melhores resultados, situação que reflete em uma cultura de busca pela salvação milagrosa em grandes projetos, como foram as expectativas pelo petróleo em tempos passados e com o polo cloroquímico mais recentemente. No entanto, a economia de Alagoas tem apresentado no início do século XXI o desenvolvimento de atividades produtivas internas como possibilidades ao crescimento, dinamizando a economia local e refletindo novas condições para o território. São essas atividades que precisam de uma maior atenção do Estado.

Na conjuntura econômica atual, a crise do setor sucroalcooleiro tem sido um dos principais fatores da reorganização da classe empresarial de Alagoas, possibilitando investimentos em novos setores do campo produtivo. Além disso, existe uma transformação da estrutura econômica do estado, com o desenvolvimento de atividades internas com forte potencialidade de crescimento, situação positiva em direção a diversificação produtiva.

Como enfatiza Carvalho ([2006] 2014), a participação governamental tem sido de grande importância, possibilitando o aumento do consumo popular a partir de políticas de distribuição de renda e contribuindo com a ampliação do parque industrial de bens populares. Deste modo, ressalta-se que a indústria alagoana produz principalmente para o mercado local, expandindo-se para o mercado regional, sendo essencial o fortalecimento do mercado interno.

Portanto, as políticas de crescimento econômico para o estado de Alagoas precisam descentralizar dos grandes projetos baseados na atração de empresas externas ao território, voltando-se principalmente para as especificidades da realidade regional. Afinal,

Sem uma estratégia que leve essas especificidades regionais, em vez de respostas sólidas, com mudanças lentas e de longo prazo, teremos sempre as mesmas políticas centradas nos anúncios de factóides, investimentos mirabolantes que não se materializam e expectativas que nunca se confirmam (CARVALHO, [2006] 2014, p. 9).

É preciso propor mudanças no modelo obsoleto de desenvolvimento até então adotado pelo Estado, pois a economia alagoana tem apresentado nos últimos anos atividades produtivas que tem se refletido em novas organizações econômicas, baseadas nos interesses locais e distante daqueles empreendidos pelas empresas externas.

As transformações da economia alagoana empreendidas no início do século XXI se refletem em novas dinâmicas espaciais, fundamentadas em atividades produtivas internas e representadas principalmente pela participação das indústrias locais⁵⁰; formadoras de verdadeiros conglomerados industriais ao longo das terras alagoanas, que exploram as especificidades de cada parte do território e representam possibilidades ao desenvolvimento territorial. Para o fortalecimento dessas atividades, a médio e longo prazos, acredita-se no caráter singular do ativismo estatal, pois, estimula o desenvolvimento da atividade industrial e, portanto, das forças produtivas.

⁵⁰ Acrescente-se que as atividades de menores proporções, como as indústrias locais, alcançaram maiores crescimentos ao também serem beneficiadas pelas facilidades de acesso ao crédito implementadas com o Governo Lula.

TERCEIRA SEÇÃO

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA
E O ATIVISMO ESTATAL EM ALAGOAS

3.1 Densidade e rarefação: a concentração industrial e as influências da hierarquia urbana no território alagoano

As dinâmicas inerentes à rede urbana do estado de Alagoas refletem as centralidades⁵¹ exercidas pelos diversos centros urbanos, que foram mudando de direção e reconfigurando a rede, promovendo verdadeiras transformações nos graus de importância das cidades, modificando suas posições na hierarquia e traçando novas formas de organização, não raro influenciadas pelas atividades econômicas desenvolvidas nesse território ao longo de sua história econômica.

Os principais centros urbanos conheceram diversas mutações ao longo dos anos, possibilitando que alguns fossem superados por outros anteriormente menos expressivos. Essas dinâmicas da rede urbana oferecem pistas significativas à compreensão das diferentes forças econômicas que estimularam a atual concentração industrial, notoriamente mais expressiva nos principais centros urbanos do estado, reafirmando ainda mais a relação intrínseca do processo de industrialização com o de urbanização. Ressalta-se que a organização da rede urbana alagoana está intimamente ligada às relações econômicas, as principais cidades da hierarquia urbana são também as que possuem uma economia mais dinâmica, detentoras de maiores regiões de influência, atribuídas por suas capacidades de oferecer principalmente serviços dos mais variados e oferta de emprego.

Conforme apresenta Carvalho ([2006] 2014, p. 28), “em Alagoas, na lista dos 102 municípios, os de melhor desempenho são os considerados polos mesorregionais, os que têm maior população e melhor infraestrutura hospitalar, serviços, comércio, abrigando unidades industriais”, esclarecendo ainda que,

Os grandes municípios têm áreas de influência que correspondem às suas capacidades de oferecer serviços médicos, bancários, educacionais e comerciais às localidades vizinhas, transformando-se assim em centros dinâmicos sub-regionais, como são os casos de Arapiraca, na região fumageira; Delmiro, no Sertão; Palmeira dos Índios no Agreste; ou Penedo e Coruripe, no litoral sul. (CARVALHO, [2006] 2014, p. 32).

Os principais centros concentram as atividades econômicas que empregam grande parte da população de sua região de influência, possuindo um grande fluxo de pessoas, transportes e capital, além da oferta de amplo comércio e disponibilidade de serviços essenciais, como

⁵¹ A ideia de centralidade é oriunda da *teoria das localidades centrais* elaborada pelo geógrafo alemão Walter Christaller, publicada originalmente em 1933 e traduzida para o inglês em 1966. Sobre isso consultar Christaller ([1933] 1966).

hospitais bem equipados na área da saúde, universidades públicas e privadas na área da educação, e a presença dos principais órgãos públicos na área administrativa, concentrando ainda os maiores quantitativos de instalação industrial.

Em seu estudo clássico sobre a rede urbana de Alagoas, Corrêa (1994, p. 97) verifica que “os meios de transporte tiveram um papel decisivo na vida urbana de Alagoas e na sua evolução, colocando no ápice da organização urbana, Maceió e, mais abaixo, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Penedo”. Explicando ainda que:

Esta evolução processou-se em três fases e, em cada uma delas, destacaram-se algumas cidades que desempenharam importantes funções, as quais eram condicionadas pela preeminência de um determinado meio de transporte: navegação fluvial e marítima, ferrovia ou rodovia. Assim, tiveram importância no passado, desde o período colonial até o advento da República as velhas cidades do litoral, posteriormente as cidades ‘ponta de trilhos’, e atualmente as cidades nós rodoviários. O papel exercido por esses centros urbanos, em cada uma das três fases, ficou estampada na paisagem das cidades, na organização de seu espaço urbano e na vitalidade ou obsolescência de suas funções” (CORRÊA, 1994, p. 97-98).

Corrêa (1994) oferece elementos coerentes para análise da rede urbana, identificando diversos fatores que influenciam na definição e redefinição da hierarquização das cidades, considerando o crescimento populacional mediante as migrações campo-cidade, as infraestruturas de transportes e principalmente a ampliação qualitativa e quantitativa das funções das cidades como elementos essenciais no processo de definição da ordem hierárquica. Inclusive, dentre os exemplos da importância desses elementos na definição da posição das cidades na hierarquia urbana estão, no caso de Maceió suas funções administrativa e portuária e no caso de Arapiraca a importância das rodovias para sua afirmação como segundo principal centro do estado e ainda sua função decisiva na oferta de comércio e serviços.

A esse respeito, o estudo de Medeiros (2013, p. 174) aponta que “por apresentar uma rede urbana desnivelada, Alagoas possui um restrito conjunto de cidades exercendo maior influência socioeconômica sobre outras, além de concentrar atividades novas”. Identificando inclusive a importância dos meios de transporte na definição da hierarquia urbana, ao verificar por exemplo que, “o advento da ferrovia consistiu num evento determinante na reestruturação da materialidade do território alagoano, possibilitando, não apenas um maior escoamento da produção e deslocamento das pessoas, mas, impondo uma nova hierarquia urbana” (MEDEIROS, 2013, p. 156).

A assertiva de Medeiros (2013) em evidenciar as limitações da rede urbana alagoana mediante a pequena quantidade de centros de expressão proporciona uma maior compreensão

da realidade urbana do estado. Para o litoral o mais importante centro é Maceió, que gozando do posto de capital do estado executa diversas funções urbanas e exerce influência para um grande número de cidades ao longo dos anos, já para o interior essas relações são mais dinâmicas, os centros importantes são menores em expressão, mas maiores em quantidade, conhecendo inclusive algumas mudanças na posição da hierarquia a partir das transformações ocorridas ao longo dos anos.

O estudo de Ferrari (1985) evidencia brilhantemente as transformações ocorridas na organização espacial do interior alagoano que possibilitaram a redefinição dos centros urbanos, para tanto, considera que as atividades econômicas desenvolvidas nos centros de expressão urbana tiveram papel decisivo nas mudanças espaciais. A autora entende que os centros urbanos do Agreste e do Sertão de Alagoas⁵² passaram ao longo da história por três etapas; a primeira é marcada pela notoriedade dos centros localizados ao longo do Rio São Francisco, com destaque para Penedo; a segunda é marcada pela expansão da rede ferroviária, favorecendo de maneira direta Palmeira dos Índios⁵³, que adquiriu posição de grande importância na hierarquia urbana e centralizou por um longo período a economia dessa região; já a terceira etapa é marcada pelo surgimento de Arapiraca como o principal centro urbano do Agreste, superando inclusive Palmeira dos Índios.

Portanto, seria muito difícil a Palmeira dos Índios permanecer com a centralização anteriormente conquistada, com base na atividade comercial, na medida em que quase todos os municípios passaram a ter novos equipamentos comerciais para atender à comercialização de suas produções. [...] Por outro lado, ao ser redefinida a organização da produção, uma ‘nova’ área, Arapiraca, passa a comandar e a centralizar as atividades urbanas anteriormente existentes em Palmeira dos Índios (FERRARI, 1985, p. 88).

Em conformidade com Ferrari (1985), a conquista e afirmação de Arapiraca como centro de expressão é resultado de um conjunto de fatores que transformaram a organização do espaço do agreste, podendo ser destacadas principalmente a presença da policultura, a cultura e o beneficiamento do fumo⁵⁴, além da importância da feira livre⁵⁵. Conforme se verifica no Mapa

⁵² Ferrari (1985, p. 44) destaca que “os núcleos urbanos desta área surgem em função da concentração populacional propiciada pelo desenvolvimento da cultura algodoeira. Localizavam-se ao longo dos rios navegáveis, substituídos, onde não havia, pelos caminhos de gado”.

⁵³ Para a região de Palmeira dos Índios é necessário destacar a importância da fruticultura como atividade econômica de grande expressão, sobre isso consultar o estudo de Nascimento (1993) que discute a produção de frutas nessa região, analisando a participação dos produtores locais para a economia a partir da pequena produção.

⁵⁴ A esse respeito consultar os estudos de Barbosa (1982) e Santos (2014).

⁵⁵ De acordo com Firmino (2015, p. 146), “a feira livre de Arapiraca passou a se destacar não somente a nível local, ganhou grande importância como atividade econômica da cidade e da sub-região Agreste, ultrapassando até os limites estaduais”.

3, outro fator que permitiu a manutenção de Arapiraca no posto de principal centro do agreste foram as rodovias⁵⁶, pois estando localizada no “centro” do estado usufrui de uma posição geográfica favorável principalmente para as atividades comerciais e industriais, permitindo um maior poder de distribuição. Ferrari (1985, p. 90) apresenta que,

A expansão rodoviária que tomou de assalto o país como um todo, atingiu Alagoas em sua parte central, no sentido leste-oeste, beneficiando principalmente Arapiraca. Esta cidade que, após 1947, passou a ser servida pela estrada de ferro procedente de Palmeira dos Índios em direção ao rio São Francisco, tornou-se paulatinamente o mais importante foco de rodovias estaduais, como AL-220, AL-110 e AL-115, com as respectivas interligações à BR-316 ao norte do Estado.

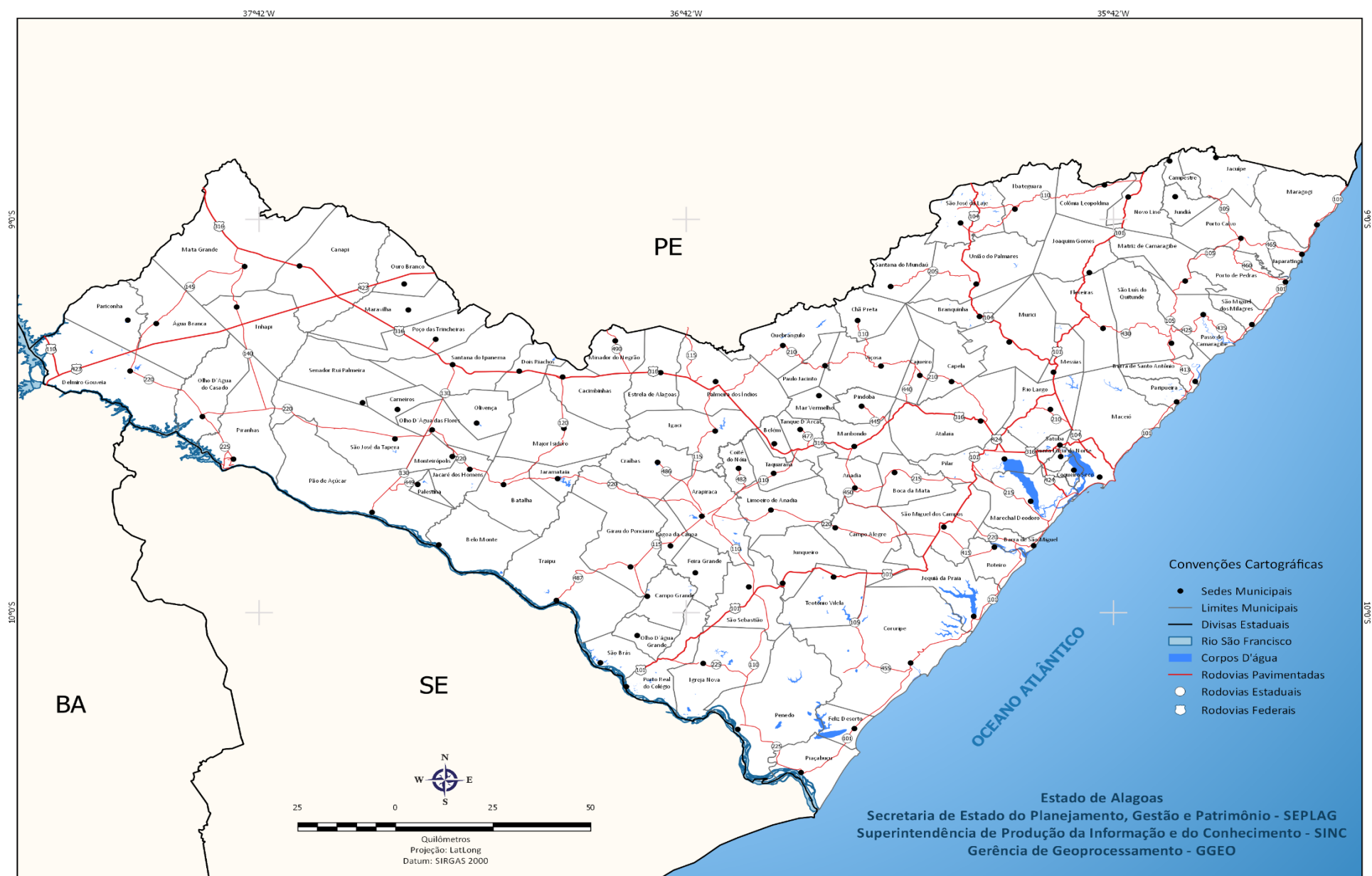
O estudo de Ramos (1979), que aplica na rede urbana de Alagoas uma análise dos equipamentos sociais básicos em cidades de pequeno porte, também desenvolve apontamentos importantes a respeito da organização urbana do estado. A autora verifica que Palmeira dos Índios⁵⁷ assumiu durante um certo tempo o papel de centro econômico e de serviços do interior alagoano; no entanto, a expansão do sistema viário redireciona a atenção anteriormente voltada para o Sertão de Alagoas para novos centros, impactando o crescimento de Palmeira dos Índios e beneficiando os centros dotados de rodovias, de maneira mais expressiva a cidade de Arapiraca. Para a autora,

Portanto, Palmeira dos Índios não teve condições de permanecer ou melhor se conservar na posição assumida no Estado até a 1ª metade da década de 60, por não ter uma base econômica forte, uma vez que o período em que o seu desenvolvimento foi maior, este não apresentou uma intensidade capaz de montar uma infra estrutura de serviços que permitisse a conseqüente atração de outras atividades econômicas, e assim justificasse a sua compatibilização no ritmo de crescimento dos demais centros polarizadores do Estado (RAMOS, 1979, p. 79).

⁵⁶ Conforme destaca Santos, P. C. L. (2019, p. 121), “a intensa dinâmica atraiu força de trabalho de diversos pontos de Alagoas, demandando uma articulação mais consolidada nos meios de transporte, que movimentariam tanto os produtos a serem comercializados, quanto os sujeitos que consumiram tais produtos, Arapiraca teve a confluência das principais rodovias estaduais, e com isso, tornou-se um importante centro rodoviário”.

⁵⁷ “[...] o núcleo urbano de Palmeira dos Índios conheceu um período de maior desenvolvimento ocasionado pela existência de uma rede de transportes que lhe assegurou uma transitória prosperidade econômica, pela relativa facilidade de acesso a mercadorias de interesse do mercado internacional, o algodão. Porém, a dependência de decisões externas condicionou a fragilidade das suas estruturas econômicas, uma vez que o período de progresso não foi suficientemente longo para solidificá-las e assim garantir o ritmo do seu processo de desenvolvimento” (RAMOS, 1979, p. 81).

Mapa 3 – Alagoas: malha rodoviária (2013)



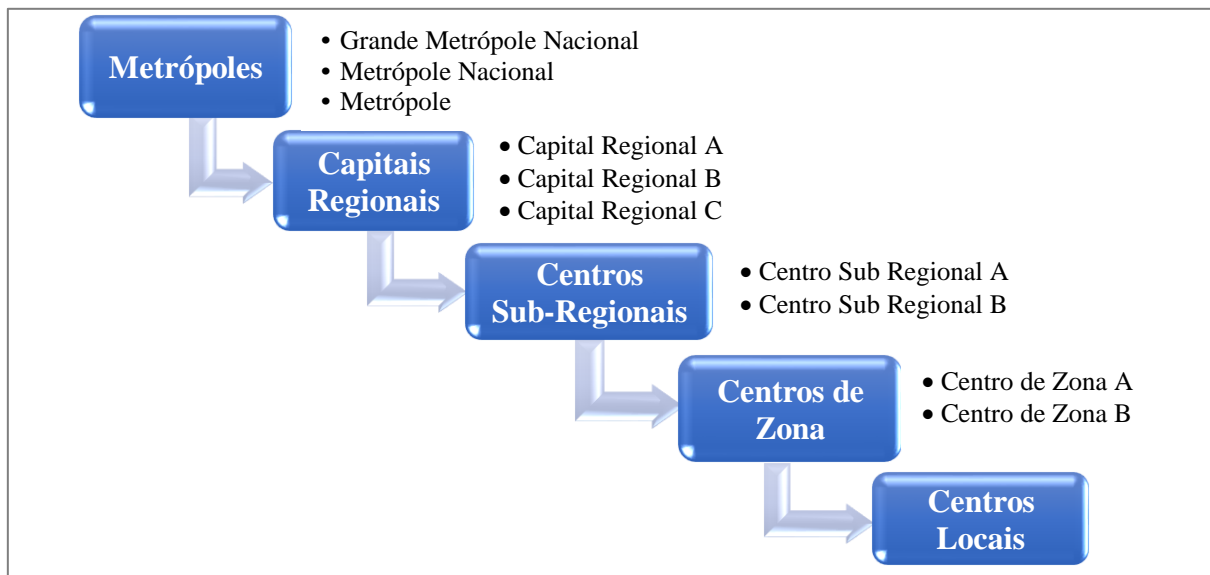
Fonte: IBGE 2019, Malha Municipal (2018); IMA 2013, Rodovias; GGEO/SINC/SEPLAG 2019.

Fonte: Portal Alagoas em Dados e Informações. **Adaptação:** Clevisson José da Silva, 2020.

Como apresenta o Mapa 3, Arapiraca se caracteriza como um *nó rodoviário* (CORRÊA, 1994), possuindo ligação com as principais rodovias estaduais e federais do estado, situação que lhe atribui um alto poder de circulação e distribuição de mercadorias, tanto para a parte central do estado como também para os centros sertanejos e litorâneos. Além de facilitar a comunicação com outros centros regionais e nacionais.

Na mais recente edição do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2018) publicada em 2020, o IBGE identifica a hierarquia das cidades na rede urbana em escala nacional, para Alagoas o estudo aponta que os centros urbanos que ocupam posições importantes são: Maceió classificada como Capital Regional A, Arapiraca como Capital Regional C; Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares como Centros Sub-Regionais B; e Coruripe, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo e Viçosa como Centros de Zona B. A Figura 3 apresenta a classificação adotada pelo IBGE, que se estende de Centros Locais à Metrôpoles.

Figura 3 – Classificação do IBGE para hierarquização dos centros urbanos



Fonte: IBGE (2020).

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

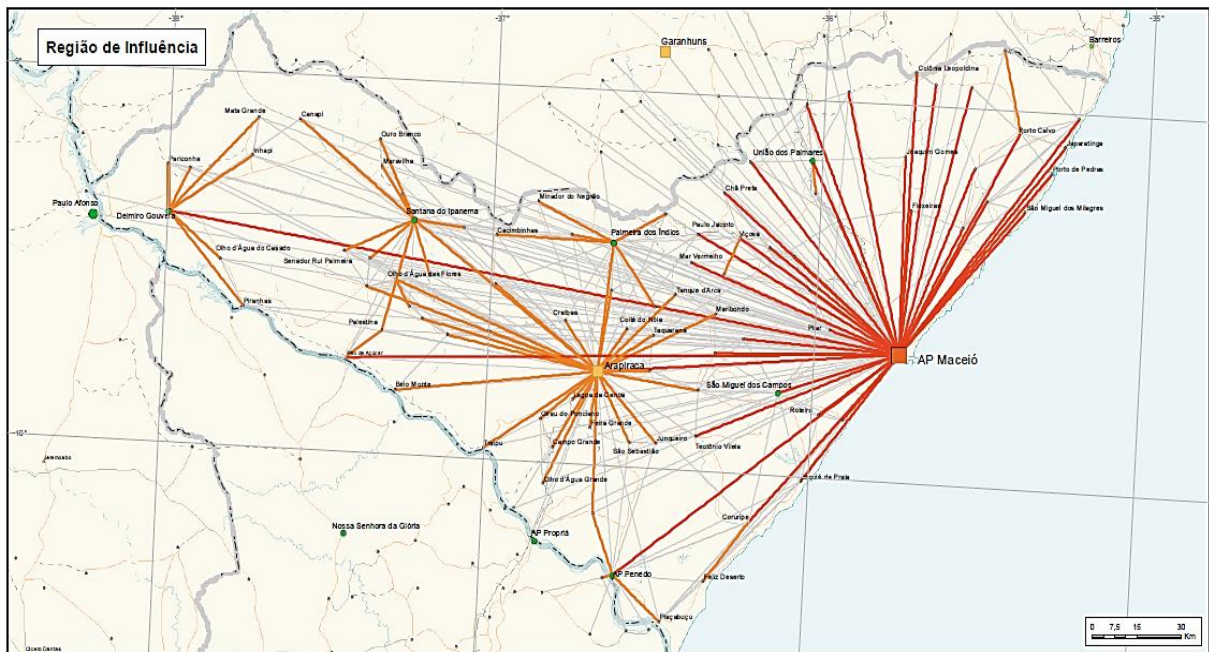
Explicando a classificação de hierarquia adotada pelo IBGE, como apresentado na Figura 3 os centros urbanos podem ser classificados em cinco níveis, e nestes podem ser classificado em dois ou três subníveis, notoriamente o nível de metrôpole representa o topo da hierarquia, formado pelos maiores centros do país e com extensa área de influência direta, enquanto o nível de centro local representa a base da hierarquia, formado pelos pequenos centros de influência limitadas somente aos próprios municípios. O estudo do IBGE está

centrado na apreensão das regiões de influência das cidades, não obedecendo aos limites estaduais e possibilitando a presença de cidades de mais de um estado nas regiões de influência.

Nessa hierarquização, a capital alagoana representa o centro com a maior região de influência do estado; no entanto, como uma Capital Regional A é diretamente influenciada pela metrópole do Recife/PE. Assim, tanto a sua região de influência como dos demais centros urbanos destacados não ultrapassam - a grosso modo - os limites estaduais, diferente do que ocorre com os grandes centros do Nordeste brasileiro (Salvador, Recife e Fortaleza) que influenciam regiões em um raio que ultrapassa os limites de seus estados.

As regiões de influência das cidades alagoanas representadas no Mapa 4 refletem a importância que cada centro urbano exerce no território, verifica-se, portanto, que Maceió e Arapiraca representam os dois principais do estado. O primeiro desfruta da condição de capital da UF, influenciando todo o território e de maneira mais expressiva os centros mais próximos, representado um verdadeiro *centro de gestão do território*⁵⁸ (CORRÊA, 1995), já o segundo desfruta de condições privilegiadas de localização e infraestrutura de transportes, situação que possibilitou o seu desenvolvimento econômico e afirmação como o segundo maior e mais importante centro urbano do estado.

Mapa 4 - Alagoas: regiões de influência das cidades (2018)



Fonte: IBGE (2020).

Adaptação: Clevisson José da Silva, 2020.

⁵⁸ De acordo com Corrêa (1995, p. 83): “O centro de gestão do território, por outro lado, é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas”.

Inclusive, com base na organização da rede urbana, a divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias reafirma o poder de centralidade exercido por alguns centros urbanos nos territórios, atribuindo para Alagoas as regiões intermediárias de Maceió e de Arapiraca, que baseadas em influências de diferentes níveis concentram nos centros polo ampla quantidade e variedade de atividades econômicas, ofertando aos centros menores os mais variados serviços e produtos.

As reorganizações da rede resultam sobretudo das transformações econômicas conhecidas pelo território alagoano ao longo de sua formação; deste modo, destaca-se que existem cidades com diferentes níveis de importância na hierarquia urbana, cada uma com sua importância particular, algumas adquirem importância em decorrência das funções que desempenham e outras pelo fator de proximidade com os principais centros.

Os centros urbanos de expressão relevante são aqueles que detêm a maior densidade de atividades econômicas, tanto produtivas quanto comerciais, por isso sua análise permite a explicação da concentração industrial em Alagoas, e para tanto a utilização da divisão em Regiões Geográficas Imediatas como uma tentativa de explicação da organização espacial da indústria se configura como um instrumento metodológico coerente.

Neste contexto, os fatores determinantes da localização industrial são essenciais à compreensão da concentração das indústrias pois influenciam na instalação das unidades produtivas, dentre eles sobressaem: os fatores de infraestrutura, como por exemplo a capacidade energética, a disposição de água e de vias de escoamento; os fatores normativos, relacionados a legislação de incentivos governamentais e programas de financiamento; e os fatores de execução da produção, como disposição de mão de obra (força de trabalho), facilidades na aquisição de matérias-primas e proximidade com o mercado consumidor.

Deve-se abrir um parêntese para a questão energética, que no caso de Alagoas é um dos principais problemas enfrentados pelo setor produtivo, em especial pelas indústrias. A fragilidade da capacidade energética⁵⁹, que conforme Lacoste ([1959] 1979) representa um dos principais caracteres do subdesenvolvimento é uma das principais limitações do desenvolvimento da atividade industrial no estado, situação que impede o crescimento das indústrias no território alagoano.

⁵⁹ A fragilidade energética alagoana pode ser verificada a partir da análise dos dados apresentados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) em publicação intitulada *Balanço energético do estado de Alagoas*, sobre isso consultar ALAGOAS (2019).

Evidentemente, são os principais centros da rede urbana que dispõem dos fatores de localização, situação comprovada pela verificação do maior número de unidades produtivas instaladas nesses centros. No caso de Alagoas, os dois principais centros industriais são os mesmos mais bem posicionados na hierarquia urbana, Maceió e Arapiraca, pois dispõem das melhores condições à instalação industrial. Portanto, os fatores locacionais atuam diretamente na organização das indústrias, que se instalam objetivando a minimização dos custos e consequente maximização dos lucros, daí a busca por condições favoráveis à sua instalação e manutenção.

Deste modo, a organização espacial da indústria em Alagoas segue a ordem dos principais centros urbanos do estado, apresentando os maiores números de unidades industriais nas cidades de maior importância na rede urbana. Nesse contexto, verificando a importância dos fatores de localização industrial, o estudo de Morais (2012) evidencia a organização espacial da indústria nordestina como resultado da atuação empresarial voltada para as condições espaciais favoráveis, refere-se segundo o autor a uma instalação condicionada a oferta de infraestrutura, incentivos governamentais, mão de obra barata e existência de mercado consumidor ativo, o que para o mesmo autor favorece a consagração dos superlucros das empresas. Logo,

A nova industrialização do Nordeste brasileiro está baseada na mesma ótica global de reestruturação do capital que busca constantemente oportunidades de superlucro. Daí essas indústrias migrarem para espaços ‘vazios de práticas capitalistas’, onde sejam maiores as vantagens com a oferta de incentivos fiscais, baixo custo da mão-de-obra assalariada, menor resistência organizada do trabalho (sindicatos), crescentes mercados consumidores, etc.” (MORAIS, 2012, p. 214).

Para Morais (2012), o processo de organização da indústria no espaço nordestino recebe grande influência do poder público, que a partir de sua capacidade de dotar o território de infraestrutura tem o poder de favorecer a instalação industrial e, por conseguinte, interferir em sua organização espacial. No entanto, a respeito da industrialização do Nordeste o autor ressalta que “uma conclusão fundamental diz respeito às limitações das teorias tradicionais de localização industrial. Seus pressupostos, oriundos da microeconomia de concorrência perfeita, não dão conta dos processos concretos da dinâmica capitalista moldados pela concorrência monopolista” (MORAIS, 2012, p. 216).

A abordagem da hierarquia urbana traz à luz a compreensão das relações intrincadas entre os processos de urbanização e de industrialização, pois os centros com maior importância urbana tendem a ser também os principais centros industriais, representando suas dinâmicas a

partir dos números de empreendimentos abrigados em decorrência da disposição de condições favoráveis.

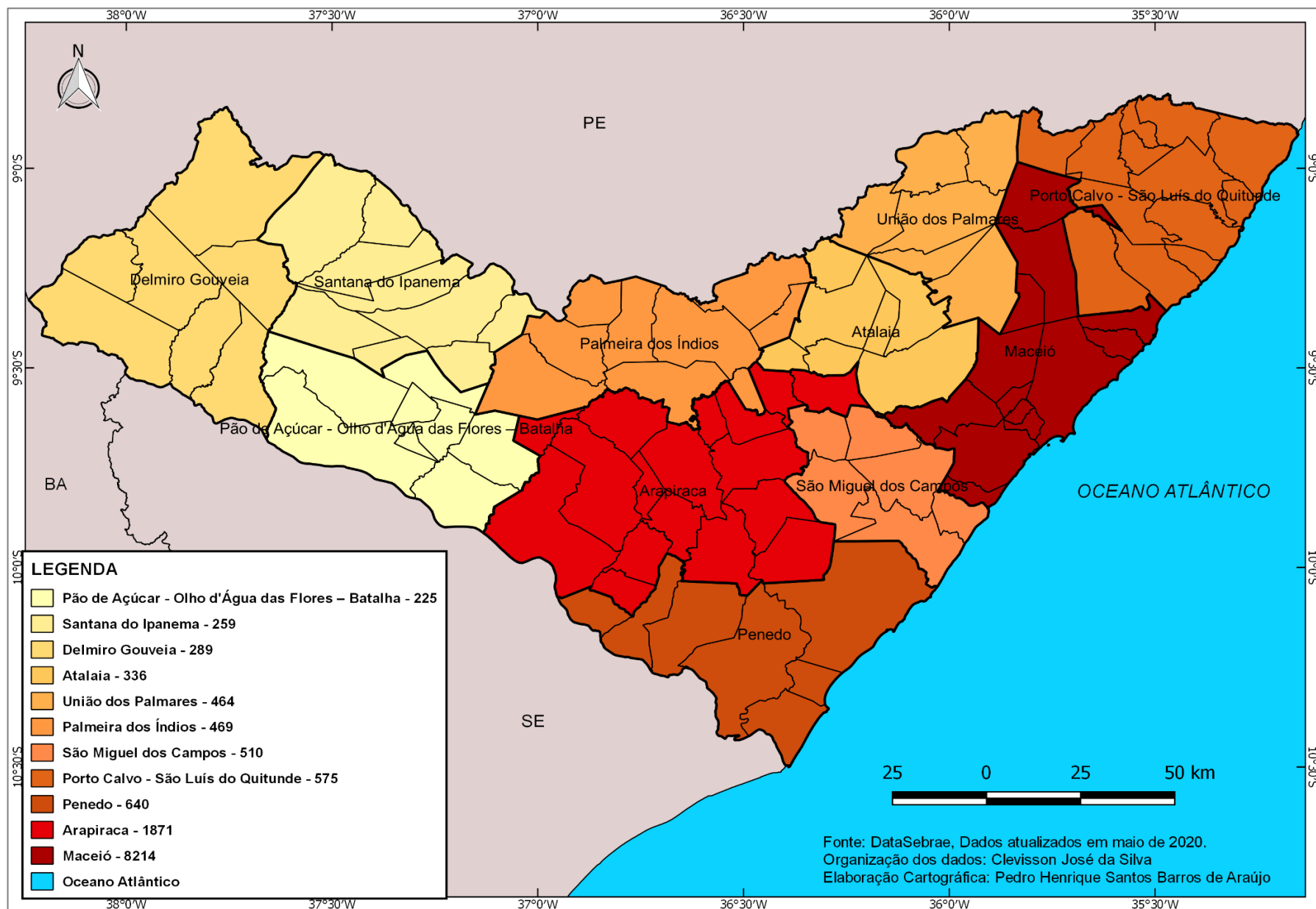
A instalação industrial voltada para esses fatores de localização reflete um processo de industrialização desigualmente organizado pelo território, promovendo a concentração das indústrias nos locais mais bem dotados de condições estruturais, políticas e de funcionamento. Neste sentido, visando uma análise da concentração industrial em Alagoas a partir da densidade e da rarefação⁶⁰ da indústria, apresenta-se a seguir uma análise dos dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil (RFB) disponíveis no Portal DataSebrae⁶¹, norteando-se pela divisão do estado em regiões geográficas conforme proposta do IBGE já discutida no item 1.2.

De acordo com os dados do DataSebrae, espacializados no Mapa 5, o estado de Alagoas possuía em maio de 2020 um total de 13.852 empresas industriais ativas distribuídas pelos 102 municípios, desse quantitativo o equivalente a aproximadamente 59% das empresas industriais do estado localizavam-se na região imediata de Maceió e o equivalente a aproximadamente 14% localizava-se na RGIA, a região imediata de Penedo concentrava aproximadamente 5%, as regiões imediatas de São Miguel dos Campos e de Porto Calvo/São Luís do Quitunde concentravam aproximadamente 4% cada, as regiões imediatas de Palmeira dos Índios e de União dos Palmares concentravam aproximadamente 3% cada, enquanto que as regiões imediatas de Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia, Atalaia e Pão de Açúcar/Olho d'Água das Flores/Batalha possuíam aproximadamente 2% cada.

⁶⁰ Considerando as desigualdades territoriais, Santos e Silveira ([2001] 2016) propõem pares dialéticos para sua análise, como é o caso da densidade e rarefação referidas aqui, ou ainda da fluidez e viscosidade, dos espaços de rapidez e de lentidão, dos espaços luminosos e dos opacos e ainda dos espaços que mandam e dos que obedecem.

⁶¹ Disponível no endereço eletrônico: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas>. Destaca-se que os registros de empresas industriais do DataSebrae englobam tanto as próprias indústrias de transformação como também as empresas de serviços industriais.

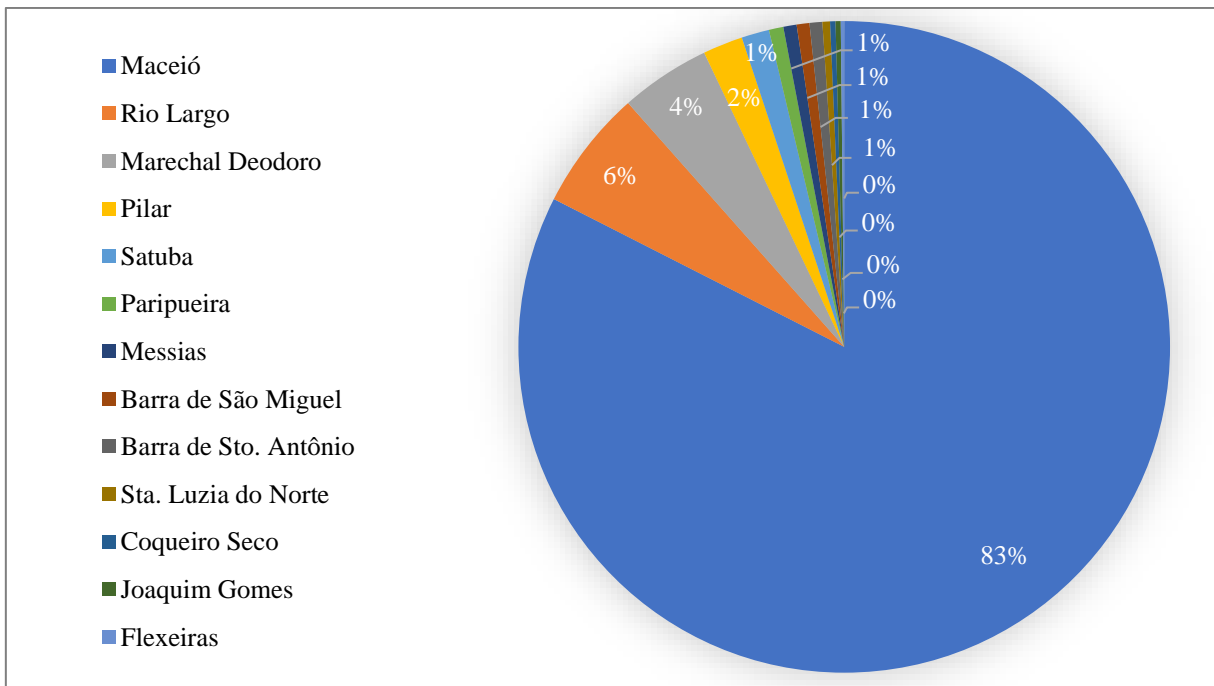
Mapa 5 – Alagoas: concentração de empresas industriais por Região Geográfica Imediata (2020)



Nota: Na legenda, os números presentes na frente do nome de cada Região Geográfica Imediata representam a quantidade exata de empresas industriais.

A região imediata de Maceió concentra o maior quantitativo industrial entre todas as regiões do estado, o Gráfico 4 apresenta a concentração industrial nessa região, onde é verificável que o município de Maceió é o que centraliza a maioria esmagadora das indústrias da região, representando 83% do total. Os outros municípios da região possuem números bem menores, dentre eles destacam-se aqueles influenciados pelo fator da proximidade com Maceió, como Rio Largo que concentra 6% e Marechal Deodoro que concentram 4%.

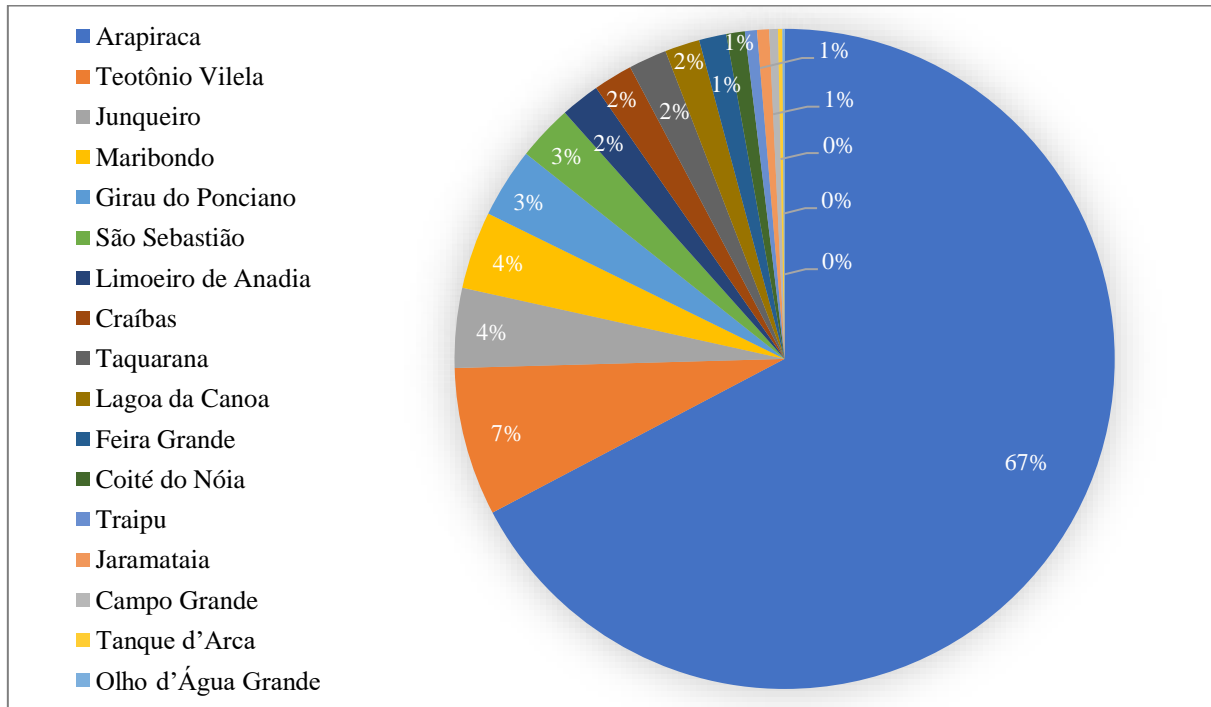
Gráfico 4 – Concentração Industrial na Região Geográfica Imediata de Maceió



Fonte: DataSebrae, 2020

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Já a RGIA concentra o segundo maior quantitativo industrial do estado, o Gráfico 5 demonstra que o maior centro industrial dessa região é o município de Arapiraca que concentra 67% das empresas industriais. Já os demais municípios possuem números irrisórios, com poucas indústrias se comparado aos principais centros, exemplo disso é Campo Grande, Tanque d'Arca e Olho d'Água Grande que não alcançam nem 1% cada.

Gráfico 5 – Concentração Industrial na Região Geográfica Imediata de Arapiraca

Fonte: DataSebrae, 2020.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Além das regiões imediatas de Arapiraca e de Maceió, o estado ainda conta com outras nove regiões, que possuem uma representatividade muito restrita ao que se refere a atividade industrial, nestas regiões as cidades polos⁶² concentram a maioria esmagadora das indústrias e os centros urbanos que recebem influência dessas cidades representam porcentagens irrisórias.

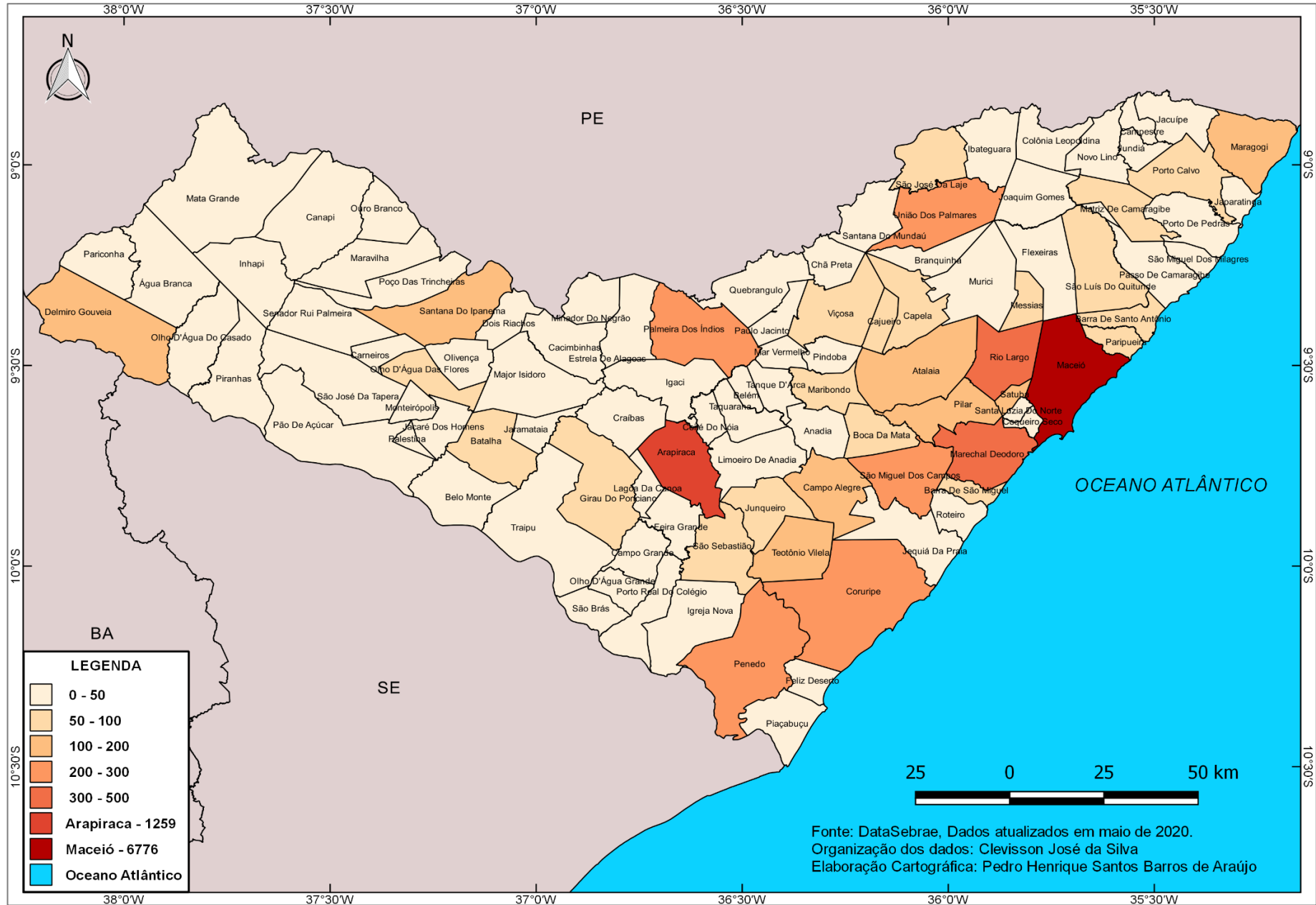
Na região de Penedo que possui 640 empresas industriais, os maiores números são de Penedo (279 unidades) e Coruripe (218 unidades); na região de Porto Calvo/São Luís do Quitunde que detêm um total de 575 empresas industriais, os municípios de Maragogi (148 unidades) e Porto Calvo (85 unidades) é quem concentra a maioria; na região de São Miguel dos Campos que conta com 510 empresas industriais, os maiores números estão em São Miguel dos Campos (236 unidades) e Campo Alegre (106 unidades); na região de Palmeira dos Índios que tem 469 empresas industriais, possui uma maior concentração os municípios de Palmeira dos Índios (295 unidades) e Major Isidoro (47 unidades); na região de União dos Palmares que possui 464 empresas industriais, União dos Palmares (204 unidades) e Murici (96 unidades) concentra a maioria das atividades industriais; na região de Atalaia que possui 336 empresas industriais, são os municípios de Atalaia (115 unidades) e Viçosa (70 unidades) que possuem

⁶² Conforme apresentado em IBGE (2017) a regionalização do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias baseia-se na identificação das cidades polos e dos municípios a elas vinculadas.

os maiores números; na região de Delmiro Gouveia que possui 289 empresas industriais, os municípios de Delmiro Gouveia (174 unidades) e de Piranhas (50 unidades) concentram a maior quantidade; na região de Santana do Ipanema que conta com 259 empresas industriais, a maior concentração industrial está em Santana do Ipanema (165 unidades) e Ouro Branco (29 unidades); e na região de Pão de Açúcar/Olho d'Água das Flores/Batalha que concentra 225 empresas industriais, os municípios de Olho d'Água das Flores (64 unidades) e Batalha (59 unidades) possuem os maiores números.

Os dados apresentados revelam que a atividade industrial em Alagoas é concentrada principalmente nas regiões imediatas de Maceió e de Arapiraca, afora isso a concentração industrial apresenta-se com maior foco nas cidades polos de suas respectivas Regiões Geográficas Imediatas. Para uma análise a nível de municípios verifica-se no Mapa 6 a concentração de empresas industriais por município da UF, reafirmando ainda mais a densidade industrial nos principais centros urbanos de Alagoas.

Mapa 6 – Alagoas: concentração de empresas industriais por município (2020)



De acordo com o Mapa 6, o estado de Alagoas apresenta uma maior densidade de atividades industriais na parte litorânea, marcadamente a Região Geográfica Intermediária de Maceió, sobretudo na capital do estado e nos municípios vizinhos, que contam com o fator de proximidade e com o forte poder de atração exercido pela capital em decorrência da oferta das condições mais propícias à instalação industrial.

Já a parte do interior ou Região Geográfica Intermediária de Arapiraca, apresenta uma densidade menor se comparada à região litorânea, possuindo uma maior concentração na parte agrestina, sobretudo nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, enquanto a parte sertaneja é marcada pela rarefação da atividade industrial, estando as poucas atividades concentradas nos principais centros urbanos, como são os casos de Delmiro Gouveia e de Santana no Ipanema.

Ressalta-se que a densidade industrial em Alagoas é relativa, pois mesmo aqueles centros considerados densos de indústrias ainda são rarefeitos se comparados com a realidade nacional e até mesmo nordestina. Logo, a densidade abordada é referente aos níveis de concentração industrial do próprio estado, que conforme mostrado anteriormente possui frações do território com uma maior densidade de atividades industriais.

Diante do exposto, verifica-se que a indústria em Alagoas é desigualmente concentrada no território, sendo os municípios de maior importância na hierarquia urbana os que possuem a maior densidade de atividades. Deste modo, a organização da rede urbana é uma das principais variáveis para compreensão da atual organização espacial da indústria no estado, acrescentando-se a isso os fatores de localização industrial que determinam a instalação das indústrias, como é o caso dos incentivos governamentais, discutidos de maneira específica no próximo item.

3.2 Estado, capital e condições normativas: as políticas de incentivos governamentais no estado de Alagoas

Partindo do princípio que o território é usado por diversos agentes, que empreendem múltiplas ações fundamentadas em interesses e princípios particulares, destacam-se os usos empreendidos pela sociedade civil, pelas empresas, pelos agentes financeiros e pelo Estado, o que torna possível elucidar a complexidade das ações desses agentes no território. Com isso, entre os fatores determinantes da instalação industrial sobressaem os incentivos governamentais, representantes do ativismo estatal em favorecimento do capital, são políticas que se realizam envolvendo diretamente o poder público (Estado) e o poder do capital (empresas), resultando na impressão de novas condições econômicas nos lugares e influenciando a organização espacial da indústria. Os incentivos governamentais podem ser classificados em diferentes tipos, principalmente em financeiros, creditícios, fiscais e locacionais.

O ativismo estatal possui um caráter singular, pois estimula o desenvolvimento da atividade industrial e, portanto, das forças produtivas. De acordo com Schapiro (2013), o Estado desempenha um papel robusto na coordenação econômica, capaz de redirecionar a economia para as atividades mais dinâmicas, visto que detém os meios e os recursos para isso. Nesse caso, para Alagoas tornaria possível uma alteração na configuração da economia, substituindo as tradicionais atividades monocultoras por atividades mais diversificadas e contribuindo diretamente para a melhoria das condições sociais.

No caso de Alagoas, as consideráveis transformações conhecidas por sua economia no início do século XXI, devem-se muito às políticas governamentais de concessão de incentivos de diferentes naturezas, pois “como a economia de Alagoas é frágil, a importância da presença do Estado é muito grande” (CARVALHO, [2006] 2014, p. 16). Nesse contexto, as diferentes esferas governamentais (municipal, estadual e federal) têm se mobilizado no sentido de proporcionar maiores crescimentos aos negócios empresariais instalados em seus territórios.

Logo, para a verificação das relações do Estado com o capital no território, considera-se o papel das três esferas governamentais no incentivo das atividades produtivas a partir de concessões fiscais, creditícias/financeiras e/ou locacionais. Essa análise considera para a esfera federal os programas desenvolvidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelos principais bancos públicos; para a esfera estadual considera-se as ações estabelecidas a partir da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR),

responsável pelo Programa de Desenvolvimento Integrado (PRODESIN) e pela Desenvolve - Agência de Fomento de Alagoas S.A.; já para a esfera municipal considera-se como exemplos os programas executados pelas prefeituras de Maceió e de Arapiraca.

No âmbito do Governo Federal, os programas de incentivos estão ligados principalmente ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)⁶³ e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)⁶⁴ operados principalmente pela SUDENE⁶⁵ e pelos bancos públicos. No caso de Alagoas, a atuação da SUDENE⁶⁶ tem se configurado como importante no apoio a atividade industrial, suas políticas classificam-se principalmente na concessão de incentivos fiscais e financeiros geralmente por períodos de 10 anos, o Quadro 4 apresenta os incentivos praticados pela autarquia.

Quadro 4 – Incentivos praticados pela SUDENE

Incentivos Fiscais	Incentivos Financeiros
<ul style="list-style-type: none"> • Depreciação acelerada; • Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); • Redução de 75% do IRPJ para novos empreendimentos; • Isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); • Redução de 12,5% do IRPJ • Isenção do IRPJ (programa de inclusão digital). 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos por meio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE); • Investimentos por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Fonte: SUDENE. Disponível em: www.sudene.gov.br

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

A participação da SUDENE no fortalecimento dos empreendimentos empresariais em Alagoas é verificada a partir dos dados do Gráfico 6, que apresenta os números de empresas incentivadas pela autarquia a cada ano durante o período de 2004 a 2019. Durante o referido período os principais setores industriais incentivados foram os de alimentos e bebidas, química

⁶³ Criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001.

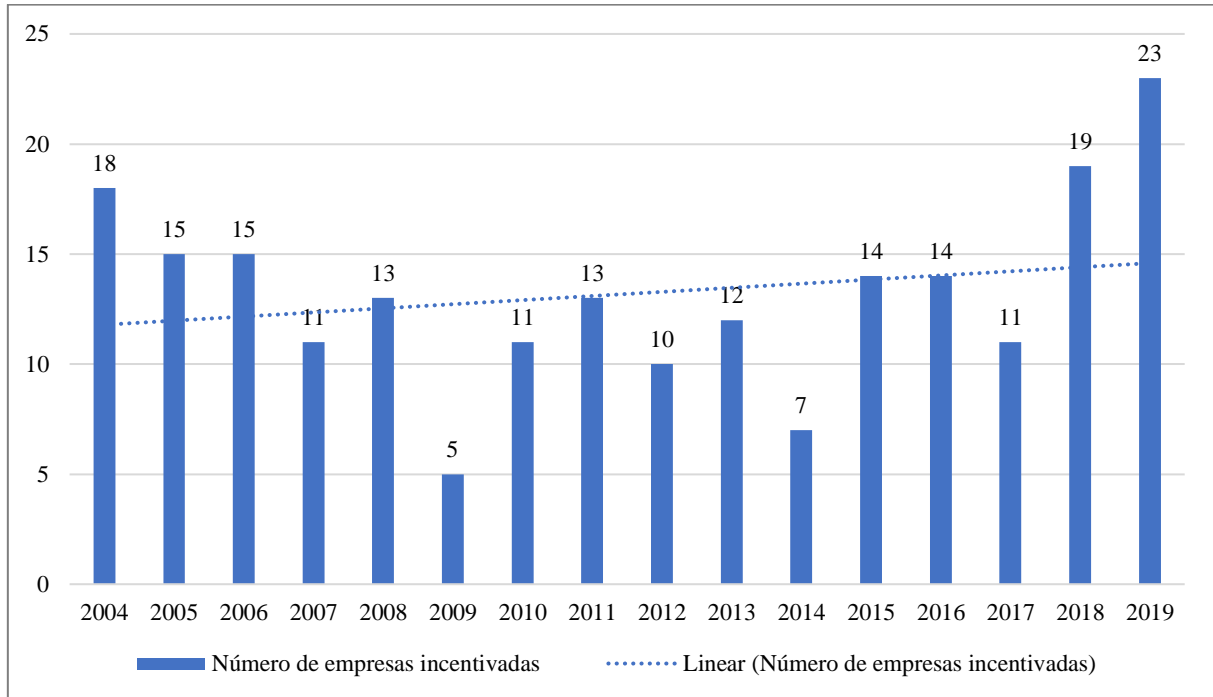
⁶⁴ Criado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

⁶⁵ Oliveira (1977) considera que a SUDENE é um belo projeto para compreensão dos processos sociais contemporâneos no Nordeste, mas ressalta que a política local exerce grande influência no direcionamento das atividades do Estado brasileiro para o desenvolvimento da região, sobretudo nos casos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

⁶⁶ Conforme apresenta Oliveira (1977, p. 115), “a SUDENE foi criada em 1959, pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro do mesmo ano, do Congresso Nacional, emanada de projeto do Executivo da União que, no curso dos debates e transações parlamentares, recebeu diversas emendas. O processo propriamente parlamentar de criação da SUDENE reflete, admiravelmente, o posicionamento das diversas classes sociais, no Nordeste e fora dele, em relação à nova atuação do Estado na região”.

e plástico, sendo a maioria das empresas localizadas principalmente nos municípios de Maceió, Marechal Deodoro e Arapiraca.

Gráfico 6: Alagoas: número de empresas incentivadas pela SUDENE (2004-2019)



Fonte: SUDENE, via Lei de Acesso à Informação.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Também da esfera federal, os bancos públicos⁶⁷ representam agentes importantes na concessão de incentivos e benefícios às empresas localizadas no estado de Alagoas, atuando de maneira específica a partir de financiamentos com linhas de crédito voltadas às atividades empresariais. Sobressaem o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)⁶⁸, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) que possuem juntos uma grande quantidade de linhas de crédito e de programas de financiamentos, utilizando tanto recursos dos fundos de financiamento e de desenvolvimento do Nordeste (FNE e FDNE) quanto recursos próprios. A título de exemplo apresenta-se no Quadro 5 uma demonstração de alguns programas de financiamento da atividade industrial executados pelos bancos públicos destacados.

⁶⁷ A respeito do papel dos bancos na financeirização do território alagoano consultar o estudo de Medeiros (2013).

⁶⁸ Sobre o BNB e sua atuação a partir dos programas de microcrédito em Alagoas consultar o estudo de Silva (2016).

Quadro 5 – Demonstração de financiamentos dos bancos públicos para a indústria

Programas	Natureza
Cartão BNB	Crédito rotativo pré-aprovado para aquisição de bens e capital de giro.
Finagro	Financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária.
FNE Giro	Financiamento da aquisição isolada de matérias-primas, insumos, mercadorias e gastos gerais.
FNE Industrial	Financiamento para modernização, aumento da competitividade, ampliação da capacidade produtiva e inserção internacional.
FNE Inovação	Financiamento à inovação em produtos, serviços, processos e métodos organizacionais nos empreendimentos.
FNE MPE	Financiamento às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedor Individual
NExport	Financiamento da produção industrial, agroindustrial e atividades comerciais voltadas para a exportação.
Programa BNDES Automático	Financiamento de projetos de investimento: implantação, ampliação, realocação e modernização de empreendimentos.
Programa Finame	Financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos.
Crédito a fornecedores	Linhas de crédito com condições diferenciadas para capital de giro e investimentos com taxas especiais.
Bens de Consumo Duráveis	Financiamento de máquinas e equipamentos novos ou usados para empresas.
Cartão BNDES Caixa	Financiamento de até R\$ 1 milhão para investir em bens e serviços.
PROGER Investgiro	Financiamento de projetos de investimento fixo, com capital de giro associado ou não.
Imóvel na planta ou construção	Linha de crédito destinada à construção de empreendimentos imobiliários.
CREFROTA	Financiamento para aquisição de veículos novos, usados, nacionais ou importados.
Empreendedor Individual	Linha de crédito com oferta de serviços com taxas e tarifas diferenciadas.
FDA	Financiamento à implantação, ampliação, diversificação ou modernização de empreendimentos.
Crediário Caixa	Financiamento de equipamentos, móveis planejados, materiais de construção e máquinas/implementos agrícolas.
Compra, reforma ou construção	Financiamento de imóveis novos, usados ou terrenos, na planta ou em construção.
BB Financiamento PJ	Financiamento para aquisição isolada de bens de capital novos.
BB Crédito Imobiliário	Financiamento para construção de empreendimentos imobiliários residenciais e/ou comerciais.
BB Giro Empresa	Linha de capital de giro para atender as necessidades de caixa.

Fonte: BNB, BNDES, CEF e BB.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Na esfera estadual as políticas de incentivos são executadas pela SEDETUR, secretaria de estado a que pertence o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Alagoas (CONEDES), instituído pela Lei nº 6.897, de 18 de dezembro de 2007, que objetiva sobretudo o desenvolvimento socioeconômico do estado e que administra o

PRODESIN⁶⁹, que concede incentivos fiscais e locacionais para as indústrias instaladas ou com pretensão de se instalar em Alagoas. Conforme apresentam Rosário e Ferreira Júnior (2014, p. 33),

O Programa de Desenvolvimento Integrado de Alagoas (PRODESIN) destina-se a promover a concessão de incentivos, voltados à expansão, à recuperação, e à modernização de indústrias alagoanas, inclusive as de base tecnológica e as de micro e pequeno porte, excluídas as empresas de construção civil, as de produção de açúcar, melão e álcool e as que não estejam devidamente reguladas perante o Cadastro de Contribuintes do Estado de Alagoas.

Após modernizações em sua legislação, ocorridas sobretudo a partir dos anos 2000, o PRODESIN tornou-se um dos mais atrativos programas de incentivos do Nordeste brasileiro, passando a incentivar um número considerável de empresas depois dessas alterações. Conforme apresenta o Quadro 6 atualmente o programa está voltado à concessão de incentivos locacionais e fiscais, já o Gráfico 7 apresenta uma demonstração do número de empreendimentos incentivados durante o período empreendido entre os anos de 2015 a 2019.

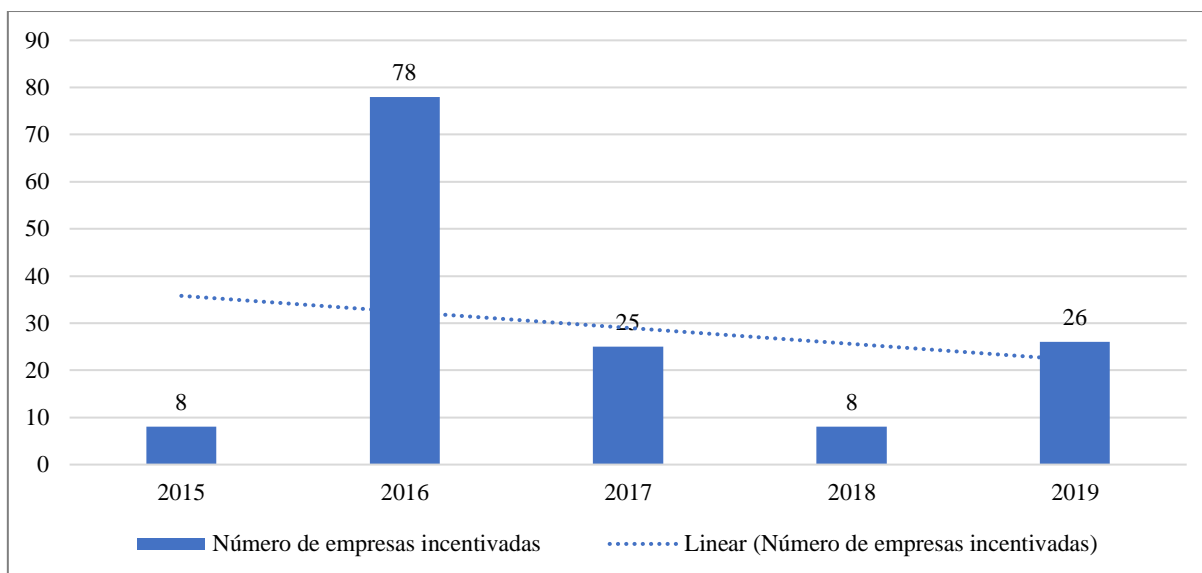
Quadro 6 - Incentivos praticados pelo PRODESIN

Incentivos Locacionais	Incentivos Fiscais
<ul style="list-style-type: none"> • Venda ou permuta de área industrial a preço subsidiado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crédito fiscal presumido de 92% incidente no saldo efetivo a recolher; • Diferimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os bens adquiridos no país ou no exterior, destinados ao ativo fixo da requerente; • Diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima efetivamente utilizada pela requerente na fabricação dos seus produtos; • Diferimento do ICMS na aquisição interna de energia elétrica e gás natural para empresas do arranjo e/ou cadeia produtiva de química e plástico, do setor cerâmico, cimenteiro, têxtil e moveleiro a serem efetivamente utilizados no processo industrial.

Fonte: SEDETUR.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

⁶⁹ “O PRODESIN é um programa do Governo do Estado de Alagoas instituído pela Lei nº 5.519, de 20 de julho de 1993, alterada pela Lei de nº 5.671, de 01 de fevereiro de 1995, regulamentado através do decreto nº 38.394, de 24 de maio de 2000, com as alterações processadas pelos decretos nº 3.668 de 27 de julho de 2007 e decreto nº 4094 de 30 de dezembro de 2008” (FIEA, 2009).

Gráfico 7 - Alagoas: número de empresas incentivadas pelo PRODESIN (2015-2019)

Fonte: SEDETUR, via Lei de Acesso à Informação.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

O PRODESIN⁷⁰ passou por inúmeras mudanças em sua legislação ao longo dos anos, inclusive, como se verifica no Gráfico 7, o ano de 2016 é marcado por um expressivo número de concessões de incentivos, isso se explica pelo fato de que no referido ano são realizadas as migrações das empresas já incentivadas em anos anteriores para a nova sistemática do programa, que passa a vigorar a partir de 2015, instituída pela Lei nº 7.770, de 30 de dezembro de 2015 e pelo Decreto nº 48.020 de 14 de abril de 2016, além da prorrogação de inúmeros benefícios também já concedidos, refere-se portanto a um fato específico e atípico na série histórica, haja vista ainda que a média de concessões para os anos de 2015, 2017, 2018 e 2019 é de aproximadamente 17 empresas.

Ainda na esfera estadual as indústrias contam também com os programas de financiamento da Desenvolve - Agência de Fomento de Alagoas S.A.⁷¹, instituição financeira que pratica estratégias de desenvolvimento e que atua voltada para a oferta de linhas de crédito que também financiam as atividades industriais. Conforme apresenta o Quadro 7 a referida agência possui um total de três linhas de crédito disponíveis para o financiamento de diversas atividades econômicas, com destaque para as cooperativas, as associações produtivas, as micro, pequenas e médias empresas; além de produtores rurais, artesãos e jovens empreendedores.

⁷⁰ Para maiores informações a respeito do PRODESIN consultar o estudo de Barbosa (2014).

⁷¹ A referida agência de fomento foi criada em 2005 pelo Governo do Estado de Alagoas e é ligada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Quadro 7 – Linhas de crédito operadas pela Desenvolve - Agência de Fomento de Alagoas

Linha de Crédito	Natureza
COOPMAIS	Programa de Financiamento a Cooperativas e Associações Produtivas.
CRÉDITO COMPETITIVO	Linha de crédito para micro, pequenos e médios empreendedores, com base em um plano de negócios.
MICROCRÉDITO	Linha de crédito para pessoas físicas atendidas pelo segmento da Desenvolve, MEI e programas de incentivo ao empreendedorismo, com base em um plano de negócio.

Fonte: Agência de Fomento de Alagoas. Disponível em: www.desenvolve-al.com.br

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Confirmando a importância da Agência Desenvolve, Ferreira Jr, Prates e Fontenele (2014, p. 115) verificam que,

[...] a taxa de penetração do microcrédito produtivo em Alagoas e nos demais estados do NE ainda é muito baixa, o que reforça o papel estratégico que pode ter a Agência de Fomento do Estado (DESENVOLVE-AL) na constituição de um SFDL [Sistema de Fomento e Financiamento do Desenvolvimento Local] desconcentrado em Alagoas, e, deste modo, promover e facilitar a custos acessíveis e de forma institucionalmente sustentada o acesso dos pequenos negócios a microsserviços financeiros.

Já na esfera municipal, as prefeituras possuem programas próprios de incentivos às empresas que se instalam em sua jurisdição, com legislações incentivadas voltadas às suas realidades econômicas. Para melhor entender as políticas da esfera municipal verifica-se aquelas empreendidas pelas prefeituras de Maceió e de Arapiraca, que conforme os dados do DataSebrae concentram juntas aproximadamente 55% do número geral de empresas industriais de Alagoas.

Conforme apresentado no Quadro 8, a Prefeitura Municipal de Maceió possui uma ampla base normativa que trata dos incentivos governamentais, oferecendo isenções e reduções em uma extensa lista de impostos e tributos municipais. No caso dessa prefeitura, observa-se a diversidade de atividades atendidas, entendendo-se desde as empresas de prestação de serviços quanto as empresas industriais propriamente ditas, bem como a presença de uma legislação voltada às regiões específicas no município, como é o caso das isenções voltadas diretamente para empresas localizadas nos bairros de Jaraguá e Ipioca por exemplo.

Quadro 8 – Incentivos praticados pela Prefeitura Municipal de Maceió

Lei	Tributos Abrangidos	Incentivos Oferecidos
nº 4.545/1996	IPTU, ISS e TLFIF	Benefícios fiscais para atividades turísticas e de preservação. Isenção do IPTU por até 10 anos, redução de 20% no ISS por 1 ano e TLFIF não regulamentado.
nº 4.840/1999	Todos os tributos municipais	Incentivos para a Academia Alagoana de Letras visando realização de atividades culturais e educacionais.
nº 5.262/2002	Contribuição de iluminação pública	Isenção para União, Estado, Municípios, entidades religiosas, sociedades beneficentes e contribuinte titular de imóvel popular com consumo de até 60 KWh/mês.
nº 5.656/2007	ISS	Incentivos fiscais à cultura, cria o Programa Municipal de Apoio à Cultura e disciplina o Fundo Municipal de Incentivo às Políticas Culturais no Município de Maceió.
nº 6.217/2014	ISS, ITBI e IPTU	Redução de alíquota para instalação de empresa de Call Center
nº 6.684/2017	IPTU, TSU e ISS	Instalação de complexo hoteleiro no bairro de Ipioca. Redução de 25% do IPTU e das taxas de serviços urbanos por até 5 anos, e redução de alíquota do ISS para 2% e 3% escalonados por até 5 anos.
nº 6.685/2017 Art.93	ISS	Isenção do ISS para atividades culturais realizadas para fins assistenciais e educacionais, pequenos artífices, prestadores de serviço de transporte por táxi ou caminhão, e intermediação de serviços pela AMA.
nº 6.685/2017 Art. 152	IPTU	Isenção do IPTU para imóvel cedido para serviços públicos municipais, única propriedade imóvel de ex-combatentes brasileiros, imóvel cujo o valor venal seja igual ou inferior a trinta mil reais, e imóvel destinado ao Programa de Arrendamento Residencial.
nº 6.685/2017 Art. 173	ITBI	Isenção do ITBI para transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária e primeira transmissão para adquirente de habitação popular.
nº 6.685/2017 Art. 189	TLF	Isenção do TLF para as entidades de assistência social, filantrópicas ou beneficentes, pessoas com deficiência pelo exercício de pequeno comércio, arte ou ofício, e entes da União, Estados e Municípios.
nº 6.685/2017 Art. 231	Taxa de Lixo	Isenção da Taxa de lixo para imóveis pertencentes aos órgãos municipais, imóveis destinados ao Programa de Arrendamento Residencial e para imóveis cujo o valor venal seja igual ou inferior a trinta mil reais.
nº 6.900/2019	Tributos Municipais	Benefícios fiscais a imóveis e empresas localizadas nos bairros do Pinheiro, Bebedouro e Mutange, considerando o estado de calamidade decorrente da atividade mineradora.
nº 6929/2019	ISS, TL e TF, e IPTU	Incentivos fiscais para o fomento à ocupação e desenvolvimento econômico do bairro do Jaraguá, delimitado pelo Polígono de Reabilitação do Jaraguá, para pessoas físicas ou jurídicas que venham a se instalar ou já instaladas na sua área.

Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió, via Lei de Acesso à Informação

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

O Quadro 9 apresenta os incentivos oferecidos pela Prefeitura Municipal de Arapiraca, onde é verificável uma legislação voltada para diversos setores produtivos, ofertando incentivos específicos para a atividade industrial de móveis, para empresas de prestação de serviços, para microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais, sejam tanto de atividades industriais como de outras naturezas, a exemplo de comércio e serviços; além de um leque de incentivos voltados para o núcleo industrial do município, representando tentativas de atração da atividade industrial à sua circunscrição. Destaca-se que a prefeitura de Arapiraca possui um total de quatro leis municipais que tratam de incentivos governamentais, a saber: Lei nº 1.787 de 22 de julho de 1993, Lei nº 2.833 de 05 de julho de 2012, Lei nº 2.969 e Lei nº 2.970, ambas de 30 de dezembro de 2013.

Quadro 9 - Incentivos praticados pela Prefeitura Municipal de Arapiraca

Destinação dos incentivos	Incentivos oferecidos
Polo Moveleiro Nascimento Leão	<ul style="list-style-type: none"> • Venda com cláusula de reversão de lotes situados no polo, ao preço de um real por metro quadrado; • Cessão de Galpão Comunitário para utilização exclusiva; • Isenção total de taxas e demais tributos municipais por um prazo de 15 anos.
Atividades de telecomunicações Cal Center	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da alíquota do ISSQN de 5% para 2%; • Isenção total do IPTU; • Redução de 50% na alíquota de ITBI.
Microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual	<ul style="list-style-type: none"> • Isenção nas taxas de fiscalização e funcionamento, fiscalização e licença sanitária, fiscalização de anúncio, expedição de alvará e autorização ambiental; • Redução de 50% em multas pela falta de cumprimento de obrigações acessórias nos 3 primeiros anos de atividade de microempresas e empresas de pequeno porte; • Redução de 100% em multas pela falta de cumprimento de obrigações acessórias a partir do primeiro ano de atividade de microempreendedores individuais.
Núcleo Industrial de Arapiraca (NIA)	<ul style="list-style-type: none"> • Cessão provisória, a título precário, de lotes e terrenos no NIA pelo período de 2 anos; • Oferta de infraestrutura necessária ao funcionamento da empresa; • Conversão da cessão provisória de lotes e terrenos em definitiva em caso de aprovação de projeto de financiamento por instituição financeira e com parecer da secretaria; • Conversão da cessão provisória de lotes e terrenos em definitiva uma vez implantada a indústria em 2 anos; • Isenção de taxas e tributos municipais por período de até 10 anos, de acordo com o número de funcionários.

Fonte: Prefeitura Municipal de Arapiraca, via Lei de Acesso à Informação.

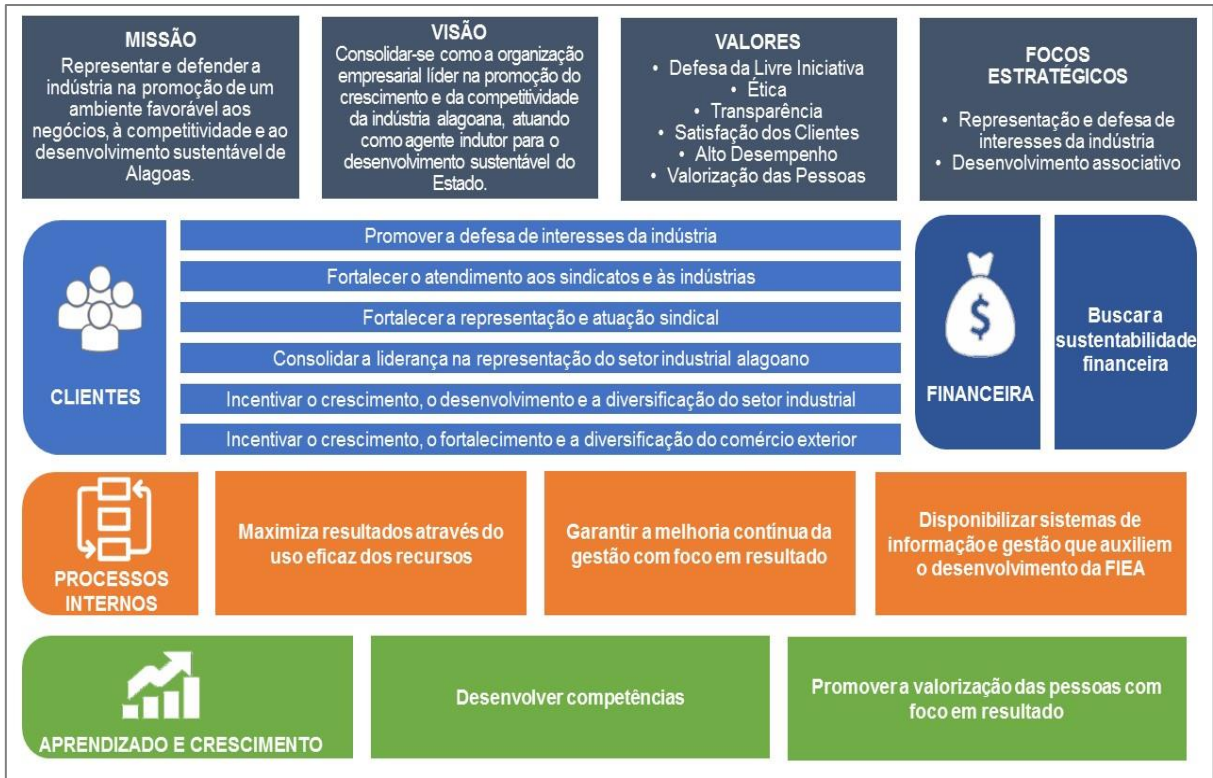
Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Portanto, é verificável a existência de uma ampla estrutura normativa direcionada à concessão de incentivos nas três esferas governamentais no estado de Alagoas. Além das políticas da esfera estadual e dos diversos municípios que atendem ao setor produtivo com programas pensados para a realidade local, as políticas federais pensadas em macro escalas também são absorvidas, possibilitando para as indústrias de Alagoas a concessão de incentivos em todas as instâncias.

Ademais, os dados e as informações adquiridas em pesquisa de campo realizada na FIEA⁷², ressaltam a importância de destacar o papel desempenhado pela federação e pelos sindicatos patronais a ela vinculados na defesa dos interesses dos setores industriais junto aos governos. A federação possui papel importante tanto na assistência às empresas como também na busca de seus interesses junto aos diversos órgãos governamentais das diferentes instâncias políticas. Mas ressalta-se que, por ser uma entidade corporativa, a FIEA não possui um caráter semelhante ao das instâncias governamentais, não participando da atração de empresas e atuando focada na representação dos setores industriais já estabelecidos no estado, reunindo 20 sindicatos patronais (vide Quadro 3 no item 2.2) que representam a maioria das indústrias do estado. Demonstrando a atuação da FIEA, a Figura 4 apresenta o mapa estratégico da federação para o quadriênio 2019-2022.

⁷² Pesquisa realizada em visitas técnicas nos dias 18 de dezembro de 2019 e 10 de fevereiro de 2020, onde foram realizadas entrevistas com cinco pessoas, representantes da FIEA e de seus órgãos relacionados, como do Instituto Euvaldo Lodi em Alagoas e dos Sindicatos Patronais. Além de levantamento de dados e aquisição de publicações importantes para a pesquisa. A FIEA está localizada na Casa da Indústria Napoleão Barbosa, no Bairro do Farol em Maceió (Vide Figuras 5 e 6).

Figura 4 – Mapa estratégico da FIEA 2019-2022



Fonte: FIEA. Pesquisa de Campo.
Adaptação: Clevisson José da Silva, 2020.

Figuras 5 e 6 – Casa da Indústria Napoleão Barbosa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Relacionados diretamente aos incentivos locacionais, os espaços de instalação industrial em Alagoas têm sido bastante diversificados, sobretudo a partir da instalação dos polos, núcleos e distritos industriais. A criação de espaços com especificidade industrial tem sido preocupação do poder público no sentido de atrair novas empresas para o estado, são ações que superam inclusive a questão dos incentivos, uma vez que também visam a oferta de toda a estrutura necessária à instalação industrial, oferecendo infraestrutura básica para o funcionamento, legislação incentiva atrativa, disponibilidade ou proximidade das matérias-primas e oferta de força de trabalho.

O governo do estado e as prefeituras tem trabalhado na construção desses espaços no sentido de buscar o crescimento econômico do território. Mas, esses espaços ainda são pouco ocupados, situação que reflete as dificuldades do estado na atração de empresas, sobretudo em virtude de seus baixos índices sociais e da baixa capacidade de compra do seu mercado interno. Vide na Tabela 4 uma demonstração dos espaços industriais instalados em Alagoas.

Tabela 4 – Espaços industriais no estado de Alagoas

Município	Nome
Maceió	Polo Multisetorial Governador Luiz Cavalcante
Arapiraca	Distrito Industrial Prefeito João Lúcio da Silva
Marechal Deodoro	Polo Multifábrica de Marechal Deodoro
Rio Largo	Distrito Industrial Barnabé Elias da Rosa Oiticica
Murici	Núcleo Industrial de Murici
Matriz de Camaragibe	Distrito Industrial de Matriz de Camaragibe
Messias	Distrito Industrial José Aprígio Vilela
Coruripe	Distrito Industrial e Comercial de Coruripe
União dos Palmares	Distrito Industrial Floriano Rosa
Pilar	Polo Industrial de Pilar
Limoeiro de Anadia	Distrito Industrial do Pé Leve
Palmeira dos Índios	Polo Multisetorial Prefeito Minervo Fernandes Pimentel
São Miguel dos Campos	Polo Industrial de São Miguel dos Campos*

Fonte: FIEA (2009) e Prefeituras Municipais. *em projeto.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Como se verifica na Tabela 4, a localização dos espaços industriais também reflete a concentração das indústrias ao longo do território alagoano, apresentando uma maior densidade para as regiões litorâneas e centrais do estado, enquanto que o sertão é marcado por uma alta rarefação de atividades industriais. Praticamente todos os distritos, núcleos ou polos localizam-se nas regiões mais próximas da capital do estado, refletindo tanto as desigualdades na

organização espacial da indústria em Alagoas, quanto a grande força de atração desempenhada por Maceió.

O desenvolvimento da indústria em Alagoas no início do século XXI é resultado também de uma forte atuação do poder público, situação que reflete o poder decisivo do Estado nos processos econômicos em geral e em particular na indústria, pois detêm as ferramentas de ativação dos mecanismos de crescimento econômico do território. É preciso reconhecer que o Estado representa um dos agentes de grande importância nas questões econômicas, no sentido que a direção de sua atuação pode determinar o sucesso ou o fracasso das atividades produtivas.

No entanto, as políticas de incentivos das diferentes esferas governamentais se praticam em favorecimento tanto das empresas externas quanto das internas, situação que implica no melhor planejamento territorial em decorrência da natureza de cada tipo de indústria. Enquanto as empresas externas não possuem nenhuma preocupação com a economia local, sendo representativas da acumulação capitalista⁷³, as empresas internas de maneira diferente representam as melhores possibilidades para a economia local, o que justifica a necessidade dos incentivos governamentais se voltarem para este tipo de empresa, podendo garantir maiores retornos dos investimentos realizados por meio dos incentivos concedidos.

A direção dessas políticas para à atração de grandes empresas nacionais e internacionais reflete usos do território em favor da acumulação do capital e não da circulação interna dos recursos, afinal “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares” (SANTOS, 2000, p. 108). Logo, visando atrair indústrias a seus territórios, as diversas dimensões governamentais ofertam as mais desejáveis condições, dotando o território de infraestrutura e travando uma verdadeira *guerra dos lugares*, onde “o lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2016, p. 116). Os lugares são, portanto, atribuídos de valores e devem se renovar constantemente para continuar a serem usados pelos interesses egoístas dos agentes hegemônicos.

Considerando o papel da guerra fiscal no uso, na organização e na regulação do território brasileiro, Cataia ([2003] 2017) refere-se à *alienação do território*, onde para o autor “este diz respeito aos lugares que preparam seu território com todo um conjunto de obras de infraestrutura e isenções fiscais no intuito de atrair investimentos, mas acabam por se

⁷³ Sobre a acumulação capitalista consultar Marx (1978).

transformar em reféns da política das empresas em função do poder econômico que as empresas transnacionais possuem” (CATAIA, [2003] 2017, p. 418).

A atuação do poder público em conceder privilégios aos grandes agentes hegemônicos (grandes empresas externas) estimula uma verdadeira troca de valores, onde as empresas são atribuídas de maior poder que o próprio Estado na governabilidade da economia. Neste viés, Santos (1997) destaca que quando a política das grandes empresas é aceita pelo Estado planta-se a semente da *ingovernabilidade do território*. Na mesma direção, Silveira (2002) entende esta questão como uma *privatização do território*, pois as infraestruturas que possibilitam a consagração do espaço corporativo são construídas com recursos públicos, caracterizando uma disposição do Estado em atuar para os interesses dos grandes agentes hegemônicos.

Deste modo, os usos empreendidos pelas indústrias externas não contribuem de maneira significativa para a economia local, a dinâmica atribuída a alguns setores não é suficiente para o desenvolvimento do território já que suas estratégias são direcionadas para a acumulação capitalista. Por outro lado, além de proporcionar melhorias para a economia do lugar, as indústrias locais representam possibilidades ao efetivo desenvolvimento do território, situação que oferece pistas importantes para uma defesa do direcionamento das práticas governamentais para o fortalecimento das atividades econômicas internas.

Diante do exposto, verifica-se que as políticas de incentivos governamentais no estado de Alagoas representam ações importantes ao crescimento das empresas instaladas nesse território, configurando-se ainda como uma postura do Estado no atendimento aos interesses dos diferentes agentes econômicos, que usam o território conforme as suas intencionalidades.

Logo, é preciso absorver que quando os incentivos se voltam às empresas externas, acabam por representar um movimento de fortalecimento do grande capital, tornando as grandes corporações ainda mais fortes e competitivas frente as empresas locais. No entanto, quando os incentivos se voltam para as empresas internas representam ferramentas imprescindíveis para o aumento da competitividade frente aos representantes do grande capital, subsidiando o crescimento de atividades produtivas representativas de um projeto de crescimento interno. Daí, a importância das políticas incentivadas voltarem-se para o atendimento das empresas internas ao território, fazendo-as cumprirem com o objetivo de fortalecimento das forças produtivas locais. Afinal, a concessão de incentivos tem possibilitado que as indústrias locais incorporem inovações e com isso apresentem novos padrões de competitividade, tornando-as mais sustentáveis no mercado regional.

QUARTA SEÇÃO

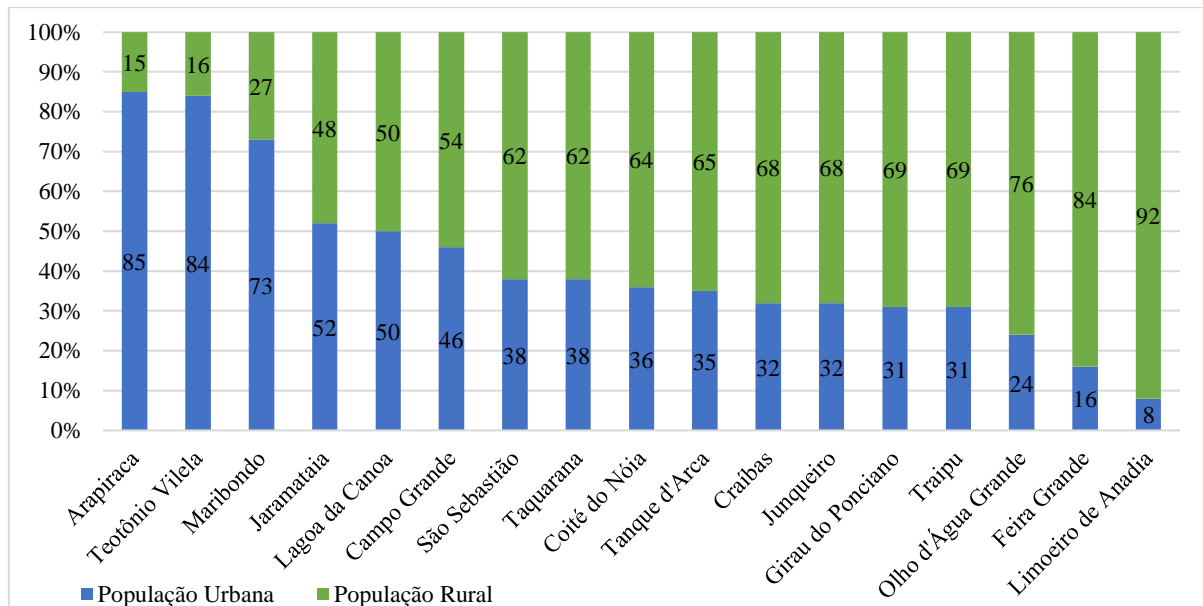
A ATIVIDADE INDUSTRIAL NA REGIÃO
GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ARAPIRACA

4.1 O município de Arapiraca e sua centralidade econômica no território alagoano

O município⁷⁴ de Arapiraca é o polo de sua região imediata e possui o segundo maior centro urbano do estado de Alagoas, centralizando a maior densidade de atividades econômicas e os principais fluxos do interior alagoano. Sua atual posição na hierarquia urbana resulta do papel de importância que desempenhou ao longo dos anos, firmando-se como um centro econômico decisivo no estado de Alagoas.

Destaca-se que, conforme se verifica no Gráfico 8, dos 17 municípios que compõem a sua região imediata, Arapiraca é o mais urbanizado⁷⁵, com 85% de população urbana e 15% de população rural; dos demais 16 municípios apenas quatro possuem uma taxa de urbanização acima de 50%, Teotônio Vilela com 84%, Maribondo com 73%, Jaramataia com 52% e Lagoa da Canoa com pouco mais de 50% de sua população vivendo na cidade. Além disso, Arapiraca concentra a maioria da população de toda a sua região imediata, contando com mais de 40% da população total dessa região.

Gráfico 8 – Taxa de urbanização por município da Região Geográfica Imediata de Arapiraca



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010.

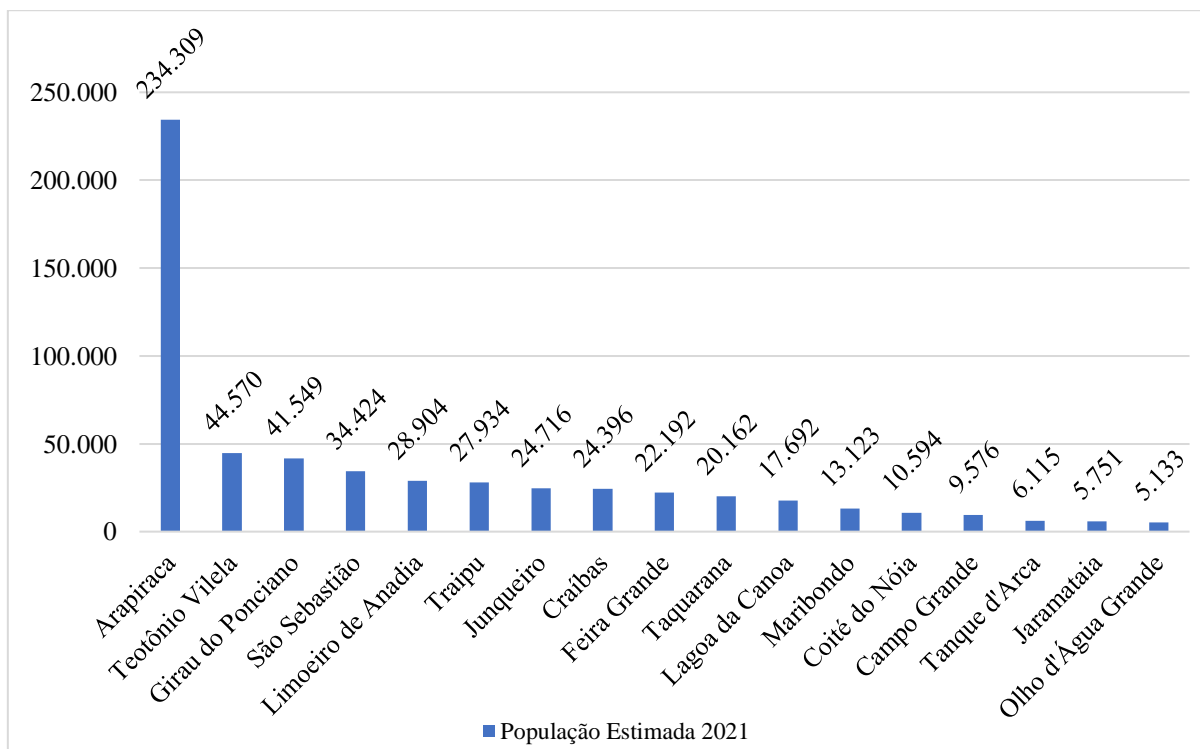
Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

⁷⁴ De acordo com a divisão adotada, “a proposta de regionalização do território brasileiro foi baseada na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados” (IBGE, 2017). Nesse sentido, destaca-se que a compreensão de *município* envolve a consideração tanto da área rural quanto da área urbana, enquanto que a compreensão de *cidade* está ligada a consideração do centro urbano do município. Além disso, destacamos que entendemos a relação campo cidade como complementar.

⁷⁵ “Arapiraca é um município com mais de 80% de sua população vivendo na cidade. Os símbolos maiores dessa mudança são a agricultura industrializada, o comércio central da cidade, sua conhecida feira semanal, o setor de serviços, uma forte construção civil e o núcleo industrial” (ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS, 2012, p. 258).

Permitindo uma melhor compreensão do processo de urbanização na RGIA, os dados disponíveis no Gráfico 9 abaixo apresentam a população estimada dos municípios dessa região para o ano de 2021, demonstrando principalmente a disparidade entre a população de Arapiraca (polo da região) e dos demais municípios (centros locais), que apresentam populações inexpressivas em comparação à Arapiraca.

Gráfico 9 – População estimada por município da Região Geográfica Imediata de Arapiraca (2021)



Fonte: IBGE – Estimativas da População 2021.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2021.

A apreensão da importância de Arapiraca para a economia alagoana passa necessariamente pela consideração das transformações incidentes nas estruturas socioeconômicas e espaciais ao longo do tempo, afinal conforme consideram Santos e Silveira ([2001] 2016), a história do território reflete as inúmeras mudanças assumidas a partir de sua inserção nas diferentes técnicas de cada época, que promovem novas reorganizações e lhes atribuem novas funções.

A formação territorial desse município revela as variáveis que lhe permitiu um rápido crescimento⁷⁶, dentre elas destaca-se: sua localização geográfica, que tornou o município um

⁷⁶ Sousa Filho (2016, p. 83) destaca que “embora o seu desenvolvimento viesse ocorrer na segunda metade do século XX em razão da expansão fumageira associada com a evolução dos meios de transportes, o município de Arapiraca na década de 1930 já demonstrava certa relevância como centro de parada de almocreves e tangerinos”.

lugar de passagem obrigatória para deslocamentos do litoral para o sertão ou vice-versa; a cultura fumageira, que proporcionou altas taxas de crescimento para o município; a feira livre⁷⁷, com grande importância regional; a chegada das estradas de rodagem, facilitando as relações de transporte; e a existência de uma forte policultura, resultante de uma maior desconcentração de terras, diferente do que ocorre na zona canavieira – notadamente o litoral alagoano – marcada pela elevada concentração de terras.

Economicamente é marcada primeiro pela tradicional cultura da mandioca⁷⁸, mas Santos (2014) verifica que esse município inicia a se destacar de maneira mais expressiva a partir da dinâmica proporcionada pela atividade fumageira, que alcançou maior crescimento a partir da década de 1950 e se tornou nesse período a principal base produtiva do interior alagoano. A autora acentua que o elevado crescimento no cultivo do fumo na região de Arapiraca proporcionou a criação da Região Fumageira de Alagoas, formada por 10 municípios (Arapiraca, Craíbas, Coité do Nóia, Campo Grande, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana), dentre eles o município de Arapiraca teve maior destaque, centralizando as principais empresas de fumo e consequentemente as modernas técnicas de produção.⁷⁹

A cultura fumageira realizou uma verdadeira transformação nas bases produtivas do interior alagoano, permitindo que no seu apogeu “muitas pessoas, dos mais variados ramos, fascinadas pelos bons lucros, aderiram ao comércio de fumo, obtendo sucesso e conseguindo verdadeiras fortunas, ora armazenando o produto, ora comercializando fertilizantes, ora na industrialização do fumo em corda” (SANTOS, 2014, p. 98).

Firmino (2015) verifica que o fumo proporcionou à Arapiraca crescimentos sucessivos, impulsionando inclusive a feira livre do município – iniciada ainda no fim do século XIX⁸⁰ – e

⁷⁷ Conforme explica Corrêa (1988, p. 73-74), “a feira das segundas-feiras em Arapiraca é, por exemplo, uma das maiores, senão a maior de todo o Nordeste. Abriga cerca de 5.000 barracas que se distribuem através de 20 logradouros aproximadamente. É uma feira regional, atraindo vendedores e consumidores de ampla área”.

⁷⁸ De acordo com Guedes (1999, p. 36), “em 1926, os principais produtos da região eram: feijão, mandioca, milho, algodão e um pouco de fumo, com alguns agricultores plantando até duas tarefas e meia auxiliados pela família. Mas, era a mandioca que predominava no município, proporcionando algumas fortunas, como foi o caso de José Bernardino, Major Crispiniano, Firmino Leite e Manoel Leão que, inclusive, comprou o primeiro automóvel do município, um caminhão Ford de pneu maciço, modelo 1919”.

⁷⁹ “Daí podemos constatar que a origem de sua centralidade se deu ainda no período em que a produção fumageira era a principal atividade econômica do Agreste alagoano, foi durante esse período que a cidade se tornou polo comercial tanto de setor atacadista como varejista” (SANTOS, P. C. L. 2019, p. 125).

⁸⁰ De acordo com Sousa Filho (2016, p. 84), “em Arapiraca a feira surgiu antes mesmo do município ser emancipado e viver seu desenvolvimento econômico com o fumo e a abertura das estradas”.

que se configurou como uma das mais importantes feiras do Nordeste brasileiro. Explicando sua dimensão, o autor enfatiza que,

A feira livre de Arapiraca passou a se destacar não somente a nível local, ganhou grande importância como atividade econômica da cidade e da sub-região Agreste, ultrapassando até os limites estaduais. De maior feira do estado passou a ser considerada no ano de 1985 a maior feira do Nordeste brasileiro (FIRMINO, 2015, p. 146).

Tanto a cultura fumageira quanto a feira livre⁸¹ atribuíram à Arapiraca uma dinâmica que lhe permitiu alcançar um crescimento favorável à centralidade da maior densidade de atividades produtivas do interior do estado. Mesmo com a crise do setor fumageiro - intensificada na década de 1990⁸² - e a perda de importância da feira livre, o município manteve o seu protagonismo, pois conforme verifica Santos (2014) esse território passou a ser usado também por uma grande quantidade de empresas ligadas aos setores de comércio e de serviços.

Conforme apresenta a Figura 7, a atividade fumageira ainda permanece na paisagem da região de Arapiraca, consorciada com outras culturas hoje mais expressivas, a exemplo do milho, do feijão e da mandioca, e apresentando uma produção mínima se comparada com os períodos do seu apogeu nessa região. Do mesmo modo, a feira livre de Arapiraca também permanece, mas com dimensão e importância também bem reduzidas.

Figura 7 – Plantação de Fumo na Região Geográfica Imediata de Arapiraca (Taquarana/AL)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

⁸¹ “Na década de 70 a feira de Arapiraca já tinha dimensão regional, tornando-se um núcleo de negócios, junto com o comércio local e a produção fumageira. Em 1985 o município assumiu a condição de cidade polo regional e sua feira já estava, então, entre as maiores do Nordeste” (ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS, 2012, p. 253).

⁸² Para Nardi (2004) a crise do fumo em Arapiraca inicia de maneira efetiva em 1998.

Outro elemento importante para afirmação de Arapiraca foram as estradas de rodagem, que lhe permitiram uma maior fluidez na ligação com outros centros urbanos, tanto estaduais, quanto regionais e nacionais⁸³. A chegada das rodovias permite que Arapiraca mantenha seu crescimento, que depois das crises do fumo e da feira, passa a ser ancorado principalmente na atuação de empresas de setores diversos, inclusive industriais. Silva (2015) capta esse processo, verificando que,

A chegada de novas técnicas permitiu a integração, inicialmente de forma lenta, tornando mais sistemática à medida que os sistemas de engenharias rodoviários foram sendo construídos após a metade da década [de 50], interligando as diversas cidades do Litoral ao Sertão e aos estados vizinhos, proporcionando um fluxo constante de pessoas e materiais, aumentado com a crescente expansão dos meios de transportes. (SILVA, 2015, p. 59).

Diferente das zonas canavieiras, onde prevalece a concentração de terras, a região de Arapiraca é marcada pela presença de uma policultura baseada em uma estrutura fundiária constituída sobretudo por pequenas propriedades⁸⁴, em 2017 o Censo Agropecuário do IBGE apontou que a maioria absoluta (93%) do número de estabelecimentos rurais de Arapiraca possuía menos de 10 hectares, situação que fornece pistas significativas para a explicação da diversidade econômica característica dessa região.⁸⁵

Ao longo dos anos incidiram diversas transformações no território arapiraquense, usos diferentes e desiguais foram empreendidos, possibilitando a renovação da materialidade e a conformação da atual configuração territorial. Como verifica Santos (2014), a crise produtiva do fumo trouxe grandes dificuldades para a região de Arapiraca, mas também deu as condições necessárias para a reestruturação do território. Ao tempo em que a fumicultura estava em decadência, a dinâmica por ela proporcionada já tinha dotado o território de condições para desenvolver novas dinâmicas, reafirmando Arapiraca com o polo de convergência da dinâmica urbana dessa região, agora a partir de novos usos que passam a ser empreendidos.

⁸³ “A partir dos anos 1950, tornou-se necessária a interligação do território alagoano às outras regiões, para atender às demandas da produção e da crescente população local. Começam a ser implantadas as malhas rodoviárias, iniciando com a BR-316 que liga Maceió a Palmeira dos Índios, e, na década de 1970, as rodovias AL-110, AL-115 e AL-220, que cortam o território arapiraquense” (SANTOS, 2014, p. 98).

⁸⁴ Conforme destaca Silva (2015, p. 52), “diferentemente, ocorrido na Região da Zona da Mata alagoana, onde empreendia os grandes latifúndios, no Agreste prevaleceram os minifúndios, permitindo ter acesso à terra uma grande parcela de sua população”. Ainda sobre o assunto Sousa Filho (2016, p. 101) destaca: “O fumo que gestou a base para o desenvolvimento econômico de Arapiraca deixou uma herança para o município, pois proporcionou uma Reforma Agrária Natural baseada na policultura e na pequena propriedade, diferenciando dos municípios da zona da Mata açucareira”.

⁸⁵ De acordo com Gusmão (1985) a região de Arapiraca desenvolve de forma tradicional a policultura, com uma estrutura fundiária construída de pequenas e médias propriedades e onde utiliza frequentemente a mão de obra familiar.

Nesse novo contexto, a paisagem do espaço rural da região sofre mudanças significativas, a diminuição das plantações de fumo leva a retomada de culturas tradicionais que ora foram substituídas pelo fumo, como é o caso da cultura da mandioca, do milho, do feijão, de frutas, de hortaliças e demais culturas alimentares⁸⁶. Inclusive, como verifica Oliveira (2007), a busca por alternativas para a região de Arapiraca leva a criação do Projeto Cinturão Verde, iniciado em 2003 com recursos federais e apoio da prefeitura municipal. Para o autor,

Concebido para ser um dos elementos de suporte da cidade, com a missão de produzir alimentos, gerar empregos e manter a estrutura minifundiária característica do município, o Cinturão Verde surge na prática, como resultado do processo de desarticulação da cadeia produtiva do fumo em Arapiraca-AL (OLIVEIRA, 2007, p. 63).

De acordo com Oliveira (2007) o Projeto Cinturão Verde (vide Figura 8), que objetiva principalmente a disponibilidade de água subterrânea e equipamentos de irrigação para o plantio de hortaliças por agricultores familiares, utilizando também recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)⁸⁷, tem possibilitado a melhora das condições sociais e econômicas em Arapiraca, permitindo uma produção satisfatória que vem contrabalanceando os efeitos negativos da decadência fumageira e criando um polo de produção de hortaliças.⁸⁸

⁸⁶ “Houve queda das culturas de mandioca, feijão de corda, algodão, milho e abacaxi, que hoje em dia apresentam um volume mais baixo do que na década passada. Com a redução da área de fumo, porém, novos espaços foram abertos para a expansão da lavoura de mandioca, olericultura e da fruticultura irrigadas” (ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS, 2012, p. 259).

⁸⁷ Instituída em 16 de julho de 1974 pela Lei nº 6.088, a CODEVASF tem como objetivo promover o desenvolvimento da região de atuação utilizando os recursos hídricos com ênfase na irrigação.

⁸⁸ De acordo com as informações da Prefeitura Municipal de Arapiraca, disponíveis em seu sítio eletrônico, o Projeto Cinturão Verde abastece com hortaliças o mercado alagoano e de mais cinco estados do Nordeste brasileiro, destacando-se inclusive pela exportação de mudas de hortaliças.

Figura 8 – Projeto Cinturão Verde: estufa de mudas de hortaliças (Arapiraca/AL)



Fonte: Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Adaptação: Clevisson José da Silva, 2020.

Já a paisagem do espaço urbana também sofre diversas transformações com a crise fumageira, as multinacionais do fumo dão lugar a empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços, a feira livre perde sua grande importância regional⁸⁹, o município perde sua centralidade na cultura do fumo, mas logo se reafirma com as novas atividades desenvolvidas. Como enfatiza Sousa Filho (2016, p. 97),

Com o desenvolvimento econômico alavancado pela produção fumageira na segunda metade do século XX, associado ao adensamento populacional e a ampliação das rodovias, Arapiraca assumiu o papel de centro regional na distribuição de bens de consumo.

Nessa direção, os resultados do estudo de Santos (2014) apontam para uma reestruturação do território da região fumageira de Alagoas após a crise do fumo, verificando que novas dinâmicas passam a caracterizar essa região. Por um lado, o município de Arapiraca reafirma a centralidade a partir das atividades do setor terciário, e por outro os municípios vizinhos retomam as fortes características rurais, dependendo ainda mais de Arapiraca e demonstrando as desigualdades nos usos empreendidos no território dessa região.

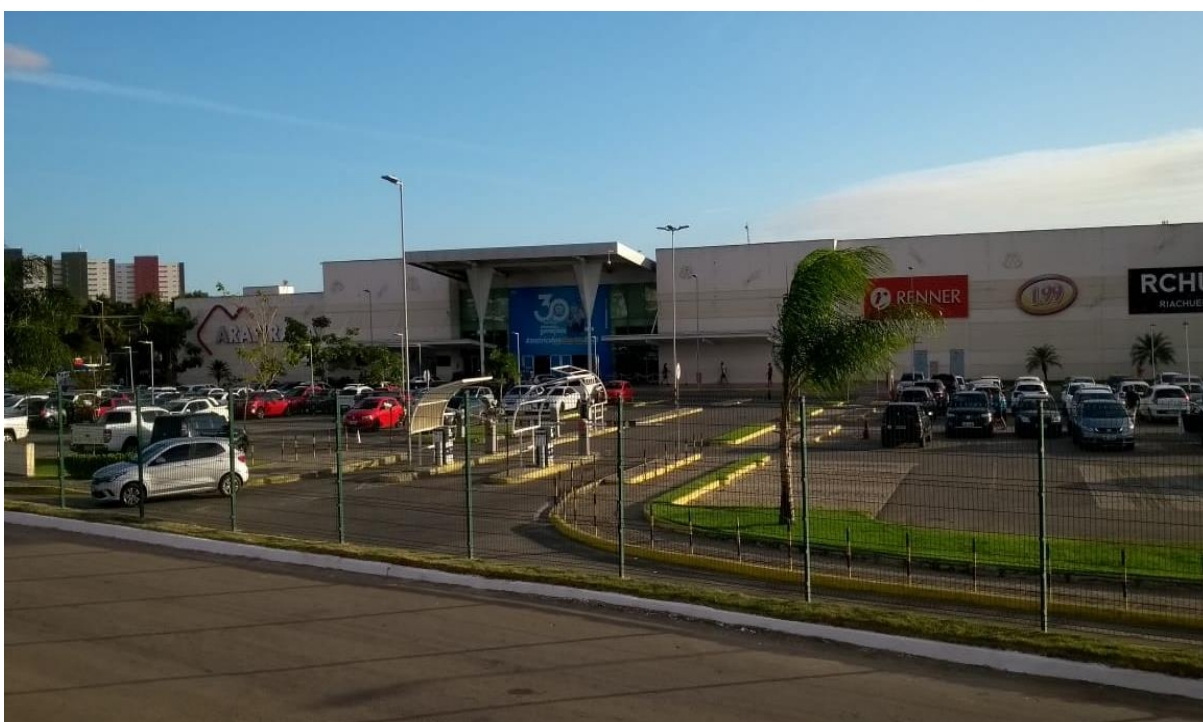
A partir dessas transformações, o espaço urbano de Arapiraca incorpora novas características, alguns agentes econômicos já existentes se consolidam e outros - atraídos pela

⁸⁹ Afinal, conforme assertiva de Gusmão (1985) a grande importância da feira livre de Arapiraca estava realmente no fato dela ser o centro de convergência da produção de tabaco de toda a região, funcionando como o local de comercialização do fumo pelos pequenos produtores. Sem o fumo a feira não poderia mais ser a mesma.

dinâmica da cidade - passam a se instalar. Essas mudanças são representadas pela presença de uma quantidade importante de atividades empresariais e industriais, formada por empresas pertencentes a diversos setores e sendo tanto internacionais e nacionais, como também regionais e locais.

Destaca-se a presença do Arapiraca Garden Shopping (vide Figura 9), que concentra grandes empresas, como CeA, Riachuelo, Renner, Colombo, Le biscuit, Ri Happy, Burger King, e McDonald's; de concessionárias de marcas internacionais, como Fiat, Honda, Mercedes-Benz, Toyota, Ford, Kia Motors, Chevrolet, Nissan e Jeep; de redes de supermercados e atacadistas como Assaí Atacadista, Azul Atacarejo, Maxxi Atacado, Atacadão, UniCompra, 15 de Novembro e Todo Dia; de redes de farmácias, como Drogasil, Pague Menos e Farmácias Permanente; de lojas varejistas nacionais, como Magazine Luiza, Casas Bahia, Lojas Ricardo Eletro, Lojas Americanas e Lojas Guido; distribuidoras de bebidas, como Ambev, Grupo Petrópolis e Solar Coca Cola; além de agências bancárias e postos de atendimento de instituições financeiras, como BB, CEF, BNB, Banco Santander, Banco Itaú, Banco Bradesco, Sicredi e Banco 24horas, que conforme verificou Santos (2014, p. 194), “a concentração dessas instituições na cidade de Arapiraca deriva dos tempos áureos da fomicultura, o que possibilita uma movimentação constante de capital e de pessoas nesse território”.

Figura 9 – Arapiraca Garden Shopping



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

A presença dessa ampla quantidade de agentes hegemônicos no território arapiraquense representa a força do processo de globalização, característico do período técnico-científico informacional e que vem tornando o lugar cada vez mais denso e complexo (SANTOS, [1988] 2014). A ação dos agentes representantes do grande capital força a entrada de interesses globais, a partir de usos do território como recurso, representativos da tirania do dinheiro e alheios aos interesses locais (SANTOS, [2000] 2015).

Logo, com bem verifica Silva (2015),

É nessa conjuntura vivida no período atual que se insere o território arapiraquense, marcando a sua entrada no meio técnico-científico informacional no final da década de 1990, após as privatizações das telecomunicações brasileiras, possibilitando com a chegada das técnicas da informação um maior dinamismo regional e relações diretas com o global. Com a entrada de seu território no mundo globalizado, novas relações, consumos e modo de vida se estabeleceram participando ativamente da organização produtiva (SILVA, 2015, p. 69).

Sobressai também o empresariado local, representado por exemplo pelas empresas atacadistas distribuidoras, como Grupo Andrade (Andrade, Mafrios, Nossa e Meta distribuidores), Asa Branca Distribuidora, Vieira Distribuidor, SPessoa Distribuidor e Líder Distribuidor; e por empresas industriais, como Grupo Coringa, Indústria Alimentícia Popular, Indústrias Camarão, Araforros Indústria e Comercio de Perfilados, Indústria de Plásticos Merconplas, e Samplás Indústria e Comércio de Plásticos.

Além disso, conforme verifica D. R. Santos (2019), Arapiraca possui uma área de influência de grande dimensão, abrangendo-se não somente na parte central do estado, mas se estendendo também para o sertão e para cidades próximas ao litoral. Essa influência dar-se não somente pela importância econômica e oferta de empregos, mas também pela elevada centralidade que possui na oferta de serviços.

Conforme verificou Silva (2015) em seu estudo sobre o ensino superior, exemplo disso é a emergência de Arapiraca como um polo educacional no interior alagoano, ofertando diversos serviços educacionais tanto públicos quanto privados. Isso se verifica inclusive pela quantidade de instituições de ensino superior atuantes, que no âmbito do ensino público conta com um campus da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), um campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), já no âmbito do ensino privado conta com diversas instituições e polos de educação à distância, a título de exemplos cita-se: Universidade Regional da Bahia (UNIRB), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Centro Universitário Tiradentes (UNIT),

Centro de Estudo Superior de Maceió (CESMAC), Anhanguera Educacional, Centro Universitário Internacional (UNINTER), Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Universidade Santo Amaro (UNISA), Faculdade Estácio, Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL), Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA), Faculdade Pitágoras e Instituto de Ensino Superior Santa Cecília (IESC).

Arapiraca também centraliza a oferta de serviços médicos especializados para grande parte do interior alagoano, as informações do banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) atualizados em julho de 2020, demonstram que o município concentra um total de 314 estabelecimentos médicos, destes 74 são da administração pública, 110 são entidades empresariais, 12 são entidades sem fins lucrativos e 118 são consultórios particulares registrados em nomes de pessoas físicas. Exemplificando esses estabelecimentos, podem ser citados: Hospital de Emergência do Agreste, Hospital Regional de Arapiraca, Hospital Afra Barbosa, Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fatima e Complexo Hospitalar Manuel André.

Na área da administração pública, o município centraliza diversos serviços ligados a órgãos estaduais e federais, destaca-se a presença de postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública de Alagoas, Departamento Estadual de Transito (DETRAN), Gerência Regional do Trabalho e Emprego, 5ª Gerência Regional de Educação, Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL) e Central Já, que reuni atendimentos de diversos órgãos estaduais, a exemplo do Instituto de Identificação e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

O município de Arapiraca se caracteriza como o espaço mais fluido (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2016) da região imediata de mesmo nome, emprega parte expressiva da população dessa região, oferta comércio e serviços variados, representando o principal polo de consumo para a população dos municípios limítrofes e circunvizinhos. Além disso, é o principal centro industrial da região, concentrando a maioria esmagadora do número de empresas industriais em atividade, condição confirmada pelos dados do DataSebrae, atualizados em maio de 2020 e que demonstram que 67% do total de empresas industriais da RGIA estão no município.

Reafirmando a importância industrial de Arapiraca, o recente estudo da FIEA (2018) verifica que mesmo sendo detectado registros industriais em outros municípios do estado, Arapiraca possui destaque especial, apontando que,

Com influência na Microrregião, em todos os segmentos econômicos, mais de 220 mil habitantes, bem localizado geograficamente (no centro do mapa), interligado a todos os municípios e regiões do estado, o município de Arapiraca é o segundo maior e mais diversificado núcleo de concentração industrial fora da capital. (FIEA, 2018, p. 155).

Conforme aponta o estudo da FIEA (2018), o processo de industrialização em Arapiraca foi fortalecido pelo fumeicultura, que possibilitou a instalação de diversas indústrias de beneficiamento do fumo e a formação de empresas locais que juntas iniciaram uma industrialização mais intensa. Posteriormente, as indústrias de móveis⁹⁰, as alimentícias e de plástico passam a ocupar posição de maior relevo na cidade. De acordo com o mesmo estudo,

O fortalecimento da industrialização em Arapiraca tem dois ciclos distintos. O primeiro, a partir dos anos 1960/70 até os anos 1980 e o segundo iniciando em 1990, avançando nos anos 2000 em diante, com a indústria tradicional e a indústria diversificada com estágio tecnológico mais avançado, convivendo e competindo em todos os segmentos industriais da micro, pequena e média empresa. O primeiro ciclo tem registros mais importantes nos segmentos do fumo, calçados e outros artefatos de couro, alimentos e cerâmica (FIEA, 2018, p. 155).

A expressão industrial do município deve-se também a disposição das condições básicas para atuação de atividades dessa natureza, pois detém um mercado consumidor que tem conhecido aumento na renda nas últimas décadas⁹¹, formado por uma população que de acordo com estimativa do IBGE alcança um total de 233.047 pessoas em 2020 e que também representa a força de trabalho. Além disso, o município possui uma infraestrutura de transporte que facilita o processo de escoamento da produção, contando com ligações com as rodovias AL-110, AL-115, AL-220, BR-316 e BR-101. Acrescenta-se a isso a oferta de incentivos governamentais disponibilizados de maneira mais expressiva pelas esferas estadual e municipal, e ainda uma produção interna que atende parte das necessidades de matérias-primas.

Arapiraca possui uma importância expressiva para a economia do estado, e de maneira mais específica para o interior alagoano, representando um centro urbano bem posicionado na hierarquia urbana de Alagoas, desempenhando funções urbanas que atendem aos 50 municípios de sua região intermediária e de forma ainda mais direta aos 17 municípios de sua região imediata. Além disso, representa um dos municípios mais dinâmicos do estado, com um crescimento firme e intensificado ao longo dos anos. A Enciclopédia Municípios de Alagoas

⁹⁰ Arapiraca conta com a presença do Polo de Madeiras e Móveis Nascimento Leão, inaugurado em dezembro de 2011 para abrigar pequenas e médias empresas do ramo moveleiro, mas que ainda não está totalmente ocupado.

⁹¹ De acordo com o Atlas Brasil a renda per capita média de Arapiraca passou de R\$:219,56 em 1991 para R\$:423,28 em 2010.

(2012) aponta que esse crescimento se deve a diversificação agrícola, centrada na pequena e na média produção. De acordo com o mesmo estudo,

Mas foi uma reforma agrária natural, a policultura - que suplementou a produção fumageira -, e a pequena propriedade que a diferenciaram dos outros municípios, ajudando-a a se tornar o que é. Rompeu com a grande propriedade e a tradição latifundiária do estado e mostrou uma nova alternativa. Fez surgir também a pequena e a média empresa comercial e industrial, convivendo com grupos econômicos mais fortes e uma classe média saudável, nascida do empreendedorismo e das muitas oportunidades que oferecia sua economia (ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS, 2012, p. 251).

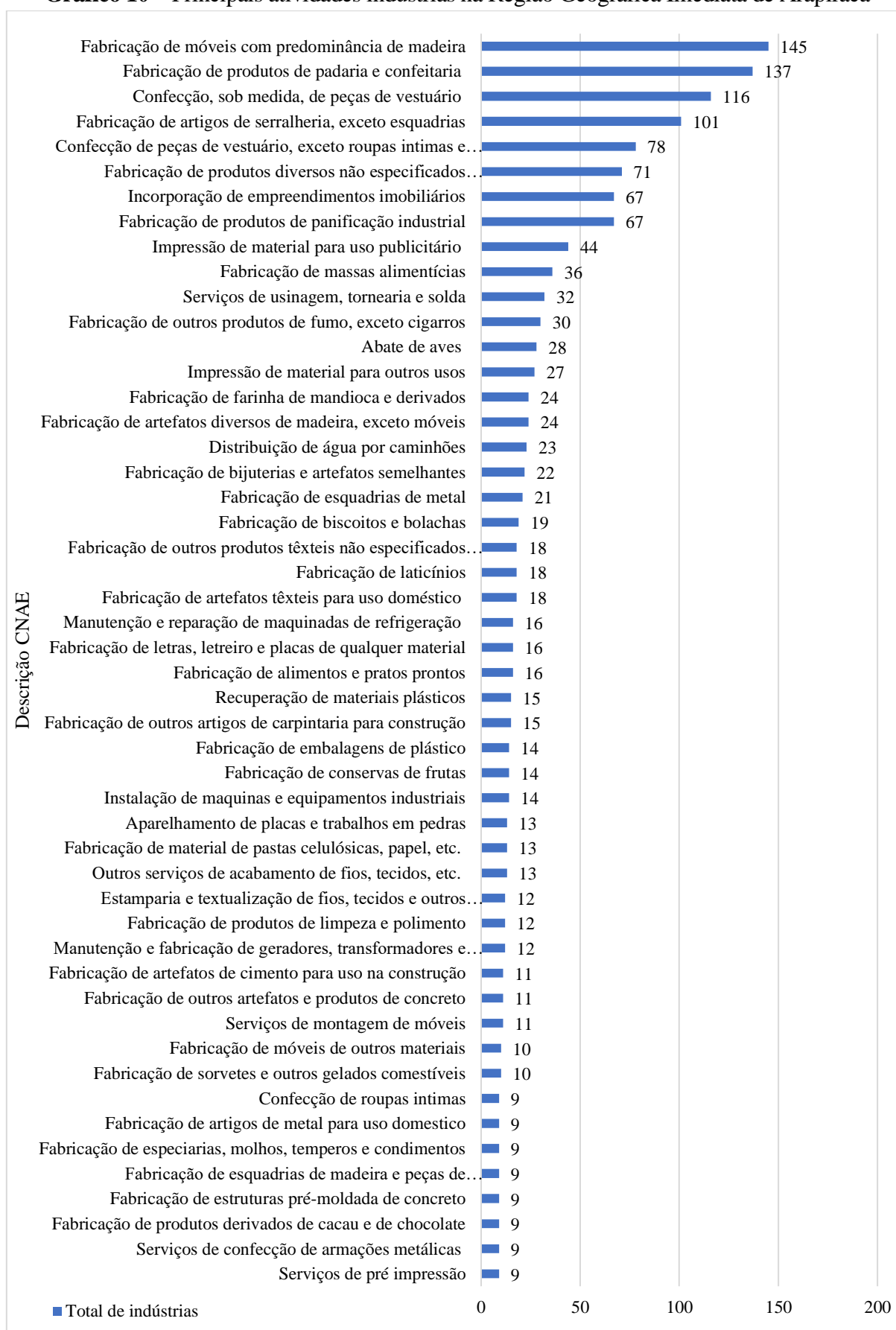
Deste modo, o município de Arapiraca contribui com a economia alagoana com um comércio forte e com a prestação de serviços variados à população de sua área de influência, e de forma específica também contribui com o processo de industrialização, sobretudo a partir de iniciativas locais originárias na dinâmica proporcionada na cultura do fumo e afirmada com a força de sua feira livre. O próximo item desta seção discuti de forma detalhada a organização industrial de todos os 17 municípios da RGIA, inclusive do centro polo dessa região.

4.2 Iniciativas locais: os setores industriais de maior expressão econômica

A atividade industrial na RGIA é representada principalmente por iniciativas locais, participantes de diversas atividades produtivas e concentradas sobretudo no município de Arapiraca. Nesse sentido, apresenta-se a seguir uma análise dos dados da indústria nessa região, verificando as zonas de maior densidade das atividades, o porte das indústrias e a análise dos principais setores industriais.

Os dados disponíveis no Portal DataSebrae demonstram que essa região concentra um total de 1.871 empresas industriais, sendo 1.816 (equivalente a 97%) do tipo matriz e apenas 55 (equivalente a 3%) do tipo filial. Desse quantitativo, um total de 1.095 (59%) são Micro Empreendedores Individuais (MEI), 549 (29%) são Micro Empresas (ME), 111 (6%) são Empresas de Pequeno Porte (EPP), e 116 (6%) são de outros tipos, como empresas de médio e grande porte. Os dados demonstram que as empresas industriais dessa região são em sua grande maioria pequenas empresas, caracterizando o tipo de indústria local, muito diferente das indústrias externas, notoriamente de maiores dimensões.

As indústrias dessa região desenvolvem 186 tipos de atividades de acordo com o padrão estabelecido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), sendo as dez principais elencadas a seguir: Fabricação de móveis com preponderância de madeira com 145 unidades em toda a região; Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com preponderância de produção própria com 137 unidades; Confecção sob medida de peças de vestuário exceto roupas íntimas com 116 unidades; Fabricação de artigos de serralheria exceto esquadrias com 101 unidades; Confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida com 78 unidades; Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente com 71 unidades; Fabricação de produtos de panificação industrial com 67 unidades; Incorporação de empreendimentos imobiliários com 67 unidades; Impressão de material para uso publicitário com 44 unidades e; Fabricação de massas alimentícias com 36 unidades. Para conhecimento vide no Gráfico 10 a relação das 50 principais atividades industriais desenvolvidas nessa região.

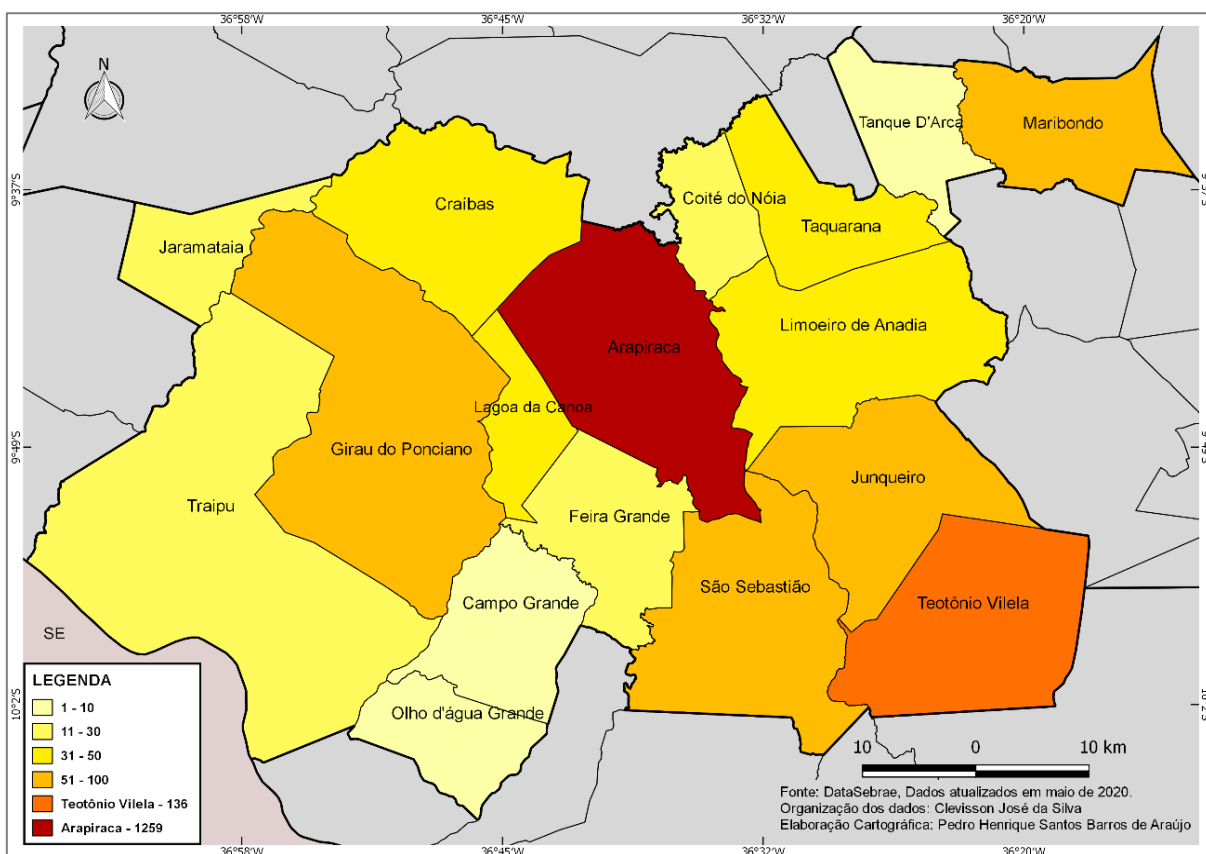
Gráfico 10 – Principais atividades indústrias na Região Geográfica Imediata de Arapiraca

Fonte: DataSebrae, 2020. Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

As empresas industriais declaradas de porte MEI desenvolvem principalmente atividades de fabricação de vestuário, de móveis, de artigos de serralheria e produtos de padaria; as declaradas de porte ME desenvolvem principalmente atividades de fabricação de produtos de padaria, de móveis, de panificação industrial e incorporação de empreendimentos imobiliários; aquelas declaradas como de porte EPP desenvolvem principalmente atividades de incorporação de empreendimentos imobiliários, fabricação de produtos do fumo, de móveis e de embalagens de plástico; já aquelas declaradas em outros portes, como médias e grandes empresas, desenvolvem principalmente atividades de incorporação de empreendimentos imobiliários, fabricação de conservas de frutas, de produtos de laticínio, artefatos de cimento e produtos do fumo.

A dinâmica da RGIA se confunde muito com a do próprio município de Arapiraca, tendo em vista que ele concentra a maioria das atividades econômicas dessa região, expressando a desigualdade entre o centro polo e os demais centros locais. Comprovando essa afirmativa, os dados apresentados no Mapa 7 demonstram que o município de Arapiraca conta com 1.259 unidades industriais, enquanto que os demais 16 municípios juntos só somam 612 unidades.

Mapa 7 – Região Geográfica Imediata de Arapiraca: indústrias por município (2020)



Conforme os dados apresentados no Mapa 7, a concentração da atividade industrial nessa região dar-se com maior incidência em Arapiraca (1.259 indústrias) e em seguida Teotônio Vilela que concentra o número de 136 unidades, já os demais municípios se enquadram nos seguintes parâmetros: com números entre 1 e 10 indústrias estão os municípios de Campo Grande, Olho d'Água Grande e Tanque d'Arca; entre 11 e 30 indústrias estão os municípios de Coité do Nóia, Feira Grande, Jaramataia e Traipu; entre 31 e 50 estão os municípios de Craíbas, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia e Taquarana; e entre 51 e 100 empresas industriais estão os municípios de Girau do Ponciano, Junqueiro, Maribondo e São Sebastião.

Arapiraca concentra aproximadamente 67% da indústria dessa região, onde aproximadamente 59% são MEI, 28% são ME, 6% são EPP e 7% são de outros tipos, atuando principalmente em atividades de fabricação de móveis, de peças de vestuário, de produtos de padaria, de artigos de serralheria, incorporação de empreendimento imobiliários e impressão de material para uso publicitário.

Os demais 16 municípios da região concentram juntos os outros 33%. Sendo que no município de Teotônio Vilela, que concentra aproximadamente 7% da indústria dessa região, 60% são MEI, 26% são ME, 7% são EPP e 7% são de outros tipos, atuando principalmente na fabricação de produtos de padaria, artigos de serralheria, serviços de usinagem e solda, reparação de tanques reservatórios e confecção de roupas. No município de Junqueiro, que concentra 4% da indústria da região, 63% são MEI, 35% são ME, 1% é EPP e mais 1% é de outros tipos, sendo principalmente atividades de fabricação de produtos de padaria, de panificação industrial, de móveis e de roupas sob medida. No município de Maribondo, que também concentram 4% da indústria da região, 72% são MEI, 25% são ME, e 3% são de outros portes, nesse caso produzindo sobretudo produtos de padaria, móveis, laticínios e massas alimentícias.

No município de Girau do Ponciano, que detém 3% da indústria da região em destaque, 53% são MEI, 37% são ME, 5% são EPP e 5% são dos demais portes, atuando principalmente na fabricação de móveis, de farinha de mandioca, de produtos de padaria e no abate de aves. No caso de São Sebastião, que também possui 3% da indústria da região, 60% são MEI, 26% são ME, 12% são EPP e 2% dos demais portes, e a maioria atua na fabricação de produtos de padaria, de móveis, na confecção de roupas sob medida e no abate de aves.

No município de Craíbas, que conta com 2% da indústria dessa região, 47% são MEI, 47% ME, 3% são EPP e 3% são dos demais tipos, desenvolvendo principalmente atividades de

distribuição de água por caminhões, fabricação de produtos de padaria, de móveis e de esquadrias de madeira. No caso do município de Limoeiro de Anadia que também conta com 2% da indústria da região, 42% são MEI, 39% são ME, 11% são EPP e 8% são de outros portes, produzindo laticínios, produtos de padaria, confecção de roupas e fabricação de biscoitos e bolachas. Em Taquarana, que também possui 2% da indústria da região, 48% são MEI, 46% são ME e 6% são EPP, produzindo principalmente produtos de padaria, laticínios, móveis e abate de aves. No caso de Lagoa da Canoa, que também conta com 2% da indústria da região, 56% são MEI, 38% são ME e 6% são EPP, desenvolvendo atividades como recuperação de materiais plásticos, fabricação de artigos de serralheria, de farinha de mandioca e de móveis de madeira.

Já no caso de Feira Grande, que só possui o equivalente a 1% da indústria da região, 52% são MEI, 32% são ME, 12% são EPP, 4% são dos demais portes, produzindo sobretudo artigos de serralheria, produtos do fumo, artefatos diversos de madeira, e realizando aparelhamento de placas e trabalhos em pedras. O município de Coité do Nória, que também só contabiliza 1% da indústria da região, possui empresas industriais caracterizadas como 71% do porte ME e 29% do porte MEI, atuando principalmente na distribuição de água por caminhão, na fabricação de produtos de padaria, no curtimento e preparação de couro, e na fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico.

Na RGIA, alguns municípios não alcançam nem 1% da indústria da região, é o caso de Jaramataia, Traipu, Tanque d'Arca, Campo Grande e Olho d'Água Grande. No caso de Jaramataia, 36% de sua indústria são do porte ME, 19% são do porte MEI, 9% são do porte EPP e 36% são dos demais portes, atuando na fabricação de produtos de padaria, de laticínios, de artefatos de pesca e esporte, e na extração de minerais. No caso de Traipu, 73% são do porte MEI, 18% são ME e 9% são EPP, produzindo sobretudo laticínios, artefatos de concreto, sucos concentrados, alimentos e pratos prontos, e preparação de leite. No caso de Campo Grande, 76% são MEI, 12% são ME e outros 12% são EPP, atuando principalmente na fabricação de bijuterias, produtos da panificação industrial, de massas alimentícias e na produção de armação metálica. No caso de Tanque d'Arca, 75% são MEI e 25% são ME, fabricando somente produtos de padaria e artigos de vidro. Já no caso de Olho d'Água Grande, que só possui duas empresas industriais, que são MEI e que fabricam bijuterias e artigos de carpintaria para construção civil.

A análise dos dados e também da paisagem realizada em pesquisa de campo, permite a verificação de que a indústria dessa região imediata está localizada de maneira expressiva no

município de Arapiraca, já os demais municípios possuem números de empresas irrisórios, que atuam - salvo exceções - em atividades produtivas sem expressão econômica, como são os casos das padarias, das casas de farinha e de pequenos serviços industriais. Além disso, os portes das empresas são representativos de uma indústria de pequenas atividades, com expressivo número de Micro Empreendedores Individuais e escassa presença de Médias e Grandes Empresas.

Caracterizada por atividades sobretudo de pequenas dimensões, a atividade industrial também reflete a importância dos MEIs e das MPEs para a economia de Alagoas, conforme já se verifica no estudo da SEPLAG publicado em 2016, onde se aponta um crescimento extraordinário desse tipo de empresa no estado, seguindo a tendência nacional de desburocratização e formalização dos negócios. O estudo ainda apresenta que em 2015 as MPEs tiveram um faturamento de pouco mais de 4 bilhões de reais e uma arrecadação de pouco mais de 350 milhões, contribuindo para a geração de emprego e renda no estado, sendo cerca de 30% dessas MPEs atuantes na indústria de transformação (ALAGOAS, 2016).

No cerne deste contexto, alguns setores produtivos sobressaem com maior destaque, são os casos dos ramos de alimentos, de materiais plásticos, de móveis e de pré-moldados e artefatos de concreto. Que possuem uma participação significativa na economia local, sendo impulsionados por indústrias tradicionais de atuação regional e que movimentam importantes níveis de recursos.

No ramo alimentício, ao que se refere a empresas tradicionalmente fabris, os principais destaques são o Grupo Coringa, a Indústria Alimentícia Popular e a Indústrias Camarão, indústrias de natureza local e que tem alcançado crescimentos sucessivos nos últimos anos, sobretudo a partir das políticas de incentivos governamentais. Além das empresas que desde sua fundação trabalham diretamente com a fabricação de produtos, considera-se também as recentes indústrias ativadas por grupos atacadistas distribuidores, como Special Alimentos e Hada Alimentos, questão melhor discutida em item específico deste trabalho.

No caso do ramo de materiais plásticos, os principais destaques são da Merconplas, da Araforros, da Samplás e da Imprima, empresas de atuação local e regional que também são assistidas com matérias-primas pelo PCA, que permitiu o desenvolvimento da CPQP conforme já verifica Diodato (2017). Nesse caso, destaca-se que algumas empresas possuem uma atuação voltada para o mercado alagoano, como é o caso da Imprima, outras também são voltadas para o mercado nordestino, com é o caso da Samplás, e ainda outras com atuação que se estende também para outras regiões brasileiras, como é o caso da Araforros.

No caso do ramo de móveis, este é caracterizado pela grande quantidade de pequenos estabelecimentos, muitos deles ainda considerados pequenas fabriquetas, com instalações limitadas e acesso a poucos equipamentos. No entanto, algumas empresas possuem um destaque evidente, são os casos da Léo Móveis, da Sandes Estofados e da Charme Móveis, empresas com maiores instalações e posição firme no mercado regional de móveis. Ressalta-se ainda a presença do Polo de Madeira e Móveis Nascimento Leão no município de Arapiraca, instalado para fornecer infraestrutura e condições de funcionamento para as fabricas de móveis da região e que, no entanto, conta com poucas empresas instaladas; e ainda a organização do APL de Móveis do Agreste⁹² em que o município de Arapiraca está inserido.

Já no caso do ramo de pré-moldados e artefatos de concreto, o destaque é para empresas como Cilel e Concrenorte, envolvidas com a fabricação de produtos diversos a partir de concreto e com uma atuação voltada para o mercado local e regional, atendendo tanto o estado de Alagoas como também outros estados nordestinos, a exemplo de Pernambuco, Sergipe e Bahia.

Os dados levantados na pesquisa de campo, realizada no município de Arapiraca entre setembro e novembro de 2020⁹³, permitem uma melhor compreensão das características e da organização do setor industrial da RGIA. A respeito da gênese das atividades, os resultados da pesquisa evidenciam que 60% das indústrias foram fundadas até 1999, sendo a mais antiga fundada em 1945, os outros 40% correspondem as indústrias fundadas a partir dos anos 2000. Sobre as equipes administrativas os dados demonstram que 60% tiveram alguma mudança no quadro de sócios administradores e que nos demais 40% dos casos estudados os fundadores ainda permanecem na administração direta das atividades, e de todo modo nenhuma das indústrias investigadas é de capital aberto ao mercado de ações, 100% se consideram empresas familiares, representando uma característica muito forte das indústrias locais.

A respeito da origem do capital inicialmente investido, 85% das indústrias pesquisadas iniciaram suas atividades com o investimento de capital próprio do industrial, 10% iniciaram com capital emprestado por terceiros (familiares, amigos, etc.) e os outros 5% iniciaram com capital emprestado por bancos e demais instituições financeiras. Situação que evidencia a

⁹² Sobre a política de APLs em Alagoas consultar o estudo de Santos (2016)

⁹³ A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas e aplicação de questionários com representantes de 20 das principais indústrias locais do município de Arapiraca, abrangendo empresas dos principais setores industriais (alimentos e bebidas, química e plásticos, cerâmica e artefatos de concreto, móveis, produtos têxteis, e fumo). Ressalta-se que a pesquisa foi realizada em Arapiraca pois é o polo de sua região imediata, concentrando a maioria absoluta das indústrias dessa região conforme já ressaltado anteriormente.

presença de um capital acumulado na região e que foi sendo investido na atividade industrial, originário das atividades econômicas anteriormente desenvolvidas na região, como a cultura do fumo e a feira livre.

Os dados adquiridos sobre a organização das indústrias apresentam que 60% delas são empresas únicas e que 40% pertencem a grupos empresariais locais, apresentando uma tendência recente na organização empresarial da RGIA, a presença de grupos empresariais formados a partir de atividades já estabelecidas no território. Ainda nessa direção, caracterizando muito bem o tipo de indústria local, que geralmente apresentam menores dimensões, 65% não possuem filiais enquanto que 35% possuem, no caso das que possuem estas estão localizadas em estados nordestinos, como Pernambuco e Sergipe, sendo suas instalações justificadas sobretudo por questões logísticas, facilidade na aquisição de matérias-primas e local de destino da produção.

Dados sobre as instalações das atividades fabris apontam que 65% dos estabelecimentos pesquisados localizam-se na zona urbana, enquanto que 35% localizam-se na zona rural. Seguindo nessa direção, para 70% dos investigados o tamanho das instalações atende as suas necessidades, enquanto que para os demais 30% é preciso ampliá-las, uma vez que as atuais não atendem plenamente suas necessidades. A respeito do tipo de estabelecimento, 80% é próprio e 20% é alugado, sendo as aquisições oriundas de diferentes formas: 65% são próprios e adquiridos por meio de compras com recursos também próprios; 20% é alugado; 10% são próprios, mas oriundo de doações governamentais (incentivos locacionais); e os outros 5% também são próprios, mas comprados com financiamentos.

No que diz respeito ao funcionamento dos processos fabris propriamente ditos, entendendo-os em suas complexidades, desde a preparação, passando pela produção em si e partindo para a distribuição, o comércio e o consumo, os dados adquiridos são amplos. A respeito da origem das matérias-primas, em 45% das indústrias pesquisadas tem origem mista, ou seja, oriunda tanto de Alagoas, como também de outros estados do Nordeste e também de outras regiões do Brasil, 25% tem origem somente em Alagoas e em outros estados do Nordeste, 15% tem origem exclusiva em Alagoas e os outros 15% somente fora de Alagoas.

As matérias-primas mais utilizadas variam de acordo com o ramo produtivo. No caso do ramo alimentício utiliza-se principalmente farinha de trigo, milho, arroz, açúcar, margarina, fermento, mamão, goiaba, banana, alho, pimenta, cominho, corantes e conservantes; no ramo de materiais plásticos utiliza-se principalmente polietileno, polipropileno, pigmentos, resina de

poliéster, fibra de vidro e plásticos recicláveis; no ramo de móveis utiliza-se MDF⁹⁴, cola, parafusos, tecido, tinta, vidro, dobradiças e corrediças; já no ramo de cerâmica e artefatos de concreto utiliza-se sobretudo areia, barro, cimento, aço, água e brita.

No que concerne a origem da mão de obra empregada, 60% das indústrias investigadas empregam pessoas tanto de Arapiraca como também de outros municípios de sua região imediata, enquanto que os demais 40% representam as indústrias que empregam somente pessoas de Arapiraca. Sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, em 90% das indústrias pesquisadas são adquiridos no mercado nacional, seja tanto de fabricação brasileira ou estrangeira, 5% são importadas diretamente pela indústria (de origens alemãs, japonesas, chinesas e italianas) e os outros 5% representam as indústrias que montam suas próprias máquinas e equipamentos a partir da aquisição de peças no mercado nacional; nesse caso, ressalta-se que na grande maioria das indústrias investigadas os concertos e a manutenção das máquinas e equipamentos é realizada em oficina própria.

Sobre a aquisição de embalagens, os dados da pesquisa revelam que em 35% das indústrias a origem é mista, oriundas tanto de Alagoas como também de estados do Nordeste e ainda de outras regiões do Brasil, em 25% são oriundas de outros estados do Nordeste, em 10% são adquiridas em empresas alagoanas, em outros 10% são compradas somente em empresas de fora do Nordeste, em 5% tem fabricação própria de embalagens e os demais 15% correspondem as indústrias que não responderam essa pergunta.

No tocante ao número de empregados e seguindo os parâmetros de classificação adotados pela CNI, os dados recolhidos representam que 50% das indústrias empregam entre 10 e 49 pessoas, 15% empregam até 9 pessoas, outros 15% empregam de 50 a 249 pessoas e ainda outros 15% empregam 250 ou mais pessoas, os outros 5% referem-se as empresas que não forneceram essa informação. Logo, são dados que reafirmam ainda mais um parque industrial formado principalmente por pequenas empresas. Ressalta-se ainda que 55% das indústrias possuem alguma forma de treinamento ou qualificação de pessoal, realizado também em parceria com as empresas do Sistema S⁹⁵ e sendo considerado pelos entrevistados como de

⁹⁴ A sigla MDF vem da expressão inglesa *Medium Density Fiberboard*, refere-se a uma placa de fibra de média densidade produzida principalmente a partir de madeira e cola prensados.

⁹⁵ Fazem parte do Sistema S: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

extrema necessidade, uma vez que apontam a ausência de mão de obra qualificada como uma grande dificuldade do setor industrial na região estudada.

Com relação aos destinos da produção, os resultados da pesquisa expressão que 50% das indústrias destinam seus produtos para o mercado alagoano e de outros estados nordestinos, 20% produzem somente para Alagoas, outros 20% destinam a produção para Alagoas, Nordeste e outras regiões do Brasil, e 5% destinam seus produtos para o mercado alagoano e para exportação, como se verificou no setor de móveis com exportações para diversos países da América Latina, os outros 5% representam as empresas que não declararam o destino da produção. Logo, esses dados apontam para uma indústria voltada principalmente para o mercado local e regional, sendo essa uma característica bem representativa das indústrias de tipo local.

As informações da pesquisa também apresentam que a venda da produção se dá principalmente a partir de representantes comerciais, vendedores externos e venda própria ao atacado e varejo; a distribuição acontece sobretudo por frota própria e por distribuidoras terceiras, e a produção é destinada em sua maioria para comerciantes, feirantes, atacadistas e consumidores finais.

Outros dados adquiridos sobre o funcionamento das indústrias apontam que 85% utilizam-se de alguma estratégia de propaganda, destacando-se uso de rádios locais, canais de televisão, redes sociais, marketing digital e comunicação visual no espaço urbano, os outros 15% representam as que não utilizam nenhuma estratégia, onde destacam-se as empresas do fumo que são proibidas de fazer propaganda por legislação específica. A pesquisa ainda acusa que em 60% das indústrias investigadas existe variações de lucro ao longo do ano, representando períodos de maior e menor produção de acordo com cada ramo produtivo.

Os dados também apontam para outra característica representativa das indústrias locais, o reinvestimento de parte dos lucros, que acontece em 75% das empresas investigadas. Os dados ainda indicam a importância do poder público no fortalecimento das atividades fabris, 40% dos casos pesquisados recebem algum tipo de incentivo governamental, sobressaindo-se as concessões do governo estadual com o PRODESIN; no entanto, os dados também apontam que 55% das indústrias estudadas não possuem nenhum tipo de incentivo, expressando a necessidade de um maior ativismo estatal em favor das indústrias locais. Os outros 5% não forneceram tal informação.

Reafirmando a importância das indústrias locais no fortalecimento do processo de industrialização na RGIA, os dados da pesquisa mostram que 70% das indústrias pretendem realizar novos investimentos na atividade nos próximos anos, destacando-se os interesses em ampliação das instalações, aumento da produção e aquisição de novos equipamentos e veículos. Além disso, mesmo ainda não sendo na maioria dos casos, 35% das indústrias informaram realizar algum tipo de prestação de serviço para outras empresas, são casos de fornecimento de embalagens, matérias-primas e até mesmo produtos já fabricados, que são produzidos com as marcas próprias de outras empresas.

A respeito da utilização de serviços de bancos e de agentes financeiros, a maioria utiliza, representada pela porcentagem de 65%, usando principalmente serviços bancários para pagamento de funcionários e fornecedores, para recebimento de valores referentes as vendas da produção, além de serviços de financiamento e linhas de crédito, as instituições mais citadas foram: Bradesco, CEF, BNB, BB, Sicoob, Sicredi, Itaú e Santander.

Com relação aos custos de produção e atuação, na maioria das indústrias estudadas os mais informados foram aqueles relacionados com a aquisição de matérias-primas, pagamento da força de trabalho e com logística. Além disso, os custos com máquinas, equipamentos e veículos também foram registrados como sendo altos, no entanto, sendo justificados como custos iniciais e não recorrentes.

Justificando-se por serem informações confidenciais, a maioria das indústrias pesquisadas não informaram os valores de receita mensal média, no caso daquelas que apresentaram, destacasse a “Indústria A” que atua no ramo alimentício e movimenta em média 50 milhões de reais por mês. Afora isso, 100% das respondentes a pesquisa tem uma percepção positiva em relação a sua participação na economia local, justificando-se principalmente pela oferta de vagas de trabalho, geração de renda, produção de produtos de grande aceite no mercado e movimentação de recursos importantes na economia local.

Em referência as principais dificuldades e as consequentes estratégias de superação, o que mais se repetiu foram as seguintes: problemas com concorrência, que tenta ser superado com planejamento estratégico e fortalecendo a atuação; ausência de maiores investimentos públicos que venham a fortalecer os setores industriais, tentando ser superado com reivindicações junto aos diversos setores do Estado; ausência de matérias-primas suficientes no mercado alagoano, situação que vem sendo superada com a aquisição em outros estados nordestinos e regiões brasileiras; falta de consultorias e de maiores inovações para a indústria, situação que afeta a produtividade pelos recorrentes desperdícios de insumos e que vem

tentando superação com a aquisição de máquinas e equipamentos mais modernos por meio do acesso a financiamentos, linhas de créditos e outros serviços de instituições financeiras; falta de mão de obra qualificada e seu custo elevado, sendo dificuldades muito recorrente nos casos investigados, situação que tenta ser superada com a oferta de cursos de qualificação profissional e investimentos em maquinaria; aumento nos preços dos insumos, que tenta ser superado com a compra em diferentes fornecedores, pagando-se à vista e estocando nos períodos de melhores preços ao longo do ano; dificuldade de manter o capital de giro, recorrendo-se a estratégias de evitar as inadimplências e promovendo a diminuição dos custos; acrescenta-se ainda as altas cargas tributárias, a presença de indústrias irregulares, e a ausência de novos espaços para expansão das atividades.

A pesquisa também coletou informações sobre eventos e condições que ajudaram no crescimento das indústrias ao longo de sua história, as respostas mais recorrentes foram a ampliação do mix de produtos, os investimentos e incentivos governamentais, a abertura de filiais em regiões estratégicas, a expansão da área de atuação, a implementação de máquinas nos processos fabris e a participação em feiras de negócios e eventos corporativos.

Sobre a concepção das indústrias pesquisadas acerca do que precisa melhorar no estado para um maior crescimento da atividade industrial, os resultados mostram principalmente as seguintes situações: melhoria da questão tributária, com a diminuição dos impostos; oferta de matérias-primas em maior quantidade e melhor qualidade; ampliação das políticas de incentivos governamentais, em todas as esferas do Estado; desburocratização do acesso e maior disponibilidade de crédito; maior presença de órgãos de assistência, como o SEBRAE, acompanhando também as indústrias já firmadas no mercado e não somente as recentemente abertas; fiscalização de indústrias que atuam na informalidade, que de acordo com os entrevistados são muitas; abertura de novos distritos industriais com oferta de áreas para expansão das atividades; e assistência e incentivo aos pequenos industriais.

Coadunando com os problemas relatados pelas indústrias nessa pesquisa de campo realizada em Arapiraca, os dados e informações levantadas com os representantes da FIEA em outra pesquisa de campo realizada entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 também apontam que entre os principais problemas dos setores industriais do estado estão a infraestrutura deficiente, a insuficiência energética e a deficiência de mão de obra qualificada.

As informações da pesquisa realizada na FIEA também reafirmam a presença de uma grande quantidade de indústrias informais em escala estadual, que por não pagarem os impostos devidos ofertam produtos com preços muito inferiores aos de mercado, afetando diretamente a

competitividade. A presença desse tipo de indústria é tão expressiva que no Cadastro Industrial de 2013 a FIEA chegou a verificar que correspondem a cerca de 47% do total de empresas industriais do estado, atuando em ramos diversos que se estendem desde a produção de farinha de mandioca, até tintas e produtos de limpeza. Ainda de acordo com dados fornecidos pelos entrevistados na FIEA, são atividades familiares, instaladas nas próprias residências e que empregam informalmente uma, duas ou até cinco pessoas em média.

Portanto, conforme se verifica com os dados e as informações apresentadas, a indústria da RGIA se concentra no município de Arapiraca, representando atividades locais principalmente de atuação local e regional. Tais situações se confirmam como resultado dos processos históricos que levaram à atual configuração do território, marcado por especificidades que tornam essa região diferenciada das demais do estado. Como já discutido, ressalta-se uma organização agrária pautada na pequena propriedade, a existência de um capital acumulado ao longo dos anos e que foi sendo reproduzido em outras atividades produtivas, a dinâmica das indústrias locais, e ainda a existência de grupos empresariais familiares originários de burguesias locais que movimentam recursos importantes para a realidade local.

QUINTA SEÇÃO

USOS DO TERRITÓRIO E INDÚSTRIAS LOCAIS NA
REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ARAPIRACA

5.1 Para além das verticalidades: as indústrias locais como expressão das horizontalidades no território

As transformações acometidas a partir da afirmação do processo de globalização marcam uma nova organização produtiva, a inserção dos lugares no meio técnico-científico informacional impõe novas relações e uma nova organização aos territórios. Neste sentido, o território usado se constitui como uma categoria coerente de leitura da realidade a partir dos diferentes usos empreendidos. Portanto,

O conhecimento do território tornou-se indispensável dada a sua importância nos processos de globalização e fragmentação que se verificam no mundo contemporâneo. O território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, senão também como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas (SOUZA, [2003] 2017, p. 27).

Para Santos (1996, p. 16), “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Logo, deve ser entendido não apenas como um ordenamento de formas, de sistemas de coisas sobrepostas, mas a partir dos usos que nele são estabelecidos, devendo ser concebido como sinônimo de espaço geográfico e por isso entendido em sua totalidade.

Neste trilhar, o território da RGIA é usado por diversos agentes que interferem e definem sua organização econômica, marcada pela presença e atuação de indústrias de natureza local, atividades oriundas da *reprodução do capital* redirecionado para a atividade fabril também através da atuação dos agentes financeiros. Logo, uma das principais características desse tipo de indústria é o capital de origem local, marcadamente investido por famílias também locais.

As indústrias locais⁹⁶ tem sua gênese baseada em atividades fabris de dimensões muito restritas, caracterizando-se pelas seguintes condições: organização técnica modesta, com uso de pouco ou nenhum maquinário; capital restrito⁹⁷, que obrigava o reinvestimento massivo dos lucros obtidos no início da atividade; uso de mão de obra familiar, permitindo a redução dos custos para manutenção da atividade; e funcionamento em pequenos estabelecimentos, muitos deles localizados nas próprias residências dos industriais.

Essas indústrias possuem na iniciativa familiar uma de suas características mais fortes, o que possibilitou o surgimento de atividades fabris inicialmente muito modestas, com

⁹⁶ De acordo com a assertiva de Firmino (2015, p. 234), “as indústrias de tipo local que começa a se desenvolver tem sua gênese baseada fortemente com as iniciativas de pessoas ou grupos que conseguiram criar, mesmo que sem um planejamento consolidado, certas indústrias”.

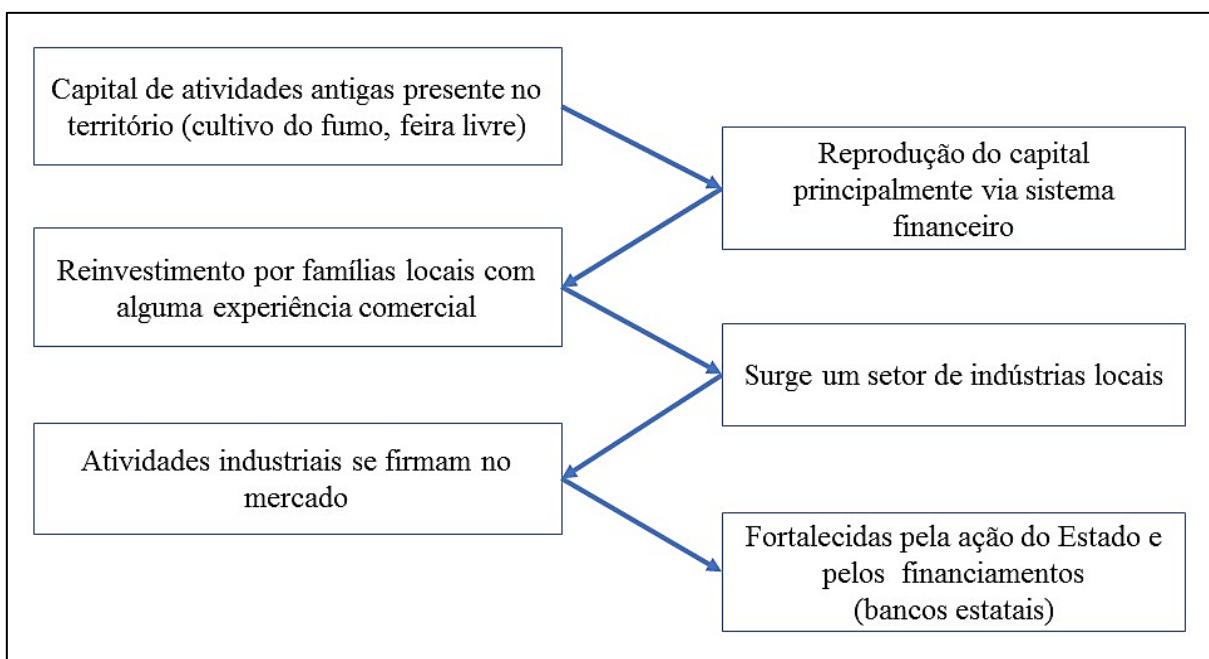
⁹⁷ A expressão “capital restrito” está relacionada com o acesso ao crédito, que para as indústrias locais é limitado.

fabricação de produtos diversos, sobretudo alimentícios. A organização de famílias com alguma experiência comercial, deu origem a importantes indústrias regionais e também diversos grupos empresariais locais. Conforme aponta Mamigonian (1965, p. 423), “justamente estas grandes famílias compreendem muito bem a política financeira que conduz ao desenvolvimento econômico: elas aplicaram cuidadosamente, nos seus negócios, a retenção máxima dos lucros”.

Para exemplificar esse caráter familiar na organização interna dessas atividades pode ser citado o exemplo da Indústria Alimentícia Popular, empresa fundada por Sebastião Alves da Silva que posteriormente transfere a administração para os filhos José Maria de Carvalho Alves e Expedito de Carvalho Alves, sendo os mesmos que comandam a atividade atualmente, incorporando novas pessoas com algum grau de parentesco que atuam em vários cargos de importância na estrutura administrativa, estendendo-se desde aos gerentes comerciais e de marketing até o engenheiro químico responsável pelas atividades da indústria.

Como bem analisa Mamigonian (1965), esse tipo de iniciativa pode ser entendido como iniciado por *capitalistas sem capital*, no sentido em que conforme apresenta o autor é realizado por industriais que tinham o espírito de iniciativa, mas não possuíam muitos recursos. Situação que permite, em maioria, o surgimento de pequenas fabriquetas, com instalações deficientes e atuação limitada a localidades próximas. Vide na Figura 10 a representação da dinâmica de surgimento das indústrias locais na RGIA.

Figura 10 – Surgimento das indústrias locais na Região Geográfica Imediata de Arapiraca



Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Atualmente, já estruturadas, em contraponto às suas limitações de competitividade, essas indústrias possuem um considerável alcance espacial, é um alcance possível graças a estratégias de capilaridade bem pensadas e organizadas, instalando estabelecimentos próprios em centros importantes da rede urbana nordestina⁹⁸ e a partir deles comercializando a produção principalmente para o Nordeste do Brasil. São indústrias que possuem dificuldades expressivas na expansão de suas áreas de atuação para outras regiões do país, em decorrência sobretudo do pequeno valor agregado a seus produtos e ainda da impossibilidade de concorrência com as grandes corporações de atuação nacional, de incomparáveis poderes de capital e tecnologia.

A capilaridade dessas indústrias ancora-se na instalação de fixos estratégicos ligados a fabricação e a administração localizados principalmente no município de Arapiraca, e ainda na instalação de empreendimentos em outros municípios alagoanos e de outros estados nordestinos, nesse segundo caso marcadamente centros de distribuição e unidades comerciais. A fabricação e o controle administrativo das atividades permanecem centralizados em Alagoas, onde estão suas matrizes. Logo, os fixos (fabricas, escritórios, salas comerciais, centros de distribuição, estabelecimentos comerciais, etc.) permitem que os fluxos (de transportes, de capital, de ordens, de informações, etc.) sejam possíveis⁹⁹, representando os usos empreendidos e refletindo uma atuação desigual em decorrência das heterogeneidades dos sistemas técnicos nos lugares (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2016).

Vale destacar que as limitações financeiras dessas atividades não possibilitam que sejam instalados fixos próprios que atendam toda a área de atuação, o que tenta ser corrigido pela estratégia de utilização de empresas terceiras como representantes comerciais em regiões sem instalações próprias. Informações obtidas na pesquisa de campo demonstram que essa estratégia tem sido muito utilizada sobretudo para o Norte do Brasil, região de expansão recente para algumas indústrias da RGIA.

Envolta de suas especificidades e limitações, a organização espacial das indústrias locais baseia-se tanto na instalação de empreendimentos próprios, como também no uso de “parcerias” que permitem uma logística mais eficiente para atendimento da demanda do mercado em que

⁹⁸ A instalação dessas indústrias dar-se sobretudo em centros com alto poder comercial e de distribuição, quais sejam aqueles que detendo grande população e infraestruturas de transportes ocupam as posições de maior relevo na hierarquização urbana.

⁹⁹ Para Santos ([1988] 2014, p. 85), “o espaço, é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço”.

atua. Utilizando-se dos diversos *sistemas de engenharias*¹⁰⁰ disponíveis no território, o que reafirma a importância dos *espaços da circulação e da distribuição* (SANTOS, [1985] 2014) para o sucesso das atividades econômicas, que como bem aponta Arroyo (2018),

As condições de circulação são tão importantes quanto as condições de produção. Daí as pressões das empresas para a existência e a eficácia de uma rede de transportes e comunicações quando decidem estabelecer-se num lugar. As vias rápidas lhes garantem uma circulação rápida, isto é, uma transformação do produto em consumo, em mercadoria, em capital realizado. Todo produto se distribui, se armazena, se comercializa e se consome. Depois de concluída a primeira fase desse circuito – seja na fábrica, na mina, na fazenda – o produto precisa ser distribuído para chegar ao mercado e ser vendido. Por isso, é importante, não apenas ter uma fábrica bem estruturada, uma fazenda bem organizada ou uma jazida que possa ser bem explorada, mas também a possibilidade de que a produção circule numa rodovia, ferrovia, hidrovía ou em qualquer outra rede técnica para que a mercadoria consiga se realizar. Isto acontece no final do processo: no momento da troca e do consumo (ARROYO, 2018, p. 135).

Com uma atuação voltada para o mercado regional e alcançando principalmente dimensões de médio e pequeno porte, as indústrias locais são atividades que tem conhecido um importante processo de modernização, principalmente a partir dos anos 2000, impulsionado pelos financiamentos e incentivos adquiridos nas diversas instâncias governamentais, o que tem possibilitado a apropriação de técnicas produtivas modernas com implementação de novas máquinas, equipamentos, e ainda complexos sistemas de informação que gerenciam suas atividades e operações.

Esse processo de industrialização local é representativo dos interesses do lugar por apresentar atividades fabris de iniciativas, industriais e capitais locais. Muito diferente das grandes indústrias mundiais, representativas dos interesses globais e que por isso não possuem preocupações com a realidade dos lugares. Por um lado, os grandes empreendimentos industriais representam as *verticalidades* no território, ou seja, as ações praticadas sob comando externo, representando um *acontecer hierárquico* a partir dos usos do território como recurso. Por outro lado, as iniciativas industriais locais apontam para as *horizontalidades* no território, quer dizer, os domínios de contiguidade de lugares reunidos por uma continuidade territorial, mais relacionadas com os aconteceres *homólogo e complementar*¹⁰¹ (SANTOS, 1996).

¹⁰⁰ Conforme explica Santos ([1994] 2008, p. 120) os sistemas de engenharia, bases da produção e do intercâmbio, são hoje uma verdadeira tecnoesfera, uma natureza crescentemente artificializada, marcada pela presença de grandes objetos geográficos, idealizados e construídos pelo homem, articulados entre si em sistemas.

¹⁰¹ Como define Santos (1996, p. 16-17), “o acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definido. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e

Neste viés, os usos do território empreendidos pelas indústrias locais precisam ser entendidos como diferentes daqueles praticados pelas grandes indústrias nacionais e internacionais, haja vista que as iniciativas locais estão inseridas em uma lógica também local e em um contexto regional, diferente daquelas que são ligadas à lógica global.

As empresas externas ao lugar usam o território como fonte de recursos, praticando a *sangria do território* (SOUZA, 2002) no sentido em que sugam os recursos locais e os canalizam para o centro do sistema, onde localizam-se suas matrizes. Deste modo, as grandes indústrias nacionais e internacionais, doravante denominadas simplesmente indústrias externas, usam o território baseadas na lógica capitalista global, guiando-se pelos interesses individuais rumo a acumulação do capital. São atividades hegemônicas que, em rede, usufruindo-se de todo o aparato técnico disponível no atual período histórico, usam o mundo como mercado, fazendo circular suas mercadorias e não os recursos resultantes de seu consumo.

Por isso, Santos ([2000] 2015) apresenta a globalização como um processo perverso, da racionalidade capitalista, da ditadura do dinheiro e da informação¹⁰², representado por agentes que fragmentam a organização local e não são comprometidos com a realidade do lugar. Mas, como nos ensina o mesmo autor, uma outra globalização é possível, baseada na força do lugar, que hoje resiste à ordem global.

No contexto analisado, as indústrias locais representam agentes que empreendem usos diferentes do território, uma vez que representam atividades que surgiram internamente, relacionadas com a organização econômica regional, o que permite uma maior circulação interna dos recursos oriundos da atividade. São iniciativas que proporcionam uma maior dinâmica para a economia local, repercutindo significativamente na ativação das bases econômicas. Isso posto, as indústrias locais na RGIA não podem ser entendidas como praticantes dos mesmos usos empreendidos pelas indústrias externas a esse território.

É inclusive nesse contexto que as contribuições de Mamigonian (1965; 2004) se apresentam essenciais para a investigação, pois se direcionam para uma abordagem econômica

das relações entre cidades, conseqüência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso na vida dos homens e na vida do espaço”.

¹⁰² Conforme explica Santos (1999, p. 10-11), “nossa era se caracteriza por essas duas ditaduras: a ditadura da informação e a ditadura do dinheiro, e a ditadura do dinheiro não seria possível sem a ditadura da informação. O dinheiro em estado puro nutre-se da informação impura, tornada possível quando imaginávamos que ela seria cristalina. Curiosamente, este formidável sistema ideológico acaba por ter um papel na produção da materialidade e na conformação da existência das pessoas”.

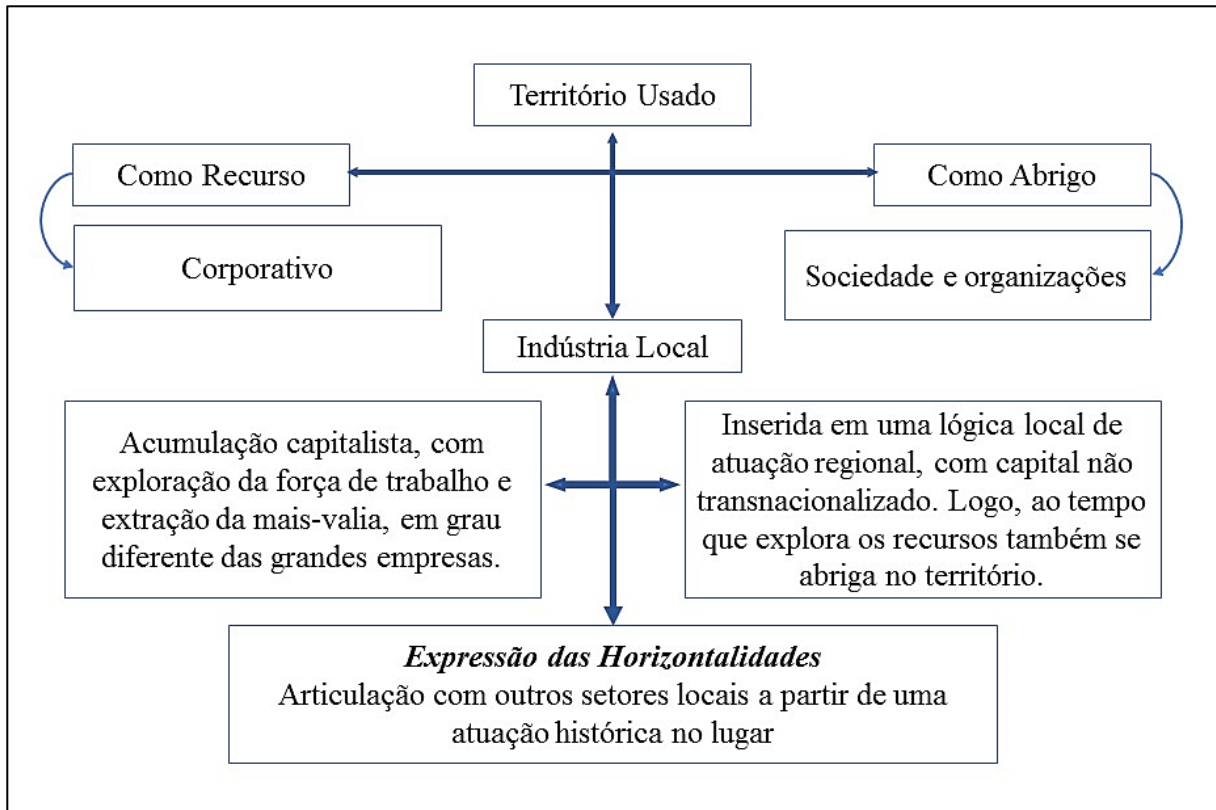
de valorização das indústrias locais, questão entendida como central para o efetivo desenvolvimento das forças produtivas do território. Essa compreensão permite uma abordagem diferente daquelas políticas de desenvolvimento industrial frequentemente adotadas em Alagoas e também no Brasil, a da supervalorização dos empreendimentos externos em detrimento do processo de industrialização local.

Não se trata de abordar as indústrias internas como estranhas às práticas capitalistas, mas de pensá-las inseridas em uma lógica e em um contexto diferente das que são externas ao lugar, entendendo que no recorte analítico da investigação para as indústrias locais o território é recurso, mas também é abrigo, haja vista que não se sustentam na competitividade do mercado dominado pelas grandes empresas.

O uso corporativo do território, na realidade estudada, precisa ser entendido não apenas como empreendido pelas grandes corporações, para quem o território é apenas recurso, mas também pelas pequenas indústrias locais, que ao tempo em que exploram os recursos também se abrigam no território. Acrescente-se que essas indústrias de tipo local da região analisada são produtoras de horizontalidades, no sentido em que comprando a produção local (também das associações comunitárias de produtores rurais) articulam-se com outros setores produtivos do lugar, possuindo ainda uma forte relação com a população local e representando os empregadores de primeira ordem pelo histórico de atuação que possuem no lugar.

Claro que essas indústrias locais possuem uma racionalidade capitalista, com exploração da força de trabalho e extração da mais-valia. Mas, elas possuem relações com o território diferentes das estabelecidas pelos agentes hegemônicos que também chegam a se instalar na região de Arapiraca. Por isso, não parece coerente entender como idênticos os usos empreendidos por uma empresa como a “Assaí Atacadista” instalada em Arapiraca e em outras centenas de cidades Brasil afora, em comparação por exemplo com a “Indústrias Camarão”, instalada apenas em Arapiraca e Campina Grande/PB e com atuação regional. A Figura 11 tenta ilustrar os usos do território pelas indústrias locais.

Figura 11 – Os usos do território pelas indústrias locais



Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Na realidade analisada, o que difere as indústrias locais das externas são principalmente as seguintes condições: primeiro a origem, pois são fundadas localmente, marcadas por iniciativas familiares de verdadeiro repúdio ao mercado de ações; segundo a dimensão, são de menores proporções e com uma atuação voltada ao mercado regional; e terceiro o seu capital, que não é transnacionalizado, sendo movimentado em escala limitada.

Para melhor compreender as especificidades dessas indústrias locais em detrimento das características daquelas que são externas, verifica-se a presença de seus respectivos produtos no comércio. Por um lado, os produtos das indústrias locais estão presentes com maior força em estabelecimentos de bairros e povoados, como pequenos e médios mercados e lanchonetes, e ainda em diversas representações do *circuito inferior da economia urbana*¹⁰³, como no

¹⁰³ Ao desenvolver a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, Santos ([1975] 2008) evidencia a existência dos circuitos (superior, superior marginal e inferior) considerando que cada um deles acolhe práticas econômicas individuais e que se diferenciam segundo diferentes níveis de organização, capital e tecnologia. Assim, de acordo com o autor ([1975] 2008, p. 40) “simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e polo comércio não-moderno e de pequena dimensão”.

comércio ambulante e nas feiras livres. Por outro lado, os produtos fabricados pelas indústrias externas, por sua voracidade também alcançam os pequenos estabelecimentos, mas dominam sobretudo o grande comércio, como as grandes redes atacadistas e de supermercados. Ora, o produto da pequena indústria local da região de Arapiraca não é facilmente encontrado nos grandes estabelecimentos comerciais da mesma região, questão justificada pela existência de contratos já firmados entre o grande comércio e as grandes indústrias de atuação nacional e internacional, inseridas em complexos *circuitos espaciais de produção*¹⁰⁴. Em exemplo, quando uma grande rede atacadista como o “Atacadão” chega em Arapiraca, como de fato está instalada, a mesma já possui seus principais fornecedores definidos, os mesmos que também atendem às outras centenas de lojas espalhadas pelo Brasil.

As diferenças nos usos empreendidos por cada tipo de indústria não se limitam aos processos de comercialização, são usos distintos nas diversas etapas de atuação, englobando todo o modo de operação. Isso é verificado também no processo de aquisição das matérias-primas utilizadas, enquanto as indústrias locais possuem maiores relações com a produção do mercado interno, as externas são envolvidas com aquisição de insumos em diferentes regiões do país e do mundo.

Como exemplos locais podem ser citadas a Indústria Alimentícia Popular na aquisição de frutas¹⁰⁵ de produtores locais e ainda a Indústrias Reunidas Coringa que adquire o arroz necessário para sua produção no mercado interno. Em contraponto, como exemplo de grande indústria, pode ser citada a Sococo S.A., a maior empresa de derivados de coco do mundo, idealizada por um grupo português e com sede instalada em Maceió. Que mesmo com sede no estado possui as maiores operações de aquisição de matérias-primas no estado do Pará, onde possui duas plantações de coco, uma de 20.000 (vinte mil) hectares no município de Moju e outra de 2.000 (dois mil) hectares no município de Santa Isabel do Pará, e ainda três unidades industriais, uma de processamento no município de Ananindeua e outras duas de envase de água de coco.

Mas, vale a ressalva de que tanto os usos feitos pelas indústrias locais quanto aqueles praticados pelas externas interferem nas relações produtivas e também participam da

¹⁰⁴ De acordo com Santos ([1988] 2014, p. 55-56), “com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos de falar de circuito espaciais da produção. Esses seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo até chegar ao consumo final”.

¹⁰⁵ Conforme o estudo de Nascimento (1993), destaca-se historicamente no estado de Alagoas a região fruticultora de Palmeira dos Índios, como produtora de frutas como banana, pinha e goiaba a exemplos.

organização do espaço, pois conforme apresenta Santos ([2005] 2012, p. 170) “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

As indústrias locais são atividades que tentam sobreviver em meio a um mercado extremamente financeirizado e transnacionalizado, também por isso são obrigadas a permanecerem com uma atuação restrita ao mercado regional para que assim consigam permanecer funcionando. Para aquelas que se lançam no mercado nacional ou global a tendência é que sejam sufocadas ou engolidas, algumas não resistem à competitividade e terminam em falência, e outras, que alcançam maior sucesso, acabam sofrendo fusões e aquisições. Como esclarece Bonelli (2000, p. 66), “a empresa familiar, em particular, enfrenta forte pressão pela dificuldade de estabelecer uma reestruturação de capital adequada aos novos tempos. Novos arranjos societários tem sido uma consequência natural”.

Ao que se refere a organização do funcionamento dessas indústrias locais da região de Arapiraca, é preciso evidenciar que cada uma delas possui suas especificidades, mas também possuem características semelhante no modo de operação. São atividades que usam a mão de obra local e adquirem matérias-primas no mercado interno e também de outros estados nordestinos, realizando nas matrizes - localizadas em Alagoas - suas atividades de fabricação, e em seguida distribui para Alagoas e outros estados nordestinos, usufruindo-se também de suas filiais. Logo, representa um processo de industrialização originário no território da RGIA e que tem se expandido para uma atuação regional.

A respeito do mercado consumidor dos produtos fabricados, evidencia-se que essas indústrias estão voltadas para atender principalmente as camadas mais pobres da população, recorrendo-se a uma expressiva capilaridade em atividades do *circuito inferior*. Além disso, os produtos da maioria dessas indústrias são de uma qualidade inferior, não alcançando o padrão daqueles produzidos pelas grandes indústrias externas, representando outro elemento que interfere no poder de competição entre esses diferentes tipos de empresas industriais.

No contexto das indústrias locais, a região de Arapiraca se destaca pela expressividade daquelas de gêneros alimentícios, sendo a maioria e com exemplos de sucesso, como a Indústrias Reunidas Coringa, a Indústria Alimentícia Popular, a Indústrias Camarão, Alimentos Tradição, Indústria Compostela e a Trigo & Cia, alguns sendo considerados entre os maiores estabelecimentos industriais do estado. A expressividade que esse ramo industrial possui também é verificado no estudo de Mendes (2020) sobre a indústria de alimentos em Alagoas.

Para Santos (1959, p. 8), “o desenvolvimento industrial contribui para a elevação global dos níveis de vida”. Portanto, entendendo o processo de industrialização como importante para a melhoria das condições sociais, uma vez que movimentam níveis consideráveis de capital, além da oferta de emprego e geração de renda, as indústrias locais sobressaem com uma participação particular, pois encontram-se envolvidas com a realidade dos lugares.

Nessa direção de valorização da indústria local o papel do Estado tem sido fundamental, participando ativamente a partir da construção de *sistemas de engenharia* que possibilitam maior fluidez ao território e ainda ofertando incentivos tão importantes para o aumento da competitividade dessas indústrias¹⁰⁶. Mas, como ainda pratica uma política de supervalorização das empresas externas, também representa um ente fundamental para o progresso das grandes empresas em suas constantes buscas para atingir o superlucro. São as políticas implantadas que tornam o passe de capital externo livre nos territórios, quer dizer, adentrando nos espaços de seu interesse e fazendo uso deste a seu bel-prazer para obter lucro máximo. Por isso, o possível reposicionamento do Estado com maior enfoque nas atividades locais pode representar um mecanismo de ativação de novas bases produtivas e conseguinte mudança do quadro atual.

De todo modo, para a realidade da região analisada, na medida em que promovem a circulação de recursos, a oferta de emprego e a industrialização do território, as indústrias locais tem reafirmado ainda mais a centralidade de Arapiraca com atribuição de maiores fluxos no interior alagoano, apresentando assim possibilidades produtivas ao estado de Alagoas. Situação que apresenta perspectivas para além das verticalidades, representando e permitindo a construção de novas horizontalidades no território.

¹⁰⁶ O aumento da competitividade das indústrias locais a partir da concessão de incentivos acontece na medida em que diminuindo o pagamento de impostos a empresa consegue produzir mais barato, ofertando um produto de preço mais competitivo no mercado.

5.2 Novas organizações no setor produtivo: os grupos empresariais locais

O setor produtivo, entendido em sua complexidade a partir da consideração das atividades primárias (plantação e criação), secundárias (industrialização) e terciárias (comércio e serviços), reflete uma importância decisiva para o funcionamento econômico dos territórios. Nesse sentido, a compreensão das interrelações estabelecidas entre essas atividades se apresenta como indispensável para a apreensão da totalidade do processo produtivo.

Principalmente os agentes econômicos de menores dimensões, costumam transitar por diversas atividades no sentido de garantir uma maior sustentação no mercado, desenvolvendo atividades econômicas complementares ligadas às diferentes partes do setor produtivo. Ora são as indústrias que passam a desenvolver também atividades comerciais e ora são os agentes comerciais que passam a também realizar atividades fabris, representando um verdadeiro emaranhado de relações econômicas estabelecidas no espaço de diferentes maneiras e intensidades.

No caso da RGIA, os resultados da pesquisa de campo evidenciam o surgimento de conglomerados empresariais que realizam atividades econômicas de diversas naturezas nesse território, são verdadeiros grupos empresariais formados a partir dos processos de *reprodução do capital* e sendo marcadamente controlado por grupos familiares locais.

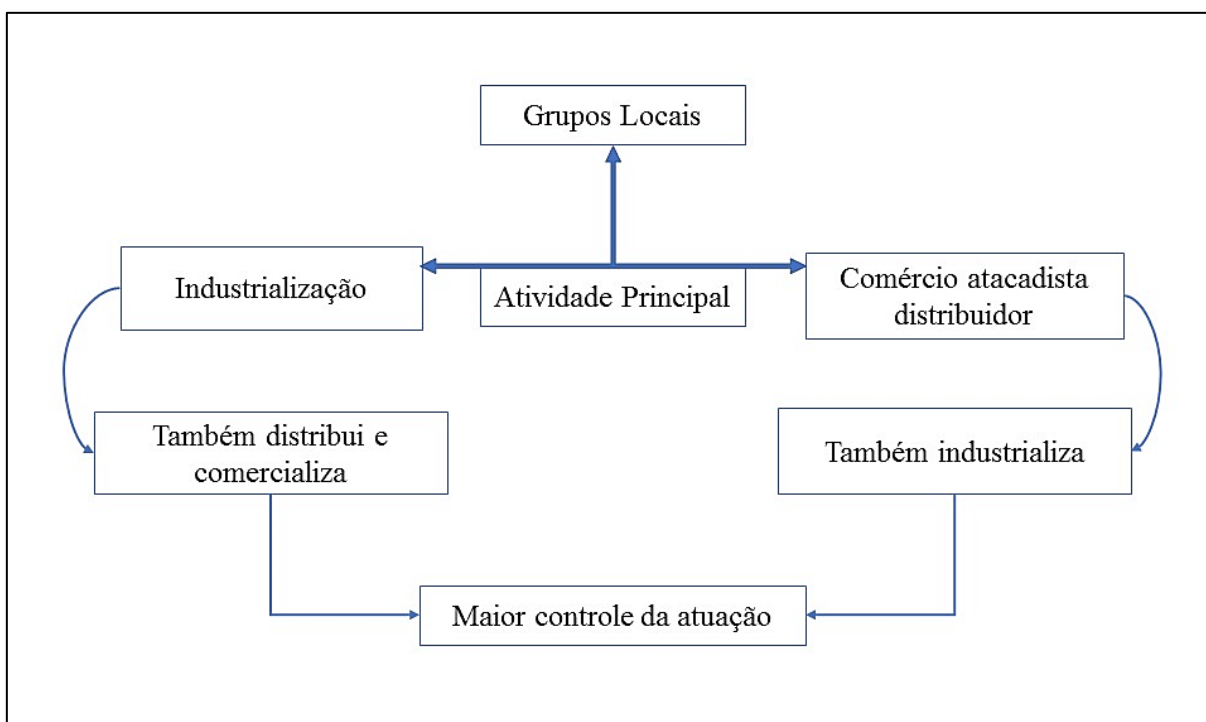
São grupos que concentram uma diversidade de atividades, reunindo vários registros de CNPJ, onde as atividades desenvolvidas são fragmentadas em diferentes registros. De maneira marcante, os principais grupos empresariais dessa região imediata são envolvidas com indústrias e atividades atacadistas distribuidoras.

No caso dos grupos originários de indústrias¹⁰⁷, estes são montados a partir da abertura de outros registros que desenvolvem atividades econômicas secundárias relacionadas com a atividade principal desempenhada pela empresa, como por exemplo a ativação de registros para fabricação de suas embalagens, das atividades de distribuição (transportadoras) e de comercialização dos produtos fabricados. Ainda em alguns casos incorporando empresas a partir de sociedades, fusões e aquisições.

¹⁰⁷ Considera-se grupos originários de indústrias aqueles que se formaram a partir de atividades fabris como sendo as principais.

Já no caso dos grupos originários de atacadistas distribuidores¹⁰⁸, essa formação de grupos dar-se tanto pela abertura de registros para distribuição de produtos específicos, quanto também para a fabricação de produtos com marcas próprias que são por eles mesmos comercializados e distribuídos. Logo, em ambos os casos, representa um processo em que a formação desses grupos permite um maior controle de toda a atuação da empresa principal; estendendo-se desde a industrialização, passando pela distribuição e pela comercialização e seguindo para o consumo final dos produtos, diminuindo assim a participação de empresas terceiras ao longo do processo. A formação desses grupos é representada na Figura 12.

Figura 12 – A formação dos grupos empresariais locais



Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

A respeito dos atacadistas distribuidores é muito importante abrir um parêntese para uma análise mais específica, independente de se tratar de empresas pertencentes ou não a grupos empresariais. Afinal, como bem analisa Carvalho (2019), eles são detentores da maior receita empresarial e representam atualmente o mais importante seguimento econômico do estado, com faturamento¹⁰⁹ superando inclusive o tradicional setor agroindustrial da cana-de-açúcar.

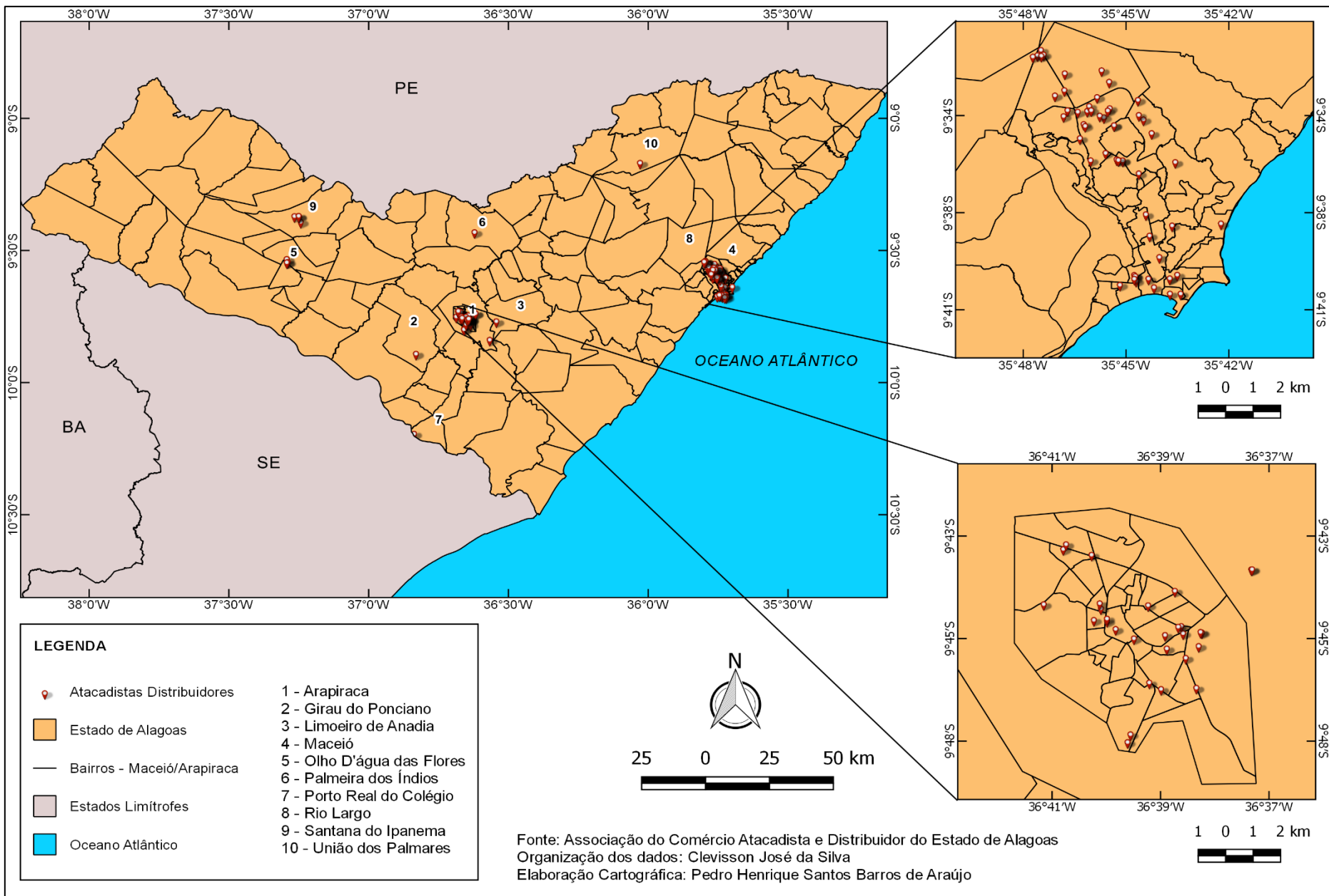
¹⁰⁸ Considera-se grupos originários de atacadistas distribuidores aqueles que se formaram a partir de atividades de distribuição como sendo as principais e que posteriormente iniciaram a realizar atividades fabris.

¹⁰⁹ Registre-se que o faturamento representa a soma de tudo o que uma empresa obtém em determinado período, sendo diferente do lucro da atividade.

O setor atacadista distribuidor em Alagoas é representado sobretudo pelo conglomerado de empresas reunidas na Associação do Comércio Atacadistas e Distribuidor do Estado de Alagoas (ACADEAL), entidade representativa do setor no estado e que concentra atualmente o número de 99 empresas. Destas, 57 estão localizadas em Maceió, 29 estão em Arapiraca, 4 em Santana do Ipanema, 3 em Olho d'Água das Flores, e outras 6 empresas em mais seis cidades: Girau do Ponciano, Limoeiro de Anadia, Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, Rio Largo e União dos Palmares.

Conforme as informações apresentadas no Mapa 8, é de grande destaque o caráter estratégico dos locais de instalação. A ocorrência das empresas atacadistas distribuidoras em Alagoas dar-se quase que exclusivamente nos principais centros do estado, e no caso das exceções em centros próximos a estes. Representando claramente a apropriação da capacidade de distribuição das principais cidades do estado, notadamente os polos de suas respectivas regiões geográficas imediatas.

Mapa 8 – Alagoas: capilaridade das empresas atacadistas distribuidoras



Uma das variáveis que mais se destaca é a proporção de capitais movimentados pelas empresas atacadistas distribuidoras. De acordo com os dados do Ranking ABAD/Nielsen 2020¹¹⁰, as 49 empresas alagoanas que participaram do ranking tiveram juntas um faturamento maior que 3,1 bilhões de reais em 2019¹¹¹, com destaque para as três maiores que sozinhas concentram aproximadamente 50% desse faturamento total. Vide na Tabela 5 as 20 maiores empresas do setor no estado, com detalhamento do município onde se localizam e seus respectivos faturamentos em 2019.

Tabela 5 – Alagoas: maiores empresas atacadistas distribuidoras

Ord.	Nome da Empresa	Local da Sede	Faturamento* (2019)
1.	Grupo Andrade Distribuidor	Arapiraca	613.848.172,45
2.	Distac	Maceió	476.265.591,51
3.	Asa Branca Distribuidor	Arapiraca	465.185.610,60
4.	Vieira Distribuidor	Arapiraca	183.404.743,98
5.	Distribuidora Sorriso (SPessoa)	Arapiraca	149.026.393,35
6.	UP Distribuidor	Maceió	100.610.601,15
7.	AM Comercial	Maceió	85.150.890,00
8.	Cunha Distribuidora	Palmeira dos Índios	85.494.267,87
9.	Popular Alimentos	Limoeiro de Anadia	77.365.803,75
10.	Pontual Distribuidor	Santana do Ipanema	74.742.759,00
11.	Maceió Distribuidora	Maceió	60.200.250,36
12.	Distribuidora Paris	Maceió	55.477.996,92
13.	Duellen Distribuidora	Maceió	50.000.000,00
14.	Dinâmica Distribuidor	Arapiraca	48.057.438,41
15.	Frinscal	Maceió	46.547.333,46
16.	Comercial Mascarenhas e Lins	Maceió	45.570.422,13
17.	Abreu e Silva Distribuidor	Olho d'Água das Flores	44.171.685,50
18.	Talento Distribuidora	Maceió	40.721.342,00
19.	Embalar Distribuidor	Rio Largo	36.705.205,46
20.	Oliveira e Silva Distribuidor	Santana do Ipanema	35.336.860,82

Fonte: ABAD (2020) e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/RFB. *em reais (R\$)

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

De acordo com os dados da Tabela 5 e como bem já analisa Oliveira, W. A. (2017), Maceió concentra a maior quantidade de empresas atacadistas distribuidoras, enquanto que

¹¹⁰ O Ranking ABAD/Nielsen refere-se a uma publicação conjunta da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD) e da Nielsen Company, realizada anualmente com base nos dados do ano imediatamente anterior, apresentando informações sistemáticos do setor de distribuição a nível de Brasil.

¹¹¹ Exatamente R\$ 3.126.101.867,58.

Arapiraca as maiores e principais empresas do setor, representando os dois principais centros de distribuição e também de consumo do estado. Assim, “o comércio atacadista de Alagoas fica agregado nos maiores centros urbano do Estado: Maceió e Arapiraca, mediante as necessidades de consumo urbano dessa população mais expressiva e se beneficiando das centralidades para a circulação de distribuição” (OLIVEIRA; MORAIS, 2017, p .2).

É de necessário destaque a importância de Arapiraca para o setor atacadista distribuidor, pois concentra a maioria das principais empresas do setor, que encontram no município as condições favoráveis à sua atuação em decorrência do alto poder de distribuição que o mesmo possui. São empresas com atuação em todo o estado de Alagoas, além de também atuarem em outros estados nordestinos, principalmente Pernambuco e Sergipe, onde também possuem filiais.

No caso de Arapiraca e também de Alagoas em geral, o maior destaque é para o Grupo Andrade, composto por quatro empresas (Andrade Distribuidor, Meta Distribuidor, Mafrios Distribuidora e Nossa Distribuidora), que além da sede em Alagoas (vide Figura 13) também possui instalações em Pernambuco e Sergipe. Representando de acordo com o Ranking ABAD/Nielsen 2020 a 34ª maior empresa de distribuição do Brasil, ocupando também o 10º lugar no ranking de maiores empresas do ramo atacadista distribuidor e de maiores empresa com frota própria do país. Além disso, é o 7º maior atacadista distribuidor do Nordeste, o maior de Alagoas, o melhor nos estados de Alagoas e Sergipe, e o segundo melhor em Pernambuco.

Figura 13 – Instalações do Grupo Andrade Distribuidor em Arapiraca/AL¹¹²



Fonte: Grupo Andrade Distribuidor. **Adaptação:** Clevisson José da Silva, 2020.

¹¹² Localizado às margens da AL-110, nº 1401, Zona Rural, Arapiraca/AL.

Voltando para a discussão central que mais interessa nesse momento, os grupos empresariais que envolvem processos fabris, verifica-se a presença de vários conglomerados dessa natureza na RGIA, concentrados de maneira incisiva no próprio polo da referida região. As informações coletadas na pesquisa de campo, realizada com diversas empresas dessa região, permitem a identificação de grupos empresariais locais envolvidos sobretudo com a indústria de alimentos, sendo representados em suas gêneses por pequenas iniciativas familiares, que na maioria dos casos alcançaram maiores dimensões a partir das concessões de incentivos governamentais.

A organização das instalações desses grupos é bastante variada, alguns possuem instalações em vários locais do mesmo município, outros em diversos municípios alagoanos, e ainda outros que também possuem instalações em outros estados nordestinos, sobretudo em Pernambuco e Sergipe. Vale destacar que são grupos originários no estado de Alagoas, de onde parte as ordens de atuação, representando iniciativas empresariais alagoanas com expansão recente para outros estados, limitadas – a grosso modo – a uma atuação regional.

Dentre os exemplos mais representativos, verifica-se o caso do Grupo Vieira, composto pelas seguintes empresas: Agroindustrial Vieira (*Produtos Tio Vieira* e *Produtos Jomart*), Mercantil Vieira (*Vieira Distribuidor*), Jotamar Distribuidor e Jomart Atacado, com sedes em Arapiraca e algumas com filiais em Aracaju/SE e Nossa Senhora do Socorro/SE, conforme apresenta a Tabela 6.

Tabela 6 - Empresas do Grupo Vieira

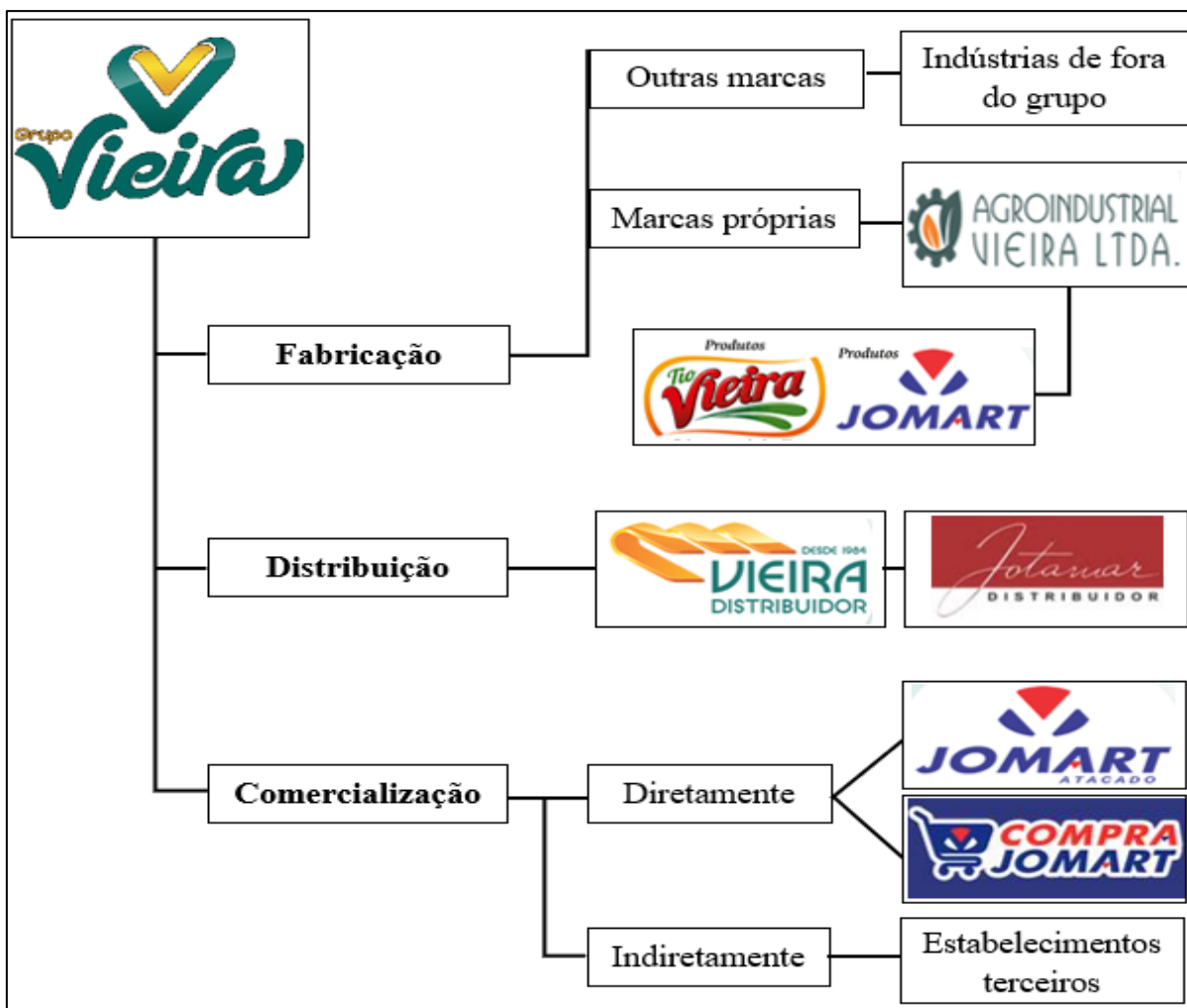
Empresa	CNPJ	Tipo	Local	Abertura	Atuação
Mercantil Vieira	04.928.281/0001-06	Matriz	Arapiraca/AL	2002	Comércio e Distribuição
Mercantil Vieira	04.928.281/0002-89	Filial	N. S. do Socorro/SE	2002	Comércio e Distribuição
Agroindustrial Vieira	16.644.245/0001-91	Matriz	Arapiraca/AL	2012	Fabricação
Jotamar Distribuidor	18.827.086/0001-96	Matriz	Arapiraca/AL	2013	Comércio e Distribuição
Comercial Jomart	13.152.804/0001-58	Matriz	Arapiraca/AL	2011	Comércio
Comercial Jomart	13.152.804/0002-39	Filial	Aracaju/SE	2014	Comércio

Fonte: Pesquisa de Campo e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/RFB.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

No caso do Grupo Vieira, verifica-se a presença de empresas envolvidas nas diversas etapas do setor produtivo, a Agroindustrial Vieira, que fabrica os produtos das marcas próprias *Tio Vieira* e *Jomart* está envolvida com processos de fabricação de alimentos, as empresas Jotamar Distribuidor e Mercantil Vieira estão envolvidas com processos de distribuição, já a Comercial Jomart (Jomart Atacado) está envolvida com processos de comercialização dos produtos, utilizando também o *Compra Jomart*, um aplicativo próprio de compras que representa uma importante incorporação de inovações tecnológicas. Ressalta-se que o referido grupo fabrica apenas uma pequena parcela dos produtos distribuídos e comercializados, adquirindo outros produtos de indústrias regionais, nacionais e internacionais; ou ainda, de indústrias locais, que fornecem produtos com as marcas próprias do grupo, como é o caso do *Vinagre Tio Vieira*, fabricado pela Indústrias Camarão. Vide na Figura 14 uma representação do funcionamento do Grupo Vieira.

Figura 14 – Organização do funcionamento do Grupo Vieira



Fonte: Pesquisa de Campo. (Imagens adquiridas nos sítios eletrônicos das empresas)

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

A análise da Figura 14 permite a interpretação do funcionamento do Grupo Vieira, onde a etapa da fabricação é realizada tanto pela Agroindustrial Vieira, que produz as marcas próprias do grupo, como também por outras indústrias externas ao grupo que fornecem produtos variados para distribuição. A segunda etapa diz respeito a distribuição das mercadorias fabricadas ou adquiridas, utilizando-se de duas empresas atacadistas distribuidoras do próprio grupo (Vieira e Jotamar), enquanto que a etapa da comercialização dar-se tanto de maneira direta, através do Jomart Atacado e do aplicativo de compras, como também por supermercados e estabelecimentos terceiros, que recebem os produtos das distribuidoras do grupo.

Esse grupo se formou a partir da atividade atacadista distribuidora como sendo a principal, iniciando ainda em 1984 com a *Vieira Distribuidora*, agregando novas atividades econômicas posteriormente e reestruturando os cadastros de pessoa jurídica a partir dos anos 2000. Atualmente produz e comercializa diversos produtos de marcas próprias, a exemplo de feijão, arroz, farinha de mandioca, flocão de milho, milho para pipoca e mungunzá, vinagres, coloríficos, alimentos para aves, lúmen e molhos diversos.

Outro exemplo desse tipo de organização empresarial na RGIA é o Grupo Popular, com sede administrativa em Arapiraca, unidade produtiva em Limoeiro de Anadia/AL e filiais em outros estados nordestinos. Representa um grupo com grande diversidade de registros de pessoas jurídicas junto à Receita Federal, com cadastros empresariais de deferentes naturezas em diversos municípios dos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Vide na Tabela 7 os registros de empresas pertencentes ao Grupo Popular.

As informações coletadas na pesquisa de campo apontam apenas para a existência de quatro unidades, duas instalações em Alagoas, uma em Pernambuco e outra em Sergipe, no entanto, o levantamento de cadastros de CNPJ aponta para a existência de dez registros em diferentes municípios desses estados. Essa organização cadastral representa uma fragmentação das atividades econômicas em diversos registros, “é uma estratégia que possibilita à empresa permanecer oficialmente como uma pequena atividade econômica, mesmo alcançando altos níveis de organização e capital, isso possibilita inclusive que a empresa escape da legislação imposta as grandes empresas” (SILVA, 2019, p. 102).

Tabela 7 - Empresas do Grupo Popular

Empresa	CNPJ	Tipo	Local	Abertura	Atuação
Indústria Alimentícia Popular	12.970.570/0001-93	Matriz	Limoeiro de Anadia/AL	1988*	Fabricação
Sorvete Maluquinho	06.336.194/0001-87	Matriz	Arapiraca/AL	2004	Fabricação
Comércio de Doces Popular	07.771.407/0001-61	Matriz	Arapiraca/AL	2005	Comércio
Indústria Alimentícia Popular	12.970.570/0003-55	Filial	Propriá/SE	2006	Mista
Indústria Alimentícia Popular	12.970.570/0005-17	Filial	Arapiraca/AL	2010	Mista
Indústria Alimentícia Popular	12.970.570/0006-06	Filial	Garanhuns/PE	2010	Mista
Beira Rio Comércio de Alimentos	13.448.285/0001-70	Matriz	Propriá/SE	2011	Comércio
Popular Distribuidor	18.817.821/0001-80	Matriz	Garanhuns/PE	2013	Distribuição
Distribuidora Popular de Alimentos	19.653.622/0001-47	Matriz	Limoeiro de Anadia/AL	2014	Distribuição
Indústria Alimentícia Betti	19.797.484/0001-70	Matriz	Arapiraca/AL	2014	Fabricação
Indústria Campo Verde	19.950.277/0001-03	Matriz	Arapiraca/AL	2014	Fabricação
Comercial Popular de Alimentos	28.663.040/0001-32	Matriz	Garanhuns/PE	2017	Comércio

Fonte: Pesquisa de Campo e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/RFB.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Nota: *Fundada originalmente em 1974 em Arapiraca, como Fabrica de Doces Popular.

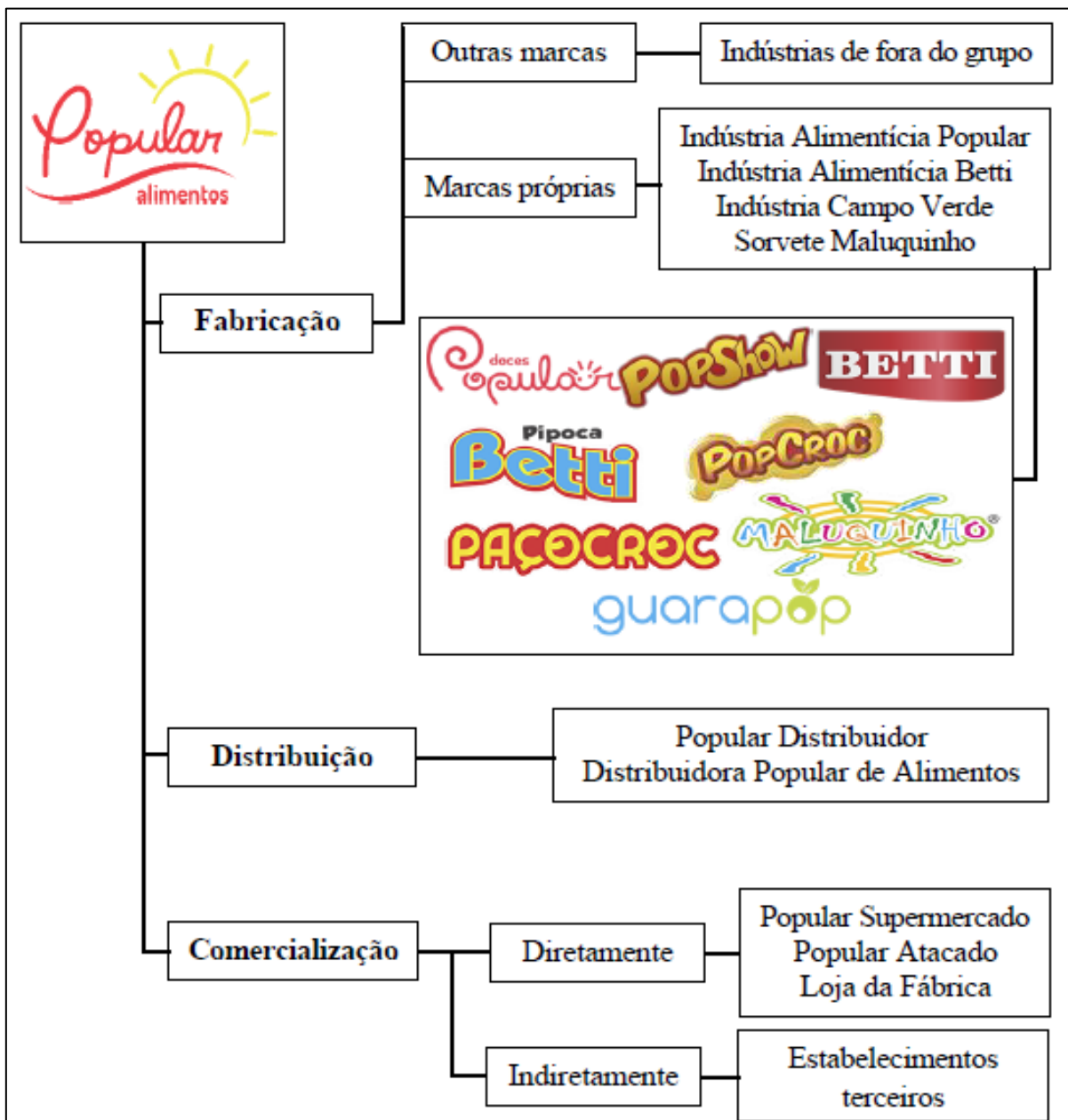
De todo modo, o que mais interessa destacar é que o grupo possui instalações próprias nesses três estados nordestinos, ligadas às diferentes etapas do processo produtivo, seja de fabricação, de distribuição ou de comercialização. Representa por tanto, um grupo que controla praticamente todo a sua atuação a partir da ativação de empresas próprias que executam as atividades seguintes à industrialização.

O Grupo Popular se originou a partir da atividade principal da fabricação de alimentos, ativando posteriormente empresas para distribuir e comercializar os produtos fabricados. Representa um dos principais conglomerados empresariais da RGIA, iniciando suas atividades ainda em 1974 e alcançando atualmente uma atuação em toda a região Nordeste do Brasil, oferecendo um mix variado de produtos, principalmente de doces e salgados.

Sendo um grupo em que a atividade principal é a fabricação de produtos, a organização do funcionamento do mesmo representa muito bem essa característica, possuindo um maior foco na etapa de fabricação que nas etapas de distribuição e comercialização. A Figura 15 representa o funcionamento básico do Grupo Popular, onde é verificável uma grande

quantidade de marcas próprias, fabricando produtos diversos que são também comercializados e distribuídos pelo mesmo grupo.

Figura 15 – Organização do funcionamento do Grupo Popular



Fonte: Pesquisa de Campo. (Imagens adquiridas no sítio eletrônico da empresa)

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Conforme apresenta a Figura 15, o Grupo Popular está envolvido principalmente na fabricação de produtos alimentícios, possuindo quatro registros de empresas que realizam as atividades fabris. Ademais, também possui empresas envolvidas com a distribuição e comercialização dos produtos, com dois registros de empresas atacadistas distribuidoras e três de empresas que realizam a comercialização dos produtos, marcadamente supermercados,

atacados e lojas da fábrica. Destaca-se que a atividade de distribuição do grupo possui grande expressão, representando a 9º maior empresa do setor no estado.

O Grupo Zezinho Galdino é outro importante grupo empresarial com sede em Arapiraca, sendo representado basicamente pela IVC Alimentos e Bebidas (Indústrias Camarão) e pela Real Arapiraca (vide Tabela 8), que representam duas importantes empresas da região em estudo. A Indústrias Camarão, que atua desde 1949, está envolvida na produção principalmente de vinagres, molhos, condimentos e da cerveja artesanal com a marca *DeLaCruz*, incorporada recentemente a partir de uma sociedade que permitiu inclusive a abertura de uma filial em Campina Grande/PB, além da fabricação de suas próprias embalagens. Já a Real Arapiraca, fundada em 1983, está envolvida de maneira mais direta com a prestação de serviços, atuando no transporte urbano coletivo, em fretamentos turísticos, em mídia exterior com serviços de comunicação visual, além de serviços de mecânica pesada que atende principalmente as necessidades do próprio grupo.

Tabela 8 - Empresas do Grupo Zezinho Galdino

Empresa	CNPJ	Tipo	Local	Abertura	Atuação
IVC Alimentos e Bebidas	13.647.785.0001-30	Matriz	Arapiraca/AL	2011*	Fabricação
IVC Alimentos e Bebidas	13.647.785.0002-11	Filial	Campina Grande/PB	2019	Mista
Real Arapiraca Viação	08.641.679.0001-10	Matriz	Arapiraca/AL	1983	Serviços

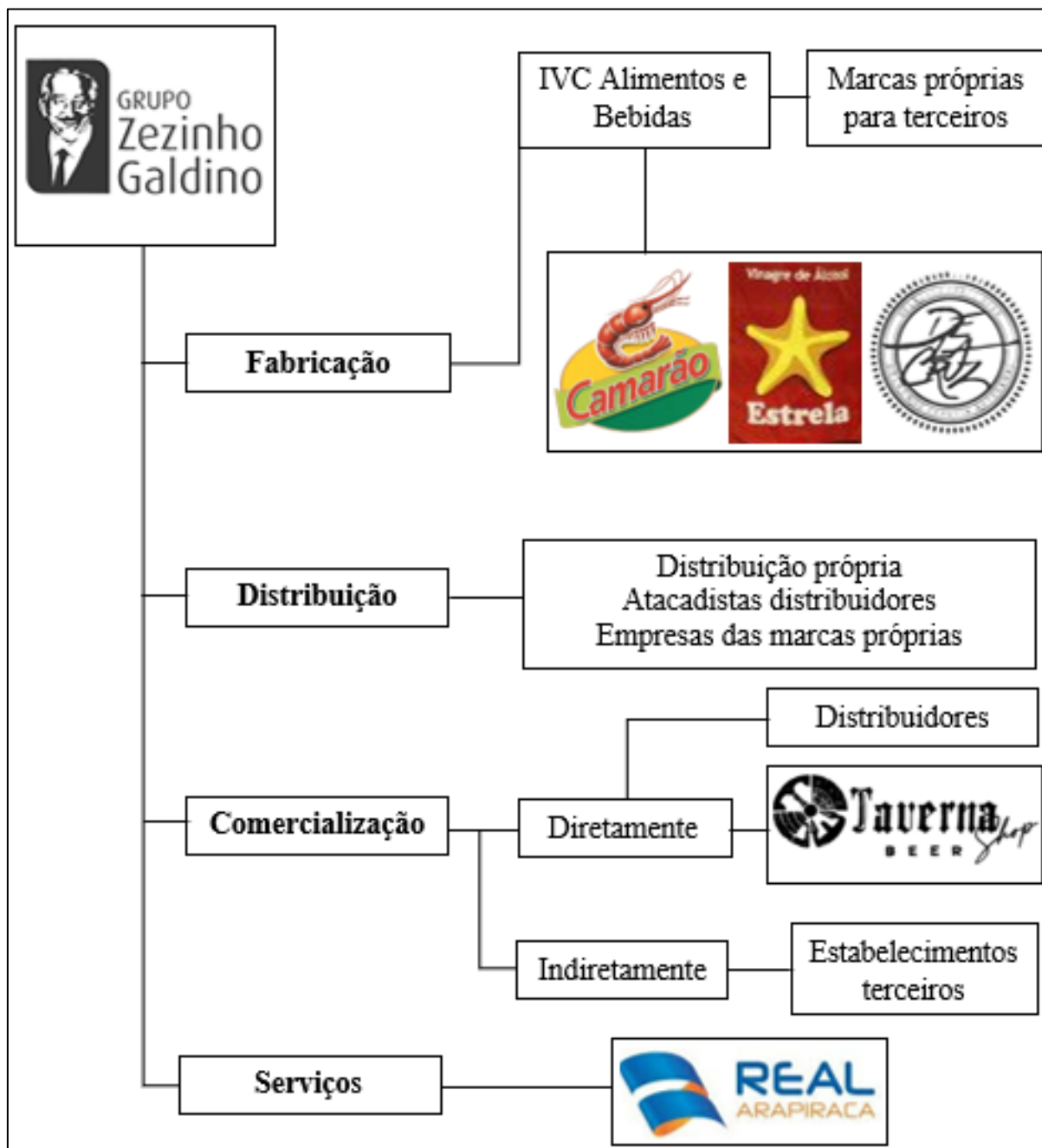
Fonte: Pesquisa de Campo e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/RFB.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Nota: *Fundada originalmente em 1949 como Fábrica Camarão.

No caso da Indústrias Camarão vale destacar uma característica importante em suas estratégias de atuação, a empresa trabalha com a fabricação de produtos de marcas próprias para empresas terceiras, sendo inclusive o foco de atuação, permitindo a inserção de seus produtos em diversos espaços do mercado regional, tanto através de marcas alagoanas (Tio Vieira, Produtos Líder, etc.) como de marcas de outros estados nordestinos, como do Pará por exemplo (Carlito, Milla, Gama Lopes, Sabor do Pará, Princesa do Pará, etc.). A estratégia funciona da seguinte forma: a Indústrias Camarão produz sob encomenda produtos de seu mix e rotula com a marca da empresa contratante que é responsável pelo comércio e distribuição dos mesmos. A mesma estratégia também é utilizada por outras indústrias da RGIA, é o caso da Berlu Alimentos, que produz por exemplo vinagre para as marcas alagoanas *Special Alimentos* e *Vinagre Ostra*. Vide na Figura 16 o funcionamento desse grupo.

Figura 16 – Organização do funcionamento do Grupo Zezinho Galdino



Fonte: Pesquisa de Campo. (Imagens adquiridas nos sítios eletrônicos das empresas)

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Conforme apresenta a Figura 16, o Grupo Zezinho Galdino não possui empresas envolvidas com todas as etapas do setor produtivo, atuando principalmente na fabricação e no comércio atacadista, além de também prestar serviços de transporte. A representação do funcionamento do grupo aponta que a etapa da fabricação se dá exclusivamente pelo registro empresarial da IVC Alimentos e Bebidas, produzindo tanto para as marcas de empresas

terceiras, quanto para as marcas do próprio grupo, como é o caso dos produtos *Camarão*, *Estrela* e também a cerveja artesanal *DeLaCruz*.

Na etapa da distribuição, o grupo não possui nenhum registro específico de empresa para esse tipo de atividade, realizando-a a partir de atacadistas distribuidores, das empresas terceiras que adquirem produtos rotulados com suas marcas próprias e também utilizando veículos próprios. Já na etapa da comercialização, o grupo vende seus produtos diretamente para distribuidores ou através de sua filial em Campina Grande/PB que realiza comércio atacadista, e ainda indiretamente para empresas terceiras. No caso da cerveja *DeLaCruz* o grupo conta com um estabelecimento próprio de comércio, a *Taverna Beer Shop*. Além disso, como já destacado o grupo também atua na prestação de serviços com a empresa Real Arapiraca.

Outro grupo arapiraquense de participação muito forte é o Grupo Coringa, representando um dos mais tradicionais conglomerados industriais de Alagoas. É constituído basicamente por cinco registros empresariais na Receita Federal, sendo dois deles do tipo matriz e os outros três do tipo filial; diferente de outros grupos dessa região, que possuem registros de diversas empresas do tipo matriz, este possui um registro que concentra quase que a totalidade das atividades desenvolvidas pelo grupo, a Indústrias Reunidas Coringa.

Mesmo possuindo cinco registros, o grupo concentra as atividades em dois complexos industriais, o principal em Arapiraca onde estão os dois registros de matriz do grupo, e outra em Luiz Eduardo Magalhães/BA, registrada como filial, onde é processado a maior parte do milho usado na fabricação dos alimentos derivados, ainda existem outros dois registros de filiais da Indústrias Reunidas Coringa, um da Fazenda Coringa em São Desidério/BA e outro de uma sala comercial em Bom Conselho/PE. Vide os registros empresariais do Grupo Coringa na Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 - Empresas do Grupo Coringa

Empresa	CNPJ	Tipo	Local	Abertura	Atuação
Indústrias Reunidas Coringa	12.213.443/0001-40	Matriz	Arapiraca/AL	1975	Mista
Indústrias Reunidas Coringa	12.213.443/0005-73	Filial	São Desidério/BA	2001	Fabricação
Indústrias Reunidas Coringa	12.213.443/0006-54	Filial	Bom Conselho/PE	2002	Comércio e Distribuição
Indústrias Reunidas Coringa	12.213.443/0007-35	Filial	Luís Eduardo Magalhães/BA	2008	Mista
INCOFORTE	20.997.850/0001-13	Matriz	Arapiraca/AL	2014	Mista

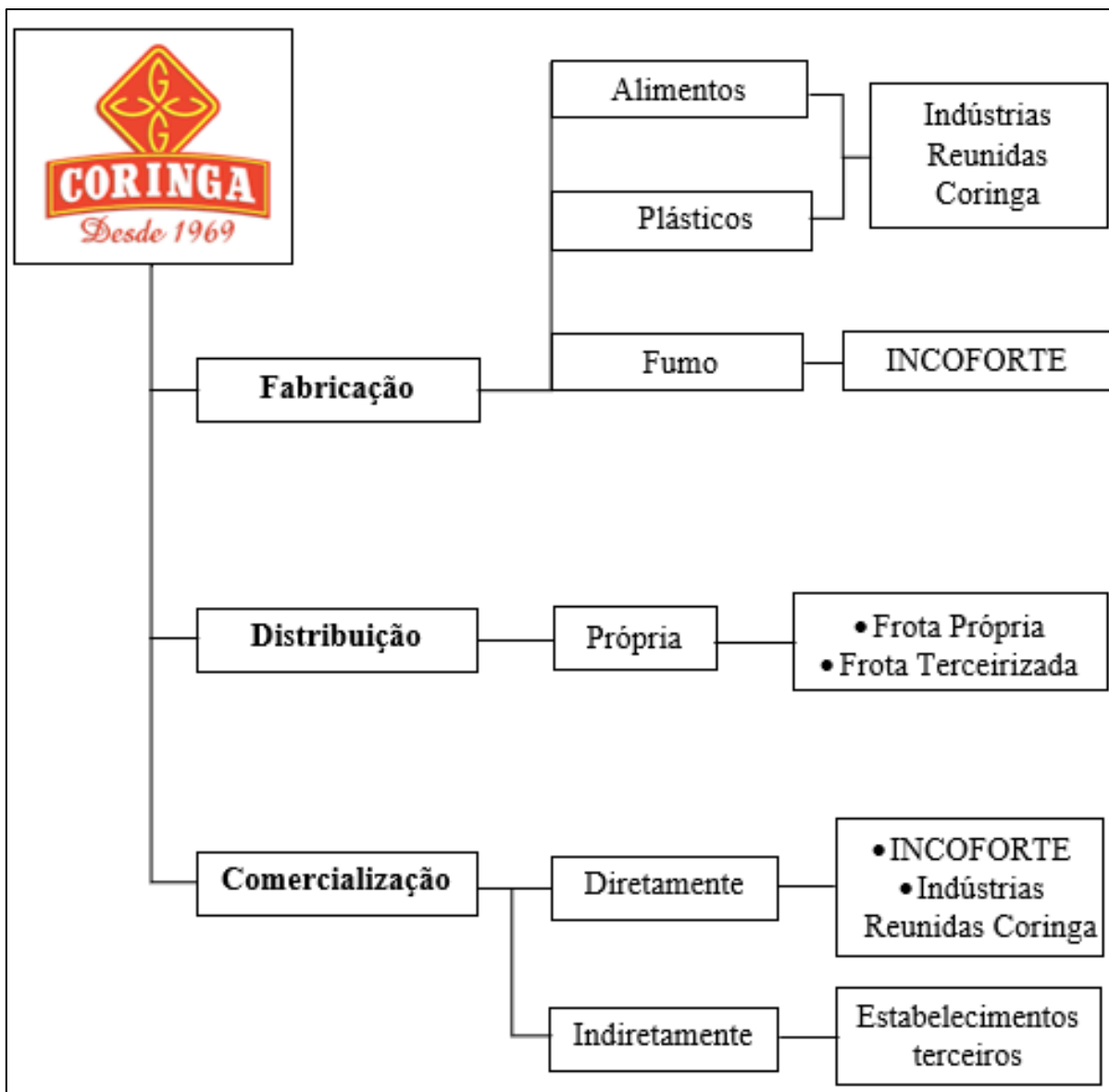
Fonte: Pesquisa de Campo e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/RFB.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

As diversas indústrias adquiridas ao longo dos anos, como as indústrias de café, de fumo, de farinha de milho e de colorífico foram reunidas no Grupo Coringa, que atualmente trabalha com três principais ramos de produção: o de alimentos, o de plásticos e o de fumo. O principal deles é o ramo alimentício, que fabrica produtos derivados principalmente de milho, arroz, café, coco, trigo, frutas e especiarias; o ramo de plásticos está voltado para a produção de embalagens, atendendo tanto a própria demanda do grupo como também a de importantes empresas da região com a marca *Coringa Embalagens*; já o ramo de fumo, que é realizado pelo registro da INCOFORTE, está voltado para a processamento do fumo e fabricação de produtos derivados do mesmo, utilizando a marca *Extra Forte*.

Conforme se verifica na Figura 17, o funcionamento do Grupo Coringa parte de processos de fabricação como sendo as atividades principais, realizadas simultaneamente pelas Indústrias Reunidas Coringa e pela INCOFORTE; em referência a parte de distribuição, esta é realizada pelas empresas do próprio grupo, utilizando-se tanto de frota própria quando também terceirizada; já a comercialização acontece principalmente em duas vertentes, diretamente pelas indústrias do grupo que também realizam comércio atacadista e varejista e indiretamente por estabelecimentos terceiros, sendo a produção direcionada principalmente para comerciantes, redes de supermercados e atacadistas que fazem o produto chegar aos consumidores finais. O grupo destina sua produção tanto para o estado de Alagoas e outros estados do Nordeste, como também para outras regiões do Brasil, atingindo um grande alcance espacial.

Figura 17 – Organização do funcionamento do Grupo Coringa



Fonte: Pesquisa de Campo. (Imagem adquirida no sítio eletrônico da empresa)

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Além dos grupos já referidos, o Grupo SPessoa é outro com participação expressiva na economia da RGIA, sendo constituído por sete empresas conforme se verifica na Tabela 10, sendo elas: a Special Alimentos, envolvida com industrialização; a SPessoa Distribuidora, a Distribuidora Sorriso e a EVK Transportadora, envolvidas com distribuição e logística; e ainda a SPessoa Embalagens e o Azul Atacarejo, envolvidos com o comércio atacadista e varejista. Deste modo, o grupo possui empresas envolvidas nas diversas etapas do processo produtivo, com empresas que fabricam e distribuem, e outras que comercializam produtos, não somente aqueles produzidos pelo grupo, como também de diversas empresas e marcas regionais, nacionais e internacionais.

Tabela 10 - Empresas do Grupo SPessoa

Empresa	CNPJ	Tipo	Local	Abertura	Atuação
Distribuidora Sorriso	04.823.214/0001-19	Matriz	Arapiraca/AL	2001	Comércio e Distribuição
SPessoa Distribuidor	04.823.214/0002-08	Filial	Arapiraca/AL	2004	Comércio e Distribuição
SPessoa Embalagens	04.823.214/0003-80	Filial	Arapiraca/AL	2011	Comércio
SPessoa Distribuidor	04.823.214/0004-61	Filial	Maceió/AL	2011	Comércio e Distribuição
EVK Transportadora	14.295.598/0001-06	Matriz	Maceió/AL	2011	Transporte de Carga
Special Alimentos	04.823.214/0005-42	Filial	Arapiraca/AL	2012	Fabricação
Azul Atacarejo	29.457.887/0001-23	Matriz	Arapiraca/AL	2018	Comércio

Fonte: Pesquisa de Campo e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/RFB.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

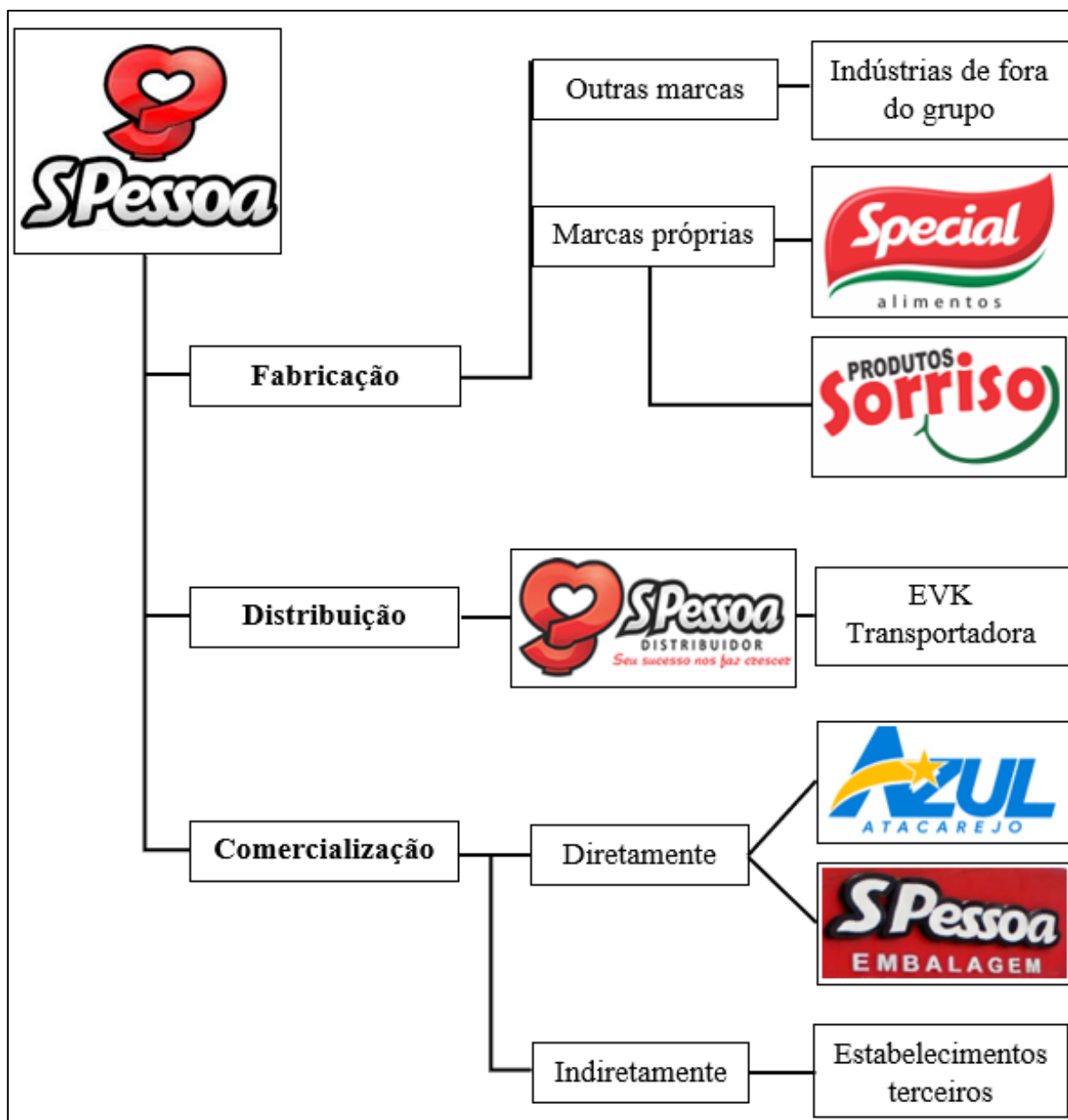
O grupo formou-se a partir da atividade comercial atacadista distribuidora e ao se fortalecer no mercado iniciou a ativação de empresas de fabricação e comercialização, abrindo em 2012 a Special Alimentos que atua na fabricação principalmente de biscoitos e bolachas, e em 2018 uma ampla loja do recentemente fundado Azul Atacarejo, com capital social de mais de 17 milhões de reais, de acordo com o registro na Receita Federal.

Conforme se verifica na Figura 18, a organização do funcionamento do Grupo SPessoa expressa que o mesmo adquire produtos fabricados tanto por empresas externas a ele, como também realiza a fabricação de produtos alimentícios, com as marcas *Special Alimentos* e *Produtos Sorriso*, ressaltando-se que alguns produtos das marcas do grupo são fabricados por outras empresas da região de Arapiraca, que oferecem serviços de fabricar um certo produto e rotular com marcas terceiras. Exemplo disso é o *Vinagre Special* que é originalmente fabricado pela indústria Berlu Alimentos e que curiosamente utiliza embalagens adquiridas no Grupo Coringa.

A respeito do processo de distribuição, o grupo utiliza-se de duas empresas próprias, a SPessoa Distribuidor que atua no ramo atacadista e a MVK Transportadora atuando no transporte de cargas e em serviços logísticos. Já no que se refere aos processos de comercialização, os produtos são vendidos tanto por estabelecimentos terceiros como também por duas empresas do próprio grupo, a SPessoa Embalagens e o Azul Atacarejo, que comercializam tanto produtos de fabricação própria como também uma grande diversidade de produtos adquiridos em empresas de atuação ampla no Brasil e no mundo através da atividade

atacadista distribuidora. Logo, o Grupo SPessoa se configura como um dos principais e mais completos da RGIA, possuindo empresas que ao realizarem as principais etapas de produção, distribuição e comércio oferecem ao grupo um controle mais eficiente de toda sua atuação no mercado local e regional.

Figura 18 – Organização do funcionamento do Grupo SPessoa



Fonte: Pesquisa de Campo. (Imagem adquirida nos sítios eletrônicos das empresas)

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Nessa abordagem dos principais grupos empresariais da região de Arapiraca, outro que não pode deixar de ser analisado é o Grupo Asa Branca, composto por um grande número de registros na Receita Federal (vide Tabela 11), mas que pode ser resumido como integrado pelas

seguintes empresas: Asa Branca Industrial, Comercial e Importação; Indústria Compostela; MS LOG; Cose Trading Importação e Exportação; e Maceió Distribuidora. Representa um grupo que se originou a partir da atividade atacadista distribuidora e que atualmente também fabrica produtos alimentícios diversos com marcas próprias.

Tabela 11 - Empresas do Grupo Asa Branca

Empresa	CNPJ	Tipo	Local	Abertura	Atuação
Asa Branca	03.636.036/0001-54	Matriz	Arapiraca/AL	2000	Mista
Asa Branca	03.636.036/0003-16	Filial	N. S. do Socorro/SE	2003	Comércio e Distribuição
Asa Branca	03.636.036/0006-69	Filial	Arapiraca/AL	2004	Fabricação
Asa Branca	03.636.036/0007-40	Filial	Arapiraca/AL	2006	Comércio e Distribuição
Asa Branca	03.636.036/0009-01	Filial	Maceió/AL	2008	Comércio e Distribuição
Asa Branca	03.636.036/0011-26	Filial	Arapiraca/AL	2011	Comércio e Distribuição
Asa Branca	03.636.036/0013-98	Filial	Arapiraca/AL	2012	Transporte de Carga
Asa Branca	03.636.036/0014-79	Filial	Arapiraca/AL	2012	Comércio e Distribuição
Asa Branca	03.636.036/0015-50	Filial	N. S. do Socorro/SE	2014	Comércio e Distribuição
Asa Branca	03.636.036/0016-30	Filial	Arapiraca/AL	2015	Fabricação
Cose Trading	03.636.036/0018-00	Filial	Maceió/AL	2018	Comércio e Distribuição
Asa Branca	03.636.036/0019-83	Filial	Maceió/AL	2020	Serviços
Asa Branca	03.636.036/0020-17	Filial	Arapiraca/AL	2020	Comércio e Distribuição
Asa Branca	03.636.036/0021-06	Filial	Arapiraca/AL	2020	Comércio e Distribuição
Indústria Compostela	26.479.090/0001-39	Matriz	Arapiraca/AL	2016	Fabricação
MS LOG	06.171.493/0001-09	Matriz	Arapiraca/AL	2004	Transporte de Carga
MS LOG	06.171.493/0002-90	Filial	Goiânia/GO	2005	Transporte de Carga
MS LOG	06.171.493/0003-70	Filial	Aparecida de Goiânia/GO	2007	Transporte de Carga
MS LOG	06.171.493/0004-51	Filial	Maceió/AL	2008	Transporte de Carga
MS LOG	06.171.493/0005-32	Filial	N. S. do Socorro/SE	2012	Transporte de Carga
Maceió Distribuidora	11.812.061/0001-70	Matriz	Maceió/AL	2010	Comércio e Distribuição
Maceió Distribuidora	11.812.061/0003-31	Filial	Maceió/AL	2016	Comércio e Distribuição

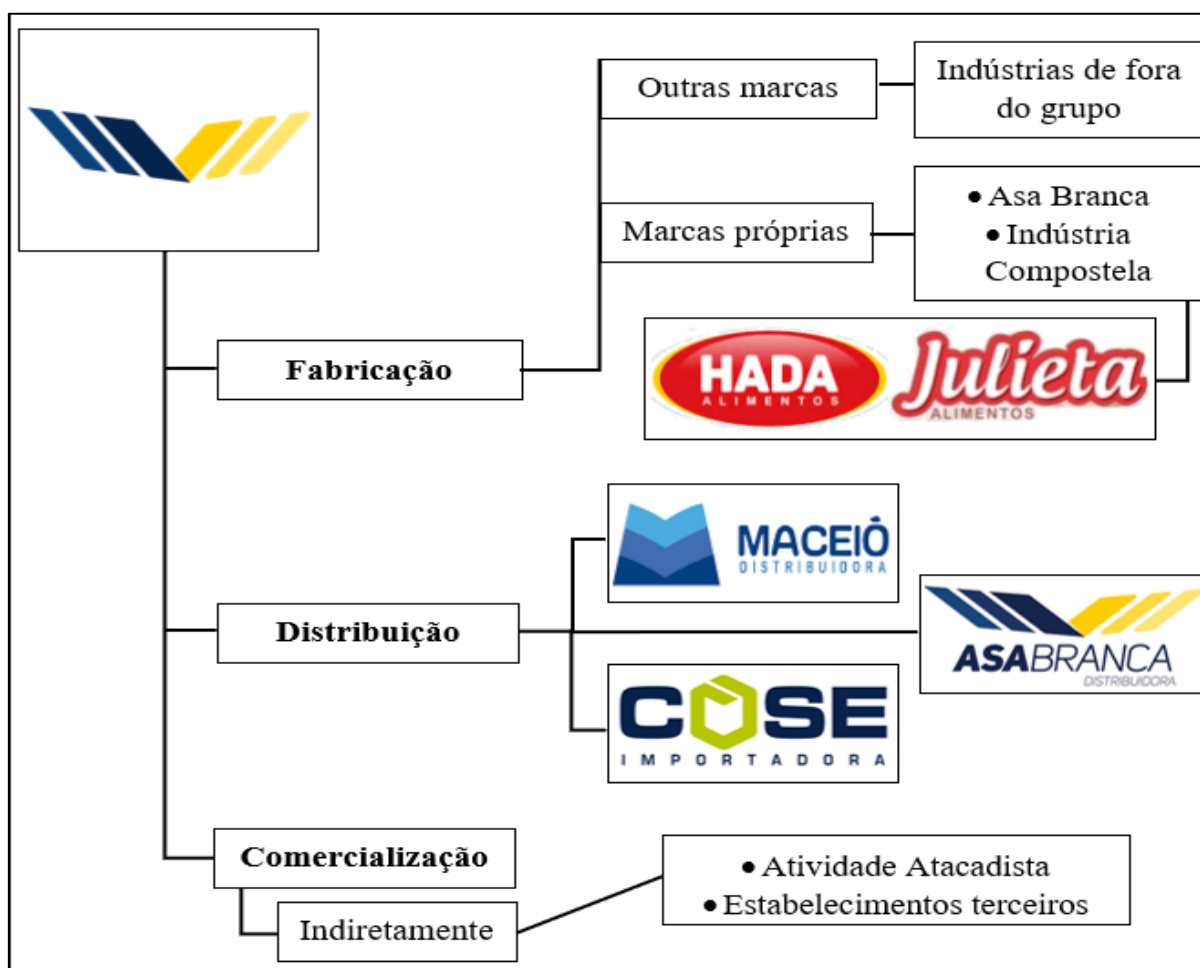
Fonte: Pesquisa de Campo e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/RFB.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Conforme apresentado na Tabela 11, foram identificados um total de 22 registros empresariais do grupo junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal, mesmo que, como se verificou na pesquisa de campo, muitos desses registros representem empiricamente uma única empresa, refletindo assim uma manobra fiscal legal para reduzir o pagamento de impostos, utilizada também por outros grupos e indústrias da região analisada.

A atuação desse grupo é voltada para atividades de fabricação e de distribuição, não sendo identificado nenhum registro de estabelecimento que realize atividades de comercialização de maneira específica, a atuação no comércio dar-se exclusivamente na atividade comercial atacadista distribuidora. Nesse sentido, como apresenta a Figura 19, as atividades de fabricação do grupo são realizadas pelos registros da Indústria de Alimentos Compostela e da Asa Branca Industrial, Comercial e Importação, que produzem com as marcas *Hada* e *Julieta*.

Figura 19 – Organização do funcionamento do Grupo Asa Branca



Fonte: Pesquisa de Campo. (Imagens adquiridas nos sítios eletrônicos das empresas)

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

As atividades de distribuição são as principais desse grupo, sendo realizadas pelas empresas Asa Branca Distribuidora, Maceió Distribuidora, MS LOG, e Cose Trading Importação e Exportação, distribuindo os produtos fabricados pelo próprio grupo e também aqueles adquiridos de diversas empresas dos mercados nacional e internacional, trabalhando em todo o processo de logística até os produtos chegarem ao consumidor final e utilizando-se de modernos sistemas de controle de estoque, que permitem prever com antecedência hábil a falta de produtos nos estabelecimentos que é fornecedor. Já no tocante as atividades de comercialização, o grupo não possui nenhum registro específico de venda direta ao consumidor, atuando apenas como atacadista distribuidor.

Por fim, ainda se faz necessário a análise do Grupo Imprima, que representa um importante conglomerado de empresas na região analisada, atuando principalmente em atividades de fabricação e prestação de serviços de comunicação. Como apresenta a Tabela 12, fazem parte desse grupo ao menos 12 registros empresariais, entre aquelas do tipo matriz e os do tipo filial, podendo serem sintetizados nas seguintes empresas: Indústria e Comércio de Fumos Super Bom (INCOFUSBOM), Imprima Indústria de Garrafas Plásticas, Indústria e Comércio de Fumos Sempre Bom, Indústria de Transformação de Plásticos Reciclados (Arco-íris), Indústria Transformadora de Resíduos Plásticos (TRANSPLAS) e Sistema Integrado de Comunicação Novo Nordeste (SICONN), formado por Rádio Imprima FM, Rádio Novo Nordeste FM, Rádio Nova FM e Portal de Notícias NN1.

Representa um grupo de desenvolve atividades econômicas diversificadas, passando pelo processamento e fabricação de produtos do fumo, fabricação de produtos diversos de plásticos e expandindo-se também para serviços de comunicação, com importantes rádios da região, portal de notícias e ainda um aplicativo (o NN Play) de acesso aos conteúdos audiovisuais do grupo.

No que se refere a atividades envolvidas com a industrialização, o grupo conta com seis registros, sendo quatro de empresas relacionadas com fabricação de produtos derivados de plásticos e outros dois registros daquelas que trabalham com produtos derivados de fumo. No que diz respeito a distribuição e transporte de carga, o grupo não possui nenhum registro específico para tal atividade, sendo realizada por veículos próprios das empresas de fabricação e ainda com a utilização de serviços de empresas distribuidoras terceiras. Sobre o processo de comercialização, o grupo também não possui registros próprios para atividades dessa natureza, sendo realizado através do comércio atacadista do próprio grupo ou por estabelecimentos não pertencentes ao grupo.

Tabela 12 - Empresas do Grupo Imprima

Empresa	CNPJ	Tipo	Local	Abertura	Atuação
INCOFUSBOM Fumo Super Bom	12.223.392/0001-37	Matriz	Arapiraca/AL	1973	Mista
Imprima Ind. Garrafa Plástica	11.905.882/0001-50	Matriz	Arapiraca/AL	1986	Fabricação
Imprima Garrafas Plástica	11.905.882/0002-31	Filial	Palmeira dos Índios/AL	1989	Comércio e Distribuição
Rádio Nova FM	58.952.649/0001-92	Matriz	Arapiraca/AL	1988	Serviços
Rádio Imprima FM	01.873.804/0001-68	Matriz	Arapiraca/AL	1997	Serviços
Rádio Imprima FM	01.873.804/0002-49	Filial	Teotônio Vilela/AL	2013	Serviços
Fumo Sempre Bom	03.649.034/0001-08	Matriz	Arapiraca/AL	2000	Fabricação e Distribuição
Arco-íris Rádio e Televisão	11.297.970/0001-17	Matriz	Arapiraca/AL	2009	Serviços
Indústria de Reciclados	12.639.651/0001-05	Matriz	Arapiraca/AL	2010	Fabricação
TRANSPLAS	20.301.711/0001-03	Matriz	Arapiraca/AL	2014	Fabricação
Rádio Novo Nordeste	35.635.358/0001-75	Matriz	Arapiraca/AL	1991	Serviços
Portal de Notícias NN1	31.540.926/0001-01	Matriz	Arapiraca/AL	2018	Serviços

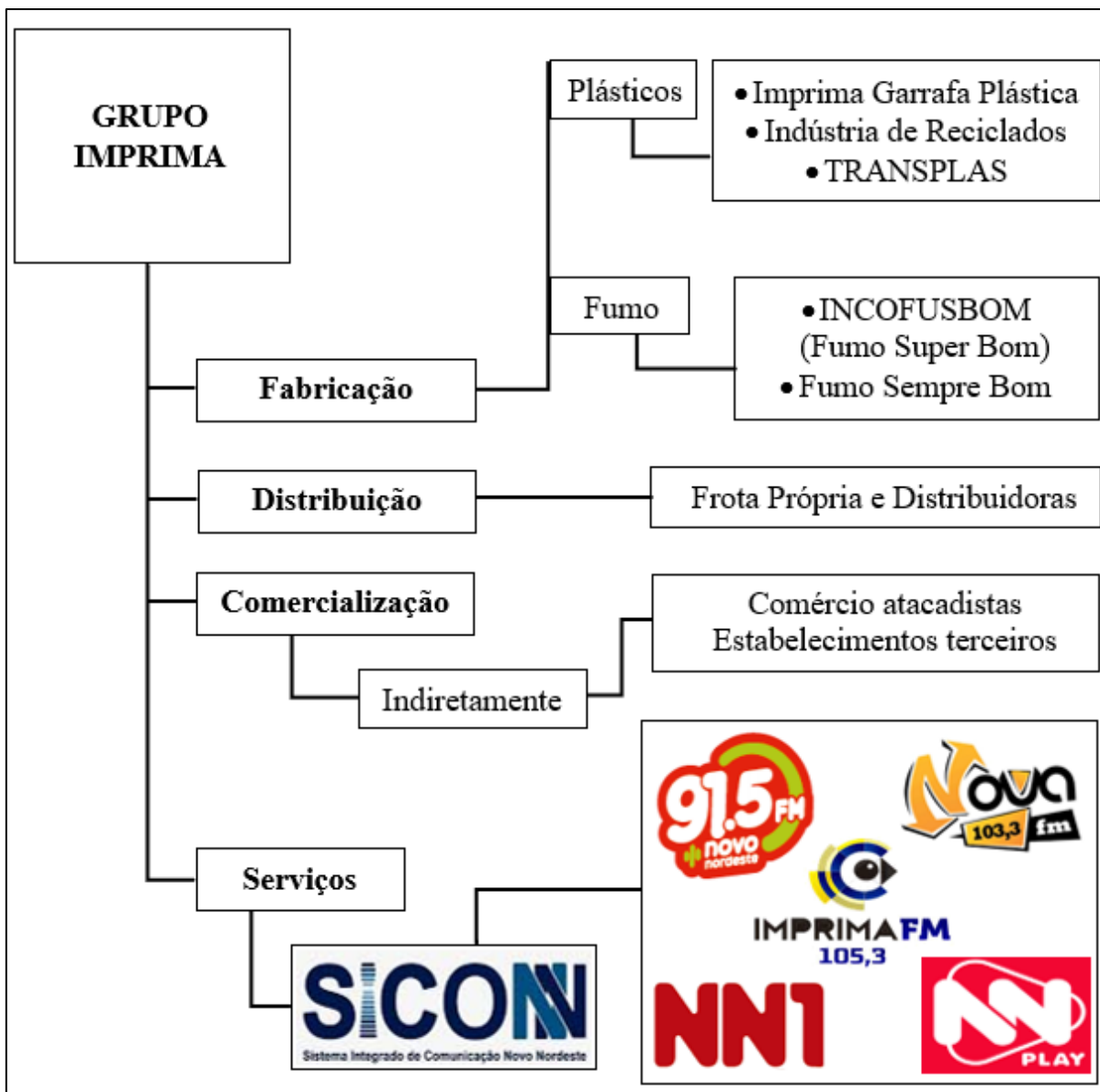
Fonte: Pesquisa de Campo e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/RFB.

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Conforme se verifica na estrutura cadastral apresentada na Tabela 12, o Grupo Imprima se diferencia dos demais grupos analisados por ter registros envolvidos em atividades distintas e muitas delas não diretamente relacionadas, atuando com forte presença na fabricação de produtos e na prestação de serviços de comunicação e não apresentando uma atuação direta com as atividades de distribuição e comercialização.

Como apresentado na Figura 20, o funcionamento desse grupo está organizado da seguinte maneira: fabrica produtos derivados de plásticos e de fumo com suas cinco empresas industriais, realiza a distribuição de sua produção a partir de veículos próprios e também com uso de serviços de distribuidoras de fora do grupo, a parte da comercialização não é realizada diretamente pelo grupo, sendo os produtos vendidos para comerciantes e estabelecimentos terceiros que fazem os produtos chegarem aos consumidores finais. Por fim, o grupo também realiza, de maneira muito forte, a prestação de serviços de comunicação, possuindo o SICONN, que reuni as mais importantes rádios da região, uma delas com mais de 40 anos de existência.

Figura 20 – Organização do funcionamento do Grupo Imprima



Fonte: Pesquisa de Campo. (Imagens adquiridas nos sítios eletrônicos das empresas)

Elaboração: Clevisson José da Silva, 2020.

Portanto, a análise desses sete grupos identificados na pesquisa de campo permite uma melhor compreensão dessas novas organizações empresariais na RGIA, que conforme as estratégias de formação dos grupos analisados, representa uma nova tendência das empresas que alcançam sucesso em suas atividades, abrindo novos registros empresariais e se organizando em grupos controlados por famílias locais. Isso se verifica tanto com as empresas industriais, se expandindo também para atividades de distribuição, comércio e serviços, como também com as empresas comerciais (marcadamente os atacadistas distribuidores no caso analisado) que se expandem principalmente para atividades fabris.

Como ficou evidente nos casos investigados, esses grupos possuem sede em Arapiraca, mas também possuem empresas e filiais instaladas tanto em outros municípios alagoanos, como também de outros estados do Nordeste e de outras regiões do Brasil, representando um processo de crescimento dos grupos, com instalação de estabelecimentos que auxiliam no atendimento do mercado regional em que atua, potencializando ainda mais suas capilaridades.

A presença desses grupos foi verificada com grande incidência na RGIA, sendo esses os casos analisados. No entanto, também se verificou a existência de grupos locais em outras regiões do estado, mesmo que menos incidentes e de menores dimensões, não sendo aqui analisados por não serem objeto da presente investigação, um exemplo disso é o Grupo Cunha com sede em Palmeira dos Índios/AL, formado ao menos pelas empresas Cunha Distribuidor e Avant Atacarejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A industrialização é prática espacial materializada no território e representa um processo econômico de importância singular no desenvolvimento dos lugares, por isso é tema recorrente de investigações científicas, sobretudo nas ciências humanas e sociais, que buscam meios de desenvolver a indústria de forma mais eficiente. Logo, as atividades produtivas dos territórios com dificuldades econômicas acentuadas são de uma importância ainda mais expressiva, pois representam também uma possibilidade de maior dinâmica ao território.

Conforme analisado, o estado de Alagoas possui uma formação histórica marcada pela presença da monocultura da cana-de-açúcar que impediu a diversificação produtiva de seu território. As marcas profundas do latifúndio permanecem presentes em sua atual configuração, dificultando ainda mais o crescimento de novas atividades na economia local, principalmente na zona canavieira do estado, detentora dessas características de maneira mais acentuada.

No entanto, a presença de novas dinâmicas é percebida no início do século XXI, com mudanças significativas nas condições econômicas e sociais do estado a partir dos anos 2000, são dinâmicas ligadas a uma ampla quantidade de atividades econômicas com importantes graus de participação no contexto local, principalmente no interior alagoano, a exemplo das atividades comerciais varejistas e de distribuição atacadista, prestação de serviços públicos e particulares, produção agrícola e também as indústria de caráter local.

Realçando ainda mais a relação direta do processo de urbanização com o de industrialização, a análise da atual organização da rede urbana aplicada à concentração industrial permitiu verificar que os centros mais bem posicionados na hierarquia urbana alagoana são também os principais centros industriais, marcadamente aqueles que representam os centros polos de cada região imediata do estado. A densidade de indústrias nesses centros é justificada também pela disposição das condições favoráveis à instalação industrial, quer dizer, principalmente oferta de matérias-primas, força de trabalho, infraestrutura, condições normativas e mercado consumidor ativo.

Logo, a organização espacial da indústria alagoana reflete as desigualdades presentes em cada recanto de seu território, permitindo a ocorrência de zonas mais densamente industriais e outras com rarefação acentuada. A maior concentração de indústria se verificou nas regiões imediatas de Maceió e de Arapiraca, representando suas respectivas cidades polo os principais centros industriais do estado, enquanto que as demais regiões imediatas representam números bem menores de indústrias instaladas.

Dentre os fatores que determinam à instalação industrial, a maior atenção dada aos incentivos governamentais permitiu uma melhor compreensão do ativismo estatal em relação aos empreendimentos industriais em Alagoas e refletiu o seu poder de interferência na organização espacial da atividade. Verificou-se que a concessão de incentivos às indústrias alagoanas é realizada pelas três esferas governamentais, mas com graus de participação diferenciados. A participação do Governo Federal dar-se mediante a atuação da SUDENE, sobretudo com a concessão de incentivos fiscais, e dos principais bancos públicos que ofertam financiamentos diversos, como o BNB com posição de relevo; a participação do Governo Estadual é a mais expressiva para o interior alagoano, realizada através do PRODESIN e da Agência Desenvolve, o primeiro concedendo incentivos fiscais e locacionais e a segunda participando com financiamentos e oferta de linhas de crédito; já os governos municipais participam com programas próprios de cada prefeitura, nos casos analisados de Maceió e Arapiraca os principais incentivos ofertados são fiscais e locacionais, direcionados para suas respectivas realidades.

Ainda nessa direção do ativismo estatal, a pesquisa permitiu a verificação de vários espaços industriais ao longo do território alagoano, 12 ativos e outro em projeto, são polos, núcleos e distritos voltados para a instalação de empreendimentos industriais com a oferta de condições favoráveis que envolvem oferta de mão de obra, infraestrutura necessária e incentivos diversos, a exemplo dos locacionais com a doação de terrenos. A localização desses espaços reflete as disparidades nos graus de concentração industrial do estado, com as exceções de Arapiraca, Palmeira dos Índios e Limoeiro de Anadia, todos os outros se localizam em municípios da região intermediária de Maceió, representando a densidade de indústrias na parte litorânea e sua rarefação no sertão do estado.

A ação do Estado em Alagoas está voltada tanto para as indústrias externas quanto para as internas. Assim, à medida em que os incentivos são direcionados para os empreendimentos alheios à realidade do lugar fortalecem ainda mais a força do grande capital a partir do aumento da competitividade dessas indústrias; diferente disso, quando são as atividades internas as incentivadas, o contexto muda, permitindo que as atividades locais incorporem inovações, se tornem mais competitivas e participem ativamente do processo de industrialização de Alagoas. Logo, a defesa de um maior ativismo estatal para as indústrias internas parece mais coerente em vista de um planejamento que possibilite a melhora das condições de vida da população alagoana.

Focando no objeto central, a investigação se direcionou para analisar de maneira específica as indústrias locais na RGIA, parte do território alagoano caracterizada pela ocorrência desse tipo de indústria. Nessa direção, verificou-se que Arapiraca representa o principal centro de concentração das atividades econômicas dessa região imediata, expressando-se como o segundo maior município alagoano e o principal do interior. A atual posição de importância assumida por Arapiraca é resultado do desenvolvimento de atividades relevantes ao longo de sua história econômica, contando com a participação decisiva da cultura fumageira e da feira livre; bem como por outras variáveis importantes que contribuíram com o seu progresso, como sua localização geograficamente estratégica, e seus altos poderes de distribuição e de consumo.

Hoje Arapiraca se expressa pelas novas dinâmicas territoriais ativadas pelos novos usos que foram sendo empreendidos em seu território a partir da reestruturação da Região Fumageira de Alagoas, centralizando as principais atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços de sua região imediata. Ofertando aos outros municípios da região um comércio forte, produtos industriais, vagas de trabalho e serviços variados, como financeiros/bancários, educacionais e médicos, à exemplos.

A análise das zonas de densidade e rarefação das atividades, dos portes, da natureza das indústrias e dos principais setores industriais da RGIA confirmou que essa região é caracterizada pela presença de indústrias locais, centralizadas em sua cidade polo. A maioria das empresas industriais da região se classificam como de pequenas dimensões, principalmente de portes MEI, ME e EPP, já os setores de maior expressão são os de alimentos, materiais plásticos, móveis, e artefatos de concreto.

Os dados primários obtidos na pesquisa de campo com as indústrias dessa região possibilitaram a sua caracterização, a compreensão da natureza dessas atividades e de suas estratégias de capilaridade. Na gênese, foram atividades iniciadas a partir de um capital local, reproduzido no território de atividades anteriormente expressivas e sendo inicialmente muito restrito; possuem na iniciativa familiar uma característica primordial, haja vista terem iniciado – a grosso modo – com famílias locais detentoras de alguma experiência comercial, além de serem os parentes a principal força de trabalho no início dessas atividades. Logo, a expansão dos segmentos industriais na RGIA obedece a dinâmica evolutiva de expansão do capital comercial desembocando no movimento de acumulação, que permite aos capitais industriais se desenvolverem.

Inicialmente as instalações dessas indústrias se caracterizavam como pequenas e modestas, algumas localizando-se inclusive nas próprias residências dos industriais, onde se utilizava objetos técnicos mais simples. No entanto, com o crescimento das atividades e a partir da incorporação de inovações, essas indústrias conhecem um importante processo de modernização, fortalecido com os incentivos governamentais adquiridos, permitindo atualmente instalações modernizadas, com uso de novas máquinas, equipamentos e sistemas de informação e de gerenciamento de dados.

São indústrias que possuem uma atuação voltada para o mercado regional, usufruindo de estratégias de capilaridade baseadas na instalação de fixos próprios e uso de “parcerias” comerciais com empresas terceiras. É uma organização em que os empreendimentos que fabricam e controlam a atuação estão instalados na região de Arapiraca, enquanto que as instalações localizadas nas outras regiões de Alagoas e em outros estados nordestinos são marcadamente centros de distribuição, unidades e salas comerciais.

Se diferenciam das grandes indústrias externas sobretudo por características específicas que lhes confere um caráter particular, sendo originadas da acumulação do capital local - não transnacionalizado - investido por industriais também locais, possuindo maiores articulações com a realidade do lugar; diferente daquelas que articuladas à ordem global atuam explorando os recursos e promovendo a acumulação capitalista. Logo, no contexto analisado os usos do território empreendidos pelas indústrias locais não são idênticos aos praticados pelas indústrias externas, representantes do grande capital.

Mas, assim como as indústrias externas, as locais também estão relacionadas as práticas capitalistas, explorando a força de trabalho e realizando a extração da mais-valia, no entanto, em graus diferentes de atuação, envoltas de contextos distintos e com naturezas específicas em cada caso. As indústrias locais exploram os recursos disponíveis e também se abrigam no território, afinal só se sustentam na realidade em que se encontram inseridas. São, portanto, produtoras de horizontalidades pois articulam-se com outros setores locais a partir de uma atuação histórica no lugar.

As incompatibilidades entre os usos realizados pelas indústrias locais e pelas externas se estendem ao longo de seus modos de operação, são usos distintos nas diversas etapas de atuação. Se verificou que as locais, tentam sobreviver em meio a um mercado extremamente financeirizado a partir de uma atuação voltada para atender as camadas menos capitalizadas da população, articulando-se com frequência às atividades do *circuito inferior da economia*

urbana e não alcançando o grande comércio pelas limitações de competitividade, financeiras e na qualidade do que produz.

Além das indústrias locais que possuem uma única organização empresarial, a investigação levou a verificação de novas organizações produtivas na RGIA, são os grupos empresariais locais, formados a partir da abertura de novas empresas fundadas para desenvolverem atividades complementares a uma atividade principal, se reunindo e formando verdadeiros conglomerados empresariais, que atualmente desenvolvem diversas atividades.

No contexto analisado, são principalmente grupos formados em torno de indústrias tradicionais e de empresas atacadistas distribuidoras já bem consolidadas, representando uma estratégia de maior sustentação no mercado, que permite a realização própria de quase a totalidade das etapas de sua operação, tornando-os pouco dependentes de empresas terceiras para serviços complementares, como transporte de carga e comercialização de produtos no caso dos grupos formados a partir de atividades industriais.

Portanto, a pesquisa realizada representou uma tentativa de compreensão das indústrias locais da RGIA a luz dos usos do território, alcançando resultados que permitem afirmar que baseadas na *pequena produção mercantil* (MAMIGONIAN, 1965, 2004) essas indústrias tiveram papel fundamental no crescimento dessa região, sendo responsáveis também – em partes – pela sua dinâmica atual. Usando o território de maneira específica a partir da utilização de sistemas de ações bem articulados, representam um forte potencial para o desenvolvimento territorial a partir das iniciativas locais, sobretudo no contexto do latifúndio alagoano marcado pela dependência do setor exportador.

Logo, para essa possibilidade de mudança das bases produtivas de Alagoas, vislumbrada na investigação, o ativismo estatal é essencial, pois no período atual – ainda com maior emergência – a efetivação do papel do Estado em seu sentido real se faz extremamente necessária na busca de condições sociais menos desiguais. A participação do Estado no planejamento territorial deve considerar que a relação das atividades econômicas com o espaço pode possibilitar melhoras significativas na qualidade de vida, sendo necessário – na direção abordada nesse trabalho – uma atuação com políticas de proteção para as indústrias locais, evitando assim que desapareçam na competição com as grandes indústrias externas, uma vez que tendem a serem sufocadas por assumir posições inaceitáveis aos interesses do grande capital.

Nessa abordagem torna-se possível pensar o planejamento territorial a partir das indústrias locais, com a consideração das condições políticas (incentivos, legislação, etc.), econômicas (mercado consumidor ativo, etc.) e de infraestrutura (meios de circulação, energia, etc.), dando participação e importância aos agentes locais no ordenamento e na gestão das políticas territoriais.

Além disso, as análises no âmbito da ciência geográfica muito contribuem para a compreensão da realidade e sua transformação. No caso do processo de industrialização, pensar o território a partir de seus usos representa contribuir com uma abordagem preocupada com a totalidade dos processos produtivos espacialmente estabelecidos. Nessa direção, a mudança de foco produtivo é mais real pelo poder de transformação inerente à economia e pela capacidade da industrialização de oferecer novas condições aos lugares. Mas, dada as desigualdades da indústria no território é uma mudança condicionada às particularidades e a gestão de cada lugar, sendo favorável no caso da RGIA sobretudo pela existência das indústrias locais como forças produtivas já ativas.

REFERÊNCIAS

ABAD. Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados. Ranking ABAD/NIELSEN 2020. **Revista Distribuição**. São Paulo, edição 316, ano 28, maio 2020. Disponível em: www.revistadistribuiçao.com.br. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

ALAGOAS (Estado). Decreto nº 48.020, de 14 de abril de 2016. Altera o Decreto Estadual nº 38.394, de 24 de maio de 2000, que regulamenta a concessão dos incentivos do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas - PRODESIN, de que trata a Lei Estadual nº 5.671, de 1º de fevereiro de 1995, para introduzir as disposições da Lei Estadual nº 7.770, de 30 de dezembro de 2015, e dá outras providências. **Gabinete Civil**, Maceió, AL, 14 abr. 2016.

_____. Lei nº 6.897, de 18 de dezembro de 2007. Institui o Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Alagoas. **Gabinete Civil**, Maceió, AL, 18 dez. 2007.

_____. Lei nº 7.770, de 30 de dezembro de 2015. Altera a Lei Estadual nº 5.671, de 1 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas - PRODESIN, e dá outras providências. **Gabinete Civil**, Maceió, AL, 30 dez. 2015.

ALAGOAS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Balanco energético do estado de Alagoas 2019**. Ano base 2018. Maceió: SEDETUR, 2019. Disponível em: <http://www.sedetur.al.gov.br/balanco-energetico/category/63-balanco-energetico>. Acesso em; 19 de junho de 2020.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. **Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas**. ano 14, nº 30. Maceió: SEPLAND, 2014.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2016. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/nucleo-de-estudos-e-projetos-da-seplag>> Acesso em: 05 de maio de 2020.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **A formação histórica de Alagoas (I): rotas de acumulação do açúcar**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; FAPEAL, 2018.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 6. ed. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, [1933] 1975.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez, [1963] 2011.

_____. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Formação econômico-social e processos políticos no Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Sílvio (Org.). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **O Nordeste e a questão regional**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática. 1993.

_____. **Os rios-do-açúcar do Nordeste oriental: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Coleção olhar de fora. Volume 1. 2. ed. Maceió: EDUFAL, [1959] 2010.

_____. **Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió: EDUFAL, 1997.

ARAPIRACA (Município). Lei nº 1.787, de 22 de julho de 1993. Dispõe sobre a concessão de incentivos às empresas estabelecidas no município de Arapiraca e adota outras providências correlatas. **Prefeitura Municipal de Arapiraca**, Arapiraca, AL, 22 jul. 1993.

_____. Lei nº 2.833, de 05 de julho de 2012. Dispõe sobre a concessão de incentivos às empresas que venham a se instalar no território do Polo Moveleiro Nascimento Leão, no município de Arapiraca. **Prefeitura Municipal de Arapiraca**, Arapiraca, AL, 05 jul. 2012.

_____. Lei nº 2.969, de 30 de dezembro de 2013. Dá nova redação à lei nº 2.742/2011, que institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Arapiraca**, Arapiraca, AL, 30 dez. 2013.

_____. Lei nº 2.970, de 30 de dezembro de 2013. Concede incentivo fiscal para atividades *Call Center* relativamente ao ISSQN, ao IPTU, ao ITBI, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Arapiraca**, Arapiraca, AL, 30 dez. 2013.

ARROYO, Mónica. A circulação da mercadoria na redefinição dos usos do território. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, Edição Especial, v. 20, n. 1, mai. 2018, p. 133-143.

_____. **Território Nacional e Mercado Externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARBOSA, Bruno Sarmento. **Análise Econômica das Normas concedentes de incentivos fiscais e sua aptidão para prover direitos sociais: um estudo sobre a eficiência do PRODESIN**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

BARBOSA, Silvete. **Cultura fumageira e mobilidade da força de trabalho em Arapiraca – Alagoas**. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Revista Geosul**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul/dez. 2001.

BONELLI, Regis. Fusões e aquisições no Mercosul. In: VEIGA, Pedro da Motta (Org). **O Brasil e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 65-78.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Artes Graphics Typ e Pautação, 1909.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 27 set. 1989. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17827.htm. Acesso em: 27 de junho de 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001. Cria o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. **Presidência da República**, Brasília, DF, 24 ago. 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2156-5.htm. Acesso em: 27 de junho de 2020.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

CARVALHO, Cicero Péricles de. Alagoas: 2000-2018. **BNB Conjuntura Econômica**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, edição especial, 2019.

_____. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, [2001] 2009.

_____. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 6. ed. Maceió: EDUFAL, [2006] 2014.

_____. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, [1982] 2015.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CATAIA, Marcio. A alienação do território – o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. 2. ed. Arapiraca: EDUNEAL, [2003] 2017.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany**. Tradução de Carlisle W. Baskin. New Jersey: Prentice-Hall/Englewood Cliffs, [1933] 1966.

CNG. Conselho Nacional de Geografia. Resolução nº 77, de 17 de julho de 1941. Estabelece as normas a que deverá obedecer a divisão regional das Unidades Federadas brasileiras, para fins práticos, propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 4, n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970, 1990). **Revista Terra Brasilis (Nova Série)**, n. 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

CORRÊA, Roberto Lobado. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Revista Geografia, Espaço e Memória**. São Paulo: Terra Livre/AGB, nº 10, janeiro-julho 92,1994, p. 93-116.

_____. A rede das localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia [RBG/IBGE]**, v. 50, n. 1. Rio de Janeiro, jan./mar, 1988, p. 61-84.

_____. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia [RBG-IBGE]**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, jan./mar., 1995, p. 83-102.

_____. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**. Reimpressão. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [1928] 1983.

_____. **Alagoas em 1931**. Maceió: Imprensa Oficial, 1932.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Bases econômicas e sociais na formação das Alagoas. **Revista Brasileira dos Municípios**. n. 28, ano VII, out/dez, Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

_____. **O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultural regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, [1949] 2006.

_____. **O engenho de açúcar no Nordeste**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, [1952] 2006.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Para onde irão as indústrias? a nova geografia da industrialização brasileira. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.). **Que país é esse? pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.

DIODATO, Railson Vieira. **Da concepção de um Pólo Cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico em Alagoas**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS. 3. ed. Maceió: Instituto Arnon de Melo, Núcleo de Projetos Especiais, 2012.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **Geographia alagoana ou descrição physica, politica e historica da província das Alagoas**. 2. ed. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.

FERRARI, Onorina Fatima. **A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

FIEA. Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. **Cadastro dos Pólos, Distritos e Núcleos Industriais em Alagoas**. Maceió: FIEA/IEL, 2009. Disponível em: <http://www.al.senai.br/public/documentos/cadastro-dos-polos.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2020.

_____. **Cadastro industrial do estado de Alagoas**, edição 2017, pesquisa direta, Maceió: FIEA/IEL, 2017.

_____. **Cadastro industrial do estado de Alagoas**, edição 2013/2014, CD Rom, Maceió: FIEA/IEL, 2014.

_____. **Trajetória da Indústria em Alagoas: 1850/2017**. Maceió: FIEA/IEL, 2018.

_____. **Zoneamento Industrial em Alagoas 2014**. Maceió: FIEA/IEL, 2014.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE – a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos; LEÃO, Ricardo de Holanda. **Modernização e relações de trabalho na canavieira no Leste de Alagoas – Brasil**. **COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA**, 16. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global Editora, [1937] 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação da geografia**. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 50, número especial, t. 2, 1988, p. 59-84.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [1970] 1972.

GOMES, Fábio Guedes. **A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional**. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**. Maceió, vol. 4, n. 10, jan./abr. 2011.

_____. **Ensaio sobre o subdesenvolvimento e a economia política contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 2014.

GUEDES, Enildo Marinho. et. al. **Padrão UFAL de Normatização**. Maceió: EDUFAL, 2012.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca através do tempo**. Maceió: Gráfica Martergraphy Ltda. 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1964] 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução a formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva**. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

GURGEL, Verônica Amaral. **Transformações nas dinâmicas espaciais no estado de Alagoas com inserção da eucaliptocultura na Mesorregião Geográfica do Leste Alagoano**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

_____. **Uso corporativo do território no estado de Alagoas: uma análise da monocultura do eucalipto**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Curso de Geografia, Campus V, Universidade Estadual de Alagoas, União dos Palmares, 2020.

GUSMÃO, Ivanilde Moraes de. **Acumulação de capital e espaço: estudo das transformações estruturais no espaço da região fumageira de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Divisão do Brasil em Micro-regiões Homogêneas 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

_____. **Divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. v. 1 e v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**, Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/. Acesso em: 19 de junho de 2020.

_____. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro, Coordenação de Geografia, IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2020.

_____. **Sinopse Estatística do Brasil 1977**. V. 5, Rio de Janeiro: IBGE, 1977, p. 1-628.

LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. 14. ed. Tradução de Diva Benevides Pinho. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, [1959] 1979.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo, a indústria têxtil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LIMA, Conceição Maria Dias de. **Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama – Alagoas**. Recife: Editora Universitária da UFPE; Alagoas: UNEAL. 2012.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1965. (Coleção Didática do Brasil. Série Normal, v. 14).

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Catavento, 2000.

LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LUEDEMANN, Marta da Silveira. As famílias na estrutura de poder de Alagoas. **Anais do 4º Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social e da 40ª Semana de Geografia da UFSC**. Florianópolis - SC, 2019. Disponível em: <https://4senges40semageo.ufsc.br/anais/>.

MAMIGONIAN, Armen. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. **Geografia Econômica: anais de Geografia Econômica e Social**. Edição Piloto, Florianópolis: UFSC, abril de 2009.

_____. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia [RBG/IBGE]**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, jul./set. 1965, p. 389-482.

_____. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico**. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Edição resumida por Julian Borchardt. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1818-1883] 1978.

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana em Alagoas**. Maceió: FAPEAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 8. ed. São Paulo: Editora brasiliense, [1982] 1991.

MELO, Mário Lacerda de. **Os Agrestes – estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos**. Coordenação de Planejamento Regional. Recife: SUDENE, 1980.

MENDES, Hinckley Wendell do Nascimento. **A indústria de alimentos em Alagoas e a formação dos mercados de Maceió e Arapiraca**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997.

MORAIS, Odilon Máximo de. **Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOREIRA e SILVA, Manuel. **Physiographia de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1919.

MOURA, Antonio Joaquim de. **Opúsculo da descrição geographica e topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à provincia das Alagoas no império do Brazil**. Rio de Janeiro: TYP. de Berthe e Haring, 1844.

NARDI, Jean Baptiste. **Fumo e Desenvolvimento Local em Arapiraca/AL**. Primeiras observações e análises para a elaboração do diagnóstico sócio-econômico municipal e regional. Arapiraca: Projeto FAPEAL/CNPQ-FUNESA, 2004.

NASCIMENTO, Alvacy Lopes do. **A fruticultura na região de Palmeira dos Índios: trabalho de pequenos produtores em Alagoas**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1993.

NICOL, Robert Norman Vivian Cajado. **A agricultura e a industrialização no Brasil (1850-1930)**. 1974. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Geysa Keilla de Souza. Circuito espacial produtivo da cachaça artesanal em Alagoas. **ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, Universidade Estadual de Alagoas, 2019.

OLIVEIRA, José Lourenço de. **Da crise do setor fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca/AL**: o Projeto Cinturão Verde. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2007.

OLIVEIRA, Luã Karll de. **Uso corporativo do território e produção da violência no estado de Alagoas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

OLIVEIRA, Wanderlan de Araújo. Vias de urbanização em Alagoas: a dinâmica atual do comércio atacadista distribuidor no espaço do consumo e no crescimento de Arapiraca. **Anais do I ENAEG - Encontro Alagoano dos Estudantes de Geografia**, Arapiraca: CAGEOMS/UNEAL, Número 1, 2017. Disponível em: <https://cageoms-uneal.wixsite.com/anaislenaeg>. Acesso em: 22 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Wanderlan de Araújo; MORAIS, Odilon Máximo de. Uso do território pelos atacadistas distribuidores de Arapiraca: o papel intermediador e as relações entre os dois circuitos da economia urbana. **Anais da 69ª Reunião Anual da SBPC**, Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/69ra/>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**: vicissitudes das ciências cacofonia na física. Tradução de Luis Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, [1939] 1963.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **História da industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

POLÈSE, Mario. **Economía urbana y regional**: introducción a la relación entre territorio y desarrollo. Cartago: LUR/BUAP/GIM, 1998.

RAMOS, Vanda Ávila. **Equipamentos sociais básicos em cidades de pequeno porte** – estudo aplicado à rede urbana de Alagoas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1979.

ROSÁRIO, Francisco José Peixoto; FERREIRA JÚNIOR, Reynaldo Rubem. A evolução recente da economia alagoana. In: FAPEAL (Org.). **Alagoas Contemporânea**: economia e políticas públicas em perspectiva. Maceió: FAPEAL, 2014, p. 9-40.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, [1970] 2011.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, Dayane Regis. **Prosperidade e Fé: estratégias de difusão espacial da Igreja Universal do Reino de Deus em Alagoas 1980-2018**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Tecnologia e Ciências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Ezequias Francisco dos. **A Geografia dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Alagoas: os APLs do setor industrial – 2004/2015**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, [1996] 2014.

_____. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **Anales de Geografia**, nº 15. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 1995.

_____. Da política dos Estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 6, jul/dez. 1997.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, [2005] 2012.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1985] 2014.

_____. **Fatores que retardam o desenvolvimento da Bahia: a falta de indústrias**. (Comunicação apresentada ao seminário sobre resistência a mudanças). Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959. Disponível em: <<http://miltonsantos.com.br/site/de-milton-santos/>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1988] 2014.

_____. O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**. Niterói, v 1, n. 1, p. 7-11, 1999.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP [1975] 2008.

_____. O papel ativo da geografia, um manifesto. **Revista Território**, ano V, nº 9, julho/dezembro 2000, p. 103-109.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1996. p. 15-20

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2015.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 54, 1977, p. 81-100.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, [1994] 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2016.

SANTOS, Poliane Camila Lima dos. **Arapiraca e sua expressão enquanto cidade média no contexto regional alagoano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SANTOS, Elina de Oliveira. **A Industrialização de Sorocaba**: bases geográficas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

SCARLATO, Francisco Capuano. **A expansão da indústria automobilística e metropolização de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

SCHAPIRO, Mario Gomes. **Ativismo estatal e industrialismo defensivo**: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira. Texto para discussão [IPEA], Brasília; Rio de Janeiro, n. 1856, p. 1-56, ago. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. 7. reimpr. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Clevisson José da. **Uso do território e industrialização em Alagoas**: a capilaridade da Indústria Alimentícia Popular. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Curso de Geografia, Campus I, Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2019.

SILVA, Dênis Carlos da. **Configuração do circuito espacial de produção sucroalcooleira em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVA, Diêgo Rodrigues da. **Financeirização do território**: a capilaridade do programa Crediamigo e Agroamigo em Alagoas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da. **No limiar da industrialização**: Estado e acumulação de capital, 1919-1937. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Alfa-ômega, [1976] 1986.

SILVA, Sidinei dos Santos. **Uso do território e expansão do ensino superior público e privado em Arapiraca – Alagoas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Campus I, Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2015.

SILVEIRA, Maria Laura. Análise: Do espaço corporativo a um território de liberdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 de maio 2002. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0405200213.htm. Acesso em: 27 de junho de 2020.

_____. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? um panorama da riqueza e da pobreza no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.). **Que País é Esse?** pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005.

SOUSA FILHO, Targino Pereira de. **Transformações econômicas e sociais no Nordeste brasileiro**: um estudo comparativo de Alagoas e Paraíba. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2016.

SOUZA, Dário Rosalvo Correia de. **Transformações do setor sucroalcooleiro de Alagoas**: a formação e as questões da atualidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SOUZA, Maria Adélia de (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. 2. ed. Arapiraca: EDUNEAR, [2003] 2017.

_____. Política e território: a geografia das desigualdades. In: Morhy, Lauro. (Org.). **Brasil em questão: a universidade e a eleição presidencial**. v. I. Brasília: Edu-Unb, 2002. p. 283-293.

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 217-237.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Geografia, a História, e o capitalismo no território alagoano**. Mimeografado, (Texto apresentado no IX Encontro Alagoano de Geografia), Arapiraca: UNEAL, 2015.

_____. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Livros, [1979] 1996.

_____. **Metamorfoses das oligarquias**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, [1997] 2009.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: EDUFAL; SEBRAE, 2013.

VASCONCELOS JÚNIOR, Nadson Alexandre. **Organização espacial da bacia leiteira no Semiárido de Alagoas**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa R. de O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto de. (Org.). **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977.

APÊNDICES

APÊNDICE A

PESQUISA DE CAMPO - ROTEIRO DE ENTREVISTA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS (FIEA)

1º) Dados gerais da instituição

- a) Fundação e história da instituição;
- b) Filiações da instituição e organização do Sistema Indústria;
- c) Estrutura organizacional;
- d) Área de atuação;
- e) Origem dos recursos controlados;
- f) Órgãos e departamentos vinculados;
- g) Sindicados patronais filiados.

2º) Dados do funcionamento e atuação da instituição

- a) Principais objetivos e focos de atuação;
- b) Papel desempenhado pela federação para a indústria de Alagoas;
- c) Pesquisas e levantamentos de dados realizados pela federação;
- d) Relações de parceria entre a federação e os órgãos governamentais;
- e) Auxílios e assistências direto às indústrias;
- f) Relações da federação com o IEL e com o SESI.

3º) Fornecimento de dados e de informações

- a) Banco de dados do Cadastro Industrial;
- b) Matriz insumo produto da indústria de Alagoas;
- c) Cadastro de polos, núcleos e distritos industriais;
- d) Pesquisas de mercado e de setores industriais;
- e) Publicações especiais.

4º) Percepções do representante da instituição

- a) Da participação da atividade industrial para a economia alagoana;
- b) Do desenvolvimento da indústria no interior do estado;
- c) Das políticas governamentais empreendidas;
- d) Da recente crise sucroalcooleira e das novas atividades emergentes;
- e) Principais dificuldades e reivindicações do setor industrial em Alagoas.

APÊNDICE B

PESQUISA DE CAMPO - ROTEIRO DE ENTREVISTA INDÚSTRIAS EM ARAPIRACA

1º) Dados Gerais da Indústria

- a) Nome empresarial da indústria;
- b) Cidade de localização da sede da indústria;
- c) Data de fundação do empreendimento industrial;
- d) Origem do capital inicialmente investido;
- e) Setores ou ramos produtivos em que atua;
- f) Equipe administrativa da indústria.

2º) Dados do funcionamento da atividade industrial

- a) Principais matérias-primas utilizadas pela indústria;
- b) Origem das matérias-primas;
- c) Origem da mão de obra empregada na atividade;
- d) Origem das máquinas e equipamentos utilizados nos processos produtivos;
- e) Origem das embalagens utilizadas pela indústria;
- f) Número de funcionários empregados pela atividade industrial;
- g) Quantidade de produtos fabricados por mês.

3º) Dados das instalações do empreendimento industrial

- a) Zona de localização do empreendimento (urbano ou rural);
- b) Tamanho das instalações e atendimento às necessidades;
- c) Condição do estabelecimento (próprio, alugado, etc.);
- d) Forma de aquisição das instalações.

4º) Dados da organização da atividade industrial

- a) Empresa única ou pertencente a algum grupo empresarial;
- b) Topologia da indústria (filiais);
- c) Controle administrativo;
- d) Estratégias de propaganda;
- e) Estratégias de alcance espacial (capilaridade).

5º) Dados da circulação, venda e consumo da produção

- a) Formas de venda da produção;
- b) Formas e meios de distribuição da produção;
- c) Destino da produção (regiões e estados);
- d) Mercado consumidor dos produtos.

6º) Dados gerais sobre receitas e despesas

- a) Custos com mão de obra;
- b) Custos com aquisição de máquinas, equipamentos e veículos;
- c) Custos com aquisição de matérias-primas;
- d) Custos com qualificação de pessoal;
- e) Receita mensal da atividade;
- f) Variações de receitas ao longo do ano;
- g) Destinação dos lucros da empresa.

7º) Outras questões

- a) Incentivos recebidos pelo estabelecimento industrial;
- b) Perspectivas de novos investimentos;
- c) Prestação de serviços para empresas terceiras;
- d) Problemas enfrentados e estratégias de superação;
- e) Participação do Estado favorecendo a atividade industrial;
- f) Eventos que contribuíram com o desenvolvimento da atividade;
- g) Utilização de serviços de agentes financeiros;
- h) Percepção do industrial da participação da indústria para a economia local.

APÊNDICE C

PESQUISA DE CAMPO - ROTEIRO DE ENTREVISTA ATACADISTAS DISTRIBUIDORES

1º) Dados gerais da empresa

- a) Nome empresarial;
- b) Cidade de localização da sede;
- c) Data de fundação do empreendimento;
- d) Origem do capital inicialmente investido;
- e) Equipe administrativa;
- f) Empresa única ou de grupo empresarial.

2º) Dados do funcionamento da atividade

- a) Instalações da empresa e existência de filiais;
- b) Origens e destinos dos produtos;
- c) Origem da mão de obra;
- d) Origem dos equipamentos e veículos utilizados;
- e) Recebimento de incentivos governamentais e financiamentos;
- f) Relações com as indústrias fornecedoras e com os varejistas;
- g) Natureza das atividades desenvolvidas pela empresa;
- h) Participação em atividades de fabricação.

3º) No caso de empresas envolvidas na fabricação de produtos

- a) Motivação para iniciar a fabricação de produtos;
- b) Origem do capital investido nas atividades de fabricação;
- b) Ramos industriais de atuação e principais produtos fabricados;
- c) Organização de registros de pessoas jurídicas para cada atividade;
- d) Localização da atividade de fabricação em relação a de distribuição;
- e) Relações estabelecidas entre as atividades de fabricação e de distribuição;
- f) Resultados das atividades de fabricação; (tem obtido sucesso?)
- g) Principais dificuldades da empresa;
- h) Estratégias e reivindicações da empresa para superar as dificuldades.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E INDUSTRIALIZAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO DAS INDÚSTRIAS LOCAIS DO AGRESTE ALAGOANO

Pesquisador: CLEVISSON JOSE DA SILVA

Versão: 1

CAAE: 26255319.3.0000.5013

Instituição Proponente: Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 156575/2019

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E INDUSTRIALIZAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO DAS INDÚSTRIAS LOCAIS DO AGRESTE ALAGOANO que tem como pesquisador responsável CLEVISSON JOSE DA SILVA, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal de Alagoas em 28/11/2019 às 08:49.

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E INDUSTRIALIZAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO DAS INDÚSTRIAS LOCAIS DO AGRESTE ALAGOANO

Pesquisador: CLEVISSON JOSE DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26255319.3.0000.5013

Instituição Proponente: Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.838.713

Apresentação do Projeto:

Segundo os autores, o projeto ora apresentado tem como meta a análise e compreensão do processo de industrialização interna no território do Agreste Alagoano, a partir da atuação das indústrias locais. Assim, tal investigação emerge como um meio de reinterpretar o território a partir dos seus usos, afora entender o papel dessas atividades produtivas para a economia local. Neste sentido, é de necessário destaque que as proposições defendidas trilham pela consideração das atividades industriais de menor proporção como potencialidades ao desenvolvimento da economia local e assim do território. Afinal, as indústrias locais do Agreste alagoano possuem uma organização estratégica e consolidada que lhes confere uma importância singular à economia do Agreste. Logo, um estudo dessa natureza faz-se necessário, por proporcionar uma maior compreensão da organização econômica do Agreste de Alagoas e por apresentar uma possibilidade de crescimento econômico, direcionado por conseguinte, ao desenvolvimento do estado de Alagoas a partir de um planejamento territorial que considere novas frentes produtivas.

Objetivo da Pesquisa:

Aprender os usos corporativos do território empreendidos pelas indústrias locais do Agreste Alagoano.

Objetivos Secundário:

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.838.713

- 1 - Entender a gênese das indústrias locais no Agreste Alagoano;
- 2 - Conhecer e mapear as principais indústrias locais do Agreste Alagoano, dividindo-as pelos seguimentos de atuação;
- 3 - Compreender a organização das indústrias locais do Agreste Alagoano a partir de suas estratégias de capilaridade;
- 4 - Reconhecer os sistemas de ações que permitem as indústrias locais do Agreste Alagoano usarem o território alagoano e nordestino, averiguando a existência do poder público no fortalecimento dessas atividades;
5. Contribuir com os estudos de geografia econômica e com as políticas de desenvolvimento territorial do estado de Alagoas

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa oferece o mínimo de risco possível, sejam eles de ordem física, psíquica, moral, intelectual, social, ideológica ou cultural. Os possíveis riscos da pesquisa conforme a resolução 510/2016, podem ser de inibição/constrangimento diante de um observador, ou ainda não saber responder e tomada de tempo. Para evitar os constrangimentos dos envolvidos, a pesquisa prezarão pela cautela. Em caso de pergunta não respondida constará na coleta de dados que o participante não respondeu ao questionamento, evitando comentário inapropriado acerca do sujeito. Os sujeitos envolvidos poderão desistir a qualquer tempo de participar da pesquisa.

Este estudo trará benefícios aos seus participantes na medida em que aborda questões importantes a respeito do processo de industrialização do Agreste Alagoano. Serão empreendidos esforços no sentido de contribuir com as políticas de desenvolvimento territorial do estado de Alagoas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo relevante para compreensão do funcionamento da economia na região do agreste de Alagoas. Metodologia e instrumento de pesquisa coerentes para se atingirem os objetivos propostos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos apresentados de acordo com as resoluções CEP 466/12 e 510/16.

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.838.713

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto de pesquisa sem óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo Aprovado

Prezado (a) Pesquisador (a), lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, assinado e rubricado pelo (a) pesquisador (a) e pelo (a) participante, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S^a. deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS**



Continuação do Parecer: 3.838.713

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1462489.pdf	16/01/2020 17:23:46		Aceito
Outros	Resposta.pdf	17/12/2019 19:04:13	CLEVISSON JOSE DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	17/12/2019 18:09:09	CLEVISSON JOSE DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/12/2019 18:06:29	CLEVISSON JOSE DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao.pdf	25/11/2019 13:45:16	CLEVISSON JOSE DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	20/11/2019 16:19:43	CLEVISSON JOSE DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	13/11/2019 13:35:35	CLEVISSON JOSE DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 14 de Fevereiro de 2020

Assinado por:

**CAMILA MARIA BEDER RIBEIRO GIRISH PANJWANI
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com